Firmino Costa

TERRA DE VILA RICA

Contribuição ao Estudo da HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS

Nova Edição

Em 1991, Júlio de Castilhos comemorava seu centenário. Naquele ano foi lançada a Primeira Edição do livro Terra de Vila Rica: Contribuição ao Estudo da História do Município de Júlio de Castilhos.

O livro trazia em sua capa, de cor azul, criada pelo artista e produtor gráfico João Gilson Brasil, dois desenhos: “A Quadra do Cinema”, de Hélio Ricardo Alves e “A Quadra da Igreja”, de Luiz Gonzaga Salles. Na quarta capa, vinha estampado o “Símbolo do Centenário”, criado por Norton Costa.

Transcorridos 30 anos, temos a satisfação de apresentar ao público a nova edição desta obra, embora sem a pretensão de que escrevemos a história completa e irretocável de Júlio de Castilhos, queremos contribuir, ao menos parcialmente com o estudo da história de nosso município, onde, nestas páginas, compilamos de outros autores, cujas fontes foram devidamente creditadas e apresentamos documentos, frutos de pesquisas em vários arquivos.

Acreditamos que assim, comungamos da ânsia de curiosidade e conhecimentos daqueles que se interessam pelo passado do município que este ano comemora seus 130 anos de emancipação.

Desejamos uma boa leitura!

TERRA DE VILA RICA

Contribuição ao Estudo da HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS

TERRA DE VILA RICA

Contribuição ao Estudo da HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS

©Firmino Costa, 2021

Capa, projeto gráfico e diagramação: Byrata
Texto revisado pelo autor

C837t Costa, Firmino
Terra de Vila Rica: contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos / Firmino Costa – Santa Maria : Rio das Letras, 2021
512 p. ; 15x21,5cm.

ISBN: 978-85-65172-78-3

1. História de Júlio de Castilhos 2. História e Pesquisa 1. Título
CDU 94(816.5)

Ficha elaborada por Eunice de Oliveira, CRB 10-1491

Contato com o autor:
chagascosta@gmail.com

editorariodasletras@gmail.com
Rua André Marques, 255 - Centro - Santa Maria - RS
CEP: 97010 041 - Fones: 55 3026 7523 / 99713 3864

Impresso no Brasil, inverno de 2021
Gráfica:

Firmino Costa

TERRA DE VILA RICA

Contribuição ao Estudo da HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS

Nova Edição

Publicação da Prefeitura Municipal
e Câmara Municipal de Vereadores
2021

Terra de Vila Rica

Firmino Costa

Quando Alvarenga chegou ao topo desta coxilha,
Nada existia.
Só o canto de aves nativas enchia de som e vida
Os ramos de pessegueiros do antigo durasnal.
Cada coxilha morria noutra coxilha distante...
Era um mar verde ondulado
De onde a brisa trazia o doce aroma dos campos.
João Alvarenga, então, limpou de sua fronte honrada
O suor de muitas jornadas
E desceu para a restinga.

Na concha das rudes mãos, bebeu a água da fonte
Na sombra da mata escura.
E voltou ao coxilhão...
Uma alegria sem fim iluminava-lhe o rosto.
No seu instinto pioneiro, a glória da descoberta
Enchia-lhe o coração.
E no lugar da boa vista, o lugar da terra certa:
— É aqui! E descansou...

Depois o tempo passou. O campo virou morada.
O rancho da Boa Vista virou beira de caminho.
As tropas de muladeiros, o viandante solitário,
Os carretões e os tropeiros encontraram sombra amiga
Ao pé do novo caminho, à beira do durasnal.

Alvarenga envelheceu nas andanças da campanha,
Por ervais de novos campos e pela banda oriental.
E em sua cabeça branca girava uma nova ideia:
— Esta terra não tem dono! Todos são donos da terra!
E, ao João Vieira, conhecido pela gente da Província,
Outros vieram se juntar. Outros ranchos se plantaram
Ao pé do novo caminho, à beira do durasnal.

Um dia João Alvarenga, o velho curitibano,
cansado de tanta luta, encontra a paz afinal.
Seu corpo encontrou repouso
Na sombra do durasnal...

Mas na ideia do filho, revive a ideia do pai:
De Cruz Alta a São Martinho teria de haver um povo
Para o povo descansar.
E, no meio da jornada, que era pouso e sesteada,
As ruas foram abertas no lombo do Durasnal.

Já quase ninguém lembrava do João Vieira, da Boa Vista...
Mas crescia o povo novo à vista de todo o povo
Do velho chão missioneiro.
E, de tal modo cresceu, de tal maneira crescia,
Que em breve o Povo Novo, o hospitaleiro povoado,
Se transformou em Freguesia...

Esta história chega ao fim.
Pois todos já sabem, agora,
O resto da bela história
Que esta terra identifica.
É a história de minha terra,
A história doce e singela
Da Terra de Vila Rica.

Apresentação

Júlio de Castilhos, ainda com o nome de Vila Rica, emancipou-se em 14 de julho de 1891. É provável que muitos castilhenses tenham descoberto essa informação através do livro "Terra de Vila Rica (1991)" de Firmino Costa, lançado pela Prefeitura Municipal no ano do Centenário do Município.

Nesse ano de 2021, o município comemora seus 130 anos de história. Momento tão importante que a atual administração municipal, unindo esforços entre poder executivo e legislativo, acredita ter o dever de proporcionar à população ações culturais que perdurem e sejam lembradas por gerações.

Junto à comemoração tão relevante, temos a honra de proporcionar ao Povo Castilhense uma nova edição da obra "TERRA DE VILA RICA - Contribuição ao Estudo da História do Município de Júlio de Castilhos", de Firmino Chagas Costa.

Firmino Costa é autor de outras obras relevantes como "As Águas de Santo Antônio de Júlio de Castilhos" e "Nova História de Júlio de Castilhos para crianças", contribuindo, mais uma vez, de forma significativa com a cultura e preservação histórica do município.

Ao autor, Dr. Firmino Costa, pessoa ilustre, Cidadão Honorário de Júlio de Castilhos, reiteramos nosso eterno agradecimento em nome de toda população castilhense.

Bernardo Quatrin Dalla Corte
Prefeito de Júlio de Castilhos

Antônio Derlei da Silva
Presidente da Câmara de Vereadores de Júlio de Castilhos

Ao amável leitor:

TERRA DE VILA RICA

"Terra de Vila Rica" não é apenas um caminho, uma fazenda, um lugar no planalto, um pedaço do Rio Grande.

Essa "Terra de Vila Rica" só existe em nosso coração. É um título-ternura, um nome carinhoso que demos à terra que viu mamãe-menina saltar, voar com asas de criança. E à terra que nos acolheu como filho.

Eu moro aqui. Eu vivo aqui. Nasceram aqui meus filhos

Por isso eu sei. Sempre amarei minha Júlio de Castilhos.

E, certamente, aqui descansarei junto a meus pais e aos amigos com quem desfrutei um doce e longo convívio.

Contribuição ao Estudo da HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS.

Não escrevemos a História de Júlio de Castilhos. Faltam capítulos importantíssimos. E não mencionamos algumas pessoas notáveis que ajudaram a escrever a história desta terra.

Temos consciência de nossas limitações e desejamos contribuir, apenas parcialmente, ao estudo da história de nosso município. Na condição de micro historiador, claro está que, pessoalmente, com muito pouco, ou quase nada, contribuímos ou acrescentamos ao conhecimento dessa história. Apenas compilamos de outros autores cujas fontes foram devidamente creditadas e apresentamos documentos, frutos de pesquisas em vários arquivos. Assim fazendo, pensamos comungar da ânsia de curiosidade e conhecimentos daqueles que se interessam pelo passado do município que este ano comemora seus 130 anos de emancipação.

Com muitas falhas, que relevarão os mais bondosos, este trabalho representa agora mais 30 anos de árduo, carinhoso e constante estudo.

O livro está em suas mãos e esperamos que o aprecie.

Firmino Costa

“Lembra-te dos dias da antiguidade, atenta para os anos de muitas gerações: pergunta a teu pai e ele te informará; a teus anciãos, e eles t´o dirão.”

(Deuteronômio 32 : 7)

“Não removas marcos antigos que puseram teus pais.”

(Provérbios 22:28)

À minha querida esposa MAVYS;

A meu filho NORTON, Juliana, Lívia e Alice;

A meu filho DAYAN e Franciele;

E, á minha filha ALINE, Reynaldo e Murilo.

A Júlio de Castilhos, minha terra adotiva, e a todos que, como eu, aprenderam a amá-la.

Dedico este livro.

Firmino Chagas Costa

ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE A PRIMEIRA EDIÇÃO DO LIVRO "TERRA DE VILA RICA"

*** "Defendo que a tarefa de pesquisar e escrever História é área de atuação dos profissionais. No entanto Firmino Chagas Costa, cuja obra tenho acompanhado ao longo desses últimos anos, não fica a dever a nenhum profissional de História."**

MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA SAUL - Professor do Departamento de História pela UFSC. In palestra inaugural do 1º Encontro de Microhistória de Santa Catarina.

*** "Escusado é dizer que se trata de uma publicação esmerada, criteriosa e de profunda pesquisa. São quase 500 páginas. E deve dizer-se apenas que são poucos os municípios que podem oferecer uma joia de tamanho valor. O Rio Grande do Sul tem um exemplo".**

Prof. MÁRIO GARDELIN – Universidade de Caxias do Sul.

*** "O Sr. realmente conseguiu compor uma das mais completas monografias históricas municipais da bibliografia rio-grandense. Tudo transpira preocupação com a fidelidade e a segurança da informação. O que não é frequente. Júlio de Castilhos ganhou, com seu trabalho, um seguro roteiro da sua memória histórica.**

Desculpe o atraso com que estou fazendo esta apreciação, que aliás não me foi pedida. Mas achei injusto que lesse, gostasse, aprendesse e não manifestasse meu aplauso".

SÉRGIO DA COSTA FRANCO – Historiador.

*** "Admirável obra. Trata-se de trabalho sério, onde transparece sua dedicação à pesquisa e sua afeição à terra adotiva. Honrado em ter sido citado".**

ARTHUR FERREIRA FILHO – Historiador.

*** "... excelente "Terra de Vila Rica", versando com muita profundidade e muitíssimo amor a história castilhense".**

MOACYR DOMINGUES – Historiador.

*** "Uma obra monumental, rica de conteúdo elucidativo, evocando as épocas com provas contundentes, irrefutáveis, de beleza de detalhes, num estilo claro, leve, resvalante, que nos leva à página seguinte sempre com vontade de saber e conhecer mais. "**

OSÓRIO SANTANA FIGUEIREDO – Historiador.

*** "Precioso repertório histórico. Trabalho diligente e exaustivo. Enfoca aspectos mais variados e não há classe que não tenha seu lugar e seu rico documentário. Não sei como pôde reunir tantos pormenores interessantes. Só a perspicácia e a persistência lograram nos brindar com obra de tal vulto que será sempre um ponto de referência e um manancial de consulta obrigatória. "**

Pe. ARLINDO RUBERT – Historiador.

*** "Uma monografia muito bem construída, com uma gama de informações verdadeiramente impressionante e alicerçada em ótima documentação. Mais uma preciosa fonte de informação para nós os pesquisadores. "**

HELIO MORO MARIANTE – Historiador.

*** "Um trabalho de fôlego, persistência e dedicação. Uma das mais completas obras em termos de História de municípios. "**

ARNALDO CASSOL – Escritor, poeta e historiador.

CAPÍTULO I

OS ÍNDIOS TAPES NO MUNICÍPIO

No atual território do Município de Júlio de Castilhos, em tempos imemoriais, teriam vivido esses índios de uma tribo da família tupi-guarani. Eles apareceram, vindos das barrancas do Alto Uruguai, há 7 a 5 mil anos Antes de Cristo e chegaram às regiões frias do planalto gaúcho lá pelo Século II A.C., cavando casas subterrâneas para melhor se protegerem do frio. Teriam ocupado a região dos pinheirais e, durante o longo inverno, alimentar-se-iam de seus frutos. Reuniam-se em grupos que caçavam, pescavam ou, simplesmente, apanhavam alimentos.

No Alto Jacuí, os tapes apareceram a primeira vez no Século V da era cristã. Era o índio que já plantava alguma coisa e que iria, nos séculos seguintes, viver na área de matos das terras que, hoje, formam o Rio Grande do Sul[1].

Numa segunda migração, grupos guaranis vindos do Norte, teriam entrado pelo litoral e, navegando pela costa da Lagoa dos Patos (século IX e X), subiriam o Jacuí, vindo atingir o Município atual ao redor do século XIII[2].

Com a expansão demográfica, teria propriamente início a penetração do índio em áreas do atual Município de Júlio de Castilhos. Eles teriam passado das ótimas várzeas do Jacuí, onde a plantação era fácil, para subirem os vales dos afluentes desse grande rio; até atingirem

1. IGNÁCIO SCHMITZ, Pe. – "O índio no Rio Grande do Sul" – Perspectivas – Governo do Estado.
2. JOSÉ PROENÇA BROCHADO – "O Conquistador Vencido", artigo em " o índio no Rio Grande do Sul – Governo do Estado

os abundantes matos e as regiões de campos próximos a atual cidade; se distribuindo sobre todo o território do atual município.

Eram, predominantemente, agricultores. Numa agricultura muito rudimentar, plantavam milho, mandioca, batata-doce, abóboras, feijão, etc...

Esse grupo guarani semibárbaro seria encontrado no início dos anos 1600 pelos padres da Companhia de Jesus. São os próprios jesuítas que numa Ânua (relatório a seus superiores) escrita em 21 de abril de 1635, pelo Pe. Pedro Romero, assim se refere aos índios Tapes[3]:

> *"Não há anos que estes pobrezinhos naturais não padeçam de mil calamidades e desventuras de fome e frio, enfermidades e mortandades que abundam todas estas pobres terras".*
>
> *"O ano inteiro, só dão alguns dias ao cultivo de suas chácaras, deixando todo o cuidado delas às suas mulheres, que são quem plantam e colhem. Andam pelos campos, rios e montes em busca de veados, aves e peixes com que passam sua miserável vida, expostos sempre à inclemência, sem amparo ou resguardo contra elas. Daí provém tantas doenças e misérias que continuamente padecem sem alivio ou remédio. "*
>
> *"Às vezes caçam, veados ou perdizes. Que é a mais comum. Mas assim como a trazem, põem no fogo e no meio do assar a comem sem sal e sem tempero. Quando querem variar comem uma farinha que fazem de raízes podres de propósito, que nos espanta pelo mau cheiro."*
>
> *"A bebida é um triste vinho que fazem de milho mascado e cozido com pouca água."*

---

3. COLEÇÃO DE Angelis – "Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611 -1758) – IV Vol. – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - 1970.

Esses tapes viviam como animais e, como tal, reagiam emocionalmente:

> *"Não têm quem os aconselhem ou alegrem quando adoecem. O pai deixa o filho, o filho ao pai e a mulher ao marido. Nem lhes falam uma só palavra em todo o dia. E assim, o triste enfermo se consome de tanta melancolia e tristeza."*

Viviam, também, sem o menor conforto:

> *"As melhores camas são feitas com fios de algodão e 'hortigas' da terra, redes pequenas onde dormem encolhidos, de costas sem poder virar-se. Alguns as fazem com pedaço de paus. Neles colocam uma esteira de canas, mas também eram tão curtas e estreitas, que se dormissem estendidos seus pés ficariam de fora."*

Sobre o cuidado com os doentes, os jesuítas testemunharam que, embaixo das camas, os índios colocavam braseiros para aquecê-los. Mas, abandonados, acabavam "secando e assando" até a morte! Deixavam também que comessem e bebessem de tudo, pois não tinham consciência ou ignoravam a doença. Se o enfermo não queria comer, parente algum o obrigava, acabando de morrer por inanição.

> *"Furtavam por índole, sem constrangimento. Não podem conceber que os bens deste mundo não sejam de toda a gente. Sabiam sofrer na doença e na morte. Gemido ou choro era covardia. O verdadeiro bravo era insensível. Eram fleumáticos, taciturnos. Seu ideal era não trabalhar, não pensar. As distrações preferidas eram bolear cervos ou veados, aves-*

truzes, cavalos. Imprevidentes, humildes, servis, pacientes. Eram indolentes, sem dúvida, mas capazes de grandes esforços" [4]*. (131)*

Esse pobre povo primitivo era assim antes da chegada dos jesuítas.

Quanto ao tipo físico dessa tribo, encontra-se uma descrição feita 150 anos depois[5]:

> *"Os tapes tem ventas dos narizes grandes e como inchadas, as faces altas e cheias, os cabelos somente no extremo da barba e no lábio superior. Não são de estatura mui alta e as mulheres quase do mesmo tamanho".*

Fig.1: Índia missioneira. Ilustr. de Norton Costa.

4. PTOLOMEU DE ASSIS BRASIL – "Batalha de Caiboaté" – Edição Senado Federal Vol. 63.

5. JOSÉ DE SALDANHA – "Diário Resumido e Histórico – Campanha 4ª - 1786 a 1787" e "Diário Geral das Operações Astronômicas – 5ª Campanha de 1787 a 1788" – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Secção de Manuscritos. Microfilmes cedidos ao autor pelo Dr. Sérgio da Costa Franco.

A CHEGADA DOS JESUÍTAS

Embora não se possa afirmar, é provável que o primeiro homem a passar por terras que hoje constituem o Município de Júlio de Castilhos, tenha sido um homem santo: o Pe. Roque Gonzales de Santa Cruz. Nomeado Superior Provincial das Reduções do Paraná e Uruguai, ele entrou de canoa pelo Rio Ibicuí, em 1626, e teria subido a Serra de São Martinho. Segundo afirmou, andou livremente por todo o Tape (antiga "província" situada no centro do atual Estado do Rio Grande do Sul) e referiu-se com detalhes ao Jaí (Rio Jacuí).

Cada aldeia ou povo onde os índios eram catequizados era chamada de "redução". Do latim, re/duco re/conduzir (ao rebanho do Senhor).

Fig.2: Jesuítas - Norton Costa.

Os jesuítas fundaram 18 reduções em território rio-grandense. As mais próximas ao atual município seriam a de Nossa Senhora de Natividade, fundada em setembro de 1632, que estaria hoje na parte norte do Município de Pinhal Grande; a de São Miguel, no de São Martinho da Serra e a de São Cosme e Damião nas proximidades do de Santa Maria. Outras reduções estariam localizadas à margem esquerda do Rio Jacuí. Entre elas, a de Jesus Maria, próxima a Rio Pardo, a de São Cristóvão, próxima à foz do Rio Pardinho e a de Sant´Ana, que ficava para o lado de Santa Maria.

Essas reduções aqui citadas viviam em paz. Os jesuítas cuidavam de inúmeras famílias de índios. Elas tinham suas igrejas, seus ranchos para morar. A aldeia tinha ruas e praças, casa dos padres, das viúvas, seu gado, cavalos, ovelhas, cabras e bestas, além de lavouras.

Na primeira edição desta monografia, encontram-se farta matéria de como eram, como era o dia a dia de uma redução, como chegou o gado, os cavalos, o gado menor, enfim como era a vida em uma redução. Como não existiu nenhuma redução dentro dos limites do atual Município de Júlio de Castilhos, deixa-se de mencioná-los nesta nova edição.

No entanto, a destruição que pôs fim à essas reduções jesuíticas, (a chegada dos bandeirantes à região), tem uma real importância para a história do Município de Júlio de Castilhos e deve ser aqui estudada:

Fig. 3: Jean Baptiste Debret (reprod.). Bandeirantes combatendo índios botocudos no interior de São Paulo.

A bandeira de Antônio Raposo Tavares, formada por portugueses e índios mamelucos civilizados, que vinha de Piratininga (São Paulo), era movida principalmente, pela necessidade de "caça" ao índio das reduções. Eles seriam levados acorrentados e vendidos, como escravos, às lavouras de São Vicente e aos engenhos de açúcar do nordeste. Alguns, os mais hábeis, seriam, também, aproveitados nas guerrilhas, como "homens de arco". "Essa

bandeira era formada por 140 portugueses com arcabuzes (de pólvora e chumbo) e 150 índios tupis. Todos vestidos de escupis (estofados de algodão) que os cobriam dos pés à cabeça protegendo-os das flechas e lanças de madeira"[6].

Apesar de terem vindo dois jesuítas que eram verdadeiros profissionais na arte militar, para preparar os índios a resistirem à invasão bandeirante; e do grande entusiasmo com que os índios se dedicaram aos exercícios militares, a diferença de poder de fogo de índios e bandeirantes era muito gritante.

> *"A maior cópia de homens proveio de São Miguel, São Lourenço e São João. Quinhentos homens. Trouxeram dois pequenos canhões feitos de taquaruçu retovado de couro que resistiam a três disparos e ficavam inutilizados."*[7]

A euforia dos índios, destemidos e despreocupados por natureza, contrastava com a angústia dos padres que, já tendo sofrido as atrocidades dos bárbaros bandeirantes em Guaíra, imploravam a Deus que os livrasse do terrível inimigo.

Com a notícia de que Tavares iria invadir as reduções jesuíticas da região, o Pe. Pedro Romero, Provincial das Missões, achou conveniente e concordou que se fizesse uma reserva, *"um corte de gado"* com trezentas reses, e a levasse para Natividade *"por ser um lugar a propósito e cômodo"*, isto é, menos acessível ao inimigo, pois ficava na margem oposta do Rio Jacuí.

Foi muito recomendado para que não matasse nenhum animal dessa *"tropa de gado escolhido"*, pois ela deveria alimentar os índios vindos de outras reduções *"caso os portugueses viessem a dar sobre elas"*.

---

6. Segundo PTOLOMEU DE ASSIS BRASIL.
7. Ibidem, p..

De fato, em 1636, chegaram os bandeirantes. A fulminante ação da bandeira paulista, minuciosamente descrita por Aurélio Porto[8], pode assim ser resumida:

O primeiro ataque foi à redução de Jesus Maria. Apesar de heroica resistência de quatro a cinco horas, caiu a redução em 2 de agosto de 1636. Os índios foram aprisionados, a igreja foi queimada e a população saqueada. (Segundo Ptolomeu de Assis Brasil (131*) seriam 6 horas – das 6 às 14 horas).

São Cristóvão, a redução mais próxima, foi atacada no dia de Natal. Apesar do maior esforço, os padres que haviam formado um exército de 1600 homens, por duas vezes rechaçaram o inimigo. Após um combate de quatro horas e meia, extenuados pelo cansaço foram totalmente vencidos e tiveram de capitular.

Em face da falta de segurança que oferecia Sant´Ana, a redução mais próxima, Pe. Montoya, outro Provincial, resolveu, antes que os bandeirantes chegassem, levar o povo dessa aldeia para Natividade, distante quatro léguas, onde o Jacuí oferecia uma barreira natural difícil de transpor, o que poderia retardar a marcha dos bandeirantes.

Abandonada a redução de Sant´Ana, Tavares com seu exército foi para lá. No entanto, começou a haver uma revolta dos índios prisioneiros, com a consequente morte de vários bandeirantes. Sentindo-se então inseguro retornou a Taquari, aonde talvez procuraria fortalecer-se durante o inverno. No entanto, ele desistiu e voltou para São Paulo não retornando mais ao sul.

Natividade não estaria dentro dos limites do atual Município de Júlio de Castilhos. Mas, para aquela reserva de trezentas reses foi escolhido, no ano de 1636, um lugar mais distante de Natividade, porém mais protegido,

8.AURÉLIO PORTO – "História das Missões Orientais do Uruguai" –Vol. III – 1ª Parte – Livraria Selbach – Porto Alegre.

que ficava no lado norte do atual Arroio da Reserva, que é a divisa atual entre o Município de Pinhal Grande e o de Júlio de Castilhos. Essa reserva, portanto, ficava dentro do atual Município de Júlio de Castilhos.

O estabelecimento desse "rincão da reserva", salvo melhor juízo, marca o ano de 1636 como o ano do início da

História do Município de Júlio de Castilhos.

Sabe-se que, em 18 de fevereiro de 1823, foi concedida ao Cap. Carlos dos Santos Barreto e sua esposa, uma carta de sesmaria *"no rincão denominado Reserva"*. É a primeira vez que se encontrou esse topônimo. A hipótese, levantada pelo pesquisador Luiz Gonzaga Salles, (45) com a qual se concorda plenamente, de que é dessa reserva de trezentas reses que veio o nome dado à Fazenda da Reserva, onde em 1860, nasceria Júlio Prates de Castilhos.

A fuga dos jesuítas para além do Uruguai

Fig. 4: Desenho de Sergio Batsow.

Em 1637, a bandeira de André Fernandes, destruiu a redução Santa Tereza, nas proximidades de Passo Fundo e, em 1638, a bandeira de Fernão Dias Paes, destruiu a de Apóstolos Pedro e Paulo, perto de Ijuí [9]. As contínuas e terríveis notícias desses últimos povos destroçados pela

9. COLEÇÃO DE Angelis – "Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611 -1758) – IV Vol. – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - 1970.

ação brutal e avassaladora dos bandeirantes chegaram até Natividade. A situação de temor constante e boatos das mais fantásticas e horripilantes cenas de selvageria fizeram com que o medo tomasse conta de todos. Segundo Ptolomeu de Assis Brasil, (131*) eles incendiavam as igrejas, truncavam braços de crianças, cortavam cabeças. Diante disso, os jesuítas resolveram levar os índios aldeados para a margem direita, a do outro lado, do Rio Uruguai.

Assim, aqueles povos que abandonaram Natividade teriam passado, em 1638, por terras do futuro Município de Júlio de Castilhos, em sua fuga em busca de maior proteção.

A VOLTA DOS JESUÍTAS E SUAS ESTÂNCIAS

Abandonada a região missioneira pelos jesuítas, a História do Município de Júlio de Castilhos entra num profundo silêncio de meio século. Durante esse tempo, as terras do atual município tornaram-se um verdadeiro deserto.

Ao voltarem e estabelecerem os Sete Povos das Missões em 1687, os jesuítas descobrem que o gado, abandonado à sua sorte na apressada fuga de 1638, havia se multiplicado fabulosamente. Aproveitando as magníficas pastagens entre o Rio Jacuí e o Ibicuí, os animais dispersos na fuga foram se reproduzindo livremente ao correr de cinquenta anos e formando as grandes concentrações chamadas de vacarias. Das vacarias os jesuítas trouxeram, em poucos meses, uma apreciável quantidade de cabeças. Eram animais selvagens que entremeados com vacas e bois mansos (os sinuelos) foram sendo trazidos e distribuídos para seus novos Povos. A grande maioria, no entanto, foi arrebanhada, estabelecendo as grandes estâncias jesuíticas.

Fig. 5: Mapa das Estâncias Missioneiras.

Essas estâncias de criar gado eram realmente enormes. A colossal extensão de seus campos e matas é fabulosa e quase inacreditável nos dias de hoje. Em todo o atual Município de Júlio de Castilhos caberiam apenas partes da Estância de São Pedro e da Estância de Santo Antônio, ambas pertencentes ao Povo de São Lourenço das Missões.

Entre 1786 a 1788 elas foram assim descritas pelo geógrafo e astrônomo do reino português, Dr. José de Saldanha[10]:

ESTÂNCIA DE SÃO PEDRO. Em seu território atual, a estância começaria nos campos perto da atual São Martinho da Serra e se estenderia pela Coxilha Grande ao longo das cabeceiras do Arroio Taquarembó e de outros

10. JOSÉ DE SALDANHA – "Diário Resumido e Histórico – Campanha 4ª - 1786 a 1787" e "Diário Geral das Operações Astronômicas – 5ª Campanha de 1787 a 1788" – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Secção de Manuscritos. Microfilmes cedidos ao autor pelo Dr. Sérgio da Costa Franco.

tributários do Guaçupi. Pode-se até dizer, que a Estância de São Pedro era composta por terras que ficariam na metade norte do atual Município (além da atual BR 158).

O Diário de José de Saldanha[11] referente ao dia 30 de abril de 1787 fornece dados preciosos sobre a Estância de São Pedro:

"Aprazíveis e amenos são esses campos, as caídas para leste formam outro galho do Yacuy (Jacuí) chamado Ybirayepiro (Ivaí) ..." Distante 10.950 metros da sede, a 79° ½ a NE, entre caídas para o Ivaí havia um Posto chamado Santo Ignácio.

A sede dessa estância ficaria próximo à pista do Aeroporto Intermunicipal, mas dentro do atual Município de Tupanciretã. As casas eram térreas, cobertas de capim, com paredes de pau-a-pique e barro amassado.

A sua capela era caiada de branco e servia *"para as cantadas rezas dos índios, acompanhada de Tambores e viola, ou flautins, como as gaitas dos Pastores".*

Essa capela existiu na Fazenda São Pedro do Tarumã. Enquanto a capela que estava ruindo fosse demolida, o Ten. Cel. Raphael de Oliveira Mello Fº, proprietário da sede, mandou levar a imagem missioneira de madeira de São Pedro (foto) para a Ermida dos Alvarengas na cidade de Júlio de Castilhos. Lá ela ficou até 1974, de onde foi levada para Porto Alegre, onde está até hoje.

Fig. 6: São Pedro. Arte sacra missioneira.

A Estância de São Pedro era *"abundante"* de gado, cavalhada e manadas de carneiros de onde fornecia reses para a Guarda (espanhola) de São Martinho.

11. Ibidem. p. 25.

A ESTÂNCIA DE SANTO ANTÔNIO, que cobriria a parte sul do atual Município de Júlio de Castilhos fazia divisa, ao norte, com a Estância de São Pedro. Ao oeste com a Serra de São Martinho e, a leste, com o Rio Ivaí. Não se conseguiu saber, até o momento, onde ficaria a sua sede. (Apenas, que estaria a 45° NE de seu Posto do Itaroquém, cuja latitude austral é de 29°14´13"). Ela tinha poucos ranchos e estava situada sobre a coxilha, entre *"caída ou galhos para o Jacuí"*. Não era muito abundante quanto ao gado, mas teria "bons e grandes rincões onde se poderia criar".

Os Postos que constituíam aquelas grandes estâncias missioneiras eram muito semelhantes entre si. Tinham suas igrejas, casas, ranchos e os vizinhos durasnais. Só diferiam na quantidade de gado. Costumavam ter bastante cavalhada, mas quase todas de corpo diminuto "não admiram de gordos", pois a pastagem era pouco impregnada de sal natural, tanto que os cavalos lambiam-se uns aos outros quando suados e eram também lambidos pelos carneiros.

Itaroquém era o único posto dessa estância, que na linguagem indígena significa *"porteira de pedra"* por causa de *"uma porteira de pedra que fecha a coxilha"*. O posto estaria, portanto, nas proximidades da Ponte do Felício e a porteira de pedra que originou o nome, talvez seja o paredão que existe a montante da ponte. Ou talvez, até mesmo no alto, onde hoje existe a Fazenda do Itaroquém.

Nas terras da Estância de Santo Antônio havia dois grandes durasnais (capões de pessegueiros). Elas eram banhadas por um arroio, afluente à margem direita do Jacuí, chamado *"Tupaetuhã"* que tinha várias ilhazinhas e corria sobre pedras; pelo Arroio Santo Antônio e pelo Arroio Santo Inácio.

É difícil determinar qual seria esse Arroio Tupaetuhã ou Tupahetuha. Poderia ser o Arroio Soturno, pois

segue para *"um vale da quebrada ou abra grande pelo qual se despenha..."*.

A Estância de Santo Antônio era vizinha da Estância de São Miguel, pertencente ao Povo de São João. A divisa era o Rio Ivaí, com o qual se comunicava através do *"Passo de Ibirayepiro"* (Passo do Ivaí-debaixo). Aí o rio *"trazia bastante água e seu leito é pedregoso, o que faz ser em partes de nado e em outras de vau, com cachoeiras rasas, corre com veemência e terá de largura oito braças (186 m) "*.

AS GUERRAS GUARANÍTICAS

O cone sul do Brasil foi sempre disputado pelas monarquias da antiga Europa: as coroas de Espanha e de Portugal. Gerando conflitos e contestações quanto à divisa entre elas. Em 1750, para definir quem eram os possuidores das terras ocupadas por aqueles primeiros povoadores instalados na América do Sul, foi celebrado o Tratado de Madri.

Alguns artigos desse tratado determinavam a troca da Colônia do Sacramento, que era portuguesa, pelos Sete Povos das Missões, território espanhol onde viviam 30.000 índios tapes e onde pastavam 700.000 cabeças em suas estâncias.

A COMISSÃO DOS DEMARCADORES

Para tornar efetivo o Tratado de Madri, foram encarregados, por Portugal, o Gen. Gomes Freire de Andrada e, pela Espanha, o Marquês de Val-de-Lírios.

A demarcação começou. Porém, quando foi enterrado o quarto marco divisório, nas proximidades da atual, cidade de Bagé foram impedidos por Sepé Tiarajú, o capitão corregedor das Missões. Os índios se considera-

vam os únicos e verdadeiros donos da terra que *"Dios y San Miguel"* lhes havia dado e que a defenderiam ardorosamente se a demarcação continuasse.

Então, as comissões se retiraram e, após uma conferência voltaram à ação, com novo insucesso. Gomes Freire retirou-se para a Fortaleza de Rio Pardo e, em fins de 1754, assinou um armistício com os índios rebeldes. A trégua durou dois anos e foi quebrada. Dessa vez a demarcação foi reiniciada com dois poderosos exércitos, sendo o espanhol chefiado pelo Gen. José de Andonaegui. Em 7 de fevereiro de 1756, os índios missioneiros atacaram os demarcadores. Num combate, nas proximidades de São Gabriel, foi morto Sepé Tiarajú.

Apenas três dias depois, os índios remanescentes, sob o comando de Nicolau Languirú, opõem nova resistência, mas foram fragorosamente derrotados no infausto Combate de Caiboaté, o maior genocídio em terras rio-grandenses. Em apenas uma hora morreram mais de 1200 índios.

Após o massacre, marcharam os dois exércitos rumando às Missões. Passaram pela atual região de Santa Maria e chegaram à boca do mato (boca do monte, em espanhol). Pela picada, que subindo, chegava à atual cidade de São Martinho da Serra, trezentos homens fizeram uma estrada para permitir a passagem das carretas e canhões. Enquanto isso, o exército aguardava acampado, por 25 dias, sob o rigor dos primeiros frios, o quê provocou a morte de grande parte da cavalhada e a deserção de muitos soldados.

As carretas foram puxadas com oito juntas de bois e outras seis, com três cavalos à cincha. Assim, subiram a íngreme encosta pelo novo caminho. Eram mais de cem carretas. Cinquenta a sessenta passaram por dia, durante quatro dias. Por mais quatro dias, à força de soldados, foi levada toda a artilharia, o material restante e as pro-

visões dos dois exércitos. Chegaram, por fim, à coroa do *"Campo Grande"* (atual São Martinho da Serra). Aí ficaram durante trinta e um dias e prosseguiram depois *"pelo campo de Guaçoyhupe"* (Guaçupi). Já em terras do atual município.

Às dez horas da manhã, de 26 de abril de 1756, as tropas passaram pelo Passo do Guaçupi, Passo do Cerro ou Passo Feio, do Arroio Guaçupi.

Logo que as tropas haviam passado o arroio, um dos generais, com alguns oficiais, marchou uma légua adiante para estudar o caminho e *"lhes saíram ao encontro uns poucos índios, dos quais chegam dois a fala, vindo mais bem vestido um deles. Com sua veste branca, calção e camisa, tudo de algodão, e uma cinta encarnada, deitada de banda de oficial, com seu chapéu armado como nós. Traziam consigo, a cavalo, as armas de seu uso, que são: armas de fogo, flechas, lanças, bolas, laços e fundas".*

À pergunta de onde iriam e o que iriam fazer, o general respondeu secamente que aguardassem e veriam. E os índios retornaram.

Fica, portanto, um forte indício de que Sepé Tiarajú e Nicolau Languirú, corregedor do Povo da Conceição, teriam passado pelo atual Município de Júlio de Castilhos, em sua ida para a morte.

No dia 27 de abril, prepararam a passagem para as carretas e bagagens e seguiram. A marcha do dia 29 começou às 8h *"para o campo do Rio Tropy"* por onde cruzaram. Levaram um dia "consertando" as margens do Rio Toropi e a 1° de maio seguem para o campo da estância de *"São Pedro Velho"*, aonde chegam quatro horas depois. A sede dessa estância estaria nas proximidades do Aeroporto Intermunicipal, mas já em território tupanciretanense. (Onde, uns duzentos anos mais tarde, seria a Fazenda São Pedro do Tarumã).

Contam (*) que existiu uma estrada muito antiga, que do Passo do Guaçupi ia cruzar o Passo da Cruz ou Passo Real no Toropi. Era conhecida como Estrada Real ou Estrada Guarani. É bem provável que por ela tivessem seguido os dois exércitos.

(*) Entrevista com Agostinho Pomina e Cândido Dias. Este disse que a Estrada Guarani passava no Passo do Guaçupi, no Passo do Pessegueiro, nos campos do Dr. Elpídio Bañolas, no marco de pedra que existia na estrada de seu campo (hoje não existe mais); atravessava os campos de Miguel Waihrich F° e saía no passo ao lado da tapera de João Delfino Pacheco (hoje propriedade de Haroldo Haimboeck).

Da estância aonde chegaram, os exércitos seguiram para São Bernardo (Município de Tupanciretã), indo Adonaegui para o Povo de São João Batista e Gomes Freire para o Povo de Santo Ângelo.

Os índios, derrotados e sem a assistência e a confiança dos jesuítas, renderam-se total e melancolicamente. Depois de *"comtemplar a grande mortandade de irmãos estendidos pelo campo da carnificina"* e sem mais esperanças de liberdade, nada mais esperavam. *"Nascidos para escravos, pouco lhes importava agora fosse o Rei da Espanha, ou outra entidade qualquer, o senhor a quem obedeceriam"*.[12] Desde que não abandonassem suas terras, melhor seria passar ao jugo de Portugal. E foi assim, que mais de quinhentas famílias entraram em acordo com Gomes Freire, enquanto outras se dispersaram e fugiram em todas as direções voltando à vida primitiva.

Gomes Freire de Andrade, mais tarde, retirou-se, abandonando o território de cima da serra que, sob o domínio espanhol, passou a pertencer ao Vice-Reinado do Rio da Prata.

12. AURÉLIO PORTO – "História das Missões Orientais do Uruguai" – Vol. IV – 2ª Parte – Liv. Selbach.

A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E A QUEDA DAS MISSÕES

Portugal e Espanha extinguiram na Europa a Companhia de Jesus. Os jesuítas das Missões foram, sem razão, acusados, de promover o levante dos índios contra os demarcadores. Ao redor de 1769, os padres dos Sete Povos receberam ordem de abandonar as Missões e seus índios. Embora fosse esperada, não houve revolta dos índios e os jesuítas foram expulsos pacificamente, pois obedeciam a uma ordem real.

Começou desta maneira, a decadência das Missões e dos povos missioneiros. Todo o território das Missões, ficou sob o domínio e administração espanhola. Com a nova organização dos homens de Espanha acabaria a tranquilidade e o bem-estar dos índios que, não se dando bem com o método militar dos novos mandatários, acabaram se desgostando.

Começaram as deserções em massa. Os tapes foram abandonando os Povos das Missões e indo para as estâncias onde, pelo menos, tinham alimentação. Em pouco tempo, as povoadíssimas estâncias ficaram quase desertas e eles se entregaram a vícios de toda a ordem: embriaguez, prostituição, roubos e insolências que acabaram aviltando-lhes o caráter tão dócil no tempo dos jesuítas. E, abandonados, voltaram a seu estado primitivo.

A lamentável situação e o abandono que tomou conta do planalto missioneiro permaneceu, praticamente inalterado, até o fim dos anos 1700.

CAPÍTULO II

A CONQUISTA DAS MISSÕES

Um dos acontecimentos históricos mais curiosos e impressionantes do Brasil faz parte também da História de Júlio de Castilhos.

Em 1801, a fronteira do "município" de Rio Pardo, vinha até às encostas da Serra de São Martinho. Essas terras pertenciam a Portugal e o comandante do Regimento de Dragões de Rio Pardo era o Ten. Cel. Patrício José Correa da Câmara. O limite da fronteira portuguesa era a Guarda de São Pedro Mártir a 13 km abaixo da atual São Martinho da Serra. Subindo a encosta ficava, em território espanhol, a Guarda de São Martinho (atual São Martinho da Serra).

. Na Europa, as relações entre Portugal e Espanha se deterioravam e, pelas escassas notícias que chegavam, esperava-se uma ruptura a qualquer momento. Essa situação despertou o patriotismo dos portugueses e mesmo antes da notícia oficial do rompimento, teve início a invasão das terras espanholas pelos portugueses.

A principal figura dessa guerra-relâmpago foi José Borges do Canto, célebre aventureiro de 26 anos que, não se sujeitando a disciplina militar, com menos de dois anos de praça, havia desertado do Regimento de Rio Pardo. Ele era grande conhecedor da região missioneira. Vivia tanto de um, como de outro lado fazendo contrabandos e levando *"uma vida extravagante e odiosa a ambas as nações"*.*

(*) Para este capítulo, consultou-se um estudo do Cel. Moacyr Domingues[13] e obras de Aurélio Porto[14] e Velloso da Silveira.[15]

Tendo como certo o breve rompimento entre Portugal e Espanha, Borges do Canto, desertor, teria se apresentado ao Cmt. Patrício e sido reintegrado ao Regimento; onde teve ordem de *"fazer algumas hostilidades ao inimigo".*

Saiu então pelas estâncias e convocou 14 conhecidos. Encontrou, em seguida, com Antônio de Almeida Lara, um tenente da Capitania de São Paulo, com 12 homens e juntos subiram a Serra. Na Guarda de São Martinho, ofereceu-se para acompanhá-lo o furriel Gabriel de Almeida com mais 6 companheiros que fazia parte da Guarda recém-tomada por Manoel dos Santos Pedroso.

Esse Gabriel de Almeida deixou para a posteridade uma "Memória" (**) que fornece a descrição desse heroico piquete passando pelo atual Município de Júlio de Castilhos:

(**) "Memória sobre a tomada de Sete Povos das Missões da América Espanhola."[16]

A 1° de agosto de 1801, sob rigoroso inverno, começam a marcha de São Martinho e andam 66 km, encontrando um grupo de 8 homens, chefiados por Antônio dos Santos. Ele iria completar o início desse comando de 44 bravos e destemidos heróis aos quais se deve a conquista das Missões.

13. (*) MOACYR DOMINGUES, Cel.- "A Conquista das Missões um Enigma Histórico – Caderno de Sábado do Correio do Povo de 6, 20 e 27 de julho de 1974.
14. (*) AURÉLIO PORTO – "História das Missões Orientais do Uruguai" – Vol. IV – 2ª Parte – Liv. Selbach.
15. (*) HEMETÉRIO JOSÉ VELLOSO DA SILVEIRA, Dr. - "As Missões Orientais e Seus Antigos Domínios" – Tip. da Liv. Universal de Carlos Echenique – 1909 – p.10 e outras.
16. (**) Ibiden p. 87.

O comando teria cruzado o Rio Guaçupi e o Toropi pelo mesmo roteiro de Gomes Freire de Andrada e, aproveitando a escuridão e o intenso frio chegaram, sem serem pressentidos, à Guarda de São Pedro (hoje Município de Tupanciretã). Atacados de surpresa, os 30 índios, comandados por um espanhol, não tiveram tempo de pegar em armas e se entregaram sem resistência. O comandante foi preso e os índios foram convencidos de que *"a guerra era só com os espanhóis e não com eles"* e foram deixados em liberdade. Para não desgostá-los não foi permitido o saque. Apenas levaram os cavalos, pois no lugar *"havia mais de mil animais cavalares e vacuns"*.

Gabriel de Almeida, que falava perfeitamente o guarani, fez com que eles aderissem aos conquistadores que, já em número de 74, deixam a região *"com o desígnio de voltar"* quando pudessem dar notícias certas do efetivo de forças que guardavam as Missões.

O restante da exitosa marcha será aqui apenas resumido, pois se desenrola fora dos limites do atual Município de Júlio de Castilhos:

No terceiro dia, viram muito ao longe, alguns homens armados que, vítima de emboscada, caíram prisioneiros, sem opor a menor resistência.

No dia seguinte, tomaram o Posto de Santo Inácio, onde havia uma pequena guarda cuidando de 500 cavalos. Ali ficaram sabendo que quatro léguas adiante ficava a Guarda de São João Mirim, guarnecida por 10 espanhóis bem armados e 60 índios. E que, a mais cinco léguas, havia um acampamento para instrução de recrutas. Esse acampamento, distante apenas uma légua do Povo de São Miguel, receberia os soldados de Asunción e de além Uruguai que viriam se organizar para atacar os domínios portugueses.

Sabidas as notícias, resolveram prosseguir ainda na mesma noite. Gabriel de Almeida foi à frente, com 20

homens, e cercou São João Mirim que foi tomada na manhã seguinte.

Com a chegada de Borges do Canto e do restante da força, marcharam 33 km e, na noite do 6° dia, aproximaram-se do acampamento de treino sem serem pressentidos.

Auxiliados pela *"escuridão da noite e horrorosa tempestade, ao romper da manhã, caem sobre os 100 espanhóis que ali havia. Diante do inesperado assalto, apenas da barraca do comandante espanhol, Don Manuel de Canas, partiram alguns disparos, iniciando um tiroteio que resultou na morte de 14 espanhóis e fez vários feridos".*

Mais além, noutro acampamento, 300 índios apavorados aguardavam sua sorte. A eles Gabriel de Almeida repetiu a fala em guarani e distribuiu o que haviam tomado aos espanhóis; fazendo-os aderir à causa, dando vivas a Portugal!

Entusiasmado com as fáceis e espetaculares vitórias e tendo São Miguel à vista, Borges do Canto *"quis experimentar a ventura"*:

Com os homens divididos em pelotões cercaram a redução às 11 horas do dia 8 de agosto de 1801 e só não atacaram porque temiam a artilharia espanhola. A notícia do sítio espalhou-se logo e, à noite, mais de 600 índios das vizinhanças juntaram-se para lutar com os portugueses. Dentro de mais alguns dias, o comandante espanhol, Don Francisco Rodrigues, resolveu capitular.

O Povo de São Miguel, considerado a "capital" das Missões, estava conquistado e, até fins de novembro, os demais povos teriam a mesma sorte.

A impressionante vitória pôs fim ao domínio espanhol nas terras hoje ocupadas pelo Município de Júlio de Castilhos.

CAPÍTULO III

O POVOAMENTO DE JÚLIO DE CASTILHOS

OS PAULISTAS

Com a passagem do território das Missões ao soberano domínio de Portugal, a cobiça na busca de novas terras desenvolveu a migração paulista e teve início o estabelecimento de estâncias que dominavam grandes extensões.

Através das serras do Mato Português e Mato Castelhano (hoje proximidade de Lagoa Vermelha), grande massa populacional viria acantonar-se em terras do planalto gaúcho, lançando a pedra fundamental de futuras cidades planaltinas como Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Júlio de Castilhos, São Francisco de Assis, Soledade, Santiago e outras.

Fig. 7: Pesquisa de Barbosa Lessa. Mapa publicado no jornal Correio do Povo.

Esse povoamento foi feito, portanto, obedecendo à motivação econômica, de apropriação da gadaria rema-

nescente da criação jesuítica.[17] A Província de São Paulo de então, incluía o atual Estado do Paraná (O Estado de Santa Catarina ainda não havia sido criado). Aos poucos, os fazendeiros descobriram que era melhor negócio buscar animais selvagens ou ir comprá-los no Sul. Por fim, deslumbrados com a beleza da paisagem do planalto missioneiro, muitos criadores e tropeiros resolveram transferirem-se para o sul e se dedicarem à venda de mulas.

Foi assim que esses tropeiros da Província de São Paulo chegaram ao Rio Grande do Sul. Entre eles, estavam os paranaenses e catarinenses de hoje. Esse foi o caminho seguido pelos pioneiros povoadores da região que iria constituir o futuro Município de Júlio de Castilhos.

Procederam do norte, os Moreira Pais (Moreira Machado), os Mello, os Pereira da Silva, os Alvarenga e outros tantos que, com o passar dos anos foram chegando, desde o início dos anos 1800. (**)

Eles procediam de Lages, da Lapa, de Tamanduá, de Curitiba e vários outros lugares.

(*) A Província do Paraná só foi criada em 9 de dezembro de 1853.

(**) Na 1ª Edição de "Terra de Vila Rica" (pg. 67 a 69) foi apresentada uma visão panorâmica no tocante aos primeiros estancieiros e a primitiva Criação de Gado no início dos anos 1800. Baseou-se, para tanto, na obra[18] do historiador inglês Robert Southey. Essa obra completa (4 volumes) existiu (e desapareceu) na Biblioteca Francisco Salles. Ela pertencera a João Appel e tinha uma dedicatória "à Biblioteca do Clube Literário Félix da Cunha".

---

17. MOZART PEREIRA SOARES, Prof. – "Santo Antônio da Palmeira" – Bels – 1974.
18. ROBERT SOUTH – "História do Brasil" – Vol. VI.

O TROPEIRISMO E O CAMINHO DAS MISSÕES

Sabe-se que mesmo antes da Conquista das Missões, os portugueses já exploravam o território missioneiro. Pelo Planalto Médio teriam cruzado inúmeras tropas procedentes das Missões e de além Uruguai.

"Os administradores espanhóis dos Sete Povos eram coniventes com o contrabando de gado em pé que era levado para Sorocaba.[19]

Procurando deter o avanço português e esse contrabando, foram criadas as guardas espanholas. Uma delas era a Guarda de São Pedro que ficava próximo ao Aeroporto Intermunicipal de Júlio de Castilhos. A outra era a Guarda de São Martinho. É possível que desde aquela época fosse burlada a vigilância dessas guardas, e pessoas que se dedicavam a aquele rendoso comércio tivesse cruzado as terras do futuro Município de Júlio de Castilhos. Mas foi de 1801, com a Conquista das Missões, que começou a intensificar-se a penetração de tropeiros paulistas. É incontestável a influência que eles tiveram no desbravamento, ocupação e abertura de caminhos em terras castilhenses.

A Conquista das Missões pelos portugueses teve como consequência a distribuição de sesmarias na região. A chamada Região Serrana, por assim dizer, especializou-se na criação e comércio de mulas. Elas eram resistentes, seguras e baratas, oferecendo na época da expansão da agricultura o transporte ideal para as selvas brasileiras.

Houve época em que as grandes criações de mulas se localizavam em Uruguaiana, Alegrete, Bagé, Caçapava e outros lugares. Os fazendeiros que as compravam subiam a picada de São Martinho e chegavam à região serrana onde os animais passavam por um período de

19. MOACYR DOMINGUES, Cel.-- "A Conquista das Missões um Enigma Histórico – Caderno de Sábado do Correio do Povo de 6, 20 e 27 de julho de 1974.

adaptações antes de serem levados à Feira de Sorocaba. Quase todas as tropas de mulas passavam, portanto, pelo futuro Município de Júlio de Castilhos.

Conheçamos, resumidamente, portanto, o que era e como se fazia o "**comércio de mulas**" que duraria até as primeiras décadas de 1900:

É de deduzir-se que os primeiros paulistas viessem se estabelecer no antigo Município de Cruz Alta, nas proximidades do **Caminho das Missões**.

Esse caminho começaria em São Borja e seguia sempre pelo divisor de águas do Rio Ibicuí e dos próximos afluentes do Uruguai, passando próximo à Cruz Alta. Contornavam as nascentes do Jacuí, seguindo por Carazinho, Passo Fundo, pelas proximidades de Lagoa Vermelha (Mato Castelhano, Campo do Meio e Mato Espanhol). Seguia depois, junto às cabeceiras do Rio Pelotas e entrava nos campos de Vacaria. Cruzava este rio no Registro Fiscal de Santa Vitória (Município de Bom Jesus). Daí seguia por Lajes, Curitibanos, Rio Negro, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Itararé e, finalmente, Sorocaba.

Outros atalhos foram abertos para burlar a vigilância do Registro de Santa Vitória, onde teriam de ser pago "os quintos" para o Governo Imperial, isto é 20% do valor da tropa.

Por esses antigos roteiros teriam passado os primeiros povoadores do atual Município de Júlio de Castilhos que se dedicavam ao comércio de mulas.

É importante que, em homenagem a esses admiráveis tropeiros do passado, chamados de birivas, tenha-se ideia da árdua luta que de corpo e alma se entregaram promovendo a descoberta e o desenvolvimento do Município de Júlio de Castilhos.

A TROPEADA DE MULAS

Era um trabalho verdadeiramente heroico. Eram cerca de 1000 mulas soltas, comprada aos criadores, em lotes de 50 a 100 animais.

Segundo Ribas Silveira[20]: A caravana era encabeçada por um rapazola de 15 ou 16 anos que arrastava pelo cabresto uma égua-madrinha com um cincerro que badalava dia e noite servindo de guia para as mulas. Atrás vinham três ou quatro cargueiros com provisões, panelas e roupas dos tropeiros. Viajavam, às vezes, três ou quatro dias, por ásperos caminhos completamente desertos, sem avistar um morador sequer que lhes pudesse fornecer mantimentos.

Para as pousadas levavam barracas de lona que, às vezes, amanheciam engomadas de geada.

O período ideal de viagem era o fim do inverno gaúcho. Mas muitos muladeiros preferiam os meses de outubro a dezembro, quando os pastos já estavam recuperados para melhor sustentar a tropa na longa caminhada.

Conduzir os ligeiros animais exigia constante atenção dos peões, pois a viagem era entrecortada de sérios perigos. Além de encontro com bugres vingativos e traiçoeiros, das serpentes venenosas, havia a travessia dos arroios e rios realizadas, quase diariamente, em frágeis canoas.

O tropeiro de mulas deveria ser um homem extremamente forte para suportar a inclemência do tempo e a extenuante fadiga dessas gigantescas tropeadas que, ida e volta, duravam três a quatro meses. Eram muito mais de 2000 quilômetros que os intrépidos muladeiros venciam cavalgando dia após dia, sem respeitar o frio, as chuvaradas e as nevascas dos campos abertos de Palmas, às vezes varridos por impetuosas ventanias.

20. RIBAS SILVEIRA – In Revista Tapejara de Ponta Grossa PR. Copia de “Manuscritos de Osório Salles” – Biblioteca Francisco Salles.

Nos primeiros dias, os trabalhos eram dobrados. A mulada inquieta e arisca exigia um cuidado maior em sua condução. A escassez de pastagens fazia com que a tropa devesse seguir sem parar, avançando constantemente, para evitar o risco dos animais se dispersarem e se perderem nos matos e capoeirais. Seriam três ou quatro semanas de lidas extenuantes. Era preciso de um grande número de cavaleiros, com bons cavalos, habilidade e experiência, para acompanhar a tropa, caminhando ou trotando sempre ao seu lado.

Nada, porém, excedia em grandiosidade e punha à prova a têmpera, a fibra, a coragem e a resistência física daqueles heróis do passado do que a última etapa da tropeada na fronteira do Rio Grande com Santa Catarina. Um espetáculo impressionante que nenhum tropeiro esqueceria facilmente e sempre aguardava com incontida ansiedade: o lançamento da tropa de mulas no Rio Uruguai!

Em época normal o Uruguai mediria, em Goio-En, cerca de dois quilômetros de largura. E não havia dono de tropa que não sentisse calafrios vendo sua fortuna sumir-se nos torvelinhos do caudaloso rio. Avistando apenas as orelhas do inquieto bicharedo que ia, aos poucos, se confundindo com as águas revoltas!

De quase todas as tropas, algum animal se afogava, principalmente nas enchentes, quando os redemoinhos em meio à travessia provocavam grandes perdas. As enormes chuvaradas alagavam as margens dos rios, cobrindo extensas várzeas. Em 1891, a maior enchente que se teve notícia, vitimou dezena de tropeiros e centenas de animais. No Rio Iguaçu, a fúria das águas fez uma roçada duzentos metros de largura, em cada margem. O Chapecó oferecia idênticos perigos, pois a caravana era obrigada a passar sobre um espinhaço de pedras tendo, de um lado, um enorme e profundo poço, e do outro, uma alta cachoeira, cujo bramido se ouvia a grande distância.

Os tropeiros "almoçavam" às 5 horas da manhã: feijão-tropeiro, charque, café-de-chaleira e chimarrão. Às vezes, canjica, pinhões cozidos e alguma caça. Depois começava a marcha das mulas. Puxavam mulas o dia inteiro, sem sestear.

A parada para o pouso era feita uma hora antes do anoitecer: Armavam as barracas, percorriam o rincão juntando lenha para o fogo que durava toda a noite. Após o jantar dois ou três peões eram destacados para a ronda da tropa e, à meia noite, eram substituídos.

A medida que as tropas avançavam para o norte as condições melhoravam, pois havia potreiros fechados e ranchos para o pernoite.

Para serem apresentadas em melhor estado, as mulas e burros ficavam invernados alguns meses nos Campos Gerais, no Paraná.

De 1855 a 1860, o comércio de muares atingiu o seu apogeu. Em 1856, cada besta valia 40 a 50 mil réis. A criação de gado foi praticamente abandonada, pois o lucro com a venda de mulas era mais compensador.

Em 1870, uma besta era adquirida, na fronteira do Rio Grande, por 24 mil réis (12 patacões), depois de serem adquiridas dos criadores do Planalto por cerca de 14 mil réis. Finalmente na Feira de Sorocaba ela valia 70 mil réis. Preço que chegaria a 120 mil réis em 1892!

A FEIRA DE SOROCABA

Era realizada anualmente nos meses de maio e junho. Para lá afluíam compradores de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Bahia. Todo o transporte pesado nas minas, engenhos e lavouras era realizado por muares, necessários naquela época em número sempre crescente.

A Feira, ao contrário do que se possa imaginar, não era num lugar fixo, como as de hoje. As tropas ficavam pelos campos ou potreiros vizinhos à Sorocaba e seus donos paravam ou iam à "vila". Ficavam rondando pelas ruas, pela praça ou pelos botequins, aonde iam elogiando a qualidade das bestas que haviam trazido.

Durante três ou quatro semanas, compradores e vendedores ficavam "se namorando", sem serem efetuadas nenhuma transação. Realizadas as primeiras vendas, porém, seguiam-se imediatamente as outras, com base nos preços iniciais.

Os negócios eram pagos em moedas metálicas: patacões de prata, libras e onças de ouro, pois o papel-moeda só surgiria mais tarde. Como as moedas muito manuseadas perdessem peso, os tropeiros carregavam pequenas balanças desmontáveis para conferir o peso das moedas.

Fig. 7: Balança para pesar moedas que pertenceu a Maneco Biriva. Acervo do autor.

(*) Essa rara peça foi doada ao autor por Lourenço de Almeida Gomes (Lourencito Gomes) bisneto de seu proprietário, Manuel Gomes de Moraes, mais conhecido como Maneco Biriva.

Têm-se aí uma ideia do que foi o Tropeirismo no Planalto, ao qual se deve o início da formação das primeiras estâncias do atual Município de Júlio de Castilhos.

OS DESCENDENTES DE AÇORIANOS

Além de paulistas, paranaenses e catarinenses, outros povoadores descendentes de luso-açorianos chegaram por outro caminho: Vieram de Porto Alegre, de Rio Pardo, de Taquari, de Triunfo e de Santo Amaro, subindo a Picada de São Martinho.

São de origem açoriana: os Soares da Silva, os Rosa, os Bastos e muitos outros.

Seguindo uma razoável ordem cronológica, pode-se afirmar quais foram os primeiros povoadores do atual Município de Júlio de Castilhos:

ALGUNS PIONEIROS E AS SESMARIAS (*)

(*) Para este e outros capítulos projetou-se sobre mapas publicados por Luiz Gonzaga Correa de Barros Salles, em seu livro "As Estâncias Castilhenses"[21], imagens que dão ideia da localização dessas áreas. Houve, no entanto, necessidade de modificar nomes e datas que eles continham e usar apenas porções dos mapas. Para o uso desses mapas, com as devidas modificações, tivemos a permissão desse autor.

MANOEL MOREIRA PAIS

Até o momento, têm-se como os primeiros povoadores do atual Município de Júlio de Castilhos, duas pessoas e suas famílias: Manoel Moreira Pais e André Pereira Garcia. Eles teriam chegado em 1802 ou 3, logo após a Conquista da Missões pelos portugueses.

21. LUIZ GONZAGA CORREA DE BARROS SALLES – " Estâncias Castilhenses — Identidades e origens das primeiras famílias" – Editora Experimental.

Fig. 8: Mapa / Manoel Moreira Pais.

Manoel Moreira Pais veio estabelecer-se ao norte da atual cidade de Júlio de Castilhos. Mais tarde, as divisas de suas terras eram as seguintes: Ao Sul com João Vieira de Alvarenga; ao Norte com Matheus Soares da Silva; a Leste com o Cap. Carlos dos Santos Barreto e, a Oeste, com o Posto de Santo Inácio da Estância de São Pedro.

Em 25 de agosto de 1845, Manoel Moreira Pais e sua mulher, venderam *"um rincão de campo e mato no lugar denominado Santo Inácio, que fora comprado do Cabildo" (Povo de São Lourenço, das Missões).*[22]

Fig. 9: Sede da Fazenda de Antônio Moreira Machado.

A sede de sua estância teria sido a da antiga fazenda dos Cavedon. (Na foto, quando pertencia a Antônio Moreira Machado).

22. Livro n°1 de Transmissões – 1855 – 1° Tabelionato de Júlio de Castilhos – APPA

Manoel Moreira Pais teria vindo de Lages onde casou. Ele nasceu em Sorocaba SP e faleceu em 21 de maio de 1859, era filho de Pedro Pais e de Maria Leme de Jesus que casaram em 29 de junho de 1786. Manoel Moreira Pais casou, em 1807, em Lages, com **Maria Rodrigues (Roiz) da Motta Machado,** filha de Manuel Joaquim Pereira e Francisca de Paula e tiveram os seguintes filhos:

1 - João Moreira Pais, nascido em 10.6.1814, em Lages.
2 - Maria Moreira Pais, casada com Manuel Pereira da Conceição.
3 - Umbelina Moreira Pais, casada com Nicolau de tal.
4 - Felisbina Moreira Pais, casada com Francisco Pires Gonçalves.
5 - **Maria Venância Moreira Pais**, nascida em 1816 e falecida em 26.12.1871, casada, em 1843/48, (talvez em Lajes, SC, onde casaram seus pais e onde nasceu seu irmão João).
6 - Maria Moreira Pais casada com Policarpo Pereira Soares nascido em Santa Maria e falecido em 29.3.1918, com 106 anos. E...
7 - **Antônio Moreira Machado** nascido em 8.5.1846, na Freguesia de São Martinho e falecido em 13.7.1957 no Passo dos Buracos, casado com Rosa Vieira de Alvarenga, filha de Manoel Vieira de Alvarenga e Maria Venância Moreira Pais. **Rosa Vieira de Alvarenga** nasceu em 1831 e faleceu, em 19.4.1857, no Passo dos Buracos.

Em 19 de novembro de 1819, o Comandante da Província das Missões, Mal. Francisco das Chagas Santos dá um despacho de que Manoel Moreira Pais poderia povoar e cultivar a posse que tinha no **Rincão de Santo Inácio**, com as seguintes divisas: Ao norte com Agostinho Soares da Silva, ao sul com o Cap. Carlos dos Santos Barreto e a leste com André Pereira Garcia, por uma tapera.

Fig. 10: Casa construída por Antônio Moreira Machado.

Manoel Moreira Pais era avô de Antônio Moreira Machado, casado com Ana Pereira Garcia, foram eles que construíram, em 1898, uma casa (foto) ainda existente na esquina noroeste da Rua Pinheiro Machado com a Cel. Serafim. De Manoel Moreira Pais, descendem os Moreira Machado de Júlio de Castilhos.

Manoel Moreira Pais faleceu no Município de Cruz Alta, (Passo dos Buracos, atual Júlio de Castilhos), em 21 de maio de 1859, deixando para a viúva, seus seis filhos e os netos (filhos do falecido Antônio), os seguintes bens: Inventário APRGS – Júlio de Castilhos.

"Uma casa em Cruz Alta, com 20 palmos em quadro, coberta de telha, no valor de 30$000. Sendo que uma parte pertencia a uma enteada sua.

Um escravo de nome João, crioulo de 30 anos, no valor de 1:200$000 (um conto e duzentos mil réis)

162 éguas de cria de mula a 5$000 cada uma
16 bestas de dois anos a 20$000 cada uma
15 reses de cria, mansas, a 12$000 cada uma
2 bois mansos a 25$000 cada um
8 cavalos mansos a 10$000 cada um
2 burros echores a 32$000 cada um
1 macho manso a 32$000
6 mulas de um ano a 14$000 cada uma
1 carreta velha a 40$000

12 pares de canastras velhas a 2$000 cada uma
2 machados a 2$000
1 barraca a 2$000
2 foices a 1$000

A inventariante foi Maria Trindade Vieira, sua segunda esposa.

ANDRÉ PEREIRA GARCIA

André Pereira Garcia teria chegado ao mesmo ano de Manoel Moreira Pais, entre **1802** ou **1803**. Estabeleceu-se ao sul da atual cidade de Júlio de Castilhos.

Ele era natural de Rio Pardo, filho de José Pereira Garcia, nascido na Ilha do Pico, Açores e de Angélica Maria da Conceição, natural de Rio Grande. Casou em Rio Pardo, em 4 de outubro de 1793, com Emerenciana Maria de Jesus. Eram pais de Cristina, Esméria, Evarista, Alexandre, Gaspar, Daniel e outros. Os dois primeiros nasceram em Rio Pardo e os demais teriam nascido depois da chegada de André ao atual município.

As terras de André Pereira Garcia ficariam na região da atual Fazenda do Itaroquém e viriam até as proximidades da estrada atual que vai ao Portão. Sobre elas passaria a estrada de carretas que passava pela Fazenda da Boa Vista, de João Alvarenga. Suas divisas seriam: Ao Norte com João Vieira de Alvarenga, pelo início do Lajeado Lagoão; ao Sul com Jerônimo Dornelles de Souza pelo Arroio Santo Antônio (Felício); a Leste com Antônio Teixeira Coelho (Rincão das Duas Árvores) e, a Oeste com Roberto Moreira Lopes (São José Mirim).
O Posto do Itaroquém era a sede da antiga Fazenda (jesuítica) de Santo Antônio.

André Pereira Garcia era irmão de Manuel Francisco de Bastos, de quem descendem os Bastos de Júlio de Castilhos.

JERÔNIMO DORNELLES DE SOUZA

Jerônimo Dornelles de Souza conseguiu licença, em 18 de abril de 1802, para estabelecer-se num *"rincão de campo devoluto"* [23] que pertencia à Estância de Santo Antônio. As divisas eram: Ao Norte com o Posto do Itaroquém; ao Sul com a Serra de São Martinho; ao Leste com o arroio que sai do Posto do Itaroquém e, ao Oeste, com a estrada das Carretas.

Fig. 11: Mapa / Jerônimo Dornelles de Souza.

Esse rincão ficaria: ao Norte com o arroio conhecido como do Felício; Ao Leste com sua continuação no Arroio Santo Antônio (fazendo divisa no início com João Gonçalves Padilha) e Arroio Soturno (passando à esquerda da cidade de Nova Palma); a Oeste com a estrada antiga que passava pela fazenda de João Vieira de Alvarenga, de André Pereira Garcia (Itaroquém) (que ia a São Martinho), com o Arroio Pedras Brancas e seguia pelo Arroio dos Mellos; e, ao Sul, terminava na confluência dos arroios Soturno com o dos Mellos.

Dentro desse território ficariam os futuros povoados de Santa Terezinha, São João dos Mellos e a Estância das Duas Árvores no Rincão dos Mellos.[24]

"Jerônimo Dornelles de Souza, provavelmente, ***não chegou a se arranchar nesta sesmaria"*** [25] e teria ido para campos que tinha na costa do Ibicuí.

---

23. ARQUIVO HISTÓRICO DO RGS – Processo de Sesmarias – Ano 1803 – Caixa 303 S 5.
24. LUIZ GONZAGA CORREA DE BARROS SALLES – " Estâncias Castilhenses — Identidades e origens das primeiras famílias" – Editora Experimental.
25.Idem, p.

Jerônimo Dornelles de Souza era natural de Santo Amaro RS, filho de Matias José de Souza e Joaquina Rosa. Casou em Santo Amaro, em 12 de fevereiro de 1809 com Teodora Maria, natural de Santo Amaro, filha de José da Costa Leite e Rosa Bernardes.[26]

Esta sesmaria teria pertencido ao Pe. Alexandre José Coelho da Costa[27] que foi pároco de Taquari (1801), São Borja (1809) e São Luiz Gonzaga (1819), pois foi ele que a vendeu a Antônio de Mello Rego, por interferência de José Brisolla.

CARLOS DOS SANTOS BARRETO

Em 23 de março de 1803, Carlos dos Santos Barreto, Tenente do Regimento de Dragões de Rio Pardo, juntamente com seu irmão, Francisco Manuel dos Santos, recebeu uma licença provisória para estabelecer-se no "Rincão da Reserva", com a concordância do Cabildo do Povo de São Lourenço.[28]

Fig. 12: Mapa Carlos dos Santos Barreto 1803.

Em 18 de fevereiro de 1823 foi concedida ao Cap. Carlos dos Santos Barreto e sua mulher Isabel Felícia, Carta de Sesmaria "sobre os campos de criação e terras de mato no Departamento das Missões, Distrito de São Martinho, no rincão denominado Reserva". (*)

26. MOACYR DOMINGUES, Cel. — Em carta ao autor.
27. LUIZ GONZAGA CORREA DE BARROS SALLES. op. cit., p.
28. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Ação Ordinária – Ano 1856 – Cartório Civil de Júlio de Castilhos - Autos n° 552 M18 E 132.

(*) Sesmaria de campos seriam três léguas de fundo por uma de frente. Correspondendo a 50 quadras de campo (atuais da região). Cada quadra de sesmaria tem 6.600 metros por 132m ou 871,20 metros quadrados ou sejam 87,12 hectares.

Em 25 de junho de 1826, Carlos dos Santos Barreto e sua esposa venderam essa área,[29] (13) já então denominada Fazenda da Reserva, a Salvador Martins França e sua mulher Querubina Maria da Piedade e a Antônio de Souza Fagundes, sendo metade de cada comprador. A parte de Salvador e sua esposa seria, em 1830, vendida a João Gonçalves Padilha. Fagundes ficaria com a sede da fazenda.

Carlos dos Santos Barreto foi capitão em 1826 e Alferes em 1787(27). Ele fez parte da 1ª Comissão de Demarcação da América Meridional, entre os reinos de Portugal e Espanha, pelo Tratado de Madri. Foi batizado em 14 de novembro de 1770, em Rio Pardo, e falecido, em 1845, era filho de Francisco Barreto Pereira Pinto e Francisca Veloso da Fontoura. Casou, em Porto Alegre, em 21 de dezembro de 1793, com a porto-alegrense Isabel Felícia da Silva, filha de João Pedro dos Santos e Narcisa Joana.

ROBERTO MOREIRA LOPES

Roberto Moreira Lopes estabeleceu "*sua casa, curral e roça*" em terras da Comunidade do Povo São Lourenço das Missões Orientais, situada nos campos da antiga Estância de São Pedro. O lugar, que seria um Posto dessa estância, se chamava Mirim ou São José Mirim.

Pouco se sabe, até o momento, sobre esse pioneiro.

29. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Processos Cíveis e Crimes – Maço 9, n° 315 a 317.

Roberto Moreira Lopes, também chamado Ruberto Moreira, obteve essa futura sesmaria por compra, como se vê:

"Dizemos nós, abaixo assinados, que pelo grande atraso que está a nossa Comunidade, demos por bem vendido a Sesmaria de Campo que consta este requerimento, por 300 rezes de 4 a 5 meses e por ser verdade passamos este.

Povo de São Lourenço, 6 de fevereiro de 1807
José Barbosa da Silva – Administrador
Cap. Celidonio Andais
Ten. de tal Pusabera - Secretário
Mariano Chumbo" [30]

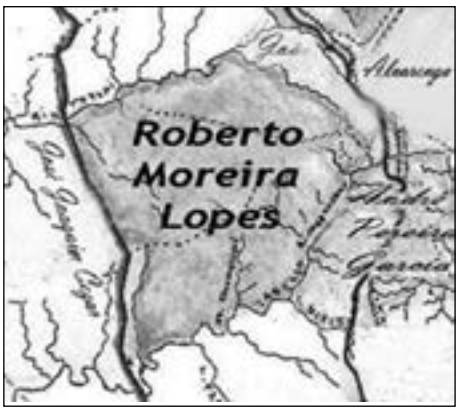


Fig. 13: Mapa Roberto Moreira Lopes 1802.

Seria "uma área de 492,8 quadras de sesmaria", dentro dela ficariam as antigas fazendas Paraíso, Toropi e Palma.[31]

As divisas desta sesmaria de Roberto Moreira Lopes seriam hoje as seguintes:

Ao Norte, com o Rio Toropi desde sua nascente junto a cidade de Júlio de Castilhos. (Na época da compra, fazia divisa com as terras de João Vieira de Alvarenga).

30. Documento original – Acervo do autor
31. LUIZ GONZAGA CORREA DE BARROS SALLES – " Estâncias Castilhenses — Identidades e origens das primeiras famílias" – Editora Experimental.

Ao Sul, com o Rio Guaçupi. (Na época, a partir do Lajeado Divisa, fazia divisa com as terras de André Pereira Garcia). A Leste, com a estrada que passa pela sede da Fazenda de João Vieira de Alvarenga e vai a São Martinho.

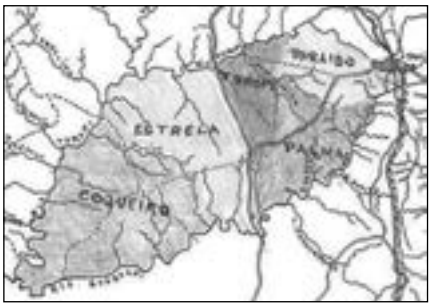


Fig. 14: Mapa Roberto Moreira Lopes.

A Oeste, em sua maior extensão com a estrada de carretas (chamada Estrada Real ou Estrada Guarani) que vai do Passo do Guaçupi (do Feio) ao Passo do Toropi. (Na época fazia divisa com as terras de José Joaquim Cezar).

Em 1823, os então proprietários que haviam comprado essa área em 1809, requerem Título de Sesmaria:

"Diz o Cap. João Pedroso de Albuquerque e Felix dos Santos Pinto, moradores da Fronteira de Rio Pardo, que eles compraram a Roberto Moreira Lopes um campo sito na Província das Missões, com os seus matos no lugar denominado Merim. Divide-se ao norte por um braço de Touropy com vertente desaguando no mesmo, ao sul umas vertentes do Guassupy, no nascente pela Estrada de Carretas e no poente pela estrada que serve de divisa ao Furriel de Milícias José Sezar, cujo campo foi da Comunidade de São Lourenço de quem o vendedor também houve por compra, como tudo faz certo pelos quatro documentos juntos e porque querem possuir o dito campo e mato com legítimo Titulo. Pede a V. Excia. mandar passar Carta de Sesmaria de 3 léguas de comprido por uma de largo na forma do costume Receber Mercê".

"Informa o Sr. Desp° Coronel Comd. das Missões ouvir os hereos confinantes.

Pal. do Governo em Porto Alegre, 6 de maio de 1823

a)Barreto=Silva=Ferreira=Massier [32]

JOSÉ JOAQUIM CEZAR

José Joaquim Cezar nasceu em Triunfo, filho de Inácio Xavier Cezar e Rita Pereira. Casou em Cachoeira, a 18 de agosto de 1879, com Maria do Espírito Santo, natural de Rio Pardo, filha de Inácio Morato e Benta Martins Oliveira.[33]

Suas terras foram, também, compradas ao Cabildo do Povo de São Lourenço.

As divisas de José Joaquim Sezar (ou Cesar) seriam hoje:

Ao Norte e Oeste, com o Rio Toropi. Ao Sul, com o Rio Guaçupi. A Leste com a divisa oeste da sesmaria de Roberto Moreira Lopes.

Como se vê no mapa ficaria dentro das terras de José Joaquim Cezar, as antigas fazendas da Estrela e do Coqueiro.

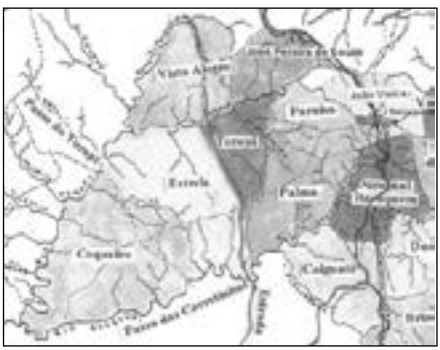


Fig. 15: Mapa José Joaquim Cézar.

32. Original – Acervo do Autor
33. MOACYR DOMINGUES, Cel. — Em carta ao autor.

MATHEUS SOARES DA SILVA

Foi batizado em 8 de dezembro de 1752 na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, pois não existia paróquia curada em Porto dos Casais. O assento de seu nascimento foi feito na Capela Grande de Viamão:

"Matheus — Aos oito de Dezembro de mil setecentos e sincoenta e dois nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição nos Campos de Viamão por ausência do Reverendo Vigario e com conceção sua Baptisey e pus os Santos Oleos a Matheus filho legitimo de Manoel Pereyra Soares e Mariana Silveyra, naturaes da Ilha de São George, e vindos por ordem de Sua Magestade para as novas povoações do Rio Grande de São Pedro, neto de Antonio Gomes e Catherina Dias pela parte materna, e pela paterna de Manoel da Silveyra e Suzana Teixeira, naturaes da mesma Ilha de São George foram padrinhos Manoel de Ornellas e Thereza de Ornellas filhos de Jeronymo de Ornellas de Menezes e Lucrecia Lemes Barbosa moradores desta freguezia, com assistencia das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas o Padre Antonio Nunes da Costa, o Clemente dos Reis da Costa e por passar Verdade faço este termo de assento."

Matheus Soares da Silva e seu irmão Agostinho sempre estiveram juntos. Eram filhos de Manoel Pereira Soares e Mariana Silveira, um casal de açorianos que vieram da Ilha de São Jorge. Matheus foi a primeira criança filha de casais de açorianos a nascer no Porto dos Casais (atual Porto Alegre). Foram seus padrinhos os filhos do casal Jerônimo de Ornellas Vasconcellos de Menezes, donos das terras que viriam de Gravataí até a beira do Guaíba.

Por volta de 1873, Matheus, Agostinho e seus pais foram para Santo Amaro onde compraram, em 15 de março de 1873, 272,25 hectares de campo e se dedicaram à

lavoura e criação de gado e aí faleceu sua mãe, em 1800, e seu pai, em 1816.

Os dois irmãos requereram duas sesmarias de campos nas proximidades de Cacequi (Rio Ibicuí) e São Francisco de Assis. Agostinho teria vendido a sua, na costa do Ibicuí, em 1816. (Segundo Francisco Salles ele teria obtido outra "nos Campos de São Pedro Tujá até o Arroio Buracos").

Não se sabe, com certeza, como vieram a estabelecer-se em terras do atual Município de Júlio de Castilhos, depois de viverem em Santo Amaro. Parece, portanto, mais seguro admitir-se que Matheus teria comprado suas terras e aqui chegado ao redor de **1806**. O certo é que, em 1821, era lindeiro de João Gonçalves Padilha e morava na Fazenda da Sortiga, onde em 27 de junho de 1835, com sua mulher, assinou escrituras e onde morreu com 94 anos.

Matheus Soares da Silva casou em 27 de fevereiro de 1772, na Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus do Triunfo, com **Maria Angélica de Jesus**, nascida em Rio Grande e falecida em 1856 na Fazenda da Sortiga (em Júlio de Castilhos). Maria Angélica era filha de Matheus Correa de Mello e de Josepha Maria, ambos naturais da Ilha de São Jorge, Açores. O casal teve 10 filhos: Gertrudes (nasceu em 1773 em Santo Amaro e faleceu em 1823, em Santa Maria), Eufrásia (1795 nasceu em Santo Amaro), Claudiana (1791 Santo Amaro), Francisca (1793), Boaventura (1804 ou 5 Santa Maria), Fortunato Francisco, João Baptista, Luciana Manuela (1823 Santa Maria), Silvério (Santa Maria) e Gertrudes (Santa Maria). Estes últimos foram batizados em Santa Maria, mas devem ter nascido na Fazenda da Sortiga.

Matheus e Agostinho teriam comprado a Estância da Sortiga do Cabildo do Povo de São João. Segundo

Velloso da Silveira[34] eles teriam comprado esses campos, entre o Arroio Buracos e o Rio Ivaí, por 10 onças de ouro. A Sortiga teria mais de cem quadras de sesmaria. A sesmaria de Matheus Soares da Silva era chamada de Estância do Céu Azul[35] e teriam hoje as seguintes divisas:

Ao Norte, o Rio Ivaí, até sua confluência com o Arroio Japepó. A Leste, o Rio Ivaí. A Oeste o Arroio Japepó. E, ao Sul, o Arroio Buracos.

Fig. 16: Mapa Matheus Soares da Silva.

AGOSTINHO SOARES DA SILVA

Foi batizado em 1° de junho de 1762 na Freguesia de Triunfo e faleceu, em 1848, na "Estância de São Pedro", então 2° Distrito de Cruz Alta que fora a sede da antiga Estância de São Pedro, do Povo de São Lourenço (Guarda de São Pedro). Agostinho Soares da Silva, em 1812, assinou um requerimento pedindo uma capela curada pra a povoação de Santa Maria e foi citado por João Belém como um dos fundadores dessa cidade. É provável, portanto, que tenha vindo de Santa Maria para o município entre **1810** e **1816**.

34. HEMETÉRIO JOSÉ VELLOSO DA SILVEIRA, Dr. - "As Missões Orientais e Seus Antigos Domínios" – Tip. da Liv. Universal de Carlos Echenique – 1909 – pg.10 e outras.
35. INETI DE ANDRADE DE ANDRADE PAIM – "São Martinho – Ascenção e queda de um município" – UFSM – 1980.

Agostinho Soares da Silva era casado com **MARIA DO ROSÁRIO**, batizada em 12 de março de 1771 em Taquari, filha dos açorianos José Dias do Nascimento e de Rosa Maria. Foram pais de 10 filhos:[36]

José (1786), Ludovina (1789) falecida na infância, Eufrásia (1791) e Umbelina (1795). Todos nascidos em Santo Amaro. Raquel Maria do Rosário (1797), Bernardo (1798) e Severina (1815) nascidos em Santa Maria; Rosa Maria (nascida em Cachoeira), Francisco (1819) e Ludovina (1820).

JOÃO VIEIRA DE ALVARENGA

Segundo Manoel Moreira Pais e André Pereira Garcia (pelos documentos adiante apresentados), João Vieira de Alvarenga teria chegado às terras do atual Município de Júlio de Castilhos em **1812** ou **1813**. Teria vindo de Lapa, então Província de São Paulo (hoje Paraná), onde teria nascido seu primeiro filho.

Fig. 17: J. V. de Alvarenga.

Fig. 18: João Vieira de Alvarenga, Assinatura

Estabeleceu-se em um "rincão de campo" que existia, entre André Pereira Garcia e Manoel Moreira Pais. Dizendo que estava devoluto desde 1802 ou 3. O local onde escolheu para morar foi no alto de uma coxilha, conhecida como "Coxilha do Durasnal", por onde passava o caminho de carretinhas entre a Guarda de São Pedro e a Guarda de São Martinho. Nas proximidades de um

36. FRANCISCO SALLES – Dados genealógicos de.

antigo bosque de pessegueiros plantado pelos jesuítas. (Durasno, em espanhol, é pêssego).

Devido ao panorama aberto para todos os lados ele denominou o lugar, de Boa Vista. Aí levantou seus ranchos, a mangueira, o piquete (ver onde ficava em Estrada de Ferro) para os cavalos e mulas. Era o início da Fazenda da Boa Vista, cuja sede ficaria no centro da atual cidade de Júlio de Castilhos.

João Vieira de Alvarenga, com 25 ou 26 anos, sua mulher Maria (Rosa) de Morais, com 21 anos, seu filho Manoel com três anos de idade, Pedro, um escravo de 15 ou 16 anos e Isméria, escrava de 11 ou 12 anos, foram uns dos primeiros moradores da atual cidade de Júlio de Castilhos.

Fig. 19: Divisa João Alvarenga e Francisco Antônio da Silva.

Esse mapa (parcial) mostra a posição da morada de João Vieira de Alvarenga, as estradas antigas e os valos que demarcavam antigas divisas. Tudo projetado sobre atuais mapas da cidade.

A morada desta primeira família estaria nas adjacências da esquina noroeste da atual Av. Pinheiro Machado com a Rua Antônio Carbone. Sua "*casa de vivenda*" e o "*antigo arvoredo*" foram vistos em 1870 pelo historiador Hementério Velloso da Silveira.[37]

Nas proximidades de sua casa havia um curral de pedras que deveria ser o piquete dos cavalos. Ver mapa em Estrada de Ferro onde ele aparece E o rodeio da fazenda estaria na região da atual Praça João Alvarenga.

Sabe-se que João Alvarenga esteve em Campo Novo (hoje sede de município), num erval recém-descoberto, invernando alguns animais.

"*... o Campo Novo por vezes serviu ele para invernada de animais e abrigo a todos que, tendo alguns animais não tinham campos: Assim aconteceu com João Vieira de Alvarenga ...*"[38]

Em seu testamento[39] ele deixou alguns bens a uma mulher, por serviços prestados durante 18 anos "tocando carretas para o Estado Oriental". Comerciou, portanto, com erva mate que, de carretas, levava de "Campo Novo" para Montevidéu. De lá, provavelmente, trazia em suas carretas mercadorias. Além disso, seguramente, como todo o estancieiro da época, criava gado e mulas que vendia em sua estância. Não seria, portanto, salvo melhor juízo, um tropeiro, mas um criador de gado e, principalmente, um carreteiro e comerciante.

João Vieira de Alvarenga foi batizado na Vila de Tamanduá (atual Balsa Nova PR), onde teria nascido em 2 de dezembro de 1787.[40] (*)

---

37. HEMETÉRIO JOSÉ VELLOSO DA SILVEIRA, Dr. - "As Missões Orientais e Seus Antigos Domínios" – Tip. da Liv. Universal de Carlos Echenique – 1909 – pg.10 e outras.
38. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL – 1931 – Artigo Cruz Alta colaboração de Josino dos Santos Lima.
39. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Ação Ordinária – Ano 1856 – A 552 M 18 E 132 – Cartório Civil de Júlio de Castilhos.
40. ANDRÉ AUGUSTO CELLA – Pesquisa genealógica.

Na época, Tamanduá era uma das quatro vilas mais importantes do Paraná, junto com Lapa, São José dos Pinhais e Castro e distaria a cerca de 50 km de Curitiba.

(*) O conhecimento dos registros de batismos e casamentos relativos à família Vieira de Alvarenga, na paróquia de Tamanduá, deve-se às pesquisas realizadas por André Augusto Cella, genealogista de Santa Maria.

Fig. 20: CapelaTamanduá.

"Aos dois dias do mes de Dezembro do anno de mil sette Centos e oitenta e sette na capela de Nossa Senhora da Conceição de Tamandua de licença do Reverendo vigario baptisou, epos os santos óleos o Reverendo Superior Frey Jose dos Santos Pinheiro a João inocente filho de Joaquim Vieira de Alvarenga natural da Villa de Taubate e Anna Rodrigues do Rozario desta Villa netto pela parte paterna de Francisco de Alvarenga Esteves e de sua molher Maria Vieira Esteve digo Ferreira ambos naturais da Villa de Taubate; netto pela materna de Francisco Rodrigues Coura natural da Villa de Guaratingueta, e de sua molher Vittoria Rodrigues França natural desta Villa de Corytyba e forão Padrinhos os mesmos Francisco Rodrigues Coura e sua molher Vittoria Rodrigues; todos desta freguesia. E para constar fiz esse assento pelo que foi remetido.

O Coadjutor Fernando Lopes de Camargo"

Fig. 21: Registro de nascimento de João Alvarenga.

João Vieira de Alvarenga faleceu com 69 anos, em 1° de novembro de 1856, em sua Fazenda da Boa Vista, (então Município de Cruz Alta). “Seu cadáver foi sepultado em um cemitério feito de propósito junto a sua casa”[41]. Cemitério esse que ficaria próximo ao pátio do atual Colégio Maria Rainha.

Junto a seu túmulo foi erguido o “Oratório Particular do falecido João Vieira de Alvarenga” que seria chamado de Ermida ou Capela dos Alvarengas.

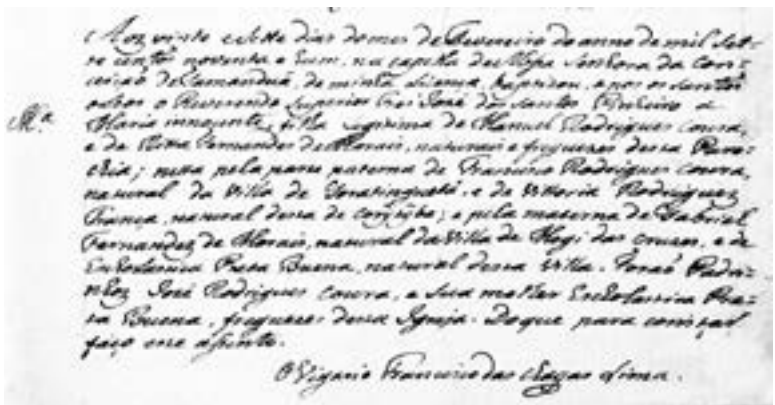


Fig. 22: Registro de nascimento de Maria Rosa de Moraes.

João Vieira de Alvarenga casou, em 30 de maio de 1808, em Curitiba, com Maria de Morais, mais conhecida como Maria Rosa, nascida em Tamanduá em 27 de fevereiro de 1791. Ela faleceu, na Fazenda da Boa Vista, em

41. ARCEBISPADO DE SANTA MARIA, RS – Livros de Batismo, Casamento e Óbitos da Capela de São Martinho.

30 de julho de 1857, com 66 anos e foi sepultada junto ao túmulo do esposo. Era filha de Manuel Rodrigues Coura e Ritta Fernandes de Morais. (ver reprodução acima, na pág. anterior). Esse casal deveria corresponder ao tipo curitibano de 1820, descrito por Saint Hilaire [42]:

"*Os habitantes dos Campos Gerais de Curitiba são geralmente grandes e bem feitos. Tem cabelos castanhos e são corados. Sua fisionomia traz impresso a bondade e a inteligência. As mulheres são algumas de extrema beleza. Tem pele rosada e uma delicadeza de traços que não tinha notado em nenhuma brasileira.*"

João Vieira de Alvarenga e Maria Rosa tiveram dois filhos: Manoel Vieira de Alvarenga, nascido em 1809 ou 10 na Lapa (atual Paraná) e Joaquim Vieira de Alvarenga, nascido em 1815. Esses lugares de nascimento não foram confirmados até o momento.

Sabe-se, apenas, que Joaquim Vieira de Alvarenga era alfabetizado pela assinatura acima copiada de um documento.[43]

Além desses dois filhos, chamados legítimos, João Vieira de Alvarenga teve mais três filhos: Joana Emília Vieira de Alvarenga, filha de Maria Feliciana (casada com outro em 1848). Pedro Antônio Vieira de Alvarenga (nascido em 1843) e Maria Constantina Vieira de Alvarenga (nascida em 1855), ambos filhos de Josefa Constantina Oliveira.

Fig. 23: Assinatura de Joaquim Vieira de Alvarenga.

42. AUGUST DE SAINT HILAIRE – "Viagem à Comarca de Curitiba em 1820".
43. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Ano 1851 N° 5511 E 26 – Ação Ordinária.

João Vieira de Alvarenga[44] tinha quatro irmãos: Maria Vieira de Alvarenga, Valério Vieira de Alvarenga, Ana Vieira de Alvarenga (casada com José Soares da Silva) e Francisca Vieira de Alvarenga.

BENS DE JOÃO VIEIRA DE ALVARENGA

Para efeito de partilha, foram os seguintes os bens do casal e sua cotação em 1857:[45]

Semoventes: 4 carretas velhas a 32$000 cada uma

Gado: 60 reses xucras a 10$000 cada uma; 57 reses mansas a 9$200 cada uma; 20 bois mansos a 32$000 cada um; 271 éguas de cria a 4$000 cada uma; 8 burros echores a 32$000 cada um; 30 bestas de ano a 14$000 cada uma; 25 cavalos mansos a 12$000 cada um; 30 burras de cria a 2$333 cada uma e 30 ovelhas a 1$600 cada uma.

Raiz: Uma parte de campo sita no Distrito de São Martinho, no lugar denominado "Boa Vista" – 2:400$000 e uma parte de terra de planta na Serra Geral ¬– 100$000.

Escravos: Pedro, escravo crioulo com 60 anos – 400$000; Isméria, com 56 anos – 400$000; Rita, com 40 anos – 600$000; Vitorina, com 23 anos – 700$000; Damázio, com 5 anos – 1:000$000 e Brandina com 6 meses – 200$000.

Foram herdeiros legítimos Manoel, de 47 anos, viúvo e Joaquim, de 42, casado. Além deles os filhos (então chamados de naturais): Maria Constantina, com um ano, seu irmão Pedro Antônio e Joana Emília.

44.. ROMEU BELTRÃO – "Cronologia Histórica de Santa Mria e do extinto Município de São Martinho" – Ed. Pallotti.

45. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Inventário de João Vieira de Alvarenga e sua mulher- Cruz Alta, 1857 – n° 26 M 1 E 132.

DOCUMENTOS DE POSSE DA TERRA

João Vieira de Alvarenga teria se apossado pacificamente de uma área de campo e mato, no alto da Coxilha do Durasnal, por ocupação primária, pois as terras não tinham dono. Em 1821, temendo perder a posse, procurou legalizar a situação pedindo, formalmente, licença para "arranchar". Assim, fez um requerimento ao Comando das Missões nos seguintes termos:

"Illmo. Sr. Cadete Comandante

Fig. 24: Pedido de posse - 1821.

Diz João Vieira de Alvarenga, que ele suplicante se quer estabelecer em este distrito do comando de V. Mce, e por que se acha devoluto um rincão de campo, que terá mais ou menos, meia légua de frente por duas léguas de fundo, dividindo-se Ao norte com Manoel Moreira Pais, Pelo sul com André Pereira Garcia, por uma vertente, que nasce do durasnal pequeno; pelo oeste com o arroio Tropÿ, e com o campo denominado Coxilha do Ruberto[46]*, por uma estradatrança (ilegível), que vai de André Pereira, para Agostinho Soares, pelo Leste, por uma vertente, que nasce do durasnal pequeno e deságua no arroio Vaí, e como não pode fazer, sem despacho de V. Mce, por tanto. Por V. Mce, seja servido deferir, como for de Justiça.*

Espera Receber Mercê

46. Ruberto seria Roberto Moreira Lopes. N. do A.

Em 12 de novembro de 1821, José Barreto do Amaral Fontoura, Cadete Comandante Interino do Comando das Missões pede: "*Respondam os hereos Confinantes por ser distrito de São Martinho*".

Para cumprir essa determinação, Alvarenga faz um novo requerimento pedindo para que o comandante da região peça para seus vizinhos lindeiros dizerem se concordam com seu pedido de posse:

"Ilm° Sr. Capitão Comandante

Diz João Vieira de Alvarenga que ele suplicante para certos requerimentos que a bem de sua justiça tem de levar a presença do Ilm° Sr. Ten. Coronel Comandante e mesmo à Exma. Junta Governativa, precisa que V. Sr^{a} mande por seu despacho que André Pereira e Manoel Moreira digam por escrito os itens seguintes.

Se o suplicante se acha estabelecido neste distrito a oito para nove anos e se o campo aonde existe antes de o suplicante se estabelecer se achava devoluto a dez para doze anos e se consta aos mesmos ter o suplicante tido oposição alguma em todo esse tempo e se o suplicante tem sido vizinho pacífico, e se o terreno que tem ocupado exederá de sesmaria, por serem estes dois homens os mais antigos moradores daquele lugar e com ambos confrontar um pelo norte outro pelo sul e sem mais vizinhos que respondam o que souberem de que E. R. Mercê"

Nesse documento(*) existem quatro perguntas feitas aos lindeiros de Alvarenga por serem eles os mais antigos moradores da região:

(*) Os originais desses dois magníficos documentos foram gentilmente doados ao autor por Valdemar Brombilla Vieira, bisneto de Francisca Vieira de Alvarenga, irmã de João Vieira de Alvarenga.

1 - Se ele se estabeleceu nesse distrito há 8 para 9 anos.
2 - Se, antes dele aí se estabelecer, o campo estava devoluto há 10 para 12 anos.
3 - Se ele havia tido alguma oposição durante esse tempo.
4 - Se ele tinha sido um vizinho pacífico.

Embora esse documento que, esperava receber resposta, não tenha nenhuma data, parece obvio que ele foi escrito logo após 12 de novembro de 1821. Ele, no entanto, veio lançar luzes sobre a chegada desse primeiro morador da atual cidade:

Alvarenga teria chegado em 1812 ou 1813. Para que eles pudessem afirmar que o campo estava devoluto eles teriam que já estar no lugar entre 1801 e 1803. Estariam no lugar, portanto, entre 1802 ou 1803.

Em 16 de novembro do mesmo ano, o Cadete Comandante diz que: *"Em vista da resposta dos hereos confinantes, pode o suplicante arranchar, segundo as ordens que me acho munido para conceder até superior determinação".*

Seria, portanto, depois da oitiva dos vizinhos lindeiros, concedido o **Título de Posse** da região ocupada a **João Vieira de Alvarenga** em **16 de novembro de 1821**. Sabe-se, também que,[47] João Alvarenga tinha, antes de 1818, seus campos povoados com 1400 animais vacuns, cavalares e mulas com crias. (Ação de Justiça contra João Vieira de Alvarenga e outro – Arquivo Público de Porto Alegre.

Em 1856 havia um "Regulamento da lei de Terras"[48] que obrigava os proprietários de terras a registrá-las nas paróquias mais próximas. Encontrou-se estes três regis-

47. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Ano 1851 N° 5511 E 26 – Ação Ordinária.
48. LUIZ GONZAGA CORREA DE BARROS SALLES – " Estâncias Castilhenses — Identidades e origens das primeiras famílias" – Editora Experimental. p. 155

tros[49] feitos por Alvarenga na paróquia de São Martinho, meio ano antes de falecer:

> *N° 229 — Uma Fazenda de propriedade de João Vieira de Alvarenga no Município da Vila de Cruz Alta, distrito da Paróquia de São Martinho.*
>
> *Uma fazenda de campos no título de mercê há 30 anos, contendo uma sesmaria mais ou menos, dividindo-se pelo norte por uma vertente e caídas para Evay com campos de Boaventura Soares, pelo sul com outra vertente que vai confluir no arroio Guassupy, pelo leste se divide por um arroio e caídas para Evay com campos de Francisco Luis Dinis e campos de Claudina Silva, pelo oeste divide-se com campos de Francisco Antônio da Silva por um marco de pau e duas vertentes, uma das quais vai confluir no arroio Toropy e outra no arroio Guassupy: e por esta declaração ficam especificados os limites da referida fazenda de João Vieira de Alvarenga.*
>
> *Freguesia de São Martinho, 26 de maio de 1856. a) João Vieira de Alvarenga e O Vig° Francisco Paes da Silva Tavares*
>
> *N° 228 – Uma data de terras lavradias no título de posse mansa há 30 anos mais ou menos contendo ¼ de légua de frente mais ou menos e de fundos ½ légua mais ou menos.*
>
> *Esta terra limitava-se ao norte, sul e oeste, com campos do Ten. João Gonçalves Padilha e, ao oeste, com terras de Felício Pereira da Luz.*
>
> *"N° 230 – Uma data de terras de compra há 6 anos mais ou menos contendo 600 braças de planta mais ou menos de fundo ½ légua..."*
>
> Limitava-se ao norte, leste e oeste com o Ten. Cel. João Gonçalves Padilha e, ao sul, com a Serra Geral.

49. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Livro de Registro de Sesmarias da Paróquia de São Martinho, fls. 40, em 4.6.1856.

TESTAMENTO DE JOÃO VIEIRA DE ALVARENGA(*)

(*) O original desse testamento encontra-se no Arquivo Público de Porto Alegre. – Ação Ordinária – Ano 1956. Autos nº 552 Maço nº 18 Estante 132 Cartório Civil de Júlio de Castilhos.

Eu, João Vieira de Alvarenga, achando-me gravemente enfermo e temendo-me da morte que a todos é natural, porém em meu perfeito juízo e claro entendimento, passo a fazer meu testamento e disposições de última vontade:

Declaro que sou natural de Curitiba, Província do Paraná, filho legítimo de Joaquim Vieira de Alvarenga e de sua mulher, Ana Rodrigues França, ambos já falecidos e que tenho a idade de sessenta e oito anos, pouco mais ou menos. Declaro que sou casado com Maria Rosa de Morais, de cujo matrimônio tivemos dois filhos: Manoel Vieira de Alvarenga e outro Joaquim Vieira de Alvarenga.

Declaro que Maria Constantina Vieira, minha filha, tem nessa Fazenda gado, cavalos, éguas e mais animais que não pertencem a esta Fazenda, tudo embaixo da marca dela. Cujos animais ela obteve por doação que lhe fez Ignácio José de três vacas, tendo minha filha um ano de idade. Antônio Domingues de Arruda tendo dado um cavalo a dita minha filha, ao mesmo tempo ele vendeu esse cavalo por cinco vacas; mais um cavalo que sua mãe lhe deu a ela, dita minha filha vendeu para meu filho Manoel Vieira de Alvarenga por três vacas; o padrinho e a madrinha deram duas vacas. Por isso nada pertence a esta Fazenda, sendo todos esses animais que aparecem com a marca da dita minha filha são de sua propriedade, porquanto é multiplicação das doações feitas, como acima fica dito.

Declaro que a meu filho Pedro Antônio Vieira os animais que ele tem nada pertence ao monte, é produto de

duas vacas que seu padrinho lhe deu e uma égua e um potro. Esse potro eu mandei amansar e dito cavalo manso ele vendeu a Francisco Lemos por dezoito patacões e com o dinheiro comprou quatro vacas e dessas ele obteve um boi manso. Esse boi ele vendeu por seis vacas e um cavalo para o Capitão Souza. O cavalo ele vendeu por cinco vacas.

O Capitão Manoel Ferreira Bica e sua irmã Dona Matilde deram, ao dito meu filho, sessenta éguas e alguns potros, sendo que tudo isso que aparece embaixo de sua marca produto do que ficou referido.

Declaro que dei a Josefa Constantina de Oliveira vinte éguas, em pagamento de ter criado uma minha neta desde a idade de um mês, sendo essa neta filha órfã. Dei-lhe mais umas rezes e alguns trastes, cujas rezes estão com sua marca. Isto tudo, também tem sido pagamento por seus serviços que por dezoito anos tem prestados tocando carretas para o Estado Oriental e outrora capataziando os meus interesses.

Declaro que deixo a minha Terça para os meus filhos Pedro Antônio Vieira, Maria Constantina Vieira, Joana Emilia e para Nossa Senhora da Piedade. Esta minha Terça é de meu gosto que seja em campo.

Declaro que devo a Nossa Senhora do Campo Largo cem patacões que serão pagos pelos meus bens.

Declaro que devo ao Coronel João Gonçalves Padilha três vacas, uma terneira, uma novilha, um boi manso e um resto de conta de sessenta e dois mil réis que também serão pagos com meus bens.

Declaro que os animais que pertencem ao monte tem a minha marca direita e o que tiver atravessada ou com qualquer diferença dei ou vendi, não pertencem a minha propriedade.

Declaro que devo uma promessa a São João que hei de dar a comer a dois inocentes e queimar duas libras de pólvora.

Declaro que devo a Salvador Martins França uma mula mansa, quatro sacas de sal, um chapéu por quatro mil réis que serão pagos com meus bens.

Declaro que deixo forra a Isméria com a minha morte, com a condição de servir a meu filho Pedro Antônio Vieira por cinco anos depois de minha morte.

Declaro que deixo meu escravo Pedro a metade forro depois de minha morte.

Declaro que deixo duzentos mil reis para se mandar rezar missas para almas particulares.

Declaro que deixo uma Capela de Missas por intenção de minha alma.

Declaro que umas rezes que tenho em meu poder com a marca direita no lombo pertencem a Nossa Senhora.

Declaro que os bens que possuo são aqueles que se encontrarem ao tempo de meu falecimento e por ser de todos sabidos.

Nomeio meu testamenteiro o Coronel Antônio de Mello e Albuquerque em primeiro lugar e em segundo lugar ao Major Tomaz Bandeira e em terceiro lugar a Manoel Lucas Annes, aos quais rogo a cada um de per si queiram fazer a obra pia de serem meus testamenteiros e cumprirem todas as determinações deste meu testamento, para cujo fim lhes assigno o prazo de um ano, e lhes consigno sem remuneração a vintena de lei, se não puderem ou quiserem fazer este serviço gratuitamente por amor de Deus.

E por esta forma dou findo este testamento que é minha última vontade, se cumpra e guarde como nesse se contém e por ele revogo outro qualquer testamento ou Codicilo que possa ter anteriormente feito, para que este prevaleça, pelo cujo fim rogo Justiças Nacionais queiram dar todo o vigor e ainda que lhe faltem algumas cláusulas ou formas em direção precisa, as quais dou supridas como se cada uma fizesse expressa menção; e por pouco poder

escrever pedi a José Engrácio de Souza que este por mim escrevesse.

Boa Vista, vinte e sete de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e seis.

(ass) João Vieira de Alvarenga
Como testemunha de que este escrevi e vi o testador assinar:
José Engrácio de Souza

O testamento traz o local onde foi feito e a data: "Boa Vista, em 27 de setembro de 1856". Dois meses, portanto, antes de sua morte.

VALÉRIO VIEIRA DE ALVARENGA

Nasceu em 24 de agosto de 1794, em Tamanduá, hoje Município de Balsa Nova PR e faleceu antes de 1849. Casou, em 8 de setembro de1829, em Santa Maria RS, com Joaquina Bueno de Jesus, viúva de Domingos José do Nascimento, e tiveram o filho Pedro Bueno Vieira, nascido em fevereiro de 1849.

Fig. 25: Mapa Itaroquém.

Valério era irmão de João Vieira de Alvarenga e é provável que tenha chegado às terras do atual município junto com ele, em 1812 ou 1913.

Sua propriedade estaria a Leste da primitiva sesmaria de João Alvarenga. Ele se estabeleceu no chamado

Durasnal Pequeno, entre a atual cidade e o povoado de Portão, que ficaria hoje no alto, logo além da Subestação de Energia da RGE.

Suas terras teriam, em épocas distintas, as seguintes divisas:

Ao Norte, com o Arroio do Engenho. Ao Sul, com a estrada que hoje vai da cidade ao povoado do Portão. A Leste, com a Sesmaria de Carlos dos Santos Barreto (Reserva). A Oeste, com a antiga sesmaria de João Vieira de Alvarenga e, ao sul, com a de Antônio Teixeira Coelho.

FRANCISCA VIEIRA DE ALVARENGA

Fig. 26: Doação João Alvarenga a Francisca Vieira.

Os campos dessa pioneira no povoamento de Júlio de Castilhos estariam entre a Fazenda da Boa Vista, de João Vieira de Alvarenga e a de Valério Vieira de Alvarenga.ver mapa acima

Francisca era irmã de João Vieira de Alvarenga. Era solteira, mas teve, provavelmente, com João Claro Bueno, um único filho, José Vieira de Alvarenga, mais conhecido como Jéca Vieira, nascido em 1822 e falecido em 7 de janeiro de 1917, com 95 anos. Ele está sepultado num túmulo que fica ao alto do campo, à esquerda, um pouco adiante da Creche Dona Cotinha. José Vieira de Alvarenga teve com Maria Gertrudes Ayres da Rocha um único filho: Florentino José Vieira.

Francisca morava nas proximidades da antiga chácara de seu neto, Ulisses Brombilla Vieira.

As terras de Francisca Vieira de Alvarenga foram doadas[50] pelo casal João Vieira de Alvarenga em 15 de dezembro de 1849. Embora seja quase impossível determinar onde estavam localizadas as quatro quadras de sesmaria dessa doação transcrevem-se em linguagem moderna como eram suas divisas segundo esse documento acima (acervo do autor):

"Pelo Leste, pela vertente que divide com a comadre Joaquina Bueno de Jesus (esposa de Valério Alvarenga (*), cruzando a coxilha ao Guaçupi. Pelo Este, pela vertente dividindo com o potreiro velho desde onde faz barra a dita vertente até a coxilha onde tem uma Lagoa pela uma canhada a um galho do Guaçupi. Pelo galho abaixo até onde faz barra o mesmo Guaçupi".

(*) De onde se depreende que ela estaria viúva e que Valério Vieira de Alvarenga teria falecido antes de completar 55 anos.

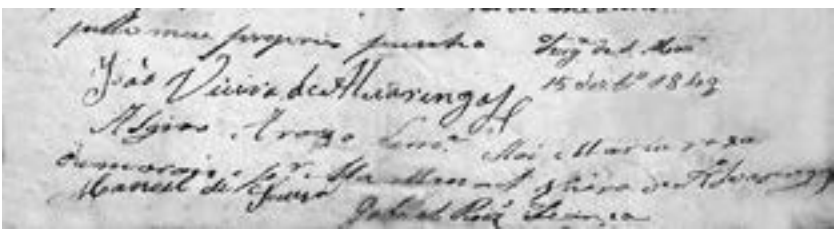


Fig. 27: Doação João Alvarenga a Francisca Vieira - Assinaturas.

Pode-se ter uma ideia aproximada da localização atual da área doada: ela viria da antiga morada de Ulisses Brombilla Vieira, englobaria toda a Vila União e a Vila Santo Antônio, atravessaria a BR 158 e iria até a nascente principal do Lajeado Lagoão.

50. DOCUMENTO ORIGINAL DE DOAÇÃO – 1854 – Acervo do autor.

ANA CÂNDIDA VIEIRA*

*Não confundir com Ana
Cândida Vieira de Alvarenga.

Em 28 de maio de **1817**, o Governador da Província, Marquês de Alegrete, concedeu-lhe uma Sesmaria (cerca de 124 quadras de sesmaria) nos "*campos do Rio Baí, fronteira de Rio Pardo*", cujas divisas eram as seguintes:

Ao norte, campo devoluto; ao sul, parte de campo do Capitão Carlos dos Santos Barreto, fazendo divisa com o mencionado Rio (Ivaí); a leste campo misto que se acha penhorado a posse de Ricardo Antônio de Mello e vendido a Joaquim Pardo e a oeste, com campos de Agostinho Soares "que divide o mesmo rio".

Ana Cândida Vieira nasceu em Porto Alegre e foi batizada em 18 de abril de 1800. Era filha de um rico comerciante, Manuel Vieira Rodrigues e de Dona Patrícia Maria da Purificação. Ana Cândida casou em Porto Alegre, em 4 de junho de 1828, com o então Cap. Patrício Correa da Câmara, filho do Visconde de Pelotas e de Dona Joaquina Leocádia da Fontoura

Para o historiador Moacyr Domingues(*) a concessão desta sesmaria em 1817 teria sido feita para simples especulação, pois ela estaria na época com 17 anos mais ou menos. E é provável, portanto, que talvez nem tivesse ido a conhecer esses campos.

(*) Dados genealógicos dos povoadores são do Cel. Moacyr Domingues em carta ao autor.

ANTÔNIO RODRIGUES DE ANDRADE

Era casado com Vitoriana Maria e recebeu, em 28 de maio de **1821**, uma Sesmaria, concedida pelo Gover-

nador da Província Capitão General João Carlos Daun, que não excedia uma légua de frente por três de fundo. Era uma "*sobra de campos em que está de posse Maria Efigênia Aguiar, na Fronteira de Rio Pardo*".

Esses campos ficariam na região de Val de Serra, Três Mártires, até a Serra de São Martinho:

"*Lugar denominado Campos Bonitos, no Distrito de São Martinho. Divisas pelo lugar Capão Alto donde nasce uma vertente que vai fazer divisa com campos do Cap. Amaral (provavelmente, Francisco Ferraz do Amaral Campos) até a Serra e por outro lado do mesmo capão outra vertente que corre ao sul que vai fazer dívida com campos de Joaquim Correia, Salvador Correia*"[51]

Fig. 28: Mapa / Antonio Rodrigues de Andrade.

Em 1856, eram confrontantes ao norte com Hermenegildo Francisco de Bastos (atual Rincão dos Bastos).

Nos autos de medição de 1875[52] existe um mapa com o nome de diversos arroios: do Quati, Henrique, do Potreiro, das Pedras, do Passo, etc.. Eram 68.768.100 m2 de campo e 60.215.800 m2 de matos. A área total seria, portanto, de 148 quadras de sesmaria.

A Sesmaria de Antônio Rodrigues de Andrade foi comprada em 1829, por seis contos de réis[53] pelo Barão de Ibicuí, Guarda-Mor Francisco de Paula e Silva e sua esposa, Felicidade Perpétua de Magalhães e Silva, e passou a constituir a Estância de São Francisco do Pinhal. Aí nasceu seu filho, Gen. Firmino Paula e Silva, mais conhecido como Firmino de Paula.

51. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Ação Ordinária – Ano 1856 – A 552 M 18 E 132 – Cartório Civil de Júlio de Castilhos.
52. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL – Autos de Medições n° 737.
53. Idem. p.

As divisas da Sesmaria de Antônio Rodrigues de Andrade seriam hoje as seguintes:

Ao Norte, o Arroio dos Mellos, com o Rincão dos Bastos e Distrito de São João dos Mellos, próximo a Santa Terezinha. Ao Sul, o Lajeado Lobato e o Arroio Guarda-Mor (Município de Ivorá). A Leste a divisa com o Município de Ivorá. E, a Oeste, a Estrada de Ferro.

ANTÔNIO TEIXEIRA COELHO

Fig. 29: Mapa / Ana Maria França.

Antônio Teixeira Coelho ocupava, em **1824**, uma área de campo no lugar chamado de Rincão dos Louros (referia-se, provavelmente, a existência de papagaios ou caturritas nos capões). Antônio Teixeira Coelho era filho do Capitão-Mor da Lapa, Francisco de Paula Teixeira Coelho e de Clara Joaquina de Oliveira, nascida em Caçapava. Era irmão de Leandrina Amália Teixeira Coelho, casada com Joaquim Martins de Mello, de ondem descendem os Pereira da Silva de Júlio de Castilhos.

Em 7 de março de 1831, na Fazenda da Reserva, ele assinou um escritura (original acervo do autor) de venda dessa propriedade à Ana Maria França "*por trezentos mil réis*".

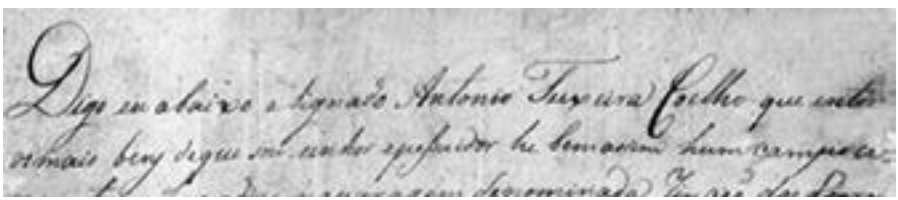


Fig. 30: Antonio Teixeira Coelho, cabeçalho.

"Digo eu, abaixo assinado, ***Antônio Teixeira Coelho****, que entre os mais bens de que sou senhor e possuidor he bem assim hum campo, capões, terras lavradias na paragem denominada* ***Rincão dos Louros****, o qual possuo por posse que nele tenho ha 7 anos, do qual não tirei títulos por andar emprezado na campanha de 1823 a 1829 o que agora já tenho dado principio disso. Cujo campo se divide ao leste com o Aj. Antônio de Souza Fagundes por um lajeado cortando a rumo de sul atravessando o boqueirão em que por vezes esteve cercado a cair em uma vertente que nasce do pé do Pecegueirinho e por ela abaixo vai cair no Capão dos Louros e vai dividindo o Rincão da Olaria que foi de Policarpo ..... até desaguar no lajeado onde a oeste com André Per^a^ por uma vertente do qual o dito ..... bebe e vai dividindo-lhe ir ao sul no Lajeado Grande. Ao sul com o Aj. Ant° de Mello Rego pelo Lajeado Grande e ao norte com Valério Vieira pela estrada que vem do Sr. Aj. Ant° de Souza Fagundes que principia do lajeadinho que está ao pé das árvores e pela estrada que vem seguindo ao Durasnal direito à ponta da sanga onde um banhadinho que dele desce à vertente do qual o dito bebe água. Com casas cobertas de palha uma pequena lavoura a qual tenho vendido como vendido tenho a* ***Sra. Ana Maria França*** *por preço eqt^a^ de trezentos mil reis que recebi em moeda corrente do Império com a obrigação de que a compradora pagará competente cisa. Ficará possuindo o dito terreno de campo, capões, casas, mangueiras, etc.. Fará como seu que de hoje em diante lhe fica pertencendo para todo o sempre. E pois que lhe transfiro toda a posse e dominio que nele tenho para que gose e desfrute como seu que nem meus herdeiros em tempo algum possam mais ter direito de nos chamarmos a posse o tal terreno. Visto que lhe vendi muito de minha livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma por isto passo as hipoteca desse Império do Brasil deem por firme e valioso este meu papel de venda que não*

é por escritura pública por eu achar-me para mais de 30 léguas longe de tabelião e ainda mais me obrigo por minha pessoa e bens fazer boas firme e valiosa essa mencionada venda para claresa de tudo passo este por letra firme perante as testemunhas o Sr. Ant° Baptista, Manoel Roiz e José Fc° de Almeida também se assinam eu também me assino como vendedor e por bem firme e valiosa.

Reserva, 7.3.1831 ass.) Antonio Teixeira Coelho"

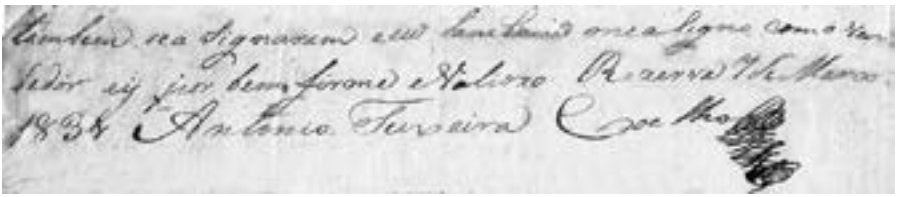


Fig. 31: Assinatura Antônio Teixeira Coelho.

Em 1858, Ana Maria França vendeu essa propriedade a Joaquim Martins de Mello e sua esposa Leandrina Amália Teixeira Coelho. Eles eram pais de Clara Martins de Mello casada com Francisco Pereira da Silva (Chico do Felisbino) que eram pais, entre outros de Lindolpho e Egydio Martins Pereira.

Com o passar dos anos essas terras passaram a ser conhecidas como "Duas Árvores".

A sede dessa estância estaria onde hoje está a Capela do Divino Espírito Santo (com Santo Izidro), que seria, provavelmente, o mesmo Oratório de Sant´Ana, em 1858, quando pertencia a Ana Maria França. Provavelmente ela teria levado a imagem de Sant´Ana que foi substituída pela de Santo Izidro ao mudar de local.

As terras de Antônio Teixeira Coelho englobariam, mais tarde, aquelas de Joaquim Martins de Mello, de José da Costa Portella e de João Inácio Maidana.

ANTÔNIO CAETANO DE SOUZA

O Cap. Antônio Caetano de Souza recebeu de D. José Castelo Branco, Governador Geral da Província, uma Sesmaria "na fronteira de Rio Pardo, no lugar chamado Capão de Santo Antônio, em que se acha arranchado Carlos dos Santos Barreto."[54]

Eram "umas sobras devolutas que se dividem pela frente com campos de Matheus Soares; por um lado com Agostinho Soares; pelos fundos com a Serra de São Martinho, em cujas sobras quer estabelecer uma fazenda de criar gado".

Embora tivesse alcançado a Concessão de Sesmaria em 23 de novembro de **1818**, como ainda não tivesse tempo de mandar medir e demarcar essas sobras de campo "por continuadas diligências de Serviço Nacional", tomava providências, em **1822**, junto à Secretaria do Governo. Pois temia que o Cap. Carlos dos Santos Barreto "além do campo que se acha de posse, tentasse requerer para si ou algum de seus filhos" as sobras que lhe pertenciam. A petição foi atendida e emitida uma Carta de Sesmaria.

Ao que parece ele não teria vindo residir nessas terras e, antes de 1856, vendeu a Sesmaria a João Gonçalves Padilha. É possível, portanto, que essas terras ficassem hoje no atual Município de Pinhal Grande.

Antônio Caetano de Souza faleceu em 1825 "na guerra". Era miliciano, Capitão de Cavalaria da capital do Estado. Segundo Moacyr Domingues, ele foi casado com Ana Francisca de Almeida e, depois, com Delfina Pires. Morava em Alegrete ao falecer, deixando nove filhos: Oristela, Francisca, Antônio, Belmira, Maria, Bernardo, João, Ana e Manuel.

---

54. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – "Sinopse das Concessões de Sesmarias".

ANTÔNIO RODRIGUES PADILHA

Antônio Rodrigues Padílha foi citado por Aristides Gomes.[55] Ele teria chegado ao Rio Grande do Sul em 1811 para integrar o Exército Pacificador formado por tropas regulares das capitanias de São Paulo e Santa Catarina. Era miliciano aventureiro sob o comando do Capitão General D. Diogo Sousa. Participou das Campanhas Cisplatinas sob o comando do Cel. Manoel dos Santos Pedroso, estando presente ao ataque a Paisandú em 30 de julho de 1811. Eram 55 homens contra 200 uruguaios. Depois de uma hora de defesa verdadeiramente heroica, Padilha matou o comandante. Os defensores perderam 30 homens e 30 feridos contra 3 homens e um ferido do Cel. Pedroso.

Antônio Rodrigues Padilha, cognominado "O Valentão", era natural de Curitiba e faleceu em sua fazenda Fazenda Vista Alegre, em 13 de junho de 1883. Era filho de Francisco Rodrigues Barbosa e Vitória Rodrigues França (tia de João Vieira de Alvarenga). Casou, em Alegrete, com Maria Faustina de Ascenção Severo de Jesus. Eram pais de Carolina Josefa Leopoldina que casou com Serafim Correa de Barros (Serafim Bravo).

JOSÉ DA COSTA PORTELLA

José da Costa Portella nasceu em Tamanduá, PR (hoje Balsa Nova, PR) e faleceu em 11 de novembro de 1905 em Júlio de Castilhos. Era filho de Antônio José Monteiro e Maria Joana, naturais de Curitiba. Era casado com Maria Joaquina de Jesus, nascida na Vila da Lapa e falecida, em 23 de março de 1910 em Júlio de Castilhos. Deles, descendem pessoas que moraram na comunidade do Portão.

55. ARISTIDES DE MORAES GOMES – "Fundação e Evolução das Estâncias Serranas" – Cruz Alta – 1966.

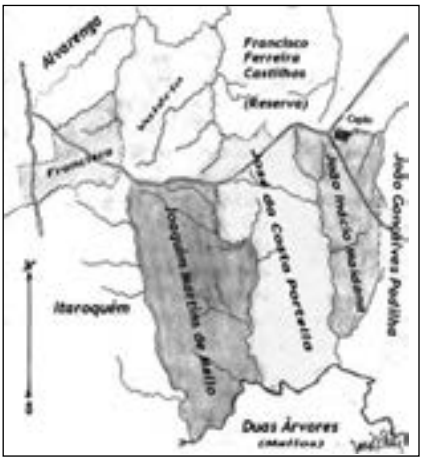


Fig. 32: Mapa / José da Costa Portella.

José da Costa Portella teria feito, desde **1839**, a ocupação primária de uma área de cerca de 12 quadras de sesmaria, sendo instalada, em 1845, no lugar denominado Pinhalzinho.

No Livro de Terras Possuídas, da Paróquia de São Martinho consta o registro nº 492:

"José da Costa Portella, declara que possui um Rincão de Campo denominado "Duas Árvores" sito nesta Freguesia de São Martinho e se divide ao Norte com Francisco Ferreira de Castilhos, pelo Sul com Ana Maria França por uma lagoa, pela frente com Joaquina Buena por uma restinga até outro lagoão, e pelos fundos com terras do Tenente Coronel João Gonçalves Padilha, por um lajeado; ignora-se sua verdadeira extensão. É aquela que se acha dentro das divisas acima declaradas, cujo Rincão obteve por compra que fez a Dona Maria da Gloria d´Almeida.

São Martinho, 5 de maio de 1856

A rogo de José da Costa Portella – Josino Simplicio"[56]

As divisas seriam: Norte — Fazenda da Tapera; Sul— Matos do Ten. Cel. João Gonçalves Padilha; Leste — Com João Gonçalves Padilha e Oeste – Matos devolutos.

(A Fazenda da Tapera também era conhecida como Fazenda Paraíso).

56. LUIZ GONZAGA CORREA DE BARROS SALLES – " Estâncias Castilhenses — Identidades e origens das primeiras famílias" – Editora Experimental.

ANTÔNIO DE MELLO REGO

Antônio de Mello Rego teria nascido em Parnaíba SP e faleceu em 9 de setembro de 1846 na Fazenda das Duas Árvores no enorme Rincão dos Mellos. Era filho de Antônio de Mello Rego e Gertrude Pedroso Leme. Teve com Virgília de Oliveira um único filho. Em 1824, casou com Juliana Maria de Souza com quem teve onze filhos.

A área original do Rincão dos Mellos seria superior a 400 quadras de sesmaria. Contam que Mello Rego invernava seus muares nesses campos (nas proximidades de Taquarembó atual) antes de partir para a Feira de Sorocaba e soube que pertenciam a um padre de São Luiz Gonzaga. Contam que teria pedido a seu amigo José Joaquim Brisola que fosse procurá-lo e comprasse toda a área de campos e matos e, para tanto, deu-lhe 500 mil réis. Encontrado o Pe. Alexandre José Coelho da Costa, ele disse que não venderia os campos para quem o usou sem seu consentimento. Brisola concordou com ele e disse que estava procurando campo para comprar. O padre disse que para ele venderia, mas só por 500 mil réis.

Satisfeito com a aquisição, Antônio de Mello Rego presenteou com uma área de cerca de 100 quadras de sesmaria que ficou conhecida como Rincão dos Brisolas.

O Aj. Antônio de Mello Rego esteve em terras do atual município antes de 1824.

CAPÍTULO IV

DE "BOA VISTA" a "VILA RICA"

OS ANTIGOS CAMINHOS

Dois importantes caminhos primitivos cortaram o atual território castilhense em épocas não determinadas.

Por um deles, passaram os dois exércitos dos demarcadores das divisas entre Portugal e Espanha, pelo Tratado de Madri. Poder-se-ia chamá-lo de Estrada Real ou Estrada Guarani. Começaria no Passo do Guaçupi e seguiria pelo Corredor dos Pachecos até o Passo do Toropi (ou Passo Real).

O outro vindo das Missões, passaria pela antiga Guarda de São Pedro e iria até a Guarda de São Martinho. Em termos atuais ele passaria pelas proximidades do Aeroporto Intermunicipal seguindo o divisor de águas. Passaria por São João do Barro Preto e seguindo a estrada, entraria na atual cidade. Continuava pela Av. Assis Brasil, Passo do Lagoão, Campos do Itaroquém e, pela antiga estrada, rumava em direção à São Martinho da Serra. Este seria chamado de Caminho das Missões.

UM LUGAR AO ALTO DA COXILHA

A origem remota da atual cidade de Júlio de Castilhos seria nas proximidades de um bosque de pesseguei-ros plantado pelos jesuítas em tempos imemoriais, ficava no topo de uma coxilha que seria chamada "Coxilha do Durasnal" (do pessegal). Sobre ela passaria o Caminho das Missões.

À margem deste caminho, o paranaense João Vieira de Alvarenga, ao redor de 1813, implantou sua fazenda. Que ficava a meio caminho entre as atuais cidades de Cruz Alta e São Martinho da Serra.

Ele batizou o lugar de "Boa Vista". Encerrou seu testamento com a seguinte expressão: "*Boa Vista vinte de setembro de 1856*". É esse, o documento mais antigo onde aparece esse topônimo.[57]

Na Avaliação de Campos, em autos de Inventário[58], consta:

"*Uma parte de campo sito no Distrito de São Martinho, no lugar denominado Boa Vista...*".

Francisco Dias da Silva e Francisco Luiz Diniz, antigos moradores da região, sendo árbitros para uma questão de divisas entre terras de Francisca Vieira de Alvarenga e Boaventura Soares da Silva, assim encerravam o respectivo laudo: "*Boa Vista, 25 de janeiro de1859*".

Portanto, até essa data, o lugar se chamava Boa Vista e a estância de João Vieira de Alvarenga tomou o nome do lugar: "Fazenda da Boa Vista".

Fig. 33: Durasnal. Ilustração de Norton Costa.

57. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Ação Ordinária – Ano 1856 – Cartório Civil de Júlio de Castilhos - Autos n° 552 M18 E 132.
58. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Inventário de João Vieira de Alvarenga e sua mulher- Cruz Alta, 1857 – n° 26 M 1 E 132.

Apesar de ter a denominação de Boa Vista, o lugar "*foi por muitos anos chamado apenas de João Vieira*"[59]. A hospitalidade de João Vieira de Alvarenga ficou conhecida pelos que passavam por sua fazenda. No linguajar da época seria expressão corrente "sestear no João Vieira" ou "pousar no João Vieira". Isto acontecia, "*mormente entre os tropeiros que subiam a Serra de São Martinho, com seus incontáveis muares, em demanda da longínqua Província de São Paulo.*"[60] Ou aqueles que, de Cruz Alta, seguiam, pela Picada de São Martinho, rumo a Santa Maria, Rio Pardo, Caçapava, Uruguaiana e outros lugares.

Graças ao espírito hospitaleiro e a alma boa do velho João Vieira de Alvarenga, alguns ranchos já estariam sendo erguidos no alto da Coxilha do Durasnal, pois se sabe que ele alimentava o desejo de ver ali fundada uma povoação.

Em poucos anos, talvez, várias pessoas já moravam ao redor da Fazenda da Boa Vista. Não se pode, no entanto, afirmar com certeza se antes de 1870 já havia um núcleo demográfico que pudesse ser chamado de Boa Vista. Sabe-se que somente em 1877 parte da Fazenda da Boa Vista foi doada "*com a condição de fundar n´ella uma Povoação*". Inclusive sugeria que Toropi fosse o seu nome. Donde se conclui que antes de 1870 não existia nenhuma povoação denominada.

POVO NOVO

O lugar então pertencia ao Município de Cruz Alta que, em 1870, mandou proceder a demarcação de uma praça e das primeiras ruas da incipiente povoação que constituiu o núcleo demográfico inicial da atual cidade de Júlio de Castilhos. Foi testemunha ocular desse aconte-

59. HEMETÉRIO JOSÉ VELLOSO DA SILVEIRA, Dr. - "As Missões Orientais e Seus Antigos Domínios" – Tip. da Liv. Universal de Carlos Echenique – 1909 – pg.10 e outras.
60. VIRIATO DUTRA, Dr. – "Na Estrada da Vida" – 1973 – Júlio de Castilhos RS.

cimento, o historiador Dr. Hementério Velloso da Silveira quando passou de mudança para Porto Alegre.[61]

O Projeto desse traçado que demarcou a atual Praça João Alvarenga e suas ruas adjacentes foi executado por um americano que era Agrimensor da Intendência de Cruz Alta, Antônio Cristiano da Rocha Trolle. (*)

(*) Antônio Trolle nasceu em Washington USA e era filho de Adão Gottlieb Trolle e Joana Dorotéa da Rocha.

De **1870** em diante, esse povoado começou a ser chamada de Povo Novo, por motivos óbvios, portanto:

Povo Novo foi o primeiro nome da futura cidade de Júlio de Castilhos.

Em **1875**, em Povo Novo "*já existiam 18 casas de material e alguns ranchos*" [62], mas ainda não havia nenhum hotel. "*A capela pequenina como era, mal podendo conter 30 pessoas, estava quase acabada*". Era a Ermida dos Alvarengas, cuja padroeira era Nossa Senhora da Piedade.

Entre os **primeiros moradores de POVO NOVO** estariam, segundo o historiador Velloso da Silveira,[63] as seguintes pessoas:

Fig. 34: F. de A. Schorne.

Francisco de Almeida Schorne. Ele teria vindo de São Martinho de carreta, juntamente com sua segunda esposa, Elisa Kruel Schorne e com sua filha Bibiana. Sua casa de madeira, coberta de tabuinha, ficava na esquina noroeste da Av. Pinheiro Machado com a Rua Antônio Carbone. Seria o vizinho mais próximo de João Vieira de Alvarenga

61. HEMETÉRIO JOSÉ VELLOSO DA SILVEIRA, Dr. - "As Missões Orientais e Seus Antigos Domínios" – Tip. da Liv. Universal de Carlos Echenique – 1909 – pg.10 e outras.
62. Ibidem..
63. Ibidem.

e deveria ter sido um dos primeiros moradores da atual cidade. Estabeleceu sua morada entre 1812 ou 1813, talvez antes mesmo da morada de João Vieira de Alvarenga:

"*Em entrevista do autor com Alice de Oliveira Schorne, ela afirmou "que sua sogra, Bibiana Schorne, dizia que, quando seus pais, Francisco de Almeida Schorne e Elisa Kruel, chegaram às terras dos Alvarengas, construíram sua casa, que foi a primeira do lugar. Que os Alvarengas tinham apenas um abrigo de madeira para guardar sal para o gado, que ficaria hoje nas proximidades da atual Prefeitura Municipal*".

Embora a tradição oral seja um terreno falso, acredita-se que esse depoimento prestado por uma pessoa séria talvez possa ser uma verdade histórica.

Francisco de Almeida Schorne nasceu ao redor de 1834 em Estância Velha, e faleceu em 29.1.1884 em Povo Novo (atual Júlio de Castilhos). Era filho de Johann Schorn e Ana de Almeida Pires e foi casado (2ª vez) com Elisa Kruel, filha de Carlos Kruel Fº e Juliana Amélia Hockmüller pufal. blogspot e tiveram 11 filhos: Paulina (nascida em 1864), Carolina (1865), **Bibiana** (13.6.1867), Edmundo (1872), Ana (1875), Júlia (1877), Francisca (1882), Manoel João, Malaquias, Alfredo e Berminda. Todo com o sobrenome Kruel Schorn.

Fig. 35: Schorne em pé.

Fig. 36: Cel. Francisco de Abreu Valle Machado.

Cel. Francisco de Abreu Valle Machado, filho de Ignácio José Machado e Maria Ignácia Velloso. Ele nasceu em Rio Pardo onde, em 1870 abriu um hotel. Era casado com Virgínia Pereira Monteiro.

Valle Machado veio de Comércio, (localidade do atual Município de Nova Palma) onde se estabeleceu com casa comercial e entreposto de mercadorias. Ali nasceram seus filhos João e Inácio Monteiro Valle Machado. (Ambos casaram, em Povo Novo, com filhas do Cap. José Gabriel de Oliveira). Valle Machado já estava em Povo Novo quando nasceram seus últimos filhos: Alice, em 13 de dezembro de 1874 e Gabriela, em 17 de julho de 1878. Donde se conclui que ele teria vindo para Povo Novo, ao redor de 1874, onde teria colocado um estabelecimento comercial. Foi ele, talvez, quem teria construído a antiga casa da esquina (foto/Fig. 37), abaixo do Centro Cultural Álvaro Pinto. Ao transferir-se para Santa Maria, ele a teria vendido a Antônio Carbone. Essa casa de material deve ser, provavelmente, **a casa mais antiga de Júlio de Castilhos.** Ela teria sido construída, a cerca de 17 anos, antes da Emancipação do Município.

Fig. 37: Intendência Horta.

Note-se, na esquina da calçada um “frade-de-cerne” que evitava que as carretas atingissem a calçada e a casa.

Antônio Carbone teria nascido na Itália, em 1835. Era filho de Bartolomeu Carbone e Ângela Maria Bonzo.[64] Casou, em 21 de janeiro de 1879, em Povo Novo, com Jesuína Gabriela de Oliveira (Zinha). O casal teve um filho único: Alfredo de Oliveira Carbone, nascido, em 5 de janeiro de 1879, em Povo Novo, onde casou, em 1897, com Honorina Falcão. Antônio Carbone adotou a menina negra, Eva Carbone, da qual descendem os Carbone da cidade.

Fig. 38: Antônio Carbone.

Na sala principal da casa de Antônio Carbone foi instalada, em 7 de setembro de 1891, a Intendência Municipal do Município de Vila Rica.

Sabe-se que Antônio Carbone já se encontrava, em terras do atual município, em 1882.(*)

(*) Em 6.10.1882 em sua casa foi feita uma escritura pública. Documentos históricos sobre a Fazenda do Itaroquém, n° 20. Acervo do Autor.

Antônio Carbone foi um dos cinco membros da Primeira Comissão Administrativa do Município de Vila Rica. Ajudou a organizar o município por pouco mais de um mês e veio a falecer em 18 de outubro de 1891.

João Antônio Lorentz teria nascido na Alemanha e falecido em 19 de julho de 1907, em Júlio de Castilhos.

O primeiro documento oficial encontrado, onde aparece a denominação "Povo Novo" é a *Lei n° 899 de 10 de abril de 1874, criando "uma aula do sexo masculino no lugar denominado Povo Novo."*[65]

64. FRANCISCO SALLES – Dados genealógicos de.
65. FRANCISCO SALLES – "Notas sobre a Instrução Pública em Vila Rica" - Inédito.

CAMARA MUNICIPAL DE S. MARTINHO

Exercicio

Fig. 39: Documento oficial do império de 1874.

O DISTRITO DE POVO NOVO

Em 9 de maio de 1876, o então 6º Distrito de São Martinho, pertencente ao Município de Cruz Alta se emancipou e, em 24 de janeiro de 1877, foi criado o 2º Distrito de Povo Novo.

A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE JÚLIO DE CASTILHOS

Até meados de 1877, a doação de terrenos de Povo Novo era feita pela generosidade e consentimento de Manoel Vieira de Alvarenga que herdara as terras do alto da Coxilha do Durasnal. As autoridades do Município de São Martinho e aquelas do Distrito de Povo Novo se arrogavam do direito de distribuição que, no entanto, era feita de maneira irregular a ponto de surgirem sérios problemas. Muitos posseiros não cumpriam a promessa de edificar dentro de um ano. Outros se julgavam donos de um mesmo terreno, originando lutas entre os pretendentes.

Visando sanar os desentendimentos e regularizar a situação, Manoel Vieira de Alvarenga pediu que os mora-

dores elegessem uma comissão a quem ele entregaria um título de doação e que ficasse com os direitos de distribuição dos terrenos.

A Comissão eleita ficou constituída por Camillo de Oliveira Mello, Francisco de Abreu Valle Machado, Sebastião Gabriel Haëfner, Marcolino Pereira Monteiro e Rafael Tobias da Silva.

No dia 13 de junho de 1877, Manoel Alvarenga entregou a Comissão um primeiro documento com a seguinte introdução:

"*Título de doação de uma área de terreno que faz Manoel Vieira de Alvarenga ao povo em geral, para a fundação de uma povoação, com a invocação de nossa Senhora da Piedade de Toropy, como abaixo se declara*".

Nesse documento dado "*ao povo em geral*" o doador expressava seu desejo de que o povoado tivesse nova denominação. Em vez de Povo Novo ou Vila Rica deveria ser Toropi. Seu desejo não foi, portanto, atendido.

No documento ficava explícito que a distribuição dos lotes seria gratuita e com um "*prazo certo para levantar Casa sob pena de perder o terreno se no devido tempo não edificar*". Dizia, também, que "*para a edificação de uma igreja ficará reservado terreno e praça suficiente, que preencha o fim para que se destina*".

A área doada correspondia a um paralelogramo de 792 metros de comprimento por 528 de largura (***). Portanto, cerca de 42 hectares.

No entanto, a Comissão, não se julgando competente para fazer a distribuição e regularização da posse dos terrenos, enviou à Câmara de São Martinho um ofício pedindo que a mesma, exclusivamente, assumisse tal encargo. Anexaram a esse ofício um segundo "título de doação" de teor semelhante:

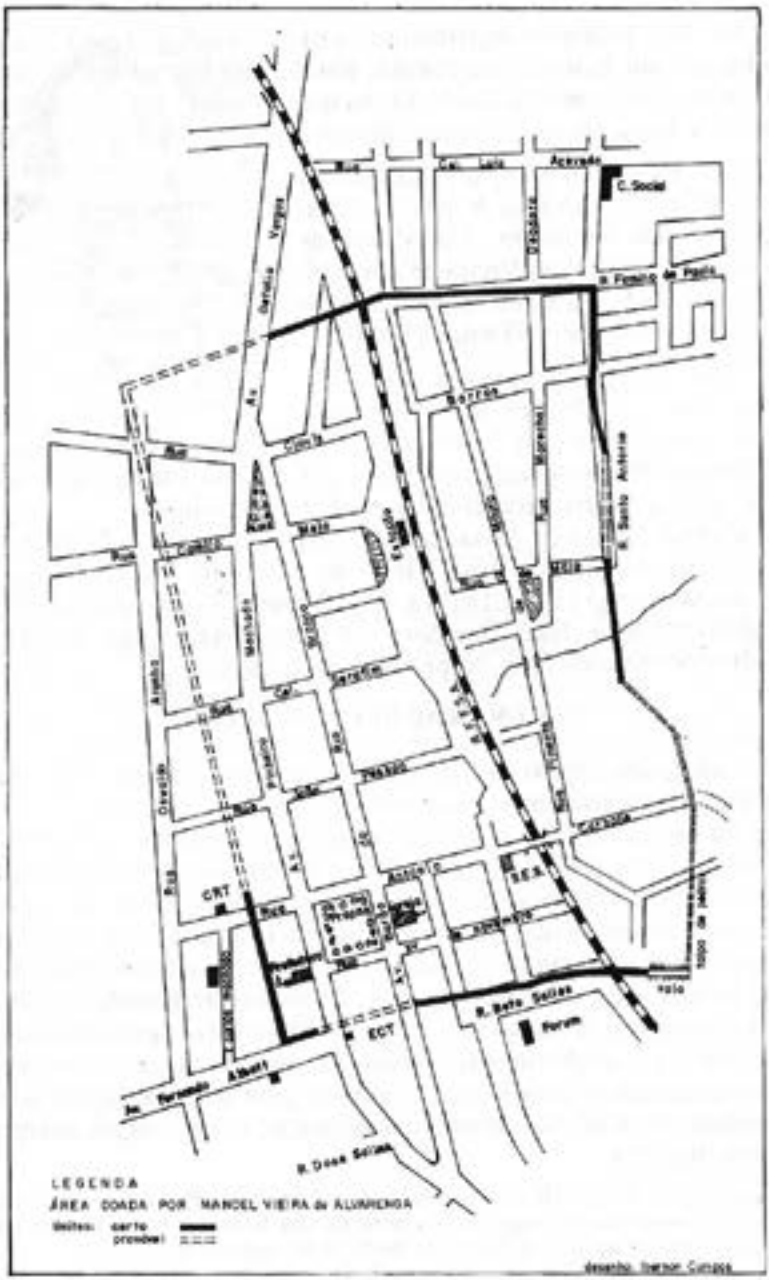


Fig. 40: Planta do Patrimônio doado por Manoel Vieira de Alvarenga.

Título de doação de uma area de terreno que faz Manoel Vieira de Alvarenga para patrimonio da municipalidade de São Martinho a fim de n´elle se fundar uma povoação, como abaixo se declara

Digo eu abaixo assinado que sendo legitimo possuidor de uma área de terrenos de campo, compreendo seis quadras de comprido ao rumo de Leste ao Norte, mais ou menos, e quatro quadras de largura, sito no alto da coxilha denominada dorasnal= onde já existe um nucleo de povoação em começo com a denominação de = Villa Rica= faço de minha livre e expontanea vontade e sem constrangimento de pessoa alguma doação plena e perfeita da dita area de terreno a Municipalidade da Villa de São Martinho, com a condição de fundar n´ella uma Povoação; a cuja Municipalidade fica de oje em diante pertencendo a referida area de terrenos compreendidos dentro de seis quadras de extenção em seu comprimento sobre quatro de largura rumo de Norte a Sul, ou vice verça, como seus que, por effeito d´esta minha doação, são e ficão sendo de oje para todo o sempre, pelo que poderá a mesma Municipalidade gosar, possuir e usufruir como propriedade pertencente a seu patrimonio, pois transfiro pela presente escritura todo o jus, posse e direito e dominio que em dita area de terreno eu tinha, ficando, porém, a mesma Municipalidade obrigada a satisfazer na extação fiscal respectiva os direitos sobre a quantia de duzentos mil reis em que estimo o valor do terreno por mim dado a Illmª Edelidade de São Martinho. E para que a todo o tempo conste e produsa os seus effeitos legaes este acto de minha expontanea vontade, e que faço para cumprir um voto de meu finado Pay, passo a presente escritura em que assigno em presença das testemunhas tambem abaixo assignadas. Tt..... Tt.....

Villa Rica 17 de julho de 1877

Fig. 41: Manoel Vieira de Alvarenga - Assinatura.

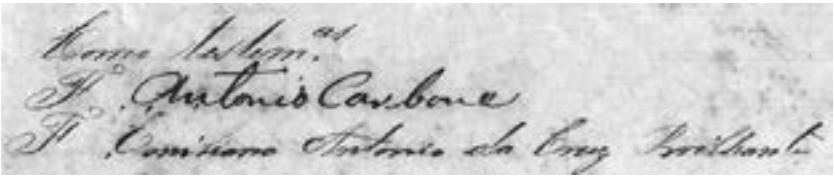


Fig. 42: Antonio Carbone Antonio da Cruz Brilhante - Assinatura.

É, pois, a data do documento acima foi descrito, com a linguagem da época, o documento oficial de doação (acervo do autor) que, revogando o primeiro, deve ser considerado como a do

Dia da Fundação da Cidade de Júlio de Castilhos 17 de julho de 1877 e Manoel Vieira de Alvarenga como o Fundador da Cidade de Júlio de Castilhos

Fig. 43: Manoel V. de Alvarenga.

Manoel Vieira de Alvarenga era filho de João Vieira de Alvarenga e de Maria Rosa de Morais. Teria nascido, provavelmente, em 1809, na Vila da Lapa (Paraná) e faleceu em Vila Rica em 11 de outubro de 1877, sendo sepultado no "*Cemitério do finado João Vieira de Alvarenga*".

Não se conseguiu, até o momento, encontrar a data e local de seu nascimento.

De seu primeiro matrimônio, provavelmente em Lages, entre 1832 e 35, ele teve com Theodora dos Santos, nascida na Lapa, quatro filhos:[66]

66. FRANCISCO SALLES – Dados genealógicos de.

José de Sampaio (nascido na Lapa em 1831), Maria José de Alvarenga (1839), João Vieira de Alvarenga Neto (nascido em Santa Maria em 1839 e Antônia Vieira de Alvarenga (1840). (Encontrou-se, também, João Theodoro dos Santos Alvarenga que seria outro filho).
Ainda casado com Theodora dos Santos teve com Maria Venância Moreira, a filha Laurinda, nascida em 1838, provavelmente em Taquari, e falecida em Cruz Alta em 25 de agosto de 1919.

A segunda vez, Manoel Vieira de Alvarenga casou com Maria Venância Moreira, filha de Manoel Moreira Pais, nascida em 1816 e falecida em 26 de dezembro de 1871, em Povo Novo. Tiveram então cinco filhos:

Manuel Vieira de Alvarenga F° (1853), Juvêncio Moreira de Alvarenga (1854), Rosa Vieira de Alvarenga (1855), João da Cruz Alvarenga (1857) e Júlia Vieira de Alvarenga (1859).

Fig. 44: Casa de Manoel Alvarenga inteira.

Manoel Vieira de Alvarenga residia, principalmente, no fundo de seu campo, nas proximidades do Arroio Buracos (Tipiaia). Tinha, no entanto, uma casa de material construída no povoado de Povo Novo. Com o tempo houve um rebaixamento da rua, como se percebe nas portas da direita nesta fotografia de 1942. A casa sofreu um incêndio e foi demolida na década de 1960.

De posse do Título de Doação, a Câmara de São Martinho mandou levantar uma nova planta do patrimônio municipal em Vila Rica, confeccionada pelo Agrimensor Manuel Fausto Pereira Fortes.

Até 1890, apenas cinco terrenos foram distribuídos gratuitamente, onde foram edificadas quatro casas. Entre elas (foto), a de Toríbio Olympio das Chagas (avô materno do autor) sita à Rua Cel. Serafim sob o nº 127. (que já foi demolida) De 1890 a 1912, foram construídas 20 casas, nos 31 terrenos distribuídos gratuitamente à população.

Fig. 45: Casa de Toríbio Chagas

VILA RICA

Embora se encontre documentos chamando o lugar ora de Povo Novo ora de Vila Rica, a denominação oficial veio de um projeto de autoria de dois deputados provinciais muito ligados ao Distrito de Povo Novo: Assis Brasil e Oliveira Mello.

O Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil era casado com Maria Cecília Prates de Castilhos, irmã de Júlio de Castilhos. O martinhense Cap. João Manuel de Oliveira Mello era neto do pioneiro Antônio de Mello Rego, do Rincão dos Mellos.

"Lei Provincial n° 1.530 de 4 de dezembro de 1885

A Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Decreta:

Artigo 1° - A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Povo Novo, 2° Distrito de São Martinho, passa a Denominar-se Nossa Senhora da Piedade de Villa Rica.

Artigo 2° - Ficam revogadas as disposições em contrário".[67]

A mudança de denominação de Povo Novo para Vila Rica era para evitar confusão, pois já existia outra Paróquia das Necessidades do Povo Novo, criada em 7 de fevereiro de 1785, nas proximidades de Rio Grande.

O ofício que comunicava a nova lei foi lido na Câmara de São Martinho em 22 de fevereiro de 1886. A partir de então, a Câmara só se refere ao lugar como "Freguesia de Villa Rica". O povo, no entanto, há mais de dez anos já chamava ao povoamento, simplesmente, de Vila Rica.

O documento mais antigo que se encontrou essa denominação foi o Livro n° 1 de Óbitos da Capela de São Martinho[68] onde consta:

"*Maria Magdalena Portella, de 22 anos, casada com Hortêncio José Machado, falecida no dia 21 de outubro de 1872 e sepultada no Cemitério de Villa Rica.*"

Por quê Vila Rica?

Encontrou-se duas justificações aceitáveis:

1ª — **Antônio Moreira Machado**, que participara da Guerra do Paraguai, afirmava que o nome teria sido trazido daquele país. Que havia lá um lugar muito agradável e de topografia semelhante. Terminada a guerra, em 1870, uma força que voltava acampou nas proximidades

67. MONS. ANTÔNIO CORREA – "O Município de Júlio de Castilhos (anotações a sua história) – 1975 – Editora Rainha – Santa Maria, RS. P. 211.
68. ARCEBISPADO DE SANTA MARIA RS – Secretaria do – Livro de Batismos, Casamento e Óbitos da Capela de São Martinho.

de Povo Novo[69]. Então os soldados passaram a chama-la de Vila Rica.

Numa entrevista com o autor, em Cruz Alta, José Aguillar Machado, contou que seu avô, acima mencionado, lhe contou que os soldados daquele acampamento logo não encontraram mais víveres para comprar nas vendas do Povo Novo. E lembraram-se das mesmas dificuldades e privações passadas naquela vila do Paraguai e teriam exclamado: — Ôoo Vila Rica! A expressão, um tanto depreciativa, teria encontrado guarida no agrado popular.

2ª — **Dr. Viriato Pereira Dutra** numa obra com o título "Vila Rica" crê numa razão que lhe parecia mais verdadeira e "*que falava mais alto aos sentimentos patrióticos do povo que via com especial agrado este nome altamente evocativo dos ideais de Pátria e Liberdade. A velha Vila Rica das Minas Gerais vivia ainda no espírito do povo*".

Vila Rica era o nome antigo de Ouro Preto. O ilustre Dr. Viriato não aceitava a primeira versão, afirmando que "*os combatentes, que vivem da exaltação do patriotismo, via de regra não dão apreço às cousas do inimigo, dos vencidos... Para eles só vale o que é da Pátria*".

69. VIRIATO DUTRA, Dr. -- "Na Estrada da Vida" – 1973 – Júlio de Castilhos.

CAPÍTULO V

CONVENÇÃO DA RESERVA

A Convenção da Reserva foi um dos maiores acontecimentos políticos da História do Município de Júlio de Castilhos e ocorreu em 1889.

A célebre reunião teve lugar no lado oeste do Capão Grande da Fazenda da Reserva, dentro da propriedade de Carlos Prates de Castilhos, irmão de Júlio. Um lugar isolado e seguro, pois era uma reunião altamente subversiva. Ali, o jovem advogado e jornalista, nascido naquela fazenda, Dr. Júlio Prates de Castilhos, com 28 anos, reuniu as mais ilustres figuras políticas republicanas da Província do Rio Grande do Sul, para combinar uma ação revolucionária contra o Império do Brasil.

Esse evento foi magistralmente sintetizado pela pena do Dr. Viriato Dutra:

"*Durante os primeiros anos da Monarquia, uma das grandes preocupações dos propagandistas da República era a anunciada implantação do 3° Reinado. Teria o Brasil, destarte, à frente de seu governo, em vez da veneranda figura de D. Pedro II, e em uso de todas as prerrogativas do Poder Moderador — o Poder incontrolável da época— uma Princesa voluntariosa e impertinente, casada com um estrangeiro.*

Contra o possível evento, já se manifestara a Câmara de São Borja, a 13 de janeiro de 1888. Fora a Moção do vereador Aparício Mariense da Silva, segundo a qual o assunto deveria ser resolvido mediante plebiscito de âmbito nacional.

Levada até o extremo norte pela palavra inflamada de Silva Jardim, a iniciativa são-borjense teve considerada repercussão. E a luta contra o Terceiro Reinado continuava...

A 21 de março de 1889, *Júlio de Castlilhos promove, na Região Serrana, uma reunião política, a que compareceriam os mais representativos elementos da propaganda republicana de toda a Província, e que passaria à História com o nome de* **Convenção da Reserva.**

De seus objetivos, mais do que qualquer comentário, diz com perfeita concisão e clareza, o memorável documento então assinado. Ei-lo, na íntegra:

"Reconhecendo a necessidade de organizar a oposição, em qualquer terreno, ao futuro reinado que ameaça a nossa Pátria com desgraça de toda a ordem; e a necessidade de preparar elementos para, no momento oportuno garantir o sucesso da revolução; declaramos que temos nomeado nossos amigos José Gomes Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Ernesto Alves, Fernando Abbott, Assis Brasil, Ramiro Barcellos e Demétrio Ribeiro para trabalharem para que consigam aqueles fins; empregando livremente os meios que escolherem.

Nós juramos não nos deter diante de dificuldade alguma, a não ser o sacrifício inútil de nossos cidadãos. Excluída esta hipótese, só haveremos de parar diante da vitória ou da morte.

Reserva, 21 de março de 1889

a) Cândido Pacheco de Castro, Joaquim Antônio da Silveira. Lauro Domingues Prates, Fernando Abbott, Ernesto Dias Alves de Oliveira, José Gomes Pinheiro Machado, Victorino Monteiro, Possidônio da Cunha, Homero Baptista, Manoel da Cunha Vasconcellos, J. F. de Assis Brasil, Salvador Pinheiro Machado e Júlio de Castilhos."

No discurso que proferiu nessa ocasião, Castilhos traçou as linhas gerais da Constituição de 14 de julho de 1891, conforme afirmou em debate que mais tarde manteve com Assis Brasil.[70]

70. JÚLIO DE CASTILHOS – Othelo Rosa.

VILA RICA EM 1890

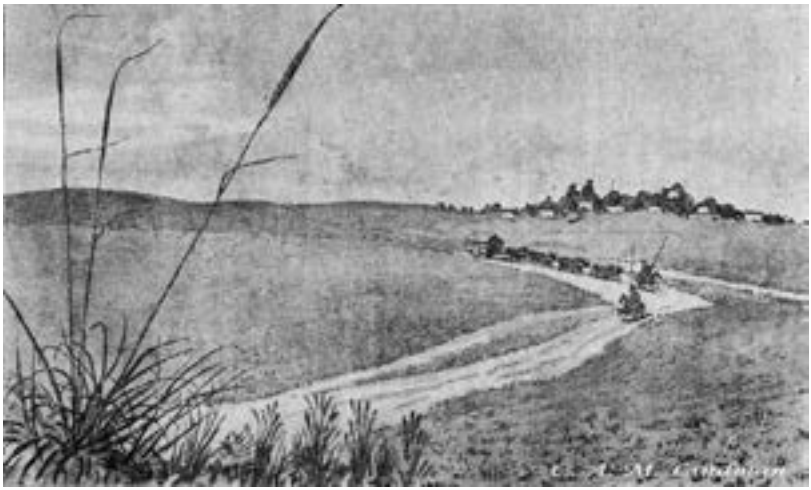


Fig. 46 - Vista de Vila Rica, em gravura de C. A. M. LINDMAN, em 1893.

Em 3 de junho de 1890, o Município de São Martinho respondeu um questionário[71] da "Diretoria de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul" que fornece dados preciosos sobre o Distrito de Vila Rica:

A então Vila de São Martinho possuía 85 prédios e o povoado de Vila Rica, 65. Não havia iluminação pública em qualquer povoação daquele município. Quase todas as casas de negócio vendiam artigos de armarinho, fazendas, louças, ferragens e produtos alimentares. Dessas chamadas "vendas de secos e molhados" existiam 8 casas em São Martinho, 7 em Vila Rica. Havia apenas duas igrejas: uma em São Martinho e outra em Vila Rica.

Cortavam o município: A "Estrada Geral que de Santa Maria passava por São Martinho e Vila Rica e ia a Cruz Alta. Aquela que de Vila Rica ia a "Tupaceretã". A estrada que de Santa Maria passava pela Picada do Pinhal e ia a Vila Rica.

71. LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO – Acervo de Rubens Augusto Pedrazzi em São Martinho da Serra.

A distância de São Martinho a Capital do Estado era de 435 km. De São Martinho a Santa Maria, 19 km. De São Martinho a Vila Rica, 50 km. De Vila Rica a Cruz Alta, 80 km.

Em março de 1893, um naturalista sueco que estudava a vegetação do Rio Grande do Sul, antes de chegar ao então povoado de Vila Rica, produziu a gravura (fig. 46), estampada em seu livro,[72] que constitui a mais antiga imagem urbana, da atual cidade, que se conhece: a das "*alvas casas de Vila Rica*".

A imagem teria sido reproduzida a partir do alto da estrada que parte da BR 158 ao Passo do Felício, logo após a escultura de Rogério Bertoldo, "A Oferta de Mate".

Fig. 47: Monumento "A oferta do mate" do escultor Rogério Bertoldo

72. PROF. DR. C. A. M. LINDMAN – "A Vegetação no Rio Grande do Sul – Livraria Universal de Echenique Irmaõs & Cia. – Porto Alegre – 1906.

CAPÍTULO VI

EMANCIPAÇÃO POLITICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE VILA RICA

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Apenas oito meses depois da célebre Convenção da Reserva, o Dr. Júlio de Castilhos sentiu afastada a ameaça do 3° Reinado e viu seus ideais políticos triunfarem no Brasil: A 15 de novembro de 1889 era proclamada a República.

A Província do Rio Grande de São Pedro do Sul passou a chamar-se "Estado do Rio Grande do Sul" e o Brasil partiu para uma era constitucional.

Em 5 de maio de 1891, foram eleitos os membros da Assembleia Constituinte. Dela fazia parte Júlio de Castilhos e seu grande amigo Fernando Abbott, o Vice-Governador do Estado em exercício e um dos convencionais da Reserva. Na certeza de que a Assembleia o escolheria como primeiro Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos pediu a esse amigo a emancipação política de sua terra.

Assim, no último dia de seu atribulado governo, o Dr. Fernando Abbott assinou um de seus derradeiros atos, cuja cópia (arquivo do autor) chegou à Junta Administrativa que governava o Município de São Martinho:

"*Estado do Rio Grande do Sul*
Secretaria do Interior em Porto Alegre,
14 de julho de 1891
Senhor Presidente e mais membros da Junta Governativa Municipal de São Martinho

Comunico-vos que o Dr. Vice Governador do Estado, por acto de hoje, elevou à vila a freguesia da Villa Rica, pertencente a esse município; com as divisas estabelecidas pelo referido acto que junto por cópia. Por actos de igual data, constantes das copias tambem inclusas, foi dividido o referido municipio em três districtos policiais e dous de paz.

Saude e fraternidade José de H. Martins Costa"

Outro documento, além da emancipação política trazia também as divisas do novo Município de Vila Rica.

Desse modo, o Município de Vila Rica estava emancipado politicamente em 14 de julho de 1891. No entanto, administrativamente, continuava ligado ao Município de São Martinho.

EMANCIPAÇÃO ADMINISTRATIVA

Somente a mais de três meses depois, em 7 de setembro de 1891, é que ocorreu a emancipação administrativa do novo município, com a **Instalação da Intendência Municipal da Vila de Vila Rica.**

O livro "Acta de Posse de Villa Rica" foi preservado (Acervo do autor) e nele contém os primeiros atos da **vida administrativa** do atual Município de Júlio de Castilhos. Na imagem de sua primeira página aqui reproduzida, lê-se em linguagem atual o seguinte:

"*Ata de posse da Intendência Municipal da nova Vila de Nossa Senhora da Vila Rica*

Aos sete dias do mês de setembro de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, na sala principal da casa

Fig. 48: Emancipação Administrativa.

do cidadão Antônio Carbone servindo provisoriamente para funcionar a Intendência Municipal da nova Vila de Nossa Senhora da Piedade de Vila Rica, criada por ato do Governo do Estado, de 14 de julho do corrente ano, às duas horas da tarde, achando-se presente o cidadão Presidente da Intendência Municipal de São Martinho, Júlio Pereira dos Santos, comigo secretário interino da mesma Intendência adiante declarado, para efeito de instalar e dar posse aos senhores Intendentes nomeados pelo cidadão Presidente do Estado, por ato de seis de agosto último, João da Fonseca Pahim, João Candido da Silveira, Antônio Carbone, Elisbão Pinto de Oliveira Ribas e Amâncio Antônio Guterres, os quais achando-se presentes com exceção do Intendente Elisbão Pinto de Oliveira Ribas, exibiam seus respectivos títulos de nomeação ..."

Após a dissolução da Câmara de Vereadores do Império, foi criada, pelo Ato n° 22 de 22 de dezembro de 1889, uma Junta Administrativa do Município de São Martinho composta por Júlio Pereira dos Santos, João da Fonseca Paim e João Manuel de Oliveira Mello.

A Instalação da Intendência Municipal de Vila Rica foi presidida por Júlio Pereira dos Santos, Presidente dessa Junta, e secretariada por Irineu de Oliveira Goulart:

Após o juramento de "c*umprir fielmente os deveres do cargo e promover a felicidade pública*", o Presidente da cerimônia declarou empossados os membros da Comissão Administrativa do novo Município e passou a presi-

dência a João da Fonseca Paim. Encerrada a solenidade, os presentes passaram a assinar a ata.

Fig. 49: Assinaturas da Ata de Instalação do Município de Vila Rica.

Além do Secretário, Irineu de Oliveira Goulart, do Presidente Júlio Pereira dos Santos e dos membros da 1ª Comissão Administrativa do novo município, assinaram a ata as seguintes pessoas: (Ilegível) *Silva, Rodolpho de Oliveira Mello, Antônio de Mello Rego, Antônio de Oliveira Mello, João Monteiro do Valle Machado, Alcebiades Galvaes, Francisco de Abreu Valle Machado, Joaquim Neves, Gonçalo Soares, João B. da Fontoura Ilha, Camillo de Oliveira Mello, José Gabriel de Oliveira, Severo Correa de Barros, José Garcia de Oliveira, José Cardoso da Rosa, Marcelino Pereira da Silva, Affonso P. de Barcellos, Arthur Silveira, Marcolino Pereira Monteiro, Horácio de Oliveira Bastos, José Correa Fogaça, Fredirico Riemenschneider, Carlos Fumagalli, Manoel Pereira Dutra, João Valerio Lemez, Toribio Olympio das Chagas, Rodolfo de Oliveira Mello Filho, Alfredo Luiz Esteves, Joaquim José Pereira, Eduardo Gehm, Franc° Roiz da Sª Filho, Marcos Affonso Pereira de Oliveira, Fausto Marques de Oliveira, Felippe Amancio Licht, a rogo de Francisco Silveira das Chagas por não poder escrever, à rogo de Porfirio Rodrigues da Motta, Affonso P. de Barcellos, Viricimo de Oliveira Bastos, Antônio Rodrigues de Toledo, Manoel Ignacio Dias, Graciano Cardozo da Silva, João de Oliveira Bastos e Manoel Rodrigues Pedroso.*

Prédio onde foi instalada a Intendência do Município de Vila Rica

Fig. 50: Intendência do Município de Vila Rica

O prédio histórico da Instalação do Município de Vila Rica foi aquele da esquina abaixo do Centro Cultural Álvaro Pinto, na Rua Antônio Carbone, com Rua Barão do Rio Branco, onde a Intendência (prefeitura) funcionou, provisoriamente.

Em 1899, o prédio foi adquirido e, em 1919, foi vendido em leilão. Hoje, apesar de reformado, ainda é o mesmo da época. A ele foram acrescentadas platibandas e molduras artísticas, porta em novo lugar e somente permanecem apenas 8 janelas na face leste.

Estado do Rio Grande do Sul

Intendencia Municipal da Villa Rica

N.

O Procurador, O Secretario,

Fig. 51: Documento emitido pela Intendência Municipal de Vila Rica.

GENEALOGIA DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS

A área do atual Município de Júlio de Castilhos pertenceu, através dos tempos, a vários municípios:

Em 1809, houve a primeira Divisão Territorial da Província com a criação das quatro primeiras vilas: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. Elas podem ser consideradas os primeiros municípios do atual Estado.

1 — A Vila de Rio Pardo abrangia mais da metade do atual território rio-grandense. A sede seria a atual cidade de Rio Pardo. O território do atual Município de Júlio de Castilhos estava começando a ser povoado e suas terras de então pertenciam à **Vila de Rio Pardo**.

2 — Em 24 de maio de 1834, surgiu a **Vila de Cruz Alta**, desmembrada da Vila de Rio Pardo. Em 5 de agosto de 1836, ela foi dividida em seis distritos: Vila, São Martinho, Botucaraí (atual Soledade), Passo Fundo, Palmeira e São Miguel (atual Santo Ângelo).

O atual território do Município de Júlio de Castilhos pertencia ao 2° Distrito de São Martinho. Apenas mudaria seu número de ordem. Assim, de 21 de agosto de 1855, passou a ser o 6° e de 22 de abril de 1857 passou a ser o 10° Distrito, permanecendo como tal até São Martinho ser emancipado.

3 — Isso ocorreu, em 9 de maio de 1876 e o território do atual Município de Júlio de Castilhos, então chamado de Povo Novo passou a pertencer ao **Município de São Martinho** e assim ficou até 14 de julho de 1891.

CAPÍTULO VII

AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

PRIMEIRA COMISSÃO ADMINISTRATIVA (6.8.1891 a 26.12.1891)

Por ato de 6 de agosto de 1891, o Presidente do Estado, Dr. Júlio Prates de Castilhos, nomeou uma comissão de cinco membros com a finalidade de organizar e administrar provisoriamente o Município de Vila Rica. Ela era composta dos seguintes membros:

JOÃO DA FONSECA PAIM – Presidente
JOÃO CÂNDIDO DA SILVEIRA
ANTÔNIO CARBONE
ELESBÃO PINTO DE OLIVEIRA RIBAS
AMÂNDIO GUTERRES

Pouco se sabe desses destes primeiros intendentes que administraram e organizaram o Município de Vila Rica:

João da Fonseca Paim já havia feito parte de uma comissão idêntica, designada em 1876, para administrar provisoriamente o recém-emancipado Município de São Martinho e teria sido muito útil ao novo município. Ele nasceu em Gravataí, ao redor de 1860, e casou, em 1880, com Maria Amália Monteiro Valle Machado, filha de Francisco de Abreu Valle Machado. João era irmão de Maria Rita da Fonseca Paim que viera de São Martinho, em 1877, para ser a primeira professora de Povo Novo.

João Cândido da Silveira era fazendeiro, casado com Solidônia Balcemão da Silveira e faleceu em 1° de julho de 1892. Sua esposa seria sogra de Innocêncio Garcia, uma pessoa importante para a cultura castilhense.

Elesbão Pinto de Oliveira Ribas era filho de José Pinto de Oliveira Ribas e Zeferina Maria de Jesus Padilha. Nasceu em 27 de outubro de 1863 em São Martinho (hoje Júlio de Castilhos). Era, então, casado com Prudência Ilha Soares. Elesbão Ribas faleceu em 21 de setembro de 1916, em sua Fazenda da Palma em Júlio de Castilhos.

De **Antônio Carbone** já se tratou e de **Amândio Guterres** nada se conseguiu saber até o momento.

Em 9 de setembro de 1891, dois dias depois de serem empossados os intendentes e instalada a Intendência Municipal de Vila Rica, às 10 horas da manhã, ocorreu a **primeira sessão ordinária**, presidida por João da Fonseca Paim.

Entre os assuntos tratados foi resolvido enviar a Ata de Instalação e posse da Comissão Administradora ao Presidente do Estado e pedir-lhe para que a Lei Orçamentária de São Martinho servisse de base ao novo Município.

Foi expedido um ofício à Junta Governativa de São Martinho pedindo a relação dos devedores do extinto Distrito.

Foram nomeados os dois primeiros funcionários públicos do Município:

Alfredo Luiz Esteves, um professor que possuía boa cultura, foi proposto por Antônio Carbone para **Secretário do Município** e perceberia trezentos e sessenta mil réis por ano.

João Valério Lemos, indicado por Cândido da Silveira para **Procurador e Fiscal**, com uma comissão de 6% da arrecadação. Era responsável pela cobrança de

impostos e cumprimento das posturas municipais, cargo que corresponderia atualmente ao de **Tesoureiro**. Ambos os funcionários pediram exoneração em 3 de dezembro do mesmo ano. Recebendo os agradecimentos da Comissão "*pelo zelo e dedicação, revelando o patriotismo e fiel exação nos seus cargos*".

Nessa primeira sessão da Comissão Administrativa teriam sido discutidos e resolvidos vários assuntos e normas administrativas que não constaram em ata. Foi tal o elogiável interesse de seus membros em levar a bom termo a missão para a qual foram escolhidos que a sessão aberta às 10 horas da manhã, só foi levantada pelo Presidente às 4 horas da tarde!

Em 21 de outubro de 1891, Horácio de Oliveira Bastos foi nomeado titular da Coletoria Estadual e João Mendes Júnior, escrivão interino.

A segunda sessão ordinária da Comissão Administrativa só foi realizada às 14 horas do dia 22 de dezembro. Presentes João da Fonseca Paim, João Cândido da Silveira e Elesbão Pinto de Oliveira Ribas. Além da posse de Elesbão Ribas com o compromisso de praxe, nada mais constou na ata lavrada pelo secretário Alfredo Luiz Esteves.

Os primeiros meses que sucederam à Emancipação do Município foram de intensa atividade política. De um lado a organização da nova comuna e, do outro, as apreensões e interesse em apoiar o primeiro Governo republicano do Estado, exercido por Júlio Prates de Castilhos.

Essa Primeira Comissão Administrativa do Município de Vila Rica era formada de republicanos e seguia o molde do Estado, hipotecando inteira solidariedade às forças armadas e seguindo os princípios e normas republicanas implantadas.

O primeiro governo do Estado "*teve em Júlio de Castilhos um desempenho completo. Foi esse castilhen-*

se um incansável batalhador e pregador republicano que, juntamente com outros, liderou a criação do Partido Republicano Rio-Grandense. De forma indelével a sua atuação ficou marcada na vida política, gerando o que se chamou de castilhismo difundido pelo Rio Grande e pelo Brasil nos postulados da completa observância da Constituição e nos princípios da reta razão"[73].

No entanto, a atmosfera política era de inquietude. Os vila-riquense viviam "entre radiosas esperanças e rumores subterrâneos" num fim de ano que corria "a um tempo tumultuário e promissor"[74]

De fato, em 3 de novembro de 1891, o Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, acabou fechando o Congresso e o povo federalista da Capital Rio-Grandense exigiu o afastamento de Júlio de Castilhos, obrigando-o a abandonar o governo. Ele o fez dizendo: "*Entrego o Governo à anarquia*".

No Município de Vila Rica, esse acontecimento político teve como consequência, a queda da 1ª Comissão Administrativa e a eleição do primeiro Conselho Municipal.

CONSELHO MUNICIPAL de VILA RICA (28.12.1891 - 21.6.1892)

No regime republicano, as Câmaras Municipais tiveram nova terminologia, passaram a serem chamadas de Conselhos Municipais.

A **primeira eleição no novo Município de Vila Rica** foi realizada em 15de novembro de 1891, para a escolha dos 7 membros do Conselho Municipal.[75] Foram eleitos:

73. INETE DE ANDRADE PAIM – "São Martinho – Ascensão e queda de um município" – UFSM – 1980.
74. VIRIATO DUTRA, Dr. – "Na Estrada da Vida" – 1973 – Júlio de Castilhos RS..
75. LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE VILA RICA – Acervo do Autor.

Feliciano de Paulo Guterres com 52 votos.
João da Fonseca Paim com 52 votos – Presidente
Lourenço Pinto de Oliveira Ribas com 52 votos
João Monteiro do Valle Machado com 51votos
Severo Correa de Barros com 51 votos
Carlos Prates de Castilhos com 50 votos
João Augusto Messerschmidt com 49 votos

Em 7 de abril de 1893, são chamados três suplentes:

José Correa Fogaça com 6 votos
Antônio de Mello Rego com 3 votos
João Baptista Ribas com 3 votos

Eles substituíram João da Fonseca Paim e Feliciano de Paulo Guterres, por terem aceitado cargos incompatíveis com sua função. João Augusto Messerschmidt mudou-se para fora do município e Lourenço Ribas por ter sido nomeado Intendente Municipal.

CONSELHO MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DA „VILLA RICA"

Exercicio de 189 a 1892

O Secretario.

O Procurador.

Fig. 52: Recibo emitido pelo Conselho Municipal de "Villa Rica"/ 1892.

SEGUNDA COMISSÃO ADMINISTRATIVA
(28.12.1891 a 21.6.1892)

Com a saída de Júlio de Castilhos do Governo do Estado foi nomeada, então, uma nova Comissão Administrativa de confissão federalista. O ato da nomeação foi assinado, em 28 de fevereiro de 1891, pelo Governo Provisório do Estado e seus membros tomaram posse em 4 de janeiro de 1892. Era composta pelos seguintes membros:

JOAQUIM ADOLPHO CHARÃO – Presidente até 8.1.1892

ERNESTO DE OLIVEIRA E SILVA – Presidente subsequente

MANOEL PITTHAN
JOSÉ ANTÔNIO ONÓFRIO
ANTÔNIO RAMOS BARROSO

Fig. 53: Túmulo do Charão.

Joaquim Adolpho Charão nasceu em 18 de agosto de 1835 em Cachoeira (RS) e faleceu solteiro, em 10 de Agosto de 1892, na Fazenda da Palma. Era filho de Inácio Adolpho Charão e Felizarda Clara do Nascimento. "*Juntamente com seu irmão Antônio, comprou (em 1862) a Estância da Palma do Barão do Jacuí (com duas léguas mais ou menos*"[76]. Joaquim Adolpho Charão (ou Xarão) está sepultado no primeiro jazigo do atual Cemitério Santa Maria, situado em seu ângulo noroeste. Sobre o túmulo existiu uma cruz com as iniciais AAX, provavelmente de seu irmão, Antônio Adolpho Xarão.

76. LUIZ GONZAGA CORREA DE BARROS SALLES – " Estâncias Castilhenses — Identidades e origens das primeiras famílias" – Editora Experimental.

Ernesto de Oliveira e Silva foi batizado em Gravataí em 13 de julho de 1856. Era filho de Miguel de Oliveira e Silva e América dos Santos, ambos nascidos em Porto Alegre. Havia casado, em 1879, com a Profª Maria Rita da Fonseca Paim.

Fig. 54: Ernesto Oliveira.

Em 1886, ele era proprietário e diretor do órgão liberal "A Província", de Santa Maria, vendido a Felipe de Oliveira, pai do poeta santa-mariense. Ficou, então, como Redator-Chefe. Era ardoroso federalista e escrevia violentos artigos contra os conservadores.[77] Reagindo ao ataque de um opositor, no jornal, foi ferido na mão e mudou-se para Vila Rica.

Era um generoso homeopata e foi homenageado com o nome de uma rua. Mudou-se para Ijuí, já com ideias republicanas, onde teria falecido entre 1910 e 1912.

Fig. 55: J. A. Onófrio.

José Antônio Onófrio nasceu em 4 de dezembro de 1848, em Agnone, na Itália (como D´Onofrio Giuseppantonio), e faleceu em 22 de maio de 1909 em Júlio de Castilhos.

Da Itália, juntamente com seu irmão Luiz Onófrio, através de Buenos Aires, chegaram a Povo Novo, em 1880, onde foram mascates. José Antônio Onófrio foi casado com Júlia Vieira de Alvarenga, filha de Manoel Vieira de Alvarenga.

Antônio Ramos Barroso, conhecido como Tico Barroso, nasceu em 1865. Era filho de Anacleto Neponucemo Barroso e casou, em primeiras núpcias, com Maria Manuela Machado.

Fig.56: A. R. Barroso.

77. ROMEU BELTRÃO – "Cronologia Histórica de Santa Mria e do extinto Município de São Martinho" – Ed. Pallotti.

Manoel Pitthan teria nascido em Cruz Alta, em 1855, e seria filho de Christian Adolph Pitthan, imigrante alemão que chegou ao Brasil em 1827 e se estabeleceu na colônia de São Leopoldo e, depois comprou terras em Cruz Alta. Sua mãe era Johanna Catharina Margaretha Hockmuller Pitthan.

Fig. 57: Assinatura de Manoel Pitthan.

Fig. 58: A quarta casa dessa foto era a de Manoel Pitthan.

A quarta casa dessa foto era a de Manoel Pitthan
A situação política da época determinou a queda dessa Segunda Comissão Administrativa. O Município passou a ser governado por aquele Conselho Municipal eleito empossado em 18 de dezembro de 1891.

ADMINISTRAÇÃO PELO CONSELHO MUNICIPAL (22.6.1892 a 6.12.1892)

Em sessão do Conselho Municipal de Vila Rica[78] (36), em 22 de junho de 1892, **a mais memorável e histórica desse período inicial do Município**, compareceram José Antônio Onófrio e Antônio Ramos Barroso, "*intendentes nomeados pelo governo da revolução de novembro*", além de João Guilherme de Athayde, Secretário que se dizendo imcompatilizado não quis exercer suas

78. LIVRO N° 1 DE ATAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE VILA RICA – Acervo do Autor.

funções. Em seu lugar, foi nomeado "ad hoc" Herculano Montenegro. José Antônio Onófrio (vinha exercendo interinamente a presidência desde 16 de abril), representando o Presidente da Comissão Municipal. Ernesto de Oliveira e Silva declarou que reconhecia o cidadão João da Fonseca Paim como "*legítimo Presidente da Intendência*" e depois de fazer uma explanação sobre o estado dos cofres municipais, convidou-o a assumir a presidência da sessão.

João da Fonseca Paim reassume dizendo que a assumia "*em nome do Presidente Constitucional do Estado, Dr. Júlio Prates de Castilhos manifestando-se sobre o acontecimento auspicioso de achar-se restabelecida a legalidade no Estado com a queda do governo omissioso que por sete longos meses infelicitou esta terra de tão honrosas tradições*".

A pedido do Presidente, Herculano Montenegro, em nome da Intendência, dirigiu-se ao auditório saudando o povo e concitando a todos a procederem com a maior calma e respeito aos adversários, em muito dos quais reconhecia "*qualidades distintas*". Referindo-se àquelas pessoas que tiveram de abandonar seus lares e fugir para outros países, a fim de garantir suas vidas. O orador a comoveu a todos e foi calorosamente aplaudido tanto por amigos como por adversários.

Em frente à Intendência, naquele momento, achavam-se as forças vitoriosas: um Esquadrão de Cavalaria com atiradores e quatro lanceiros, comandada pelo Ten. Camillo de Oliveira Mello e fiscalizada pelo Cap. Rodolpho de Oliveira Mello e um grande número de populares que aplaudiam, dando vivas ao Dr. Júlio de Castilhos, à República e ao Partindo Republicano.

Em 13 de julho de 1892, João da Fonseca Paim reúne os membros do Conselho Municipal que prestam novos compromissos e elegem Lourenço Ribas como novo

Fig. 59: Lei do Orçamento 1897.

Presidente e Carlos Prates de Castilhos como Vice-Presidente e foi nomeado Júlio Aguillar, dono de uma ótima caligrafia, como Secretário.

Esse Conselho aprovou, em 16 de setembro de 1892, e promulgou, em 10 de novembro do mesmo ano, a **Primeira Lei Orgânica do Município de Vila Rica** e a primeira **Lei de Orçamento do Município de Vila Rica**.

O Conselho Municipal administrou o Município de Vila Rica por mais de meio ano, até que fosse nomeado o primeiro intendente. Durante esse tempo exerceram a presidência do Conselho Lourenço Ribas (15.7.1892 a 24.9.1892) e Carlos Prates de Castilhos (24.91982 a 6.12.1892).

OS INTENDENTES PROVISÓRIOS

Pela Constituição Rio-Grandense, o Estado foi dividido em Municípios independentes na gestão de seus interesses, com a ampla faculdade de constituir e regular seus serviços, respeitando as disposições constitucionais.

O Poder Executivo de Vila Rica seria exercido, na sede do município, por um **Intendente Municipal**, que dirigiria todos os serviços, e o Poder Legislativo, por um Conselho Municipal, que votaria os meios de serem eles criados. Intendentes e conselheiros seriam, simultaneamente, eleitos de quatro em quatro anos, mediante voto direto dos concidadãos.

No entanto, naquela época que precedeu a Revolução de 93, a situação política no Rio Grande do Sul não propiciava um clima de liberdade necessário à realização de eleições. Os Presidentes, como eram chamados os Governadores do Estado, ficavam exercendo suas funções por alguns meses apenas, ou poucos dias. Em consequência dessa situação, o Município de Vila Rica, continuava então a ser dirigido pelo Conselho Municipal.

Foi quando voltou a governar o Estado, embora interinamente, o Dr. Fernando Abbott, um autêntico lutador que, ao que parece, nutria uma grande afeição pela terra natal de seu amigo Júlio Prates de Castilhos. Foi ele, na metade de sua curta gestão de quatro meses, quem nomeou o primeiro intendente do Município.

Esclarecimento necessário do autor:

Sobre as várias administrações de intendentes e prefeitos do Município de Júlio de Castilhos serão resumidos dados desses gestores e citadas algumas de suas obras reunidas através de pesquisas em relatórios, antigos jornais e outras fontes confiáveis.

É perfeitamente compreensível que, diante de uma escassez de fontes insuspeitas, esses resumos não irão refletir com a desejável justiça, as atuações dos ilustres administradores. Leve-se em consideração, ainda, que alguns de seus atos e obras estarão apresentados em outros títulos específicos desta monografia. E que, nesta Nova Edição de "Terra de Vila Rica" deixar-se-á de incluir obras realizadas em antigos distritos que se emanciparam, muitas delas de capital importância.

De 1977 em diante, pelo contrário, existem ao alcance de todos, farta documentação. Serão, portanto, apresentados apenas alguns dados pessoais dos prefeitos e a relação dos vereadores.

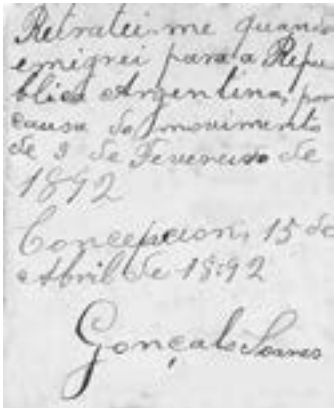


Fig. 60 - Fotografia de Gonçalo Soares, com dedicatória no verso.

ADMINISTRAÇÃO GONÇALO SOARES (6.1.1892 a 23.3.1893)

Gonçalo Soares da Silva era filho de Epifânio José Soares da Silva e Silvana Maria da Conceição. Era casado com Carolina da Fonseca Paim, irmã de Maria Rita da Fonseca Paim, a primeira professora de Vila Rica. Gonçalo Soares está sepultado no Cemitério Santa Maria.

Ele fora eleito vereador para a Câmara Municipal de São Martinho de 1884 a 14 de fevereiro de 1887, quando pediu exoneração por motivos de saúde. Em 1890, exerceu, como suplente, o cargo de Juiz Municipal daquele município.

A histórica posse desse **1° Intendente de Júlio de Castilhos** deu-se em sessão extraordinária do Conselho Municipal, às 10 horas do dia 6 de dezembro de 1892. Uma comissão formada pelos conselheiros Carlos Prates de Castilhos, Severo Correa de Barros e João Monteiro do Valle Machado foi convidar Gonçalo Soares da Silva a prestar o devido compromisso, momento em que lhe foi entregue a **Lei Orgânica do Município**.

Nada se encontrou sobre obras dessa efêmera administração de Gonçalo Soares.

Em consequência das ameaças e atos de violência espalhados pelos agentes do "governicho", apelido dado por Júlio de Castilhos ao efêmero governo instalado após o golpe que o depôs.[79]) Gonçalo Soares emigrou para a Argentina, pois, como era seu amigo, não se sentiu seguro em sua terra.

Em 15 de abril de 1892, ele já se encontrava em Concepción de La Sierra (Missiones) onde fez o retrato autografado (Fig.60/p. 122). (Acervo do Autor)

Gonçalo Soares referia-se ao início da Revolução Federalista, durante a qual esteve na Vila o Cel. João Rodrigues Mena Barreto. Sua Brigada, formada por 600 homens foi da Estação Colônia (hoje Camobi, Santa Maria), em trem de lastro, até Vila Rica que, na época era terminal da linha férrea em construção.

A chegada dessa força revolucionaria a Vila Rica teria sido o único acontecimento digno de menção durante a **Revolução de 93**. Nessa época havia no Rio Grande do Sul três partidos políticos: o Republicano Rio-Grandense (Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Borges de Medeiros, Ramiro Barcellos, Fernando Abbott, Carlos Machado); o Federalista ou Parlamentarista (Gaspar Martins, Joca Tavares, Torquato Severo) e o Republicano Liberal (Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Antão de Faria).

Fig. 61: Gonçalo Soares - Lápide.

Para que não pairem dúvidas à atitude tomada por esse honrado Intendente Gonçalo Soares, basta citar que, na mesma época, procuraram abrigo nos países vizinhos o Senador Pinheiro Machado, os generais Hipólito Ribeiro e Rodrigues Lima, os coronéis Pinheiro Machado, Aparício Mariense e outros.

79. ARTHUR FERREIRA FILHO – "História Geral do Rio Grande do Sul" – Ed. Globo.

ADMINISTRAÇÃO LOURENÇO RIBAS (23.3.1893 a 26.11.1896) – Nomeado

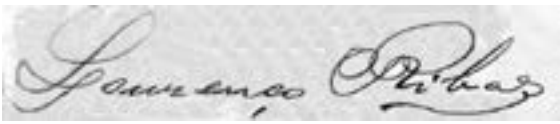


Fig. 62 - Assinatura de Lourenço Ribas.

Lourenço Pinto de Oliveira Ribas foi nomeado pelo Presidente do Estado, Dr. Júlio Prates de Castilhos. [80](39) Ele nasceu em 10 de agosto de 1853, na Fazenda das Árvores, atual território castilhense, e faleceu em Passo Fundo, em 1912. Era filho de José Pinto de Oliveira Ribas e Zeferina Maria de Jesus Padilha. Casou, em Sorocaba, com Maria Fernandes de Oliveira Guimarães, natural de Sorocaba. Ele era o irmão mais velho de Elesbão Pinto de Oliveira Ribas (membro da 1ª Comissão Administrativa do Município).

Foi Conselheiro Municipal em 1891 e 92, onde ocupou o cargo de Presidente de 15 de julho a 24 de setembro de 1892. Foi Delegado de Polícia em 17 de julho de 1892 e ainda o era em 14 de julho de 1893.

Lourenço Ribas começou a governar o município quando já havia sido desencadeada a Revolução de 1893. Nela Silveira Martins, com os federalistas, propugnava pela predominância do poder federal sobre o estadual. Em oposição, o Partido Republicano, chefiado por Júlio de Castilhos, que sustentava a federação, porém com ampla autonomia dos estados.

O Rio Grande vivia, na época, um clima de intranquilidade. O estado de alerta e a preocupação dos intendentes eram constantes. A gestão de Lourenço Ribas se mantinha equilibrada, mas sem grandes progressos em qualquer setor de atividades. Pois a política sobrepujava. Os próceres republicanos de Vila Rica reuniam-se no Clube Venâncio Aires, fundado em 24 de agosto de 1888.

80. RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR – Ano 1896 – Biblioteca Pública de Porto Alegre.

Enfim, em 23 de agosto de 1895, foi assinada a paz desejada por todos e o Intendente Lourenço Pinto de Oliveira Ribas pode completar a organização do Município de Vila Rica.

Nomeou para Secretário a José Correa Fogaça (Major Itaquatiá), cargo que fora exercido por Alfredo Luiz Esteves, Clarimundo Antônio Pimenta e Marcolino Ribas. Os secretários da Intendência ganhavam novecentos e sessenta mil réis por ano acumulando as funções de secretários do Conselho Municipal e porteiros da Intendência.

Em 31 de dezembro de 1894, foram dadas denominações as primeiras ruas e praças da Vila. (Ver em Capítulo XI).

Fig. 63 - Primeira Igreja Matriz de Vila Rica.

Na mesma data, em Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Vila Rica[81], numa mensagem enviada, o Intendente Lourenço Ribas propõe auxiliar a continuar a construção da igreja com dinheiro do município[82], pois o dinheiro do povo fora insuficiente. Esclarecia, no entanto, que somente se fosse para finalidade pública (serviços da Intendência e da cadeia) e não religiosa. E acrescentava: "*Os padres se quiserem mercadejar com ofícios divinos devem fazer casa por conta própria*".

81. LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE VILA RICA – Acervo do Autor.
82. RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR – Ano 1896 – Biblioteca Pública de Porto Alegre.

Essa seria a primeira pequena[83] Igreja Matriz da Vila (que sucedeu à Matriz provisória Ermida dos Alvarengas). Nessa foto ela aparece ao fundo, atrás dos alicerces do atual templo católico.

Lourenço Ribas, com o dinheiro do povo, dotou a vila de uma "*Casa de Detenção*" (cadeia civil). Formou um "*Corpo de Patriotas para manter a ordem durante o período revolucionário*", pois o policiamento insuficiente era feito apenas por seis praças da Brigada Militar.

Durante sua gestão foi inaugurada a Estrada de Ferro, representando um grande avanço nas comunicações. Nessa época as distâncias, pelas precárias estradas de carretas existentes, eram de Vila Rica a Cruz Alta de 80 km; Vila Rica a São Martinho, 42,2 km e de São Martinho a Santa Maria, 21.5 km.[84]

As aulas do sexo masculino e feminino estavam providas de professores e as colônias, sem impostos, prosperavam.

Em 28 de dezembro de 1894, o Conselho Municipal recebeu um importantíssimo documento comunicando a doação de uma área de campo situada sobre a estrada geral, em Tupanciretã, então 2° Distrito. Essa área, doada por Antônio José Silveira e sua esposa Constança Lima Silveira, foi demarcada e dividida em 54 terrenos que iriam constituir o povoado inicial da atual cidade de Tupanciretã.

Em 11 de julho de 1896, o Intendente Lourenço Ribas, declarando não haver Conselho Municipal, nomeou pessoas da Vila para a revisão e qualificação de eleitores para a eleição que se realizaria em 31 de dezembro.

Seu último ato administrativo foi em 10 de novembro desse ano, quando ele compareceu a Intendência para preparar a eleição de escolha do novo Conselho Municipal e do próximo Intendente Municipal, pois sua administração findaria em 10 de dezembro.

83. ARQUIVO HISTÓRICO DO RGS – Processo de Sesmarias – Ano 1803 – Caixa 303 S 5.
84. A FEDERAÇÃO – Jornal de 16.8.1894 – Biblioteca do Centro Cultural de Santa Maria.

Para o ano de 1895 o Conselho Municipal estabeleceu os valores dos impostos. Por curiosidade, entre eles estava: *"Por matrícula de cão na vila 4.000 rs, fora dela 2.000 rs. É facultado aos fazendeiros 4 cães, aos lavoreiros 2 cães sem impostos"!*

Ao redor de 1912, Lourenço Ribas doou parte de suas terras para ser implantado o Corredor das Tropas.

ADMINISTRAÇÃO PANTALEÃO PINTO (26.11.1896 a 30.1.1897) – Nomeado

Pantaleão Pinto de Souza nasceu em (1865). Era filho de José Alexandre de Souza e de Luiza Pinto de Souza. Casado com Idalina da Fonseca Paim, irmã de João e Maria Rita da Fonseca Paim. Foi o terceiro Juiz Distrital de Vila Rica, de 1897 até 1905. Faleceu em 27 de junho de 1935 com 70 anos.

Fig.64: Pantaleão Pinto de Souza.

Exerceu a advocacia por muitos anos e foi Diretor do jornal republicano "A Reserva". Sua residência ainda existe na Av. Fernando Abbott.

Durante seu efêmero governo de dois meses e quatro dias ele realizou a **1ª Eleição Municipal do Município de Vila Rica**.

Fig. 65: Residência que foi de Pantaleão Pinto de Souza

Ela foi realizada, pelo Intendente e os presidentes de mesa, em 31 de dezembro de 1896, com o seguinte resultado:

Para Intendente:

Luiz Gonzaga de Azevedo – 116 votos
Irineu de Oliveira Goulart – 70 votos
Para Conselheiros:
João Appel – 188votos
Luziano de Oliveira Mello – 117
Prudêncio Agapito da Silveira – 117
Francisco Lemos de Farias – 116
Felipe Amâncio Licht – 116
Carlos Prates de Castilhos – 115
Felipe Schirmer – 114

E outros menos votados.

Prudêncio Silveira e Felipe Licht eram de Tupanciretã e Felipe Schirmer, de Bugre (atual Caemborá, Nova Palma).

OS NOVOS ADMINISTRADORES MUNICIPAIS

No período de 1891 a 1896, houve a **organização do novo Município de Vila Rica**. O seu governo foi exercido pelas duas comissões administrativas, pelo conselho municipal, e por três intendentes provisórios nomeados.

Normalizada a situação política, começou na realidade, em 1897, a **vida administrativa** normal e democrática do município. Como mandava a Constituição Estadual deveriam existir gestões administrativas regulares de quatro em quatro anos.

1ª ADMINISTRAÇÃO LUIZ GONZAGA DE AZEVEDO (30.1.1897 a 21.12.1900) - Eleito

Fig. 66: Cap. Luiz Gonzaga de Azevedo e a esposa Francisca Correa de Barros (Fig. 67).

Cap. Luiz Gonzaga de Azevedo nasceu em Cruz Alta, em 19 de agosto de 1854 e faleceu, em 7 de setembro de 1909, em Tupanciretã. Era filho do Ten. Joaquim José de Azevedo e de Gertrudes Clara Leite de Morais. Casou em 9 de fevereiro de 1882, na Fazenda da Vista Alegre, com Francisca Correa de Barros, filha de Serafim Correa de Barros (Serafim Bravo) e Carolina Rodrigues Padilha.

O Cap. Luiz Gonzaga de Azevedo foi, em 1882, Delegado de Polícia de Cruz Alta e era, na época, proprietário da Fazenda da Palma, no 1° Distrito de Vila Rica. Em 1900, foi nomeado, pelo Presidente da República, Coronel Comandante da Brigada de Infantaria da Guarda Nacional de Vila Rica.

Em 3 de janeiro de 1899, o Município adquiriu, por compra de Jesuína Carbone e de seu filho, Alfredo de Oliveira Carbone o prédio onde funcionava a Intendência Municipal. Adquiriu, também, outros terrenos com área de 51.667,72 m2 que, em 1927, o Eng° Civil Luiz Gomes de Araújo dividiu e cadastrou.

Em 15 de março de 1897, foi aprovado pelo Conselho Municipal, o **1° Código de Posturas do Município**.

Pouco se sabe desse primeiro período administrativo do Cel. Luiz Gonzaga de Azevedo. Em editorial, o jornal da Vila (*) assim se manifestava:

(*) Jornal "A Convenção" n° 11 de 27.10.1901. Coleção do autor.

"*Do nosso outrora pequeno e pobre município, tivemos a confirmação cabal de quanto pode fazer uma boa administração, graças à autonomia garantida pelas leis da República.*

Vimos logo, sair o Município embrionário em que se achava, aumentar nossas indústrias, desenvolver-se o trabalho e após, em pouco tempo, quatro anos recorrido, aparecer sucessivos melhoramentos; e nesse período o Município que nada tinha, empregar quarenta contos em patrimônio e melhoramentos materiais".

Quando havia necessidade de aporte financeiro para o município eram emitidas as apólices.

Fig. 68: Cédula de apólice emitida pela Intendência Municipal de "Villa Rica".

2ª ADMINISTRAÇÃO LUIZ GONZAGA DE AZEVEDO (1°. 1.1901 a 31.12.1904) – Reeleito

O fato histórico mais importante nesse segundo quadriênio foi a **anexação do extinto Município de São Martinho ao Município de Vila Rica** determinando um substancial aumento de seu território.

A decadência daquele outrora importante município deveu-se, principalmente, a abertura da Estrada do Pinhal, em 1880, que encurtou em cerca de 40 km o caminho de Cruz Alta a Santa Maria. Além disso, em 1894, foi inaugurada a Estrada de Ferro. A Vila ficou, então, completamente, isolada. Pode-se juntar a estes, outros fatores de ordem administrativa, política e econômica:[85]

"*A falta de interesse das classes dirigentes, as dissenções político-partidária, levam o Município de São Martinho de Cima da Serra a um estado de estagnação e franca decadência. A falta de apoio, de incentivo, enfraquecia o governo local. Esse mal político teve origem em ambições extemporâneas que dividiam com intrigas e apreciação desabonadoras o executivo e a administração da Vila*"

Em sessão de 31 de maio de 1901, Virgilino Antônio Pereira, intendente de São Martinho, reuniu seu Conselho Municipal e propôs a fusão dos dois municípios. A proposição foi aceita por unanimidade.

O Decreto n° 391 de 27 de julho de 1901, extinguiu o Município de São Martinho e o anexou ao de Vila Rica.

A FESTA DE ANEXAÇÃO

Organizada pelo Poder Municipal, em 20 de agosto de 1901, ocorreu uma das maiores festas do passado de Vila Rica comemorando a anexação do Município de São Martinho.

85. INETE DE ANDRADE PAIM – "São Martinho – Ascenção e queda de um município" – USFM – 1980.

Assim, o jornal local, A Convenção, noticiava em seu n° 2, de 25 de agosto:

"*Ao despontar do dia espoucavam no ar, inúmeros foguetes que saudavam a aurora, como em um rir festivo, como em aplauso entusiasta aos dois municípios unidos. Arcos de verdes ramagens, entretecidos de vistosos galhardetes balouçavam-se alacremente ao mavioso perpassar das auras matinais, embalsamadas de mil aromas campestres*".

Às 12.20h chegou o trem de excursionistas com os militares da Banda do 1° Regimento Provisório da Brigada Militar de Cruz Alta. Eles foram recebidos na estação pela Banda Santa Cecília regida pelo Maestro João Antônio da Silva que, num arroubo de retórica, o redator da notícia, tratou-a de "*Filarmônica Vila-riquense*". Lá estava, também, o Intendente Luiz Gonzaga Azevedo e o Presidente do Conselho Municipal, Francisco Lemos de Farias. Nessa recepção, o orador oficial foi o jovem poeta Innocêncio Perciliano Garcia.

Na Intendência Municipal, discursou o advogado Onésimo Pereira dos Santos, elogiando a "*criteriosa e refletida conduta*" do Intendente Gonzaga.

Às 20h, depois da entrega de prêmios de uma Exposição Estadual, começou o baile numa das salas do palácio municipal com uma polca-havaneira executada pelo Sexteto do 1° Regimento. À uma hora, foi servida uma mesa de doces, vinhos e chás, enquanto se apresentava Josino Lima, um exímio pianista de Cruz Alta. O baile foi até às 4.30h da madrugada.

No dia seguinte, depois de um almoço na casa de Francisco Lemos de Farias, Josino Lima, antes da despedida dos militares, organizou o povo e a banda militar na fachada da Intendência para tirar essa histórica fotografia acero do autor marcando o evento.

Fig. 69: Intendência Romagna - 1901.

Enquanto isso "*Os martinhense contrários à ideia de anexação, revoltados com a decisão governamental, formaram, oficiosamente um novo Conselho e tentaram, inutilmente, lutar contra o ato consumado. Exigiam também o pagamento de vencimento dos funcionários da Intendência e outras dívidas que não teriam sido saldadas por um dos últimos intendentes. Teria sido tal a animosidade dos moradores remanescentes que esses problemas pendentes e discussões sobre o assunto se arrastariam, talvez sem solução*".[86]

A medida então encontrada pela administração vila-riquense foi propor o desmembramento e anexação ao Município de Santa Maria da maior parte do antigo 1° Distrito de São Martinho.

Segundo opinião do Dr. Viriato Dutra, a anexação a um município neutro anularia aquela pretensão de recebimento de dívidas e evitaria as demais discórdias. Certa ou não essa hipótese, o fato é que meses depois, em 22 de agosto:

86. INETE DE ANDRADE PAIM – " São Martinho – Ascenção e queda de um município" – USFM – 1980.

"o Conselho Municipal de Santa Maria toma conhecimento de um ofício dirigido pelo intendente de Vila Rica, devidamente autorizado pelo seu respectivo Conselho, propondo a anexação do 1° Distrito do extinto Município ao território do Município de Santa Maria, excetuando-se as Fazendas do Coqueiro. Cujas divisas seriam pelo Rio Guaçupi abaixo, divisas essas naturais; e a Fazenda do Pinhal, do Cel. Agostinho Pereira, devendo as desta última serem fixadas por uma comissão mista. A proposta foi aceita e nomeada a aludida comissão".[87]

O Decreto n° 402, de 28 de setembro de 1901, anexou o 1° Distrito de São Martinho ao território de Santa Maria. Essa área desmembrada foi constituir o 6° Distrito de Santa Maria, criado em 10 de outubro de 1901, ela ficou, portanto, pertencendo ao Município de Vila Rica por 63 dias apenas.

Extinto o Município de São Martinho, grande número de moradores da vila transferiu residência para Vila Rica. Entre eles estavam: Praxedes Pereira dos Santos (ex-Intendente) e seus filhos Abílio Pereira dos Santos, Onésimo Pereira dos Santos, Olavo Pereira dos Santos e Antônio Pereira dos Santos. Vieram, também, Manuel Cesar do Nascimento, Crescêncio Campos de Almeida Ferraz (ex-Conselheiro), Irineu Goulart, Manuel Pereira dos Santos Sob°, Alfredo Silveira Netto (ex-Conselheiro), Sylvio Pinto Ribas e muitas outras famílias.

Em entrevista com o Dr. Viriato Dutra, citando Pedro Pacheco como testemunha ocular, soube-se que a saída dos martinhense não foi completamente pacífica. Realizou-se pela madrugada, com a proteção da Guarda Municipal de Vila Rica. A caravana de carretas teria acampado à Rua João Pessoa junto ao número 239 (onde esteve a antiga Agência Telefônica).

87. ROMEU BELTRÃO – "Cronologia Histórica de Santa Mria e do extinto Município de São Martinho" – Ed. Pallotti.

Com o expressivo aumento de seu território com a anexação, o Município de Vila Rica passou a ter 16.151 km2 de área superficial. Era então o segundo maior município do Estado, perdendo apenas para o Município de Passo Fundo. Sua população ficou ao redor de 20.000 habitantes, ocupando o 8° lugar no Estado. Com essa enorme área, houve necessidade de nova divisão administrativa. O Município passou de três, para cinco distritos, incluindo as colônias de Núcleo Norte (hoje Município de Ivorá), Toropi (hoje Município de Toropi) e Núcleo Soturno (hoje Município de Nova Palma).

VILA RICA MUDA DE DENOMINAÇÃO

Em 3 de novembro de 1904, o Intendente Luiz Gonzaga de Azevedo, depois de ouvir o Presidente do Estado, propôs mudar a denominação do município e de sua sede, para homenagear a memória do mais ilustre filho de Vila Rica, que falecera em 24 de outubro do ano anterior.

O conselheiro Antero Silveira, castilhista extremado, entendendo que não se deveria tirar o nome de Vila Rica, tão ao gosto do Dr. Júlio de Castilhos, votou contra a medida. Mas, diante da estranheza de seus pares, percebendo ter dado o único voto contrário, reconsiderou, e o projeto foi aprovado por unanimidade.

Assim, com este último ato desta administração foi estabelecida a nova denominação:[88]

"Ato n° 31, de 31.12.1904

O Cel. Luiz Gonzaga de Azevedo, intendente do Município de Vila Rica,

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e, de conformidade com o artigo 27 da Lei Orgânica, promulgo o seguinte:

88. LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE VILA RICA – Acervo do Autor.

Art. 1° -- Fica substituída a atual denominação oficial deste Município pela de Júlio de Castilhos.

Art. 2° -- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho Municipal de Vila Rica, 31 de dezembro de 1904.

a) Felippe Amâncio Licht, Cyríaco Leite de Moraes, João Francisco da Costa, Antero Silveira

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Publique-se e registre-se.

Intendência Municipal de Vila Rica, 31 de dezembro de 1904

a) Luiz Gonzaga de Azevedo – Intendente"

CONSELHO MUNICIPAL de VILA RICA (1901 a 1904)

Foram os seguintes, os sete conselheiros eleitos para esse período que tomaram posse em 9 de setembro de 1901:

CEL. FRANCISCO LEMOS DE FARIAS 288 votos
TEN. CEL. JOÃO APPEL 287 votos
ANTÔNIO DE MELLO REGO (filho) 287 votos
MJ. CYRÍACO LEITE DE MORAES 288 votos
FELIPPE AMÂNCIO LICHT 288 votos
CAP. ANTÔNIO, DOS SANTOS MAGALHÃES 268
MJ. ANTERO SILVEIRA 268 votos

Ainda exerceram o cargo de Conselheiro, os suplentes **ANTÔNIO MOREIRA MACHADO E JOSÉ FRANCISCO DA COSTA.**

ADMINISTRAÇÃO JUVENAL MENDISCO
(1°.1.1905 a 10.12.1906) – Eleito

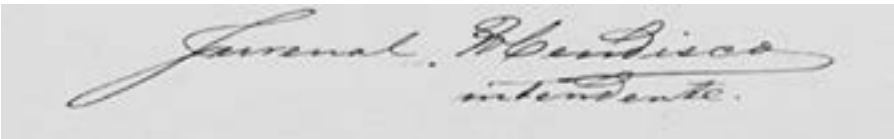


Fig. 70: Assinatura de Juvenal Mendisco.

Na eleição de 6 de dezembro de 1904, foi eleito Juvenal Mendisco com 642 votos e deveria governar de 1905 a 1908. No entanto, administrou o município apenas por cerca de dois anos.

Ele nomeou para Vice-Intendente Severo Correa de Barros, de 14 de março a 14 de junho e João Pereira Henrique, em 20 de julho de 1905.

Sobre sua pessoa sabe-se apenas que em 1925 foi um dos fundadores do Diário de Notícias de Porto Alegre. No entanto, sobre o primeiro ano de sua administração existe um Relatório impresso apresentado ao Conselho Municipal, em 3 de novembro de 1905, relativo aos serviços e atos municipais no período de 1° de janeiro a 30 de setembro desse ano.[89]

O Intendente Juvenal Mendisco esteve envolvido com a resolução de duas questões de limites, entre o Município de Cachoeira e o de Cruz Alta. Ele, a pedido do Presidente do Estado, Júlio de Castilhos, foi a Cachoeira, em fevereiro de 1905, em busca de uma conciliação com o seu intendente. A tentativa foi malograda e o Presidente do Estado propôs entregar a questão a um árbitro, com amplos poderes decisórios. Ambos concordaram. No entanto Juvenal Mendisco contratou um advogado para, junto ao árbitro, defender os interesses do município. Mesmo assim, o Município de Júlio de Castilhos perdeu uma grande área da zona colonial junto ao Rio Jacuí.

89. RELATÓRIO DE JUVENAL MENDISCO – Oficina Tipográfica da Livraria Americana de Porto Alegre – 1906 – Coleção do autor.

Na questão com Cruz Alta, onde a divisa era a atual Rua Vaz Ferreira, Cruz Alta reclamava a posse de todo o povoado de Tupanciretã. Dessa vez os conselhos municipais dos dois municípios nomearam representantes para dirimir a questão. Por Júlio de Castilhos atuou Raphael de Oliveira Mello Fº. Do entendimento de ambos, houve o cancelamento da pretensão cruz-altense.

Juvenal Mendisco não criou nem elevou qualquer imposto durante esse período em que a **ordem pública** era mantida com quatro praças na sede e um em cada distrito, graças "*ao estado pacífico, boa índole e educação*" do povo. Na relação de detenções figuravam 22 por embriaguez, 10 por desordem, uma por furto e quatro por desobediência.

Nessa administração foi adquirido parte do material necessário para instalação de aparelhos de iluminação a acetileno.(81)

O **estado sanitário** do Município era bom. O Intendente Juvenal Mendisco conseguiu que a Junta de Higiene lhe enviasse alguns tubos de "*linfa vacínica*" contra a varíola, vacinando na Intendência 101 crianças e 11 adultos. Diversos particulares e o homeopata Ernesto de Oliveira e Silva também aplicavam a linfa.

Pelo médico municipal, Dr. Luiz Lopes, foram feitas 152 visitas e 156 consultas, além de serem aviadas 63 receitas para indigentes.

Pela entrevista com algumas pessoas antigas, pôde-se deduzir que o final do segundo ano dessa administração foi bastante conturbado levando o Intendente a uma inesperada renúncia ao importante cargo.

Fruto da influência política de seus opositores, Juvenal Mendisco rebelou-se contra ordens superiores e renunciou, em 10 de dezembro de 1906. Negou-se a passar o cargo ao Vice-Intendente e o fez ao Subintendente do 1° Distrito, Caetano José Cavalheiro. Alegou assim proceder

por não existir Conselho Municipal legalmente constituído e não ter o Vice-Intendente prestado o compromisso que se impunha. Acabou embarcando, em seguida, para a capital do Estado.

À primeira acusação, Lahyre Bastos, Vice-Presidente do Conselho em exercício, em ofício ao Presidente do Estado, respondeu estar o Conselho constituído de acordo com a lei. Comunicou, também, que o Intendente não havia promulgado a Lei Orçamentária para o próximo exercício, o que gerava sérias dificuldades aos interesses municipais e, ao mesmo tempo, solicitava uma solução para o impasse.

Como se verá, o Conselho Municipal desse período não vivia também um clima de grande harmonia.

Com a renúncia de Juvenal Mendisco, por ato de 12 de dezembro de 1906, assumiu a intendência Caetano José Cavalheiro que, a pedido do Presidente do Estado, convocou o Conselho para uma reunião extraordinária para dar posse ao Vice-Intendente nomeado. Na reunião, realizada em 14 de dezembro de 1906, prestou compromisso Joaquim Pereira Henrique e, em seguida, ele assumiu o governo do Município.

CONSELHO MUNICIPAL DE 1905 A 1908

Eleitos em 6 de dezembro de 1904, foram empossados em 1° de janeiro de 1905 os seguintes conselheiros:

CYRÍACO LEITE DE MORAES – Presidente
CARLOS PRATES DE CASTILHOS
LAHYRE BRASILIENSE BASTOS – Vice-Presidente
ONÉSIMO PEREIRA DOS SANTOS
THEÓPHILO TEIXEIRA CABRAL (de Tupanciretã)
DOMINGOS VERÍSSIMO DA FONSECA (idem)
JOSÉ CARDOSO DA ROSA

Como Theóphilo Cabral não compareceu a nenhuma reunião em 1905, seu lugar foi considerado vago e assumiu o suplente **ALEXANDRE PASQUALINI**, de Ivorá, pai de Alberto Pasqualini. Domingos Veríssimo da Fonseca pediu exoneração, pois foi residir em Cruz Alta. Em seu lugar assumiu **ÁLVARO HYPPÓLITO PINTO**.

Em 6 de novembro de 1906, Carlos Prates de Castilhos e José Cardoso da Rosa resignaram ao cargo e se retiraram da sessão. O Conselho resolveu apelar para que reconsiderassem a renúncia, contra o voto de Álvaro Pinto que julgou a atitude "*extemporânea e acintosa ao Conselho*". Dois dias depois, José Cardoso da Rosa confirma sua renúncia e foi convocado para substituí-lo Frederico Ebling, que não chegou a ser empossado. Em 14 de fevereiro de 1907, finalmente, Carlos Prates de Castilhos reiterou sua renúncia e seu lugar foi considerado vago.

Um fato inusitado ocorreu nesse momento: As duas vagas abertas não foram preenchidas e o Intendente Joaquim Pereira Henrique determinou uma nova eleição. Não só para as duas vagas, mas para quatro [!] novos membros, pois ele demitiu Alexandre Pasqualini. Não se sabe quais as razões para tanto, o que se sabe é que o Ato n° 13, de 26 de dezembro de 1906 determinou a eleição para 4 de fevereiro de 1907 e o resultado foi o seguinte:

Cap. ÁLVARO HYPPÓLITO PINTO
Ten. HÉRCULES DA ROCHA MONTENEGRO
OCTAVIANO GOMES DE OLIVEIRA
JOÃO DA SILVA D´ÁVILA

Tendo em vista a dificuldade encontrada pelo Presidente para reunir número legal de membros para funcionar o Conselho ele pede, e recebe, do Presidente do Estado, autorização para convocar um suplente. Assume, então, **LAUDELINO SOARES DA SILVA**, em 28 de março

de 1908. Assim o conselho funcionou com dois membros a menos. Naquela época, as reuniões começavam ao meio dia.

ADMINISTRAÇÃO JOQUIM PEREIRA HENRIQUE (14.12.1906 a 14.2.1907) Nomeado

Sabe-se, apenas, que esse efêmero Intendente fixou o orçamento da receita e despesa para o exercício de 1907 e aprovou as contas de seu antecessor.

Tendo em vista a renúncia de Juvenal Mendisco, Joaquim Pereira Henrique deveria governar até 1908, o fim do quadriênio. No entanto, como o período político estava muito conturbado, ele dirigiu o Município por dois meses apenas e determinou nova eleição.

ADMINISTRAÇÃO BARRETO LEITE (15.2.1907 a 31.12.1908)

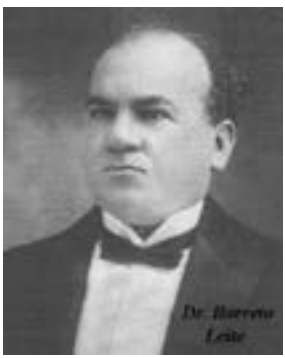


Fig. 71: J. B. Barreto Leite.

O **Dr. JOÃO BAPTISTA BARRETO LEITE** foi empossado, juntamente com os quatro conselheiros eleitos para completarem o quadriênio 1905 a 1908.

Ele nasceu em 27 de outubro de 1876, em Porto Alegre e faleceu em Maricá RJ, em 11 de novembro de 1959. Era filho de do Ten. Cel. João Baptista Barreto Leite e de Eulália de Oliveira Barreto Leite. Casou em Júlio de Castilhos com Gonçalina Correa de Azevedo, filha do ex-Intendente Luiz Gonzaga de Azevedo.

O Dr. João Baptista Barreto Leite foi Juiz Municipal de Júlio de Castilhos de 1905 até 8 de maio de 1906, quando foi removido para Santa Maria. E, mais tarde, foi

Cônsul do Brasil em Rivera (Uruguai), Dakar (Senegal) e Cherburgo (França).

Nesse período administrativo, o município vivia uma efervescência política com ânimos acirrados e conflito entre seus próceres republicanos. Segundo o Cel. Luiz Gonzaga de Azevedo, teria havido, em 18 de outubro de 1908, uma eleição prévia deliberada por Borges de Medeiros, chefe supremo do Partido Republicano, onde o candidato Dr. João Baptista Barreto Leite teria recebido 1800 votos. Sua vitória traria a desejada conciliação. Segundo ele, às vésperas das eleições, Borges de Medeiros e Firmino Paula e Silva, não teriam honrado seu compromisso e apoiaram a candidatura do Cap. Álvaro Hyppolito Pinto que, há quatro anos exercia o cargo de Chefe de Polícia em Cruz Alta.

O resultado da eleição de 4 de fevereiro de 1907, no entanto, apontou como vencedor o **Dr. João Baptista Barreto Leite**, com 534 votos contra apenas um voto para Juvenal Mendisco, que seria certamente o voto de Barreto Leite.

Empossado em 15 de fevereiro de 1907, juntamente com os quatro conselheiros, o Dr. Barreto Leite iria completar o quadriênio 1905 a 1908.

Em seu curto governo, escolheu para Secretário da Intendência a Lahyre Brasiliense Bastos, criou aulas públicas em Rincão dos Quevedos, Jary e Barracão (Nova Palma). Mandou construir uma barca e uma canoa para a travessia do Rio Toropi.

Antes de sair, conseguiu crédito do Conselho para construção de uma ponte no Arroio Buracos (Tipiaia), nivelamento e reparo nas ruas da vila e arborização e calçamento da praça central. E nada mais se soube sobre sua administração.

ADMINISTRAÇÃO GRACIANO DE ANDRADE
(1°.1.1909 a 28.4.1909) - Nomeado

Para iniciar o 4° quadriênio (1909–1912) foi nomeado Intendente Provisório, o **Cap. Graciano de Andrade**, ex-Conselheiro Municipal de Cruz Alta, que regeu o Município por, aproximadamente, quatro meses apenas. Ele nomeou para Secretário Municipal a Aristides Bastos.
Em 5 de abril de 1909, foram realizadas novas eleições.

1ª ADMINISTRAÇÃO ÁLVARO PINTO
(29.4.1909 a 31.12.1912) – Eleito

À esquerda, Fig. 72: Álvaro Hyppólito Pinto. À dir. Fig. 73: Casa natal de Álvaro Pinto.

ÁLVARO HYPPÓLITO PINTO foi eleito com 684 votos, vencendo o candidato popular Cel. Francisco Lemos de Farias que teve 434 votos. Foi empossado pelo intendente anterior em 29 de abril de 1909.

Álvaro Hyppólito Pinto (bem como Aureliano de Figueiredo Pinto) nasceu em 7 de julho de 1868 na Fazenda São Domingos, hoje Município de Quevedos. Ele era filho de José Hyppólito Pinto e de Marfisa da Fontoura Pinto. Era casado com Georgina Correa de Salles, filha de Antônio Augusto de Salles e Carolina Correa Aguillar. Eles não tiveram filhos.

Era republicano e castilhista convicto. Foi capitão do Corpo Provisório da Brigada Militar e fez toda a cam-

panha da Revolução Federalista de 1893, ora na Divisão Centro, ora na Divisão Norte.[90]

Além de Conselheiro Municipal de Júlio de Castilhos, foi Delegado de Polícia e Vice-Intendente de Cruz Alta.

Exerceram os cargos de Secretário do Município: Aristides Bastos, Manoel Cesar do Nascimento e Júlio Pinto Ribas.

Fig. 74: Rua Barão 1922.

O Cap. Álvaro Pinto foi um dos melhores prefeitos do passado:

Iniciou a organização das ruas da Vila e ligou por calçamento algumas das esquinas, para que os pedestres evitassem o barro em época de chuvas.

Durante seu governo progrediam os núcleos coloniais Norte (Ivorá), Barracão, Soturno, São Xavier, Toropi, Jary e Nova Treviso, quando havia no enorme município 2.130 propriedades de 500 a 600 hectares.

Fig. 75: Praça Central.

Mandou cercar com aramado a praça central (atual Praça João Alvarenga) para evitar a entrada de animais. A passagem de pessoas era feita, nos ângulos, por quatro cruzetas. E, entre as mesmas, havia grandes portões.

90. ALBUM DO PARTIDO CASTILHISTA – 1937 – Livraria Selbach.

Para evitar que tropas de gado passassem pela vila, ele mandou abrir o "Corredor das Tropas" (atual Av. Jorge Mascarenhas) em terrenos doados por Doca Salles e Lourenço Ribas.

Inaugurou, em 1911, uma ponte sobre o Arroio Buracos (foto anterior). Em 1912, outra sobre o Lajeado do Celso, (Tupanciretã) e um pontilhão no Lajeado do Moinho, entre Linha Sete e Linha Onze (Nova Palma).

Fig. 76: Inauguração da ponte sobre o Passo dos Buracos: 1.Int. Álvaro Pinto 2. Kurt Vincent Daberkow 3. Feliciano Jorge Albert 4. Horácio de O. Bastos.

Em benefício das lavadeiras pobres da Vila, mandou construir e inaugurou em 14 de julho de 1911, a Fonte Pública.

Fig. 77: Inauguração da Fonte Pública

Adquiriu um terreno, construiu e inaugurou o "Theatro Municipal", a primeira grande obra pública cultural do Município. (Ver Capítulo XV)

Concluiu as obras do Matadouro Municipal. Em 1910, denominou o cemitério público da Vila de "Cemitério Santa Maria", homenageando a memória de sua doadora, Maria Antônia da Silva.

Durante seu governo, Álvaro Pinto promulgou várias leis visando o aformoseamento da Vila.

Fig. 78: Cap. Eng. Kurt Vincent Von Daberkow.

Em 20 de setembro de 1911, conforme uma planta geral organizada pelo engenheiro da Intendência, Cap. Kurt Vincent Von Daberkow (Fig.X), a Vila de Júlio de Castilhos foi dividida em 33 quadras e foi determinado o seu perímetro urbano.

Em termos atuais, seria este o limite do Perímetro Urbano da vila de Júlio de Castilhos em 1911:

Começava ao norte da Avenida Jorge Mascarenhas, no ponto onde ela inflete para a Rodoviária, até a mesma. De lá até as proximidades da Escola Dolores Paulino. Daí, pela Rua Santo Antônio, atravessava o Lajeado do Engenho e seguia pelo limite oeste do capão que existe no fim da Rua Antônio Carbone, Seguia pela taipa-de-pedras

(Fig. X), cujo pequeno segmento ainda existe hoje. Seguia pela reta apontada pela taipa, passava próximo ao portão do Hospital Bernardina Salles de Barros, até onde a Travessa Dr. Pimenta encontra os trilhos. Desse ponto até as proximidades do Estádio Municipal de onde ia até o Cemitério Santa Maria (este inclusive) e de lá até o ponto inicial.

Fig. 79: Taipa de pedras existente até hoje.

CONSELHO MUNICIPAL DE 1909 a 1912

Os cinco conselheiros mais votados tomaram posse a 29 de abril de 1909, mas o Conselho só foi instalado em 3 de novembro do mesmo ano:

OCTÁVIO GOMES DE OLIVEIRA – 678 votos - Presidente
SYLVIO PINTO RIBAS – 678 votos
JOSÉ AUGUSTO MESSERSCHMIDT - 676 votos
RAPHAEL BAÑOLAS – Vice-Presidente Provisório - 671 votos
JOSÉ PINTO DE OLIVEIRA RIBAS – 671 votos

Deveriam ocupar os outros dois lugares, o Cel. Serafim Correa de Barros e Agostinho do Nascimento e Silva, de Tupanciretã, que obtiveram 432 votos. Não tendo, porém, comparecido no dia da posse e nem às reuniões

subsequentes, seus lugares foram considerados vagos, bem como o do conselheiro Sylvio Pinto Ribas que faleceu no cargo.

Para substitui-los foram convocados, em 10 de novembro de 1910, os suplentes Alexandre Zavagna, João Carlos Waihrich e Joaquim Piquet Belmonte. Apenas compareceu e tomou posse na mesma data e seria o Secretário do Conselho:

JOAQUIM PIQUET BELMONTE

Os outros dois suplentes, não tendo comparecido até 3 de novembro de 1911, perderam seus cargos e foram substituídos por:

JOAQUIM BARCELLOS DA ROCHA
ABÍLIO PEREIRA DOS SANTOS

O primeiro foi o Vice-Presidente definitivo. Ambos tomaram posse em 4 de novembro.

O Conselho Municipal assim formado solicitou ao Intendente que mandasse "colocar nas salas de sessões uma quartinha (moringa) e copos e destacasse um contínuo para ficar a disposição, pois a corporação deve merecer mais consideração e acatamento".

A cada legislatura o compromisso prestado pelos primeiros conselheiros do Município era, orgulhosa e solenemente, repetido:

"*Prometo ser fiel cumpridor dos deveres do meu cargo, em cujo exercício não faltarei jamais às inspirações do patriotismo, da lealdade e da honra*".

ADMINISTRAÇÃO ALBERTO BARBOSA
(1°.l.1913 a 31.12.1916) – Eleito

Fig. 80: Alberto Barbosa.

O **Dr. ALBERTO FERNANDES BARBOSA** foi vencedor, com 1079 votos na eleição de 1° de dezembro de 1912 e sua posse ocorreu em 1° de janeiro de 1913, com a presença do Gen. Firmino Paula e Silva (Firmino de Paula). Era um candidato de conciliação, quase estranho ao lugar e foi indicado por Firmino de Paula, um chefe político da região.

Alberto Fernandes Barbosa nasceu em Bom Jesus de Tabacuana ES, de onde veio por motivos de saúde e residiu no Rio Grande do Sul por mais de 35 anos. Era Cirurgião-Dentista, casado com Zelinda Eggers Barbosa.

Em 1912, foi Juiz Distrital de Júlio de Castilhos. Foi, por duas vezes, intendente de São Sebastião do Caí de 1929 a 1924 e de 1928 a 1932. Aposentou-se como Inspetor Escolar e voltou a sua terra natal, indo residir com sua veneranda mãe viúva. Lá faleceu a 5 de julho de 1949 e foi sepultado em Macaé RJ.

Seu primeiro ato foi nomear para Vice-Intendente ao Ten. Cel. Raphael Bañolas e, para Secretário Municipal seu cunhado Armindo Eggers. Mais tarde exerceu este cargo, Manoel Cezar do Nascimento.

O Intendente ganhava, na época, a remuneração anual de seis contos de réis, incluída a representação.

Em seguida, ele mudou a denominação de Barracão para a oficial de **Nova Palma**. Pois a planta levantada na ocasião da formação desse núcleo colonial dava esse nome e a população reclamava o seu reconhecimento.

Substituiu, também, a denominação de outro povoado colonial, de Núcleo Norte para **Nova Údine**. Hoje cidade de Ivorá.

Dotou a Vila de Júlio de Castilhos de luz elétrica. Um notável progresso para a época.

Em novembro de 1914, comprou, por cinco contos de réis, a rede telefônica de Tupanciretã, que pertencia ao Cap. Gervásio Fialho e a reformou totalmente.

Em virtude da vasta extensão territorial dos distritos de "Tupaceretan" e de "Jary" ele fez uma nova divisão que passou de cinco para sete distritos.

Fig. 81: A vila de Júlio de Castilhos em 1912 - Bico de pena de Hélio Alves.

Esse bico-de-pena (fig. 81) de Hélio Alves dá uma ideia de como era a Vila de Júlio de Castilhos ao redor de 1912.

No setor da Saúde Pública o Município não ia bem. Em 1926, dos 78 óbitos ocorridos no 1° Distrito, 56 foram por falta de assistência médica.

O Intendente Barbosa, concedeu a primeira Bolsa de Estudo do Município ao jovem João Alonso que estudava na Alemanha. A importância de 500 mil réis era retirada da verba da Instrução Pública.

Em 10 de fevereiro de 1916, promovida pelo Intendente, foi lavrada em cartório a escritura de desapropriação de prédios e terrenos pertencentes a Bernardino Roberto de Salles e seus filhos menores, com a finalidade de prolongamento da Rua Antônio Carbone e 13 de Maio até a Rua Oswaldo Aranha.[91] (Ver Capítulo X)

Apesar do progresso que sua administração trouxe à Vila de Júlio de Castilhos, seu fim foi caracterizado por grandes agitações políticas.

A tomada de conta do último exercício, dirigida pelo Conselheiro Vicente Dutra, pôs à mostra algumas irregularidades; tais como despesas autorizadas sem dotação orçamentária, pagamentos efetuados ao Tesoureiro sem a devida autorização, etc.

O período que antecedeu às eleições, que seriam realizadas em 1° de dezembro de 1926, foi de intensa agitação. Na época havia duas facções: os republicanos, chefiados por Álvaro Pinto e Cel. Severo Correa de Barros e os federalistas, tendo a frente o próprio Intendente e o Cel. Abílio Pereira dos Santos. Infelizmente a principal fonte de informação dessa época, a folha republicana "A Reserva", é suspeita. Ela fazia violentos ataques à administração. Havia também a ingerência do chefe regional "Firmino de Paula", de Cruz Alta. Tal foi a exaltação de ânimos políticos ao findar do quadriênio, que a eleição de dezembro foi cancelada por falta de aprovação da lei que deveria regê-la.

ADMINISTRAÇÃO AMADO MOREIRA MACHADO (29.12.1916 a 25.2. 1917) – Nomeado

AMADO MOREIRA MACHADO nasceu em 10.4.1876 e faleceu em 28.2.1942. Era filho de Antônio Moreira Machado e Anna Pereira Garcia. Era casado com Philomena Pinto.

91. CORREIO DO POVO – Do dia 13.1.1916.

Seu efêmero governo durou apenas 56 dias. Amado Moreira Machado era o Vice-Intendente anterior e foi nomeando Intendente e Delegado de Polícia.

CONSELHO MUNICIPAL DE 1913 A 1916

O legislativo municipal foi empossado em 1° de janeiro de 1913 e era composto dos seguintes conselheiros:

CAP. KURT VINCENT DABERKOW – Presidente – 732 votos
MJ. FRANCISCO RIBEIRO – 773 votos
TEN. CEL. OCTAVIANO GOMES DE OLIVEIRA – 768 votos
CAP. ANTÔNIO TREVISAN – 768 votos
CAP. JOAQUIM BARCELLOS DA ROCHA – 765 votos
DR. VICENTE DE PAULA DUTRA – 765 votos
CAP. JOÃO BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – 750 votos

Havia, nessa época, três comissões permanentes: Comissão de Orçamentos, Comissão de Contas e Comissão de Reclamações e Redação.

No dia 4 de novembro desse ano, o Cel. Otaviano mudou de domicílio e foi substituído pelo **TEN. OCTAVIANO FERNANDES**. O mesmo sucedeu, em 3 de novembro de 1915, com o Cap. Antônio Trevisan, tendo sido substituído pelo suplente **TEN. ERNESTO PEREIRA DE OLIVEIRA**. Nessa mesma data, foi considerado vago o cargo do Mj. Francisco Ribeiro por não ter comparecido às reuniões durante o ano, entrando em seu lugar o suplente **PANTALEÃO PINTO DE SOUZA**.

As patentes (militares) desses conselheiros eram no Estado um instrumento político. Eles pertenciam a Guarda Nacional, à qual pertenciam somente os membros do Partido Republicano Rio-Grandense.

ADMINISTRAÇÃO SILVEIRA DE CAMPOS
(26.1.1917 a 14.7.1917) – Nomeado

O **Dr. JOSÉ IGNÁCIO SILVEIRA DE CAMPOS** nasceu em Porto Alegre, em 17 de junho de 1893 e faleceu, em 25 de fevereiro de 1960, em sua fazenda em Júlio de Castilhos.

Era filho de Francisco Souza Leal e de sua segunda esposa, Maria Joaquina da Silveira. Ela viuvou e casou com João Ignácio Lourenço de Campos, com quem viveu de dez a doze anos. Ele afeiçoou-se tanto ao enteado que fê-lo adotar o seu nome e ficar de herdeiro de seus bens. Em 1915 bacharelou-se em Ciência Jurídica e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Casou, em 1923, com Estelita Mariense de Campos. Exerceu as funções de Delegado Judiciário em Jaguari RS e de Delegado de Polícia em Júlio de Castilhos, de 1917 a 1920.
Nessa época o Partido Republicano estava cindido. Com duas correntes de opinião. A nomeação do Dr. José Ignácio Silveira de Campos, vindo de fora, veio trazer unificação e calmaria à agitada política castilhense.

Foi seu Secretário, nomeado em 30 de janeiro de 1917, Manoel Cezar do Nascimento e, em 7 de maio do mesmo ano, Tito Lívio do Nascimento.

Em 9 de junho de 1917, foi realizada uma eleição.

O Partido Republicano, que já lançara a candidatura de Álvaro Pinto, por ordem de Borges de Medeiros, apresentou a do Intendente em exercício.

2ª ADMINISTRAÇÃO SILVEIRA DE CAMPOS
(14.7.1917 a 31.12.1920) – Eleito

Sem candidato de oposição, o Dr. José Ignácio Silveira de Campos foi eleito com 1142 votos.

Fig. 82: Dr. José Ignácio Siqueira Campos.

Segundo a imprensa castilhense[92], o Dr. Campos era "*ponderado, criterioso, imparcial, agindo com descortino em virtude de sua própria deliberação e esquivando-se com dignidade às insinuações alheias*".

Era um observador inteligente, delicado no trato com as pessoas, simples e comunicativo.

Em 29 de setembro de 1917, nomeou para Vice- Intendente ao Cap. Lourival Hausen[93]. Exerceram, também, esse cargo Camillo de Oliveira Mello, Pedro Machado e Antônio Perdomo.

Em fins de 1918, o Município de Júlio de Castilhos fazia divisa ao Norte, com o Município de Santo Ângelo e Cruz Alta: ao Sul, com o de Santa Maria; a Leste, com Soledade; a Oeste, São Vicente e Santiago do Boqueirão e a Leste e Sul com Cachoeira. Em 7 de dezembro, cedeu o território conhecido como Colônia São Xavier ao novo Município de Jaguari.

Considerando muito extenso o Distrito de Nova Palma, tornando difícil a manutenção da ordem, da fiscalização de impostos e da instrução pública; dividiu-o em dois, aumentando para oito o número de distritos.

Em sua administração, autorizou e auxiliou financeiramente uma empresa particular a instalar a primeira rede telefônica da Vila. Essa empresa inaugurou, também, o Serviço de Fonogramas para todo o Estado e as linhas telefônicas para Val de Serra.

Também foi inaugurada a Agência Postal de Val de Serra. Com severa regularidade, eram mantidos serviços de estafeta, que levavam a cavalo correspondência para "Igrejinha", Jary, Val de Serra, "Nova Údine" e Nova Palma.

92. O POPULAR – Jornal de Júlio de Castilhos – Ano XI – n° 341 – Coleção do autor.
93. LIVRO DE ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL – Ato n° 33.

Na área de Saúde, a Intendência teve de enfrentar, em novembro de 1918, a célebre gripe "*influenza espanhola*", manifestada com grande intensidade e atacando cerca de 250 pessoas. O Dr. Ladislau Bolemann, único médico da Vila, foi incansável no socorro aos enfermos. Durante cerca de um mês, a epidemia registrou poucas vítimas, mas a Intendência teve de fornecer aos indigentes cerca de oitocentas cestas de alimento. Até o jornal O Popular, de onde se retirou essas notícias, saiu com apenas uma página, pois a moléstia atacou seu Diretor e vários tipógrafos.

Em 1919, foi construída a Ponte do Felício, entrando a Intendência com quatro contos de réis, importância correspondente a três quartos da obra e o restante foram doações de particulares.

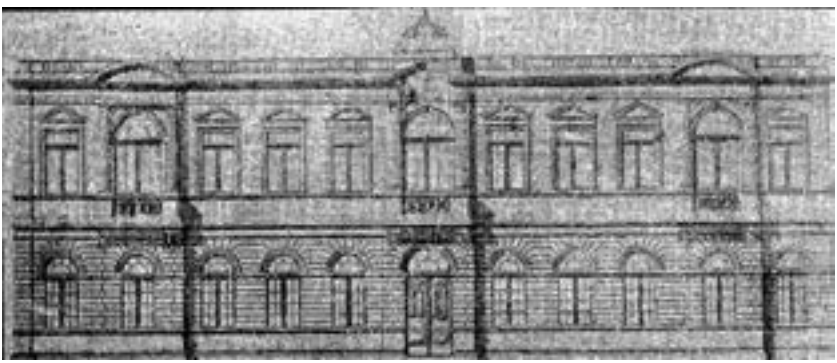


Fig. 83: Palácio Municipal.

Ainda, em 1919, o prédio onde funcionava a Intendência foi vendido em leilão e foram comprados vários terrenos na esquina oposta, em frente à Praça, com a finalidade de construir uma nova sede para o Executivo Municipal. O projeto constava de um edifício amplo em linhas clássicas, com dez grandes janelas e uma porta central. E onze janelas no piso superior. A obra, orçada em 80 contos de réis foi abandonada por ser inviável.

Durante esse ano o Município gastou um terço de sua arrecadação com a Educação. Subvencionava com 1:200$000 ao Colégio São José, na sede. No ano seguinte foram criadas três aulas no mesmo colégio que continuava recebendo subvenção mensal.

Para a construção de um Patronato de Infância Desvalida, em 29 de dezembro desse ano, foi concedido auxílio de dez contos de réis.

Um relevante acontecimento para o município que vivia quase exclusivamente da pecuária, ocorreu de 16 a 21 de novembro de 1919: a "**1ª Exposição Feira de Júlio de Castilhos**, presidida e inaugurada pelo Intendente, com a presença de Assis Brasil. A segunda só seria realizada onze anos depois.

Em 1920, as condições de salubridade da comuna eram "*por demais lisonjeiras*". O serviço de assistência aos indigentes continuou sem interrupções a serem feitas a expensas da Intendência, sendo dirigido pelo Dr. Viriato Dutra.

Arrendado a particular, o "Theatro Municipal" trazia ao palco companhias líricas e dramáticas.

CONSELHO MUNICIPAL de 1917 a 1920

Eleito a 9 de junho de 1917, foi empossado a 14 de julho, era composto dos seguintes conselheiros:

DR. VICENTE DE PAULA DUTRA – 997 votos
Ten. Cel. PEDRO MARTINS – 995 votos
Ten. Cel. FIDÊNCIO DE SOUZA MELLO – 993 votos
FRANCISCO ONÓFRIO - 971 votos
Cap. JOSÉ CÂNDIDO DA ROSA – 971 votos
Cap. CARLOS EDELER – 957 votos
Mj. PANTALEÃO PINTO DE SOUZA – 820 votos

2ª ADMINISTRAÇÃO ÁLVARO PINTO
(1°. 1.1921 a 31.12.1924) – Eleito

Na eleição de 1° de dezembro de 1920, o **Cel. ÁLVARO HIPPOLYTO PINTO** foi eleito com 1356 votos, venceu ao Cel. Abílio Pereira dos Santos que obteve 885. Embora pertencendo ao mesmo partido, eram inimigos irreconciliáveis.

A apuração dos votos de 2.257 eleitores foi muito trabalhosa sendo necessário seis sessões para tal fim. Houve várias irregularidades, tal como votos em duplicata e eleitores votando em mais de uma mesa.

Para seu Secretário foi nomeado o ex-Promotor de Justiça, Affonso de Moraes. E, para Vice-Intendente, em 14 de março, foi nomeado o **Ten. Cel. Severo Correa de Barros**. Segundo o Intendente, "*um velho servidor da causa pública, um republicano austero e acatado pela sua operosidade e predicados de caráter*".

No ano de 1922, o Município obteve o 1° lugar no Índice de Nascimentos, em todo o Estado, contribuindo com 5,74% no acréscimo da população.

Em março de 1923, para ampliar as terras de cultura da Estação Zootécnica da Vila, a Intendência comprou de João Sega uma área de 66.148 m2. Para tanto, dispendeu a importância de 10 contos de réis.

Durante essa administração foi inaugurado o Banco Nacional do Comércio e o primeiro Grupo Escolar da Vila.

Dado à difícil situação do Tesouro Municipal e não querendo contrair obrigações onerosas, o Intendente procurou solucionar apenas os problemas mais urgentes; cuidando principalmente da Viação Municipal e da Instrução Pública.

Empenhou-se em manter o equilíbrio orçamentário fiscalizando as arrecadações e aplicando judiciosamente

o dinheiro público. Razão pela qual, sua segunda administração não foi tão pródiga em realizações quanto a primeira. Some-se a isso, a instabilidade política no Estado, gerada pela "Revolução de 1923". (*)

(*). Sobre a atuação do Cel. Álvaro Pinto nessa revolução, ver a 1ª edição de "Terra de Vila Rica".

CONSELHO MUNICIPAL 1921 a 1924

Os conselheiros foram eleitos em 1° de dezembro de 1920 e empossados em 1° de janeiro de 1921. A primeira sessão do Conselho ocorreu em 3 de novembro desse ano. Dele faziam parte:

ESTÁCIO DO NASCIMENTO E SILVA – 1.033 votos
Dr. FÁBIO MARTINS PALHANO – Presidente – 1.032 votos
Cap. KURT VINCENT DABERKOW – 1026 votos
RUI PIMENTA DE MOURA – 791 votos
CAMILLO DE OLIVEIRA MELLO – 788 votos
BERNARDINO ROBERTO DE SALLES – 455 votos
MIGUEL WAIHRICH F° – Secretário – 440 votos

Rui Pimenta do Carmo, por motivo de doença, foi substituído por **ERNESTO PEREIRA DE OLIVEIRA**.

O Cap. Daberkow faleceu no cargo e foi substituído pelo suplente **PEDRO ALVES PACHECO**. Por motivo de doença em familiares, o Dr. Palhano pediu exoneração, sendo substituído por **EUSÉBIO ILHA DA ROSA.**

Em 1° de dezembro de 1921, o Conselheiro Camillo de Oliveira Mello pediu ao Conselho que registrasse um voto de pesar pelo falecimento, em Paris, da Princesa Izabel.

ADMINISTRAÇÃO LAHYRE BASTOS
(1°. 1.1925 a 31.12.1928) – Eleito

LAHYRE BRASILIENSE BASTOS

Fig. 84: Lahyre B. Bastos.

Foi batizado em São Martinho, em 7 de junho de 1879 e teria nascido em Val de Serra. Era filho de Horácio de Oliveira Bastos e Juliana Elvira de Oliveira Bastos. Casou com Jovita de Araújo Ortiz e faleceu, em Porto Alegre, em 21 de junho de 1950.

Foi Escrivão do Cível e Crime da Vila de Júlio de Castilhos.

Em 1° de novembro de 1924, venceu a eleição com 881 votos. O Vice-Intendente que até então era nomeado pelo Intendente passou a ser, também, eleito pelo voto popular. Assim, o **primeiro Vice-Intendente eleito**, do Município de Júlio de Castilhos foi **IZIDRO KURTZ**, um fazendeiro de Val de Serra, que obteve 841votos.

O Cap. Lahyre Brasiliense Bastos, foi "*um político de raro prestígio, empreendedor, inteligente e de larga visão. Soube avaliar a necessidade e deveres inerentes ao cargo que desempenhou a contento geral*".[94]

Em sua gestão, adquiriu o patrimônio da Estação Agro Zootécnica Municipal, para cujos edifícios transferiu a Intendência Municipal e a Cadeia Civil. A compra foi autorizada pelo Conselho Municipal, em 4 de dezembro de 1925. Autorizou também a venda do prédio da esquina sudoeste da Rua XV de Novembro com General Moura, onde estava o Quartel da Guarda Municipal e a Cadeia

94. O POPULAR – Jornal de Júlio de Castilhos – N° 204 – Hemeroteca do autor.

Civil. Autorizou também, a venda dos terrenos destinados à construção da Intendência Municipal em 1919.

Durante a Administração Lahyre Bastos ocorreu, entre 1926 e 1927, o notável acontecimento religioso e a maior atração turística que o Município já teve, conhecido como **Águas de Santo Antônio**, que movimentou a pacata Vila de Júlio de Castilhos fazendo-a conhecida em todo os Estado. Ela teve grande reflexo positivo no comércio local: De poucos hotéis, foram surgindo mais do que sessenta pequenas estalagens e pensões. Havia dois ônibus. Os fotógrafos eram muito solicitados. Surgiram os primeiros cartões-postais recordando a milagrosa fonte. Todo o comércio teve notáveis lucros e, durante dois anos, a vila teve um movimento inusitado. Surgiu a Capelinha de Santo Antônio. E a vila recebeu, em 28 de março de 1928, a visita de Getúlio Dornelles Vargas, Presidente do Estado, e do Vice-Presidente, João Neves da Fontoura.

Em 13 de maio de 1928, foi impresso em cores o primeiro mapa do Município, do qual existem poucos exemplares. Mandado executar pelo Intendente e organizado e desenhado pelo Eng° Civil Luiz Gomes de Araújo esse mapa foi importantíssimo para o estudo da história da região.

Durante este quadriênio, aconteceu a **Emancipação do Município de Tupanciretã**. O primeiro decreto previa que o município perderia, além do Distrito de Tupanciretã, o de Jary, de Toropy e grande parte do 1°. Distrito de Júlio de Castilhos.

Espalhada a notícia verificou-se um verdadeiro pânico entre os castilhenses o que resultou na formação de uma comissão que iria à Capital saber o que haveria de verdade sobre o caso.

A Comissão, composta pelo Dr. Viriato Pereira Dutra, Dr. Álvaro Escobar Guimarães, Dr. Napoleão Correa de Barros, Euzébio Ilha da Rosa, Francisco Onófrio, Mi-

guel Waihrich Fº, Onofre Leal e Pedro Antônio Perdomo, foi ao palácio falar com o Dr. Getúlio Vargas que então governava o Estado.

O Dr. Viriato Dutra disse que se fosse verdade o Município ficaria sem recursos para sobreviver.

O Presidente do Estado solicitou fossem-lhe dados por escrito, os pontos de vista expostos afim de que pudesse estudar e resolver o assunto. Cumprida a determinação, ao despedir-se, pela Comissão, o Dr. Viriato Dutra disse, respeitosamente, "confiar que S. Ex. ª, com o decreto dessa emancipação, não fosse lavrar a sentença de morte da terra que se orgulhava de ser o berço natal de um dos maiores estadistas da República".

Ainda, em linguagem positivista, Getúlio Vargas fez a apologia das "pequenas pátrias" e que com a divisão das receitas viriam a divisão das despesas, e que não faltariam recursos aos dois municípios. Mas que o assunto ainda seria reestudado pela Secretaria de Obras Públicas. Decorrido alguns dias, veio o Decreto criando o Município de Tupanciretã devolvendo o Distrito de Igrejinha, de parcas rendas, e lhe arrebatando uma vasta porção do 1º Distrito. Indevidamente, eram-lhe arrancados 20.000 hectares de campo, pois a linha divisória passaria muito próxima à sede da Vila.

Era a segunda quinzena de dezembro, fim dos mandatos do Intendente Lahyre Bastos, e ele aceitou a incumbência de voltar ao Palácio. Ao anunciar-se, o assessor lhe disse que se era para tratar da municipalização de Tupanciretã, o Presidente não o receberia, pois era assunto resolvido em definitivo.

Em vista disso, replicou Lahyre Bastos: "Queira perguntar a S. Ex. ª, de minha parte, a quem devo entregar as chaves da Intendência. Pois os recém-eleitos negam-se a administrar um município mutilado e sem recursos para nada".

Então as portas se abriram. O Secretário do Interior apareceu para dizer que "ficassem tranquilos que haveria certamente algum engano e que brevemente seria retificado em novo Decreto. Realmente, em 28 de dezembro de 1928, foi devolvida a Júlio de Castilhos aquela parte de seu 1º Distrito.

Foram recuperados, portanto, 2000 hectares de campos. Quase 23 quadras de sesmaria!

CONSELHO MUNICIPAL DE 1925 a 1928 (1º.1.1925 a 28.12.1928)

Foi empossado em 1° de janeiro de 1925 e instalado em 3 de novembro do mesmo ano e era composto dos seguintes conselheiros:

NAPOLEÃO CORREA DE BARROS – 664 votos
Dr. LADISLAU BOLEMANN – 664 votos
Mj. ESTÁCIO DO NASCIMENTO E SILVA – 658 votos
MARCIAL GONÇALVES TERRA — 658 votos
PEDRO ANTÔNIO PERDOMO — 652 votos
SALVADOR DA ROSA NETO — 604 votos
PANTALEÃO PINTO DE SOUZA — 96 votos

Este último era suplente de Olavo Pereira dos Santos que obteve 336 votos, mas faleceu antes de ser instalado o Conselho.

ADMINISTRAÇÃO PIMENTA DE MOURA
(1°.1.1929 a 29.7.1929) – Eleito

Fig. 85: Pimenta de Moura.

O **Cap. ANTÔNIO PIMENTA DE MOURA** foi eleito em 1° de novembro de 1928, com 614 votos. Nasceu, provavelmente em 1877, em Jary ou Tupanciretã e faleceu, em Porto Alegre, em 29 de julho de 1929. Era filho de José Galvão de Moura e de Adelaide Pimenta Soares. Casou, em 1896, com Maria Cecília de Mello (Lila).

Seu Vice Intendente, eleito com 612 votos, foi **Aristides de Moraes Gomes**. Em 1° de janeiro de 1929, foi nomeado para Secretário Municipal, Antônio Pimenta do Carmo.

Lamentavelmente, esse governo que se afigurava dinâmico e promissor foi bruscamente truncado pela morte do Intendente; depois de ele ter entrado em licença para tratamento de saúde em 1° de junho de 1929.

Durante seu mandato de oito meses teve algumas realizações:

Em 3 de janeiro dividiu o município em cinco distritos: Sede, Nova Údine, Nova Palma, Pinhal Grande e Igrejinha, pois com a emancipação de Tupanciretã a área de 5.460 km2 ficou reduzida a pouco mais que a metade.

Organizou as repartições municipais e distritais. Com dedicação e carinho cuidou da instrução pública primária nomeando novos professores àqueles classificados em concursos. Como prêmio de habilitação, todos os professores, que tinham vencimentos exíguos, tiveram melhoras dentro das possibilidades orçamentárias de então.

"*Gênio ativo e empreendedor*[95]*, não se conformava tão somente em compostura de rodovias, remodelação de praças e calçamentos. Desejava a criação da Usina Elétrica, cujos estudos encaminhou e patrocinou com energia, junto ao Governo do Estado*".

Fig. 86: Bomba de gasolina.

Pelo Ato n° 147, de 7 de março de 1929, criou o sistema de fornecimento de gasolina a varejo por meio de Bombas.

Em seu discurso de posse, ressaltou a necessidade de aproveitar o potencial elétrico da cascata do Ivaí. Para tanto, em 17 de abril, já havia conseguido concessão do Governo para tal exploração.

Prometeu estreitar os laços de amizade com o novo Município de Tupanciretã. Proceder reparos nas ruas da vila e na estrada municipal que ia a Val de Serra e prolongar o corredor das tropas.

Com a morte de Pimenta de Moura, assumiu o governo o Vice Intendente Aristides Gomes que, em 1° de agosto, renunciou-o para concorrer às eleições. O Subintendente do 1° Distrito, Raphael de Oliveira Mello F°, substituí-o no cargo até 6 de outubro de 1929.

95. ARISTIDES DE MORAES GOMES – "Relatório de 1929 e 30" – Oficina Gráfica Impressora de Júlio de Castilhos – 1931.

CONSELHO MUNICIPAL 1929 a 1930
(1º. 1.1929 a 28.11.1930)

Os conselheiros municipais foram eleitos em 1° de novembro de 1928 e empossados em 1° de janeiro de 1929.

Seus conselheiros legislaram durante o mandato dos intendentes Pimenta de Moura e Aristides Gomes e eram os seguintes:

AUGUSTO RUBIN – Vice-Presidente – 733 votos
Dr. VIRIATO PEREIRA DUTRA – Presidente – 677 votos.
Dr. ELPÍDIO BAÑOLAS – 581 votos
Dr. ÁLVARO ESCOBAR GUIMARÃES – 580 votos
EUSÉBIO ILHA DA ROSA – 478 votos
Dr. THEODORO RIBAS SALLES – 545 votos
MIGUEL WAIRICH F° – 522 votos

O Dr. Elpídio Bañolas, em virtude de ter de assumir o governo municipal, por licenciamento do Intendente foi, em 3 de novembro de 1929, substituído pelo suplente **ONOFRE LEAL** que teve 467 votos.

O Decreto n° 19.398, de 11 de novembro de 1930, que instituiu o **Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, extinguiu os Conselhos Municipais.

O comunicado oficial chegou ao legislativo castilhense em 20 de novembro. Nesse momento político o Governo Provisório, sob a presidência do Dr. Getúlio Vargas, dissolveu também o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas.

Em 28 de novembro de 1930, esse Conselho Municipal de 1929 e 30 realizou sua última reunião. Sendo dissolvido, portanto, sem que os conselheiros eleitos para quatro anos tivessem concluído todos os seus mandatos.

ADMINISTRAÇÃO RAPHAEL DE MELLO F°
(1°.8.1929 a 5.10.1929) – Substituto

Fig. 87: Abílio Harvey - "Tenentinho".

O **Ten. RAPHAEL DE OLIVEIRA MELLO F°** era Subintendente do 1° Distrito, quando ocorreu a morte de Pimenta de Moura e a renúncia de Aristides Gomes para concorrer à Intendência Municipal. A lei mandou que ele substituísse ao Governo Municipal.

Raphael de Oliveira Mello F°, mais conhecido como "Tenentinho", era filho do Ten. Cel. Raphael de Oliveira Mello e Basília Correa de Barros. Nasceu em Tupanciretã em 18 de agosto de 1880 e faleceu em Júlio de Castilhos em 26 de abril de 1950. Era casado com Isolina Bonifácio de Castilhos.

1ª ADMINISTRAÇÃO ARISTIDES GOMES
(6.10.1929 a 11.11.1930) – Eleito

Fig. 88: Aristides Gomes.

Cel. ARISTIDES DE MORAES GOMES, mais conhecido como Cel. Tidinho, nasceu em Cruz Alta a 8 de dezembro de 1891 e aí faleceu a 7 de fevereiro de 1965. Era filho de Lourenço Lemes de Moraes Gomes e Juliana Correa de Barros Gomes. Casou com sua prima Iria Correa de Barros (Dona Nenê).

Foi eleito em 15 de setembro de 1929 com 583 votos e a posse ocorreu em 6 de outubro do mesmo ano. Note-se que com a extinção dos distritos desmembrados o número de eleitores ficou sensivelmente reduzido. Como Vice-Intendente, com o mesmo número de votos foi eleito o **Dr. Elpídio Bañolas**.

O Cel. Aristides Gomes foi Juiz Distrital, Vice- Intendente e, por três vezes Prefeito de Júlio de Castilhos. Foi também Prefeito nomeado de Cruz Alta em 1946.

Teve grande e importante atuação nos distritos, cujas obras não serão descritas nesta nova edição de Terra de Vila Rica. (ver 1ª edição) Foi Secretário da Intendência, Antônio Pimenta do Carmo; Tesoureiro, Guadalupe Barbosa e Auxiliar, Dulcemar Ribas.

Nesta primeira administração foram executados vários trechos de calçamento nos cruzamentos das ruas da vila e para tanto foi empreitada a empresa de José Hausen Mothci.

As antigas ruas tiveram novas denominações.

Grandes e radicais consertos foram feitos nas vias públicas, Foi reformado o muro do Cemitério Santa Maria e consertada a ponte do Arroio Buracos, além de vários pontilhões.

O prolongamento do Corredor das Tropas foi fechado com aramados, numa extensão de 3 quilômetros.

Para boeiros foram construídos e aplicados tubos de cimento em grande quantidade.

A Intendência adquiriu um caminhão "Chevrolet", um dínamo para a Usina Municipal e uma carroça.

Decorrente de uma exigência do Estado foi adquirido um terreno de 10.000 m2 para a construção do Colégio Elementar (atual Alberto Pasqualini). Esse terreno foi devolvido ao Município. O terreno seria aquele onde hoje está a parte anterior da Prefeitura.

O município contratou o Engº Civil Dr. Pedro Souza e o Agrimensor Joaquim Piquet Belmonte para o setor de obras.

Data dessa época o primeiro tratamento dado a atual Praça João Alvarenga. Ela foi ajardinada com arte e bom gosto onde foram colocados os primeiros e artísticos bancos com a inscrição "IM" (Intendência Municipal).

Fig.89 - Banco IM (Intendência Municipal).

Foi aberto o primeiro poço semisurgente e construída a respectiva caixa d´água "Água Potável", hoje no pátio da Prefeitura, marcando o início do Serviço de Abastecimento d´Água na Vila.

Gestionando com a Viação Férrea, o Intendente conseguiu dar início a construção da "Ponte Seca" sobre o corte da linha férrea que separava a Vila da "Aldeia".

Fig. 90: Ponte seca.

Por ser mais econômica e de rápida instalação foi abandonada a ideia do aproveitamento do potencial hidráulico do Rio Ivaí e foi instalada na Vila a Usina Elétrica (a óleo cru).

Cooperando com o desenvolvimento da Vila, a Intendência contribuiu para as obras de reconstrução do Clube Félix da Cunha e da construção da Igreja Matriz. Dispendendo cinco contos de réis com cada uma.

Durante os dois anos dessa primeira Administração Aristides Gomes, a Vila teve um apreciável desenvolvimento:

Funcionavam quatro estabelecimentos de crédito: Banco da Província do Rio Grande do Sul, Banco Nacional do Comércio, Banco Pelotense e Banco do Rio Grande do Sul.

Existiam três saladeiros: Charqueada São João, Charqueada União e Charqueada São José.

Havia na Vila mais de vinte casas comerciais, dois engenhos de descascar arroz, três oficinas de marcenaria e uma serraria.

Nesse período faziam parte do Município dez povoados: Val de Serra, Nova Údine, Nova Palma, Pinhal Grande, Igrejinha, Linha Sete, Comércio, Novo Paraíso, Bugre e Novo Treviso.

A Banda de Música estava sendo organizada e os instrumentos musicais já comprados.

A Guarda Municipal, apesar de pequena, tinha atuação eficiente, devido à índole pacífica da população.

Em 11 de novembro de 1939 foi instituído o **Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**. Foi extinto o cargo de Vice-Intendente e o Conselho Municipal. O Intendente passou a chamar-se “Prefeito”.

Com essa situação, a Administração Aristides Gomes foi, portanto, interrompida.

OS INTERVENTORES MUNICIPAIS

Com a instituição do Governo Provisório no Brasil, a administração do Município de Júlio de Castilhos passou por um período político irregular por cerca de dezessete anos. Os prefeitos municipais foram nomeados pelos Interventores Federais do Estado.

2ª ADMINISTRAÇÃO ARISTIDES GOMES (1°.12.1929 a 27.8.1932) – Nomeado

Fig. 91: Aristides Gomes - 1930.

O **Cel. Aristides de Moraes Gomes**, que vinha exercendo as funções de Prefeito em caráter precário foi pelo Decreto n° 4.657 de 1° de dezembro de 1930, nomeado Prefeito do Município de Júlio de Castilhos, pelo Interventor Federal do Estado.

Em sua posse, o Ten. Amâncio Camargo afirmou, referindo-se à administração anterior, que:

"*Aristides Gomes foi um administrador modelar, profundo conhecedor das necessidades de seu povo, às quais vinha satisfazendo, com carinho e firmeza; sendo alvo de apreço e aplausos da imprensa e particulares*"

Em 5 de janeiro de 1931, Francisco Salles foi nomeado Secretário Municipal. A ele deveu-se a primorosa organização interna da Prefeitura, bem como o **desenho original da praça central**.

Em 4 de março de 1932, foi restabelecida e organizada a Guarda Municipal.

Nesse período foram criadas várias funções: a de Jardineiro (para as praças públicas), a de Inspetor e Fis-

cal de Veículos, as de Zelador de Estradas e de Agente de Segurança.

Em fevereiro de 1932, começou a ser implantada a Rede de Distribuição hidráulica. O Serviço Municipal de Água, tido como uma das maiores realizações de Aristides Gomes, foi inaugurado em 19 de março de 1932. Em 27 de julho de 1932, foi inaugurada a primeira Caixa d´Água da Vila, com uma secção retangular, com 50.000 litros de capacidade. Ela tem o dístico "Água Potável" e está hoje no pátio da Prefeitura.

A energia elétrica para a iluminação da Vila era gerada por dois motores diesel.

As ruas da Vila mereceram sua atenção. Nesse período foi regularizada e amenizada a íngreme descida da Rua Cel. Serafim e aterrada parte da Rua Barão do Rio Branco com a terra dali retirada.

Para melhorar as condições culturais da Vila foi criado o "Instituto Municipal de Música", dirigido por um Maestro diplomado no Rio de Janeiro.

Fig.92: Maestro Maurilio Lyra, Cel. Aristides e Francisco Salles e alunos.

Em 16 de maio de 1932, por motivos políticos, o Prefeito Aristides Gomes, bem como o seu Secretário, declararam exonerar-se dos cargos.

Para substituir o Prefeito, foi nomeado, em 19 de maio, o Cap. Adalardo Soares de Freitas. No entanto. Essa nomeação foi, em seguida, anulada, bem como a portaria de demissão do Prefeito que reassumiu em 1° de junho.

Naquele momento eclodiu em São Paulo, em 9 de julho de 1932, a chamada Revolução Constitucionalista. Esse movimento viria trazer sérias consequências à vida administrativa do município.

Por fim, em 27 de agosto de 1932, depois de cerca de um ano e meio de eficiente atuação, o Cel. Aristides de Moraes Gomes renunciou definitivamente ao cargo.

Aristides Gomes foi como Álvaro Pinto, um dos melhores prefeitos do passado.

ADMINISTRAÇÃO AMANCIO DE CAMARGO (27.8.1932 a 24.9.1932) — Nomeado Interinamente

Fig. 93: Amâncio Antunes de Camargo.

O **Ten. AMANCIO ANTUNES DE CAMARGO**, Subprefeito do 1° Distrito, assumiu interinamente o cargo de Prefeito.

Durante esse efêmero governo de 28 dias ele apenas pode cuidar das ruas e praças da Vila e foi logo substituído.

CONSELHO CONSULTIVO DE JÚLIO DE CASTILHOS (11.12.1930 a 14.11.1933)

Em 28 de novembro de 1930, o Conselho Municipal de Júlio de Castilhos recebeu um comunicado que o Governo Provisório dissolvera os conselhos municipais.

O Conselho Municipal passou a ser chamado de Conselho Consultivo com apenas três membros nomeados pelo Interventor Federal do Estado.

Pelo Decreto n° 4.903, de 11 de dezembro de 1930, passaram a constituir o Conselho Consultivo os seguintes cidadãos:

MIGUEL WAIHRICH F°
Dr. VIRIATO PEREIRA DUTRA
ONOFRE LEAL

Em 30 de março de 1933, o conselheiro Miguel Waihrich F° pediu exoneração e foi substituído por **NAPOLEÃO CORREA DE BARROS.**

A função de Amanuense do Conselho (secretário executivo) foi exercida por Galileu Soares.

ADMINISTRAÇÃO HARVEY DE AZAMBUJA (29.9.1932 a 15.2.1934) — Nomeado

Fig. 94: Harvey de Azambuja.

O Bel. **Dr. HARVEY PEREIRA DE AZAMBUJA** era filho do Cel. Inácio Soares de Azambuja e de Maria Josefa Pereira e nasceu em 30 de junho de 1893 em Encruzilhada (do Sul).

Escrevia para "A Federação" e "A União", órgão do Partido Republicano do qual foi Diretor.

Ao emancipar-se Tupanciretã, ele foi nomeado Juiz Distrital do Município. Mais tarde, foi para Cruz Alta, onde foi Juiz de Direito e, depois, Coletor Federal.

Durante a Revolução de 30, ele foi representante de Oswaldo Aranha, em Cruz Alta. Sua fidelidade política foi a causa de sua nomeação a Prefeito de Júlio de Castilhos, pelo Interventor do Estado, Gen. Flores da Cunha.

Nesse período Dulcemar Ribas era o Secretário do Município, Guadalupe Rodrigues Barbosa (Tesoureiro), Victor Hugo Pimenta e Galileu Soares (Auxiliares de Escrita), Jeovah Ribas (Fiscal), Rômulo Rodrigues (Contínuo), Guilherme Silva (Jardineiro), Arnoldo Textor (Maquinista da Usina), Francisco Sanches (Eletricista) e João Lopes F° (Zelador do Cemitério).

Em sua administração deu especial atenção ao problema rodoviário do Município. Em seu primeiro ano de governo, apenas uma estrada existente não recebeu reparos.

A estrada de Pinhal Grande, escoadouro da produção daquela colônia, foi verdadeiramente reconstruída: cortes, alargamentos, boeiros e valetas. Era tal a excelência de trafegabilidade que o percurso de 48 quilômetros, de automóvel, que era feito em duas horas foi reduzido para menos de uma hora e vinte minutos.

Havia duas turmas de composturas e várias de conservação de estradas, trabalhando constantemente.

Criou o cargo de Engenheiro de Obras Públicas e foi nomeado para titular o Eng° Antônio de Castro Jobim. Foi executado o calçamento da Rua Barão do Rio Branco e dado um tratamento especial à Praça Tiradentes (Manoel Alvarenga): calçamento com lajes nas calçadas externas, sarjeteamento e duas escadas de acesso. Além de iluminação com o tipo "Nova Lux".

Dois trabalhadores mantinham, permanentemente, a Limpeza Pública. Duas carroças apropriadas executavam a contento a remoção de lixo. Foi criado o cargo de Zelador do Cemitério.

Em dezembro de 1932 foi inaugurada a Linha Telefônica entre a Vila e Nova Údine (Ivorá) e Vila e Nova Palma.

A Usina Elétrica passou a consumir combustível em tonéis, em vez de caixas com duas latas, resultando

em grande economia. A luz, que era fornecida até a zero hora passou a ser até as duas da madrugada. Apesar disso, o consumo diário passou de 82 mil réis para 50 mil e quatrocentos, sendo os tonéis de ferro aproveitados para a construção de boeiros.

Para a energia elétrica foi adquirido um novo motor "Hatz", de dez cavalos vapor, substituindo o existente. A Caixa d´Água de 50.000 litros passou a ser cheia em seis horas durante o dia e, em vez de dispender 38.400 réis com combustível, passou a apenas 15.100!

A rede d´água foi estendida a diversas ruas. As maiores ruas foram a João Pessoa e a Camillo Mello (de onde abastecia a Estação Férrea).

No setor agrícola, a Prefeitura mandou distribuir três sacos de um milho mexicano conhecido como "dente de cão" que produziria seis sacos por um. A produção de vinho foi de mais de um milhão de litros, no valor de mil contos de réis e foram distribuídos mais de 10.000 bacelos de vides de excelente qualidade para organização e renovação dos viveiros.

A fim de melhorar o rebanho pecuário, a Prefeitura que já possuía reprodutores da raça holandesa, suíça e normanda, conseguiu com o Governo do estado dois reprodutores puros de pedigree Hereford. Todos eram emprestados aos interessados.

Fig. 95: Renúncia de Harvey de Azambuja.

Em 1° de fevereiro de 1934, foi iniciada no Passo do Felício a "Ponte Gen. José Antônio Flores da Cunha".

Em 15 de fevereiro de 1934, o Dr. Harvey Azambuja renunciou ao cargo, tendo-o exercido, tal como seu antecessor, por cerca de um ano e meio.

ADMINISTRAÇÃO VASCONCELLOS FILHO
(16.3.1934 a 25.10.1935) — Nomeado

Fig. 96: Cap. J. P. Vasconcellos.

O **Cap. JOSÉ PEREIRA VASCONCELLOS F°** nasceu em 1902 e faleceu em 25 de outubro de 1935. Era filho de José Pereira Vasconcellos e Zulmira Vasconcellos e era casado com Amália Brum.

Sabe-se apenas, que em 9 de agosto de 1934, ele determinou a abertura de uma rua em frente ao Colégio Elementar e denominou-a Rua João Carlos Machado. E que seu Secretário Municipal foi Dulcemar de Mello Ribas.

Durante seu mandato foi extinta a Guarda Municipal. A partir de então a segurança pública passou para a Brigada Militar do Estado.

Tendo falecido em pleno exercício do cargo, foi substituído pelo Subprefeito do 1° Distrito.

2ª ADMINISTRAÇÃO RAPHAEL DE MELLO F°
(26.10.1935 a 28.12. 1935) – Substituto

Atuou como Prefeito Municipal por apenas 64 dias. No mesmo dia em que foi instalada a Câmara Municipal de Vereadores ele passou o cargo ao seu Presidente, Salvador da Rosa Netto.

CÂMARA DE VEREADORES
DE JÚLIO DE CASTILHOS
(28.12.1935 a 19.10.1937)

Em 1935, entra a comuna em Regime Constitucional, data em que a Câmara Constituinte aprova a Lei Orgânica do Município. De então, os antigos "conselheiros" passam a denominar-se "**vereadores**".

Eleitos em 17 de novembro de1935, eram os seguintes os vereadores do Município:

SALVADOR DA ROSA NETTO – Presidente
LAHYRE BRASILIENSE BASTOS – Vice-Presidente
VERGÍLIO DESCOVI – Secretário
AMÉRICO REGINATTO
CELESTE BAPTISTELLA
ANTÔNIO MARINI DE PEDRO
Dr. THEODORO RIBAS SALLES

Instalada às 17 horas do dia 28 de dezembro de 1935, já em 12 de janeiro de 1936 ocorreu a primeira renúncia: o Dr. Theodoro Ribas Salles é substituído por **HENRIQUE WAIHRICH**. Em 5 de maio do mesmo ano, faleceu Antônio Mariani e assumiu o suplente **NELSON KRUEL.**

Com o famoso golpe de 10 de novembro de 1937 foi instituído o Estado Novo com a **dissolução da Câmara Municipal.**

O Município ficaria sem o legislativo por cerca de dez anos.

ADMINISTRAÇÃO NOVEMBRINO LOUREIRO (1.1.1936 a 19.2.1938) eleito

Fig. 97: Novembrino.

NOVEMBRINO BRAZ LENZI LOUREIRO nasceu em Itaqui em 21 de novembro de 1898. Era filho de João José Loureiro e de Clothildes Branca Lenzi Loureiro. Foi casado com Carolina Correa Soares (Carula).

Foi Escrivão e Coletor Federal até 1953, quando se aposentou.

O Município havia passado um conturbado período político, em que sucederam vários prefeitos nomeados. E, naquele momento, ainda havia ânimos exaltados.

Na eleição de 17 de novembro de 1935, Novembrino Loureiro venceu o pleito, derrotando o candidato da Frente Única, Aristides Gomes.

A posse, bem como a da Câmara acima descrita, deveria ocorrer em 28 de dezembro daquele ano. Por motivos de impedimentos, Novembrino Loureiro não pode assumir. Em seu lugar, assumiu o Presidente da Câmara, Salvador da Rosa Netto.

Antes da posse do novo prefeito, que teve lugar às 15 horas de 1° de janeiro de 1936, o vereador Lahyre Bastos se retirou, deixando de participar do ato, em virtude da Frente Única, seu partido, ter impugnado a eleição e achar-se, portanto, incompatibilizado.

Para Secretário Municipal foi nomeado Dulcemar de Mello Ribas.

Em 24 de fevereiro de 1936, foi promulgada a Nova Lei Orgânica do Município.

Foi criada a Diretoria de Agricultura Municipal e comprada uma área de 217 hectares para a instalação

de um Campo de Multiplicação de Sementes (atual FEPAGRO). Para tanto foi feito um empréstimo interno de 39 contos de réis a serem pagos em três os. Para o prolongamento da Rua João Pessoa, foram comprados dois hectares de terra.

O último ato de Novembrino Loureiro foi a doação do terreno e edifício do "Theatro Municipal", que estava em precário estado, para edificar um novo teatro. Mantendo assim a mesma finalidade cultural do imóvel.

Em 19 de fevereiro de 1938, Novembrino Loureiro foi exonerado e passou o cargo ao Subprefeito do 1° Distrito, Mário de Almeida Gomes.

ADMINISTRAÇÃO ANÁPIO BARCELLOS FEIO (14.3.1938 a 27.6.1938) – Nomeado

Fig. 98: Barcellos Feio.

O **Cap. ANÁPIO BARCELLOS FEIO** foi nomeado pelo Interventor Federal Cordeiro de Farias, exerceu o cargo, pelo curto espaço de três meses.

Seria, como Tenente-Coronel, comandante do 1° Regimento de Polícia Montada de Santa Maria.

Sabe-se, apenas que, pelo Decreto n° 154, de fevereiro de 1938, foram determinadas as áreas urbanas e suburbanas da sede e dos distritos.

Em 27 de junho de 1938, o Cap. Anápio Barcellos Feio pede exoneração, passando o cargo ao Subprefeito Mário de Almeida Gomes.

ADMINISTRAÇÃO CORREA DA SILVA
(26.7.1938 a 25.6.1940) – Nomeado

Fig. 99: Carlos Correa.

CARLOS CORREA DA SILVA nasceu em 1889 e faleceu em Porto Alegre em 6 de abril de 1940. Era casado com Diva Baptista da Silva.

Carlos Correa da Silva foi nomeado Prefeito Provisório do Município pelo Decreto n° 7.360 de 11 de julho de 1938 e assumiu no dia 26 daquele mês.

Pelo Decreto Estadual n° 7.643, de 29 de dezembro de 1938, na Organização do Quadro Territorial da Unidade da Federação Brasileira, Júlio de Castilhos recebeu os **foros de cidade**. A sede do Município passou da categoria de Vila para a de **Cidade de Júlio de Castilhos**; e as sedes de seus distritos, Ivorá, Nova Palma e Pinhal Grande, ficaram investidos na categoria de "**Vila**".

Para comemorar tal acontecimento, em 1° de janeiro de 1939, houve uma solenidade, presidida pelo Juiz Municipal Joaquim Simões Particheli (pronuncia-se Partiqueli).

Em 1939, o Município teve uma marcha ascensional em sua situação econômica: sem o menor acréscimo de impostos, a Receita, orçada em 660 contos de réis, passou para 875 contos e 993 mil réis. Entre as 88 comunas rio-grandenses de então o município ocupava o 35° lugar em desenvolvimento.

Possuía 1.767 agricultores ocupando uma área de 123.712 hectares, sendo 7.551 deles cultivados com mi-

lho, trigo, feijão, batatinha, fumo, arroz, cevada cervejeira, aveia e outras culturas.

Carlos Correa da Silva dizia que os fazendeiros começavam a compreender que "nem só de carne vive o gaúcho".

Na pecuária, os criadores e invernadores sofreram perda de 3.000 cabeças de gado provocada pela raiva. A Secretaria de Agricultura e Administração organizou turmas de caça enérgica ao morcego transmissor do mal.

Havia 43 escolas municipais, com matrícula de 1.693 alunos. Três colégios de religiosas eram subvencionados. Foram instalados mais três grupos escolares.

O estado sanitário do município era considerado bom, apesar de não ter postos de saúde. O Hospital Bernardina Salles de Barros seria inaugurado em breves dias. Em 15 de novembro de 1939, com grande júbilo cívico, foi inaugurado o MONUMENTO A CONVENÇÃO DA RESERVA, na face leste do Capão da Convenção.

Fig. 100: Inauguração do Monumento à Convenção da Reserva.

Fig. 101: Inauguração do Monumento à Convenção,

A oradora oficial no ato foi a Srtª Servita Pereira dos Santos que aqui aparece ao lado do Prefeito Correa da Silva.

O Município possuía naquela época 1.079 km de estradas, sendo 786 de estradas municipais e 293 de vicinais. Não existiam, na época, estradas estaduais.

Pela Diretoria de Obras e Viação do Município, respondia o Engº Leônidas Coelho de Souza que projetou e mandou construir a segunda Caixa d´Água da cidade. Tinha a secção redonda e está hoje no pátio da Prefeitura. A rede d´água foi aumentada em 1.660m e, para o abastecimento, foi adquirida completa aparelhagem. Foi instituído o uso de hidrômetros que resultou em economia d´água e aumento de arrecadação para o município. A rede de abastecimento chegou ao novo Hospital e ao Grupo Escolar, onde mais de 400 crianças recebiam instrução.

Fig. 102: Construção da caixa d'água.

Foi renovada a rede elétrica. Foram substituídos os antigos motores Deutz da Usina Elétrica por caldeiras a vapor com possantes geradores melhorando assim a qualidade da luz

A Rua Barão do Rio Branco, artéria comercial da época, foi totalmente calçada com paralelepípedo, bem como diversas travessas. Também foi calçada a Rua Antônio Carbone até a Ponte Seca, via que dava acesso ao hospital, cobrindo uma área de 13.613m2 e assentando 525 m de cordões novos. Para tanto foram gasto 118 contos de réis.

Fez-se o nivelamento, encanteiramento e calçamento inicial da Av. Fernando Abbott.

Foram cadastradas e organizadas por quadra, as ruas do Cemitério Santa Maria e calçada sua Avenida Central. Houve o plantio de jacarandás na frente do cemitério. Foi procedido o cercamento e alinhamento das ruas do Cemitério de Val de Serra.

Foi Carlos Correa da Silva quem deu início às obras do edifício atual da Prefeitura Municipal.

Ele criou a Carteira de Trabalho para os servidores públicos e contratou um Arquivista para a Prefeitura que organizou o resto de documentos que não foram queimados.

Considerando a importância do conhecimento do território municipal, foi instituído, em 24 de dezembro de 1938, o "Diretório Municipal de Geografia" e, em 29 de novembro de 1939, o Eng° Coelho de Souza organizou, e foi publicado, um novo Mapa do Município de Júlio de Castilhos. Neste mapa constam novas denominações com nomes de origem guarani para vários arroios, entre eles a de Arroio Tipiaia para o dos Buracos e Guaicá para o de Caneleira. A maioria não encontrou abrigo popular, continuando com os nomes antigos.

A fim de regularizar as divisa com o Município de Tupanciretã foi-lhe concedida uma pequena área de terra.

O Prefeito Carlos Correa da Silva teria sofrido grandes pressões de pessoas influentes na política local tentando evitar a entrada de indústrias na Vila. Elas criariam 800 empregos. Desgostoso com tais ingerências pediu exoneração. Sendo substituído pelo seu Secretário, Dulcemar de Mello Ribas.

3ª ADMINISTRAÇÃO ARISTIDES GOMES (10.7.1940 a 11.12.1943) – Nomeado

Fig. 103: Prefeitura - 1941.

O **Cel. ARISTIDES DE MORAES GOMES** mandou construir na praça central a Pira da Pátria para condignamente comemorar o "Cinquentenário da Criação do Município de Júlio de Castilhos. Procedeu a "Inauguração do Palácio Municipal".

Foram secretários desta administração, Dulcemar de Mello Ribas que o substituiu algumas vezes e Dr. Sul Brasil de Azevedo, em outubro de 1942.

Deve-se ao Prefeito Aristides Gomes a instalação e inauguração do primeiro educandário de ensino médio da cidade: o Ginásio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Para dirigi-lo, ele foi diversas vezes a São Gabriel de onde trouxe, finalmente, o Prof. Henrique Hostyn. O ginásio foi instalado nos prédios do atual Centro Social. Para tanto, surgiu também o primeiro ônibus escolar da cidade.

Fig. 104: Ginásio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Fig. 105: Primeiro ônibus escolar.

Nessa administração foram doados ao Estado terrenos, com 3.000m2, para a construção do Grupo Escolar de Val de Serra. Foi calçada a Rua XV de Novembro e João Carlos Machado e completados os canteiros da Av. Fernando Abbott.

Em novembro de 1940, foi calçada a Rua João Pessoa, da Av. Pinheiro Machado até a Oswaldo Aranha. O calçamento da Av. Pinheiro Machado, que havia parado na João Pessoa, continuou até os trilhos: e foi calçada a Av. Salgado Filho.

Em dezembro desse ano, para serviço nas estradas, a Prefeitura adquiriu uma máquina "Cater Pillar".

Fig. 106: Inauguração do quadro com foto de Manoel Vieira de Alvarenga, com presença da neta Júlia Vieira Onófrio.

Em 14 de julho de 1942, foi inaugurado, no salão nobre da Prefeitura, o quadro com a fotografia de Manoel Vieira de Alvarenga, o Fundador da Cidade, com a presença de sua filha Júlia Vieira Onófrio e de sua neta Adelaide Onófrio Barros.

Fig. 107: Praça Mal. Floriano em 1931.

Em 11 de dezembro de 1943, o Prefeito Aristides Gomes pediu exoneração[96]. Ficou respondendo pelo expediente da Prefeitura, o Secretário Municipal Dulcemar de Mello Ribas por um longo período de quatro meses, de 12 de dezembro de 1943 a 10 de abril de 1944, quando foi nomeado um novo prefeito.

ADMINISTRAÇÃO PEDRO SOUZA
(11.4.1944 a 22.6.1945) – Nomeado

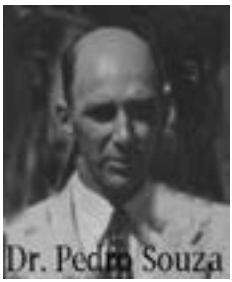


Fig. 108: Pedro Souza.

O **Dr. PEDRO DA SILVA E SOUZA** era Engenheiro Civil. Nasceu em São Sepé em 2 de julho de 1899 e era filho de Januário Machado de Souza e Maria Aldina da Silva. Casou, em 1927, com Almerinda Moreira Machado, filha de Antônio Moreira Machado e Anna Pereira Garcia. Foi nomeado "Prefeito em Comissão" pelo interventor Ernesto Dornelles, em 17 de março de 1944, assumindo depois.

A situação econômica do município era excelente e com arrecadação sempre crescente[97].

Fig. 109: Grupo Escolar de Val de Serra.

Eram dispendidos 10% com a instrução Pública. Foi entregue ao Estado o Grupo Escolar de Val de Serra.

96. LIVRO DE REGISTRO DE PORTARIAS, LEIS E DECRETOS – Prefeitura Municipal – N° 6.
97. PEDRO DA SILVA E SOUZA "Relatório de 1944" – Imprensa Oficial.

Os serviços de água e luz eram deficientes. Foi solicitada a encampação dos serviços de água ao Estado.

Foi reconstruída a estrada que ia até a Fazenda do Coqueiro com a única patrola que existia. Todas as estradas eram mantidas pelo município, mas nessa administração chegou a primeira estrada do Estado, administrada pelo D.A.E.R..

Começou a funcionar o primeiro Posto de Higiene da cidade. Havia um Serviço de Ambulatório pela filial da Cruz Vermelha Brasileira que era mantido, com muita dedicação pelas senhoras e senhoritas.

Fig. 110: Cruz Vermelha Brasileira.

Foi solicitado à Secretaria do Interior a criação de um Patronato Agrícola que viria a funcionar nas instalações do Posto Zootécnico.

O antigo leito da Viação Férrea que passava pela área urbana foi doado pela União Federal. Nessa administração, foi feito seu loteamento e os 14 terrenos foram vendidos à classe pobre, resultando na abertura da Rua Expedicionário.

Nessa época vivia-se os difíceis anos da IIª Guerra Mundial e foi criado o Conselho Municipal de Abastecimento e Preços. Com ele, o Prefeito Pedro Souza conseguiu que os fazendeiros atendessem ao abastecimento de carne verde às populações de Santa Maria e Porto Alegre

com prejuízo de cem cruzeiros em cada boi, quando o quilo de boi vivo era de um cruzeiro e 80 centavos. Esse ato generoso mereceu os maiores louvores e elogios.

Em 22 de junho de 1945, o Dr. Pedro da Silva e Souza foi requisitado pelo Secretário de Obras Públicas do Estado e teve de deixar o cargo. Assumiu o Governo Municipal o Secretário Dulcemar de Mello Ribas.

ADMINISTRAÇÃO DULCEMAR RIBAS (22.6.1945 a 17.11.1945) — Nomeado

Fig. 111: Prefeito Dulcemar de Mello Ribas.

DULCEMAR DE MELLO RIBAS foi nomeado pelo Interventor Federal do Estado, Cel. Ernesto Dornelles, para exercer o cargo de Prefeito Substituto.

Mais conhecido como "Dulce", Dulcemar de Mello Ribas era filho de Sylvio Pinto Ribas e Maria José de Mello Ribas. Nasceu em Júlio de Castilhos em 24 de dezembro de 1904, onde faleceu em 30 de novembro de 1972. Era casado com Rosa Natalina Bevilacqua Ribas.

Era uma pessoa inteligente, educada, organizada e de fino trato. Foi um grande conhecedor de leis e determinações do Município. Tanto era uma pessoa indispensável e de confiança que foi escolhido para Secretário Municipal em nove administrações: Harvey Azambuja, Vasconcellos F°, Novembrino Loureiro, Carlos Correa da Silva e Aristides Gomes, por duas vezes, Mário Gomes e Augusto Uflacker.

Crê-se que essa administração de quatro meses e vinte e cinco dias teve um caráter transitório.

Em fins de 1945, o país vivia a disputa para as eleições presidenciais. Em franca propaganda eleitoral, o Dr. Getúlio Vargas foi deposto e o poder foi entregue ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

No Rio Grande do Sul, o Cel. Ernesto Dornelles foi imediatamente substituído, bem como a maioria dos prefeitos municipais.

Em 17 de novembro de 1945, o Prefeito Dulcemar Ribas teve de entregar o cargo ao Juiz da Comarca de Júlio de Castilhos.

ADMINISTRAÇÃO DR. UFLACKER (17.11.1945 a 17.12.1945) – Nomeado

Fig.112: A. A. Uflacker.

Dr. ANTÔNIO AUGUSTO UFLACKER foi o primeiro Juiz da Comarca de Júlio de Castilhos, instalada em 28 de maio de 1945.

Exerceu o cargo por um mês apenas. Dulcemar Ribas, então Secretário do Município, ficou respondendo pela Prefeitura.

ADMINISTRAÇÃO MÁRIO GOMES (24.12.1945 a 1°. 2.1946) –Nomeado

Fig.113: Mario A. Gomes.

MÁRIO DE ALMEIDA GOMES nasceu em Guarani das Missões em 7 de agosto de 1903 e faleceu em Júlio de Castilhos em 21 de outubro de 1987. Era filho de Lourenço de Moraes Gomes e de Cora d´Almeida Gomes era casado com Ondina da Silva Gomes.

Mário Gomes havia sido Subprefeito do 1° Distrito (27.2.1937 a 24.4.1940) e, como tal, substituiu os prefeitos Novembrino Loureiro e Anápio Barcellos Feio.

Quando foi nomeado Tabelião do Cartório de Registro Especial de Títulos e Documentos da Cidade, pediu exoneração e foi substituído pelo Secretário Municipal Dulcemar Ribas.

2ª ADMINISTRAÇÃO DULCEMAR RIBAS (18.2.1946 a 24.3.1947) – Nomeado

Fig.114: Dulcemar Ribas.

DULCEMAR DE MELLO RIBAS foi nomeado pelo Interventor Federal do Estado, Dr. Cilon Rosa, em 14 de fevereiro de 1946, para exercer as funções de Prefeito Municipal Substituto, assumindo pela segunda vez a Prefeitura de Júlio de Castilhos.

De sua atuação nesse período não se encontrou dados para uma descrição segura.

ADMINISTRAÇÃO ÂNGELO REGINATTO (11.4.1947 a 11.12.1947) – Nomeado

Fig. 115: Ângelo Reginatto.

ÂNGELO REGINATTO, mais conhecido como Angelim Reginatto, nasceu em Silveira Martins em 27 de novembro de 1897 e faleceu em Júlio de Castilhos em 5 de setembro de 1985. Era filho de Victório Reginatto e de Marieta Moretto Reginatto.

Foi nomeado, em 2 de abril de 1947, pelo Interventor Federal do Estado, Dr. Cilon Rosa. Quando assumiu a Prefeitura era solteiro.

Criou várias escolas primárias no 1° Distrito e subvencionou algumas escolas particulares.

Assinou no Rio de Janeiro a ratificação de um acordo entre a Prefeitura de Júlio de Castilhos e a Fundação da Casa Popular para a construção de 50 moradias populares.

Nessa administração os Serviços de Abastecimento de Água do Município foi encampado pelo Estado, tendo a Prefeitura recebido como indenização cerca de 170 mil cruzeiros.

AS OUTRAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

Depois de viver quase uma década com prefeitos nomeados pelos interventores federais do Estado, voltou o Município de Júlio de Castilhos a ter Prefeitos Eleitos.

De 19 de outubro de 1937 a 10 de dezembro de 1947 **deixou de existir o Legislativo Municipal**.

Em 15 de novembro de 1947, houve, enfim, uma eleição livre.

ADMINISTRAÇÃO JORGE MASCARENHAS (11.12.1947 a 30.12.1951). Eleito

Prefeito: Jorge Alberto de Souza Mascarenhas
Vice-Prefeito: Victor Waihrich

Fig. 116: Jorge Mascarenhas.

JORGE ALBERTO DE SOUZA MASCARENHAS nasceu em Pelotas, em 12 de agosto de 1905, e faleceu no Rio de Janeiro em 6 de janeiro de 1962. Era filho de João de Souza Mascarenhas e Balbina de Souza Mascarenhas. Foi casado com Maria José Sparemberg Mascarenhas (Méri).

Num pleito renhido, Jorge Mascare-

nhas vence o Dr. Elpídio Bañolas por 25 a 20 votos apenas.

Em 1940, Jorge Mascarenhas foi um dos fundadores e o primeiro secretário da Sociedade Hípica de Júlio de Castilhos, fundada em 1940 na Cancha da Figueira, sociedade que precedeu ao Jóquei Clube Castilhense e, também, um dos fundadores e 2º Vice-presidente do Aeroclube Júlio de Castilhos, fundado naquele ano.

Durante esse quadriênio, o Vice-Prefeito, Victor Waihrich, bem como, o Presidente da Câmara, Tasso Castilhos Lopes, assumiram o governo municipal várias vezes, e por longo tempo. Muitas das obras dessa administração, portanto, deverão ser creditadas a Victor Waihrich. Foi Secretário Municipal, Antônio Pedro Machado.

Uma das metas do Prefeito Jorge Mascarenhas era dotar a cidade de uma iluminação condizente com seu progresso. Tendo a Câmara negado recursos para a compra de um motor de 750 HP para a Usina Municipal, por achar que não resolveria o problema, o Prefeito, irritado, vai a Capital e adquire o motor pagando de seu próprio bolso e encomendando mais dois motores iguais!

Na noite de 10 de abril de 1948, a cidade apareceu vivamente iluminada. Diante do sucesso, a Câmara se reuniu e resolveu aprovar a compra dos três motores, reembolsando-o.

Nesse ano, foi comprada a primeira moto-niveladora do município, operada por Ricardo Mello. Também foi pago a João Dias da Silva, os calçamentos executados em 1945 em várias ruas da cidade, tendo o Prefeito dispensado o pagamento de 56 cargas de pedras extraídas em sua propriedade.

Em 1950, foi criado o Departamento de Estradas de Rodagem e construída a estrada de Bugre (Caemborá) a Comércio e Gramado até encontrar a de Júlio de Castilhos. O estudo e exploração do terreno foi feito por Lourenço Gomes.

Em 1951, foram iniciadas as gestões para a construção da Ponte do Ivaí, com o Secretário Estadual de Obras, Anibal di Primio Beck.

Em abril de 1951, o Vice-Prefeito Victor Waihrich constrói uma nova estrada da cidade a Quevedos e uma faixa de cimento no Passo do Toropi.

Fig. 117: Moto niveladora.

CÂMARA DE VEREADORES 1948 a 1951

TASSO CASTILHOS DE ARAÚJO LOPES (PTB)
PEDRO EUCLÍDES LÕNDERO (PTB) – Vice-Presidente
DOURIVAL MELLO (PTB)
LUIZ GERMANO HOFFMANN (PTB)
LÚCIO PAIXÃO CORREA (PTB)
SÍLVIO GROTTO (PTB)
GUADALUPE BARBOSA (PSD)
MAXIMINO ANTÔNIO RUBIN (PSD)

Exerceram a vereança os suplentes: **JOÃO BAPTISTA DE MELLO** (PTB)**, HARVEY WINSH RUBIN** (PTB) **e ERNESTO SEGUNDO LAMPERT** (PSD).

1ª ADMINISTRAÇÃO IBES CASTILHOS LOPES (31.12.1951 a 31.12.1955)

Prefeito: Dr. Ibes Castilhos de Araújo Lopes
Vice-Prefeito: Pedro Euclides Lôndero

Fig. 118: Dr. Ibes Castilhos de Araújo Lopes.

Dr. IBES CASTILHOS DE ARAÚJO LOPES nasceu em Júlio de Castilhos em 27 de abril de 1916, onde faleceu em 19.5.1992. Era filho do Dr. Filemon Castor de Araújo Lopes e Dora Maria Pimentel Castilhos. Foi casado com Maria Barros de Araújo Lopes (Mariazinha).

Seu Secretário foi Wladimir Correa de Mello (Milo Mello).

Dr. Ibes determinou o melhoramento e uniformização dos passeios das ruas centrais da cidade, com meios-fios de cimento e mosaicos.

Em 1952, adquiriu de Estelita Ball uma área de 10.000m2, localizada no fim da Rua Expedicionário, das quais usou a metade da área para a construção de 20 casas populares das 30 previstas por ter escasseado a verba.[98] Eram prédios modestos de madeira com instalação de água e luz que constituíram o primeiro conjunto de casas populares de Júlio de Castilhos. Algumas ainda existem na Rua Álvaro Guimarães.

Tornou obrigatórias as roçadas na margem das estradas coloniais, a serem efetuadas por seus próprios proprietários.

Fez a abertura da Rua Oswaldo Aranha, a continuação da Pimenta de Moura, até a Praça 14 de Júlio e das ruas Cel. Serafim e Camilo Mello, ambas a oeste da Av. Pinheiro Machado.

98. ANTÔNIO CORRÊA, Mons. – "O Município de Júlio de Castilhos (Anotações a sua história) – Editora Rainha de Santa Maria – 1975.

Mandou cobrir a Fonte Pública com paredes de alvenaria (foto) e telhado de zinco, para proteger as lavadeiras das intempéries.

Fig. 119: Fonte pública.

Mandou terraplenar e calçar a Av. Assis Brasil.

Arborizou a Rua Barão do Rio Branco e mandou plantar 38 pereiras na Av. Borges de Medeiros.

Inaugurou a Fundação Educacional Miguel Waihrich F.º fazendo funcionar o "Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola", para a formação de líderes rurais. Sendo dirigida pelo Agr° Dr. Plínio Mistrello.

Fig. 120: Centro de Treinamento Agrícola SJ.

CÂMARA DE VEREADORES 1952 a 1955
Partido Trabalhista Brasileiro

DOURIVAL MELLO
FÉLIX LOMBARDO
HARVEY WINSH RUBIN
LUIZ GERMANO HOFFMANN
VITÉLIO ANTONIAZZI
Coligação Democrática Pró-Júlio de Castilhos
JOSÉ PIGATTO (PSD)
ROBERTO DA FONTOURA ALBRECHT (PL)
TANCREDO BAÑOLAS (PSD)

Também, assumiu a vereança o suplente BENEDITO DALCIN.

ADMINISTRAÇÃO VICTOR WAIHRICH
(31.12.1955 a 31.12.1959)

Prefeito: Victor Waihrich
Vice-Prefeito: Roberto da Fontoura Albrecht

VICTOR WAIHRICH nasceu em Júlio de Castilhos, em 23 de março de 1905, e faleceu em Porto Alegre, em 23 de julho de 1976. Era filho de Michel Weihrich e Ana Maria Laydner e foi casado com Anita Culau Waihrich.

Fig. 121: Victor Waihirich.

Em março de 1955, ele começou o calçamento da Av. Borges de Medeiros e, em maio de 1955, o da Av. Fernando Abbott.

Reconstruiu a Praça de Brinquedos na Praça Tiradentes (atual Manoel Alvarenga).

Em julho de 1956, desapropriou terras para a abertura da continuação das ruas Oswaldo Aranha e Cel. Serafim.

Criou, em 20 de dezembro de 1957, a Escola Normal Rural Tarso Dutra, determinando para tanto que os terrenos que foram doados para a instalação de um Seminário Menor Eclesiástico fossem passados para a construção dessa escola. Seria o início do atual Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra. Como a verba para essa construção tinha sido conseguida pelo castilhense, Deputado Federal Tarso Dutra, era desejo do Prefeito que a escola tivesse o seu nome.

Em 1° de dezembro de 1957 inaugurou um monumento homenageando João Vieira de Alvarenga, na Praça Tiradentes.

Vendeu, por um preço simbólico, sua propriedade-foto na esquina da Rua XV de Novembro com a Av. Pinheiro Machado (Fig. 122) para a construção de um hotel no centro da cidade.

Fig. 122: Prédio em "L", vendido pelo Prefeito Victor Waihrich.

Inaugurou, em 15 de setembro de 1958, o Estádio Municipal Miguel Waihrich F°.

Construiu o Aeroporto Intermunicipal projeto do Engº Harro Ramom Scharlau que só não foi inaugurado em 1959, por formalidades de liberação.

Fig. 123: Aeroporto Intermunicipal e Placa de Inauguração.

Começou a construção do Presídio Municipal em terreno doado por Gertrudes Mascarenhas (Mimosa).

Construiu uma Fonte Pública nas proximidades do atual Centro Social.

Instalou a iluminação fluorescente na Praça João Alvarenga.

Fez a reabertura da continuação da atual Rua Henrique Kurtz e da Rua Cel. Azevedo, passando por trás do Clube União Esportivo e Recreativo.

Doou terreno para a construção de um silo metálico. Construiu na Rua Cel. Serafim, próximo à esquina noroeste com a Av. Pinheiro Machado, o Mercado Público, com quatro bancas para verduras e frutas e uma para açougue.

Procedeu ao saneamento do quadro da antiga Viação Férrea.

Procedeu ao alargamento da passagem de trilhos (no local onde seria construído o Viaduto Mileno Moreira) com a implantação de uma barreira metálica móvel para um guarda da Viação Férrea.

E, conseguiu a instalação de um Centro Piloto da "Campanha de Erradicação do Analfabetismo" (MOBRAL). Sendo, em 1959, o Município que mais fez na área da educação.

Veja-se mais atuação de Victor Waihrich na Administração Jorge Mascarenhas, da qual foi Vice-Prefeito.

CÂMARA DE VEREADORES 1956 a 1959

Frente Democrática
ALCEU RIBAS
CÂNDIDO ANTÔNIO MARROS
FRANCISCO DE SOUZA MASCARENHAS
OLINTO DALCIN
Dr. PAULO ROSA WAIHRICH
Frente Populista
ABÍLIO WALDEMAR TREVISAN
LUIZ GONZAGA CORREA DE BARROS SALLES
OLÍVIO RUBIN
SÍLVIO ROSSATO

Assumiu, também, o suplente:

ASDRUBAL LOUREIRO.

2ª ADMINISTRAÇÃO IBES CASTILHOS LOPES (31.12.1959 a 31.12.1963)

Prefeito: Dr. Ibes Castilhos de Araújo Lopes
Vice-Prefeito: Assis Medina da Silva

Dr. Ibes, a partir de 1960, fez funcionar o Mercado Público.

Instalou nova bomba d'água no Estádio Municipal, regularizando a precária situação existente.

Recebeu a doação da ligação da faixa da BR 158 à cidade.

Construiu dois Grupos Escolares: atuais Dr. Teodoro Ribas Salles e Dolores Paulino.

Criou a Escola Usina do Ivaí.

Criou, no Presídio Municipal, a Escola São Dimas, promovida pelo Lyons Club.

Instalou a Escola Normal de 2º Ciclo Vicente Dutra.

Instalou um Parque Infantil na Praça Tiradentes (atual Manoel Alvarenga).

Em 1962, comprou a 1ª Ambulância da Prefeitura.

Lançou a pedra fundamental do Posto de Saúde da cidade.

Conseguiu verba de três milhões de cruzeiros para a ligação de força e luz para São João dos Mellos e Santa Terezinha.

Em 2 de julho de 1960, inaugurou o calçamento da praça central (atual João Alvarenga) com pequenas pedras irregulares de diversas cores (mosaico português) com motivos simbolizando Brasília, a nova capital. Considerado um Patrimônio Artístico da cidade, ele está protegido pelo Decreto nº 6.711 de 30 de maio de 2019.

CÂMARA DE VEREADORES 1960 a 1963

Frente Populista
JOSÉ BEVILACQUA
RENATO JOSÉ PIPPI
PEDRO EUCLIDES LÔNDERO
LINDOFO LOSEKANN
JOÃO ANTÔNIO MACHADO
Frente Democrática
Dr. PAULO ROSA WAIHRICH
ALCEU RIBAS
ADROALDO VELASCO
ANTÔNIO SALLES AGUILLAR

Assumiram, também, os suplentes:

ALOÍSIO KNEIPP,
THOMAZ MOREIRA PEDROSO e
DONATO MARQUES DA ROSA.

1ª ADMINISTRAÇÃO PAULO WAIHRICH (31.12.1963 a 1°.2.1969)

Prefeito: Dr. Paulo Rosa Waihrich
Vice-Prefeito: Clóvis Bañolas Barros

Fig. 124: Paulo Rosa Waihrich.

O **Dr. PAULO ROSA WAIHRICH** nasceu em Júlio de Castilhos em 24 de dezembro de 1923 e faleceu em Porto Alegre faleceu, em 22 de novembro de 2007. Era filho do Ten. Cel. Henrique Waihrich e Malvina Rosa Waihrich. Casado com Miriam Linck Waihrich.

Foi eleito para um mandato de quatro anos, mas o Presidente Mal. Castelo Branco determinou uma prorrogação de dois anos, para haver coincidência de mandatos com o Estado.

Essa administração construiu a Biblioteca Pública, inaugurada em 17 de dezembro de 1966.

Começou a construção do acesso secundário à BR 158.

Em convênio da Prefeitura e COHAB. Tornou efetivo o projeto de construção de 132 casas populares na atual Vila Castelo Branco. Por 48.000 cruzeiros novos comprou uma área necessária. Foram abertas as ruas, a rede d´água, rede de luz e esgotos. Em 1966 foi inaugurado o primeiro núcleo de 56 casas.

Criou, nessa Vila, um Grupo Escolar e um Parque Infantil.

Procedeu a terraplenagem do campo de futebol do

S.C. Brasil.

Fez calçamento da Av. Getúlio Vargas e das ruas Oswaldo Aranha, Mato Grosso, Dr. Melchisedeck (atual Clóvis Barros), Coronel Azevedo, Antônio Carbone e da Avenida de Acesso a Vila Castelo Branco.

Procedeu a extensão da rede elétrica de Val de Serra.

Visando ordenar o crescimento da cidade estabeleceu um Plano Diretor.

Reconstruiu o Grupo Escolar Dolores Paulino.

Iniciou a construção do Fórum da Comarca. Um projeto do Arq° Paulo Hollweg Neto.

CÂMARA DE VEREADORES 1964 a 1969

Frente Democrática Nacional
Dr. SÉRGIO PAULO ROSA GUIMARÃES
VICENTE MILENO DE CASTRO MOREIRA
FRANCISCO DE PAULA SALLES
MÁRIO VILLAMIL DE VARGAS
EGÍDIO LUIZ FRANCANI
Partido Trabalhista Brasileiro
GENTIL MORO
SAULO SALLES DE BARROS
MANUEL PEREIRA DUTRA
MODESTO GARLET

Assumiram os suplentes:
ÉLIO DA SILVA SALLES e
JOSÉ BEVILACQUA.

1ªADMINISTRAÇÃO MILENO MOREIRA
(1°.2.1969 a 31.1.1973)

Prefeito: Vicente Mileno de Castro Moreira
Vice-Prefeito: Elio da Silva Salles

Fig. 125: Mileno de Castro Moreira.

VICENTE MILENO DE CASTRO MOREIRA nasceu em Júlio de Castilhos em 14 de julho de 1925, onde faleceu em 23 de fevereiro de 1999. Era filho de Antônio Moreira Machado F° e Amália de Castro Moreira. Casado com Elcy Culau Moreira.

Foi Escrivão de Órfãos e Ausentes, Contador Distribuidor e Partidor do Fórum da Comarca, Escrivão Eleitoral, Comissário de Menores e Secretário do Município.

Durante essa administração e sua segunda administração de 1977 a 1983, Mileno Moreira teve uma prodigiosa atuação:

Área de Educação:

Concluiu e inaugurou a Escola Vicente Dutra

Construiu e inaugurou a Escola São Francisco em Colônias Novas

Construiu a Escola Américo Reginatto

Construiu a Escola Gisberto Moro em Santa Terezinha

Construiu a Escola Carlos Gomes em Três Mártires

Construiu a Escola Cenecista

Ampliou a Escola Estadual Júlio Prates de Castilhos

Construiu o Centro Interestadual Victor Waihrich

Construiu, em madeira, 12 Escolas Municipais de 1° Grau Incompleto, no Rincão dos Pachecos, Estância do Coqueiro, Céu Azul, Guaçupi e Cerrito.

Serviços e Obras Públicas:

Construiu o Viaduto sobre a Via Férrea, hoje chamado Viaduto Mileno Moreira.

Ampliou o Cemitério Santa Maria e construiu a Cruz das Almas e o Ossuário. Reformou e pintou o jazigo de Elesbão Ribas.

Fez a iluminação a Mercúrio na Praça João Alvarenga (com as luminárias com globos), Av. Pinheiro Machado, Av. Getúlio Vargas, Rua Barão do Rio Branco e Av. Borges de Medeiros.

Construiu o Palanque Oficial e uma Fonte na Praça Manoel Alvarenga.

Dotou de iluminação as Vilas e logradouros da cidade com Células Fotoelétricas.

Iluminação Pública de Val de Serra, Três Mártires, São João dos Mellos, Portão, Ivaí, Caneleira e Abacatú.

Obras Viárias e Transportes:

Fig. 126: Pref. Mileno - Divisa Silveira Martins.

Em convênio com o Governo do Estado e empresa CINTEA apoiou a construção das maiores pontes do Município: Ponte sobre o Rio Ivaí e sobre os arroios Tipiaia.

Construiu 11 faixas de cimento sobre arroios do Município.

Fez melhoramentos na estrada de Três Mártires até a divisa com Silveira Martins. (foto)

Em convênio com a empresa proprietária construiu a Estação Rodoviária da Cidade.

Trocou, a pedido do autor, as denominações da Praça Marechal Floriano e Praça Tiradentes para Praça João Alvarenga e Praça Manoel Alvarenga respectivamente.

Calçamentos:

Fez o calçamento da Av. Jorge Mascarenhas, completou o calçamento da Rua Fernando Abbott até o Cemitério Santa Maria e mandou calçar mais 36 ruas da cidade, num total de 11.674 metros lineares de calçamento e cordões.

Toda essa obra foi feita sem derrubar árvore alguma e manteve a integridade do pinheiro da Rua Miguel Waihrich F°, um verdadeiro "Monumento à Ecologia" de nossa cidade.

Obras Sociais e à Comunidade:

Deu auxílio de significativa verba para a conclusão do Hotel Guaçupi (mais tarde Hotel Castilhense).

Iniciou a construção do Prédio do INPS.

Deu manutenção às Repetidoras do Canal 10 e 12.

Construiu a Creche Dona Cotinha, junto ao Viaduto.

Doou terreno para a APAE, Casa da Amizade e Associação do Banco do Brasil.

Construiu o Centro Comunitário da Vila Castelo Branco.

Criou uma Banda de Música na cidade.

Implantou a Vila da Amizade (Promorar) com a construção de 100 residências para pessoas de baixa renda e iniciou a construção do Centro Social Urbano.

Fig. 127: Vila da Amizade.

Esportes:

Construiu a Praça de Esporte (Basquete e Tênis na Rua João Pessoa com Oswaldo Aranha.
Deu apoio à construção do Ginásio Municipal de Esportes. (atual Estádio Mário Villamil de Vargas)

Construiu Quadras de Esporte em Santa Terezinha e no CIE

Segurança Pública:

Em convênio com o Comando da Brigada Militar construiu o prédio de seu 2° Pelotão.

Construiu o prédio da Delegacia de Polícia.

Saneamento:

Construiu a Caixa d´Água da CORSAN junto ao Colégio Pasqualini. Capacidade de 500 mil litros.

Criou Esgoto Cloacal e Pluvial na Av. Pinheiro Machado, Salgado F°, XV de Novembro, 13 de Maio e Dr. Melchisedeck (Clóvis Barros atual). E, adquiriu o primeiro Caminhão de Coleta de Lixo.

CÂMARA DE VEREADORES 1969 a 1972

Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
JÚLIO RAFAEL DE SOUZA MAZZA
JOSÉ ALBERTO MAZZO MARTINS
Dr. SÉRGIO PAULO ROSA GUIMARÃES
Dr. FAUSTO ROSA DIAS DA COSTA
LUIZ AMERICO REGINATTO
GLÊNIO ARAMIS MENEZES
Movimento Democrático Brasileiro
JOSÉ FRANCISCO SALLES DE BARROS
Dr. RÉGIS LOPES SALLES
HENRIQUE PIPPI
Assumiu, também, **AMADEU LUIZ COCCO**.

2ª ADMINISTRAÇÃO PAULO WAIHRICH (31.1.1973 A 11.3.1974)

Prefeito: Dr. Paulo da Rosa Waihrich
Vice-Prefeito: Dr. Sérgio Paulo Rosa Guimarães

O Prefeito Paulo Waihrich esteve à testa do Município por um período de um ano, três meses e 12 dias. Em 11 de março de 1974, entrou em licença para tratamento de saúde, não retornando.

Foi substituído pelo Vice-Prefeito que governaria o Município até o fim do longo mandato desse quatriênio. É justo, portanto, considerar esse período como uma nova administração, onde o prefeito de fato foi outro.

CÂMARA DE VEREADORES 1974 a 1977

Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
DAVID HUMBERTO PICCININ
MARIA HELENA ZASSO KREBS

Dr. JOSÉ ANTÔNIO BARROS PIMENTA
AMADEU LUIZ COCCO
ALBINO RUBIN
Dr. FAUSTO ROSA DIAS DA COSTA
LÍRIO ARGEU CARGNELUTTI
ARGEU ARALDO MÁRIO DA ROSA
LUIZ AMÉRICO REGINATTO

Assumiram, também, **ANTÃO ABADE VARGAS** e **Dr. FERNANDO AZEVEDO DIAS DA COSTA.**

Embora pareça estranho, os vereadores eram todos do mesmo partido. Nenhum outro quis concorrer.

No fim de 1977, os vereadores passaram a perceber vencimentos. Antes disso, aqueles que residissem fora da cidade recebiam uma ajuda de custo para suas despesas.

ADMINISTRAÇÃO SÉRGIO GUIMARÃES (12.3.1974 a 31.1.1977)

Fig. 128: Dr Sérgio Guimarães.

O **Dr. SÉRGIO PAULO ROSA GUIMARÃES** nasceu em Júlio de Castilhos em 3 de junho de 1934, onde faleceu em 26 de agosto de 2006. Era filho do Dr. Álvaro Escobar Guimarães e de Doralice Rosa Guimarães. Era casado com Rita Dambrósio Guimarães.

Durante sua administração:

Inaugurou, em 13 de outubro de 1976, a Ponte Vasco Bañolas, com 136m.

Doou um terreno no Centro Cívico para a construção de uma Rodoviária.

Instalou o Projeto Sudoeste 1 e o CACT n° 9.

Construiu o Prédio Profissionalizante no Centro Social.

Fez o calçamento da Av. Borges de Medeiros, do Viaduto até a antiga Escola Américo Reginatto.

Abriu a faixa de acesso secundário até a BR 158.

O Município ganhou o "Prêmio de Comum-Símbolo" como o 4° em organização e alfabetização do MOBRAL. Inaugurou o prédio do Fórum da Comarca no Centro Cívico.

Trouxe Instalação Elétrica para a Vila Salles e a Rede de Eletrificação Rural para o Distrito de Três Mártires.

Inaugurou a Escola da Vila União.

Inaugurou, em 21 de setembro de 1979, a Casa dos Juízes.

Fez, em 1977, um Concurso Público para um Brasão de Armas e Bandeira do Município.

Inaugurou a Escola de São João dos Mellos.

Inaugurou o condomínio da COOHAJUC para 70 famílias.

Conseguiu verba de 150.000 cruzeiros para a Escola Vicente Dutra e 90.000 para a Dolores Paulino.

Inaugurou, em 1974, o Grupo Escolar de Val de Serra.

Inaugurou a UMIT (Unidade Móvel de Iniciação ao Trabalho), em 1° de junho de 1974.

Conseguiu verba de 200.000 cruzeiros para a construção de um Ginásio Coberto.

Doou terreno na Vila Castelo Branco para a sede da AABB.

Plantou em 17 de janeiro de 1976, um exemplar de pau-brasil na Praça Marechal Floriano (atual João Alvarenga).

2ª ADMINISTRAÇÃO MILENO MOREIRA
(31.1.1977 a 31.1.1983)

Prefeito: Vicente Mileno de Castro Moreira
Vice-Prefeito: Dr. Fausto Rosa Dias da Costa

Algumas obras dessa profícua administração foram descritas na primeira administração Mileno Moreira.

CÂMARA DE VEREADORES 1977 a 1983

Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
ADÃO LAUREANO BARCELOS
PAULO JOSÉ CORREA
NORMÉLIO BALL DA ROCHA
ANTÃO ABADE VARGAS
Dr. RONILDO HOMRICH
LÍRIO ARGEU CARGNELUTTI
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
ELYS LOURDES GOMES DE MELLO
AUGUSTO ZANELLA
IVANIR VIANEI COCCO
LUIZ LEVI CASTRO ONÓFRIO
ROMEU MARTINS RIBEIRO

Assumiram, também:

ALCINDO GUANABARA RIBAS,
DAVID HUMBERTO PICININ,
ROGÉRIO PUENTE SALLES,
Dr. CIPRIANO MARÇOLLA e
ÉLIO DA SILVA SALLES.

1ª ADMINISTRAÇÃO ROMEU MARTINS RIBEIRO (31.1.1983 a 31.1.1987)

Prefeito: Romeu Martins Ribeiro
Vice-Prefeito: Dr. José Antônio Razia

Fig. 129: Romeu Martins Ribeiro.

ROMEU MARTINS RIBEIRO nasceu em Quevedos (Alto Toropi) em 23 de novembro de 1949 e faleceu em Júlio de Castilhos em 1° de setembro de 2003. Era filho de Romeiro Bueno Ribeiro e Aracy Martins Ribeiro. Era casado com Terezinha de Jesus Diniz Ribeiro.

CÂMARA DE VEREADORES 1983 a 1987

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
AUGUSTO ZANELLA
ELYS LOURDES GOMES DE MELLO
JOÃO HORÁCIO DOS SANTOS AQUINO
LUIZ MÁRIO MORO
MANOEL PEREIRA DUTRA
VICENTE ZASSO COCCO
Partido Democrático Social (PDS)
ADÃO NEVES
CIRINEU JOÃO ANVERSA
NORMÉLIO BALL DA ROCHA
SÉRGIO DOS SANTOS RODRIGUES
SÉRGIO ROBERTO BARCELOS

Assumiram também:

ALAOR AMARAL DE MELLO,

JOÃO MARTINS RIBEIRO e
ARARÉ DA SILVA BRUM.

ADMINISTRAÇÃO JOSÉ ANTÔNIO RAZIA (1°. 1.1989 a 31.12.1992)

Prefeito: Dr. José Antônio Razia
Vice-Prfeito: Dr. Manoel Luiz Rosa Onófrio

Dr. JOSÉ ANTÔNIO RAZIA nasceu em Júlio de Castilhos em 5 de agosto de 1944. Filho de Antônio Razia Dal Polo e de Veneranda Bertoldo. Era casado com Marli Cirene Maydana Razia.

CÂMARA DE VEREADORES - 1989 a 1992

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
CARLOS HENRIQUE PIPPI
JOÃO ERNESTO SORALUCE MELLO
JOÃO HORÁCIO DOS SANTOS AQUINO
MIGUEL ANTUNES
VICENTE ZASSO COCCO
Partido Democrático Social (PDS)
ALDORI FLORES VIEIRA
CIRENEO JOÃO ANVERSA
MARIA DO CARMO LORENCI LUNARDI
MIGUEL FRANCISCO ONÓFRIO WAIHRICH
MÚCIO BORGES DA SILVEIRA
Partido Democrático Trabalhista (PDT)
FÁBIO BARROS DE ARAÚJO LOPES

Assumiu o suplente:
EDSON ROBERTO BIACCHI BELLÉ

2ª ADMINISTRAÇÃO ROMEU MARTINS RIBEIRO (1.1.1993 a 31.12.1996)

Prefeito: Romeu Martins Ribeiro
Vice-Prefeito: Dr. Manuel Luiz Rosa Onófrio

CÂMARA DE VEREADORES 1993 a 1996

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
JOÃO HORÁCIO DOS SANTOS AQUINO
MIGUEL ANTUNES
CARLOS HENRIQUE PIPPI
VICENTE COCCO ZASSO
LUIZ CARMO CASSANTA
Partido Democrático Social (PDS)
LIVINO ALMEIDA
MÚCIO BORGES DA SILVEIRA
MIGUEL FRANCISCO ONÓFRIO WAIHRICH
Partido dos Trabalhadores (PT)
SÉRGIO ONÓFRIO KURTZ

Por força de uma liminar do Juiz Eleitoral, em virtude da cidade pela sua população comportar onze vereadores foram admitidos mais dois vereadores:

ULBE DE JESUS ROUBUSTE RIBEIRO (PMDB)
JOÃO AMÉLIO BASTOS (PDT)

ADMINISTRAÇÃO GETÚLIO VARGAS
(1.1.1997 a 31.12.2000)

Prefeito: Dr. Getúlio Barros de Vargas
Vice-Prefeito: Ilse Vedovato Barbieri

Dr. GETÚLIO BARROS DE VARGAS nasceu em Júlio de Castilhos em 5 de abril de 1950 e era filho de Walter Villamil de Vargas e Lídia Barros de Vargas. Esposa Salette Trevisan de Vargas.

CÂMARA DE VEREADORES 1997 a 2000

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
VICENTE COCCO ZASSO
ULBE DE JESUS ROUBUSTE RIBEIRO
VERA MARIA SCHORNES DALCIN
JOÃO HORÁCIO DOS SANTOS AQUINO
Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB)
ANTÔNIO ARISTIDES AVOZANI
VERA MARIA DOS SANTOS QUEVEDOS
Partido Progressista Brasileiro (PPB)
MARIA LUIZA WAIHRICH BAÑOLAS
Partido Democrático Social (PDS)
LIVINO ALMEIDA
Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB)
ILDO TREVISAN
Partido Democrático Trabalhista (PDT)
LUIZ VICENTE BELLINASO
Partido dos Trabalhadores (PT)
MIGUEL ANTUNES

3ª ADMINISTRAÇÃO ROMEU MARTINS RIBEIRO
(1.1.2001 a 31.12.2004)

Prefeito: Romeu Martins Ribeiro
Vice-Prefeito: Antônio Carlos Campos Abreu

CÂMARA DE VEREADORES 2001 a 2004

JOÃO HORÁCIO DOS SANTOS AQUINO - PMDB
FERNANDO SOUZA BASTOS –
ANTÔNIO ARISTIDES AVOZANI - PPB
DARTAGNAN DA SILVA PORTELLA - PSDB
VERA MARIA SCHORNES DALCIN – PSDB
LUIZ VICENTE BELLINASO – PDT
SÉRGIO ONÓFRIO KURTZ – PT
LIVINO ALMEIDA
MIGUEL FRANCISCO ONÓFRIO WAIHRICH
REMIR PIGATTO
CARLOS HENRIQUE PIPPI

1ª ADMINISTRAÇÃO JOÃO VESTENA
(1.1.2005 a 31.12.2008)

Prefeito: João Vestena
Vice-Prefeita: Vera Maria Schornes Dalcin

JOÃO VESTENA nasceu em 25 de junho de 1949, é filho de Albino Biagio Vestena e de Gerânia Maria Bertoldo Vestena. Esposa, Nair Aléssio Rossato Vestena.

CÂMARA DE VEREADORES 2005 a 2008

Partido Social Brasileiro (PSB)
ARNALDO COELHO BERTOLDO
PAULO TURRA
Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB)
DARTAGNAN DA SILVA PORTELLA
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
JOÃO HORÁCIO DOS SANTOS AQUINO
MARCOS IZAIR CECHIN SOMAVILLA
ROGÉRIO DE MELLO BASTOS
ANTÔNIO ARISTIDES AVOZANI
Partido Democrático Trabalhista (PDT)
LUIZ VICENTE BELLINASO
Partido da Frente Liberal (PFL)
JORGE BASÍLIO DE SIQUEIRA

Assumiu o suplente, por duas vezes:

MARION FERREIRA BITENCOURT

2ª ADMINISTRAÇÃO JOÃO VESTENA (2009 a 2012)

Prefeito: João Vestena
Vice-Prefeita: Vera Maria Schornes Dalcin

CÂMARA DE VEREADORES 2009 a 2012

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
JOÃO HORÁCIO DOS SANTOS AQUINO
CARLOS ALBERTO PEDROSO RESENDE

MARCOS IZAIR CECHIN SOMAVILLA
Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB)
DAVID PICCININ
REMIR PIGATTO
Partido Social Brasileiro (PSB)
ARNALDO COELHO BERTOLDO
PAULO TURRA
Partido Progressista Brasileiro (PPB)
ANTÔNIO ARISTIDES AVOZANI
Partido Democráta (DEM)
JORGE BASÍLIO DE SIQUEIRA

ADMINISTRAÇÃO VERA DALCIN (1.1.2013 a 2016)

Prefeita: Vera Maria Schornes Dalcin
Vice-Prefeito: Geraldo Ozelame

VERA MARIA SCHORNES DALCIN nasceu em Júlio de Castilhos em 16 de agosto de 1957. Filha de Francisco Carlos Schornes e de Tarcilla Genro Schornes. Casada com Jacinto Dalcin.

CÂMARA DE VEREADORES 2013 a 2016

Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB)
DARTAGNAN DA SILVA PORTELLA
MAURÍCIO RODRIGO BARBIERI SARZI SARTÓRI
Partido Social Brasileiro (PSB)
JOSÉ ANTÔNIO CARPES WEBER
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
ANTÔNIO DERLEI DA SILVA

CARLOS ALBERTO PEDROSO REZENDE
CLAUDETE SCHROEDER LOPES
Partido Progressista Brasileiro (PPB)
ANTÔNIO ARISTIDES AVOZANI
Partido Social Democrático Brasileiro (PSB)
JOSÉ FERNANDO SOARES
Partido dos Trabalhadores (PT)
ALCIDES MACHADO CAVALHEIRO

Assumiram também:
JOSÉ IZAIR CECHIN SOMAVILLA e
CARLOS BASÍLIO DE SIQUEIRA

3ª ADMINISTRAÇÃO JOÃO VESTENA

Prefeito: João Vestena
Vice-Prefeita: Dra. Maria de Fátima Ferreira

CÂMARA DE VEREADORES 2017 a 2020

Partido Social Brasileiro (PSB)
DENISE ZULIAN
DIEGO PEREIRA AQUINO
PAULO TURRA
VINÍCIUS ZANELLA RAZIA
Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB)
ANTÔNIO ARISTIDES AVOZANI
DARTAGNAN DA SILVA PORTELLA
JOSÉ LUIZ PACHECO ROSA JÚNIOR
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
ANTÔNIO DERLEI DA SILVA
MARCOS IZAIR CECHIN SOMAVILLA

Partido Social Democrático (PSD)
CARLOS BASÍLIO DE SIQUEIRA
DRÁUSIO PORTELLA BRANDÃO

ADMINISTRAÇÃO BERNARDO DALLA CORTE (1º.01.2020 a 31.12.2024)

Prefeito: Bernardo Quatrin Dalla Corte
Vice-Prefeito: Carlos Rezende

BERNARDO QUATRIN DALLA CORTE nasceu em Júlio de Castilhos, em 9 de novembro de 1972. Filho de Ivo Dalla Corte e Ilga Tomasi Quatrin Dalla Corte. Esposa Marciane Ceolin Dalla Corte.

CÂMARA DE VEREADORES 2021 a 2024

ANTÔNIO ATISTIDES AVOZANI - (PP)
JOSÉ WAIHRICH NETO - (PP)
ANTÔNIO DERLEI DA SILVA - (PMDB)
JOÃO HORÁCIO DOS SANTOS AQUINO - (PMDB)
JOSÉ ADRIANO MENEGHEL MARTIM - (PMDB)
CARLOS BASÍLIO DE SIQUEIRA - (DEM)
DRÁUSIO PORTELLA BRANDÃO - (PSD)
SADI MÜLLER SUIÇO - (PSD)
JOSÉ FERNANDO SOARES FERNANDES - (PSB)
WALDEMIR MESSIAS DE OLIVEIRA - (PSB)
LUCAS DIAS DE OLIVEIRA- (PSDB)

CAPÍTULO VIII

DIVISÕES ADMINISTRATIVAS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

Resumidamente foram as seguintes as divisões administrativas do Município de Júlio de Castilhos:

1ª — 1891:

1° – Sede (Vila Rica)
2° – Rincão do Padilha (com Buracos e Ivaí)
3° – Rincão dos Mellos (com Núcleo Norte)

2ª — 1901:

1° – Sede (Vila Rica)
2° – Tupaceretan
3° – Jary
4° – Val de Serra
5° – Barracão/Nova Palma (com Núcleo Norte)

3ª — 1913:

1° – Sede (Júlio de Castilhos)
2° – Tupanciretã
3° – Jary
4° – Núcleo Norte/Nova Údine
5° – Nova Palma
6° – Igrejinha
7° – Toropi

4ª — 1920:

1° – Sede (Júlio de Castilhos)
2° – Tupanciretã
3° – Jary
4° – Nova Údine
5° – Nova Palma

6° – Igrejinha
7° – Toropi
8° – Comércio (até 1928) / Pinhal Grande

5° — 1929:

1° – Júlio de Castilhos (Sede, Portão e São João)
2° – Nova Údine/Ivorá (Sede, Val de Serra, Colônia Nova, Santo Antão e São João dos Mellos)
3° – Nova Palma (Sede, Novo Paraíso, Linha Base, Linha Sete e Novo Treviso)
4° – Pinhal Grande (Sede, São José do Pinhal e Comércio)
5° – Igrejinha (Sede, Rincão dos Mudos, Toropi-Mirim, Boca da Picada e São José)

6ª — 1959:

1° – Júlio de Castilhos
2° – Ivorá
3° – Nova Palma (Emancipado em 29.7.1960)
4° – Pinhal Grande
5° – Igrejinha
6° – Caemborá

7ª — 1960:

1° – Júlio de Castilhos
2° – Ivorá (Emancipada em 9.5.1988)
3° – Não existiu mais
4° – Pinhal Grande
5° – Quevedos

8ª — 1991:

1° – Júlio de Castilhos
2° – Três Mártires (criado em 20.6.1991)
3° – São João dos Mellos (criado em 20.6.1991)
4° – Pinhal Grande (Emancipado 20.3.1992)
5° – Quevedos (Emancipado em 20.3. 1992)

MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

Atualmente, o Município de Júlio de Castilhos faz divisa com 13 municípios:

Ao Norte, com Quevedos, Tupanciretã, Boa Vista do Incra, Fortaleza dos Valos e Salto do Jacuí.

Ao Sul, com São Martinho da Serra, Itaara, Santa Maria, Silveira Martins e Ivorá.

A Leste, com Nova Palma, Pinhal Grande e Estância Velha. A Oeste com outra parte de Quevedos.

1° DISTRITO — JÚLIO DE CASTILHOS

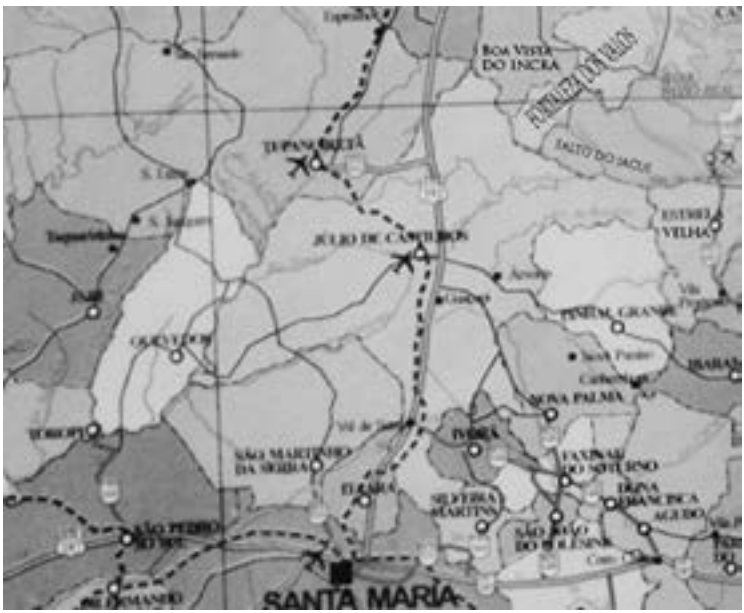


Fig. 130: Mapa de Júlio de Castilhos e municípios limítrofes.

Também chamado Distrito-Sede, foi historicamente o primeiro núcleo populacional do Município, o primeiro povoado. Começou com o nome de Povo Novo e depois passou a Vila Rica. A primeira vila do atual Município foi Vila de Vila Rica: centro político, administrativo, jurídico e social da nova comuna.

SUBINTENDENTES E SUBPREFEITOS DO 1° DISTRITO

Os subintendentes eram pessoas escolhidas pelo Intendente. Pessoas de sua inteira confiança. Dirigiam as obras públicas, conservavam estradas, abriam ruas e cuidavam de toda a necessidade do distrito. Nos primeiros tempos eles acumulavam os cargos de subdelegados de polícia e comandantes da Guarda Municipal.

Mercê das qualidades que deveriam possuir, eram muito bem escolhidos, pois o cargo exigia capacidade administrativa e alto senso de responsabilidade. Tanto que, em muitas ocasiões, substituíram, temporariamente, os primeiros mandatários do Município.

Pelo Decreto n° 37, de 16 de janeiro de 1931, os Intendentes e Subintendentes municipais passaram a denominarem-se Prefeitos e Subprefeitos. De 1977 em diante, os subprefeitos teriam outras denominações.

Ocuparam esse honroso cargo, as seguintes pessoas:

1892 – Ernesto Pereira de Oliveira, nomeado em janeiro.
– Napoleão Moreira Machado – nomeado auxiliar em 2.1.1892
1893 – Francisco da Rocha Cardoso - nom. 4.1.1893
– Cap. Virgilino Antônio Pereira - nom. 31.12.1893
1899 – Apolinário Torres - nom. 1.1.1899
1903 – Joaquim Barcellos da Rocha - nom. 1.6.1893
1906 – Caetano José Cavalheiro - nom. 11.1. 1906
– Antero Silveira - nom. 15.12.1906
1907 – Eugênio Azevedo - nom. 16.2.1907
1909 – Joaquim Barcellos da Rocha - nom. 1.1.1909
1911 – Horácio de Oliveira Bastos - 1.1.1911 a 11.2.1912
1912 – Feliciano Jorge Albert – 23.2.1912 a 2.4.1913

1913 – Amadeu Moreira Machado – 2.4.1913
1917 – Gomercindo Mello – 6.7.1917
1918 – Amado Moreira Machado – 4.1918
1925 – Henrique Kurtz F° - 30.4.1925 a 31.12.1928
1928 – Florival Fernandes França - nom. 1.1.1927 a 31.12.1928
1929 – Raphael de Oliveira Mello F° - 22.1.1929 a 10.8.1932.
1932 – Amâncio Camargo – 18.8.1932 a 20.9.1932.
– Raphael de Oliveira Mello F° 30.9.1932.
1937 – Carolina Silva Loureiro – 25.5.1937 a 1°. 10.19037
– Percy Dornelles da Rocha - 1°. 10.1937 a 3.11.1937
– Mário de Almeida Gomes - 27.2.1937 a 22.4.1940
1941 – Lourenço de Moraes Gomes 2.1.1941 a 2.10.1947
1947 – Vasco Bañolas – 2.5.1947
1952 – Percy Rocha – 1°.1.1952
1956 – Vasco Bañolas – 2.2.1956
1958 – Sady de Oliveira Marques -1°.10.1957
1960 – Harvey Winsh Rubin – 1°. 1.1960 a 13.12.1963
1964 – Francisco de Paula Correa de Barros Salles 1°.1.1964
– Waldomiro Fricks de Souza 3.2.1964 a 24.2.1971
1971 – Francisco Eloy Rosa da Silva 8.10.1971 a 31.1.1973
1973 – Élio da Silva Salles 1°. 2.1973
1977 – Pedro Pereira Garcia – 11.1.1977
Chefe do Setor de Obras e Serviços Rodoviários
1981 – Pedro Pereira Garcia – 23.12.1981
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
1983 – Henrique Pippi.
– João Ernesto Soraluce Mello – 15.6.1983 a 12.8.1989.
1989 – Agostinho Euclides Moro – 1°.1.1989.

Dentro do 1° Distrito de Júlio de Castilhos existem alguns povoados que merecem destaques:

PORTÃO

Situado dentro do 1° Distrito de Júlio de Castilhos, a cerca de 10 km ao sul da cidade, o povoado do Portão é um dos mais antigos povoados do distrito.

A primitiva área onde se localiza a comunidade pertenceu, ao redor de 1813, a Valério Vieira de Alvarenga, irmão de João Vieira de Alvarenga, que teria vindo junto com ele na mesma época e se estabeleceu próximo a um capão de pessegueiros do tempo dos jesuítas, conhecido como Durasnal Pequeno. Começava nas proximidades da atual Subestação de Energia Elétrica da RGE.

Fig. 131: Bento Muniz Portela.

Contam que Bento Muniz Portella (foto) era capataz da Fazenda da Reserva e teria manifestado o desejo de comprar parte de campo onde tinha sua morada. Carlos Prates de Castilhos concordou e cedeu-lhe 16 quadras, dizendo que lhe poderia pagar em serviços. Essa área incluiria o atual povoado e Bento Muniz Portela seria, portanto, seu primeiro morador e o Fundador do Portão. A maior parte dos povoadores do Portão descendem dele.

Também aí morou a família Maydana (Maidana). Ainda hoje se encontra, logo além do povoado, à margem esquerda da estrada, o cemitério dos Portellas e, adiante, do outro lado, o dos Maydanas.

Na localidade, que era uma divisa de campos, havia um antigo portão por onde, sem apear, passavam os cavaleiros. Ao redor dele começou a formar-se o pequeno núcleo habitacional, cujo primeiro nome foi “Portão Velho”, com o tempo simplificado para “Portão”.

Em 1913, surgiu a primeira escola do Portão (ainda chamado de Portão Velho. Em 16 de dezembro desse ano, foi nomeada sua primeira professora para reger essa Escola para meninos e meninas: Profª Leopoldina Becker. Ela teria sido substituída, em 13 de junho de 1917, pelo Prof. Benjamim Pesamosca que aí ficou até outubro de 1920. A escola era subvencionada pelo Estado.

Quando os moradores quiseram construir uma capela, não houve unanimidade quanto ao nome do padroeiro. Uns queriam Santa Clara de Assis e outros São Francisco de Salles. Em votação ganharam os primeiros. Em 15 de março de 1925, foi benta a pedra fundamental da Capela de Santa Clara de Assis, em terreno doado por Joaquim da Silva Portella e sua esposa.[99]

Fig. 132: Capela de Santa Clara de Assis.

Cerca da Capela de Santa Clara, do outro lado da estrada, foi construída, no começo de 1926, a Capela de São Francisco de Salles (foto), em terreno doado por Engrácio Martins Pereira da Silva. Ao redor de 1998, a ruína dessa capela (foto) foi demolida pelo Governo Municipal e os Salles abriram outra com o mesmo nome na localidade de Cerrito.

99. MONS. ANTÔNIO CORREA – "O Município de Júlio de Castilhos (anotações a sua história) – 1975 – Editora Rainha – Santa Maria, RS.

Em 1931, existia a "1ª Aula Pública do Portão" cuja professora era Nadyr Correa Pugliesi.

Em 1939 havia no Portão 28 casas e 140 habitantes.

Fig. 133: Capela São Francisco de Salles em sua inauguração, em 1926.

Fig. 133: Capela São Francisco de Salles em 1998.

Fig. 134: Escola Joaquim Portella

SÃO JOÃO DO BARRO PRETO

Em 1922, foi inaugurada por Bôrtolo Fogliato, a Charqueada São João, às margens da Estrada de Ferro, à cerca de dez quilômetros ao norte da cidade.

Ao longo da estrada de rodagem, paralela à ferrovia, começaram a surgir as casas dos operários, dando origem ao povoado.

Para servir a indústria, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul implantou ali a "Parada São João".

Em 1931, existia a 2ª Aula Pública do Município, cuja professora era Belmira Pimentel da Silva (Biloquinha).

Entre 1936 e 39, foi erigida na localidade uma capela sob o orago de São João Batista.[100] Com o novo traçado do leito da estrada de ferro Santa Maria a Cruz Alta, a capela, que ficaria a dez metros dos trilhos, foi indenizada e transformada em armazém da Parada. Em seguida, foi construída a atual Capela de São João Batista.(foto)

Existiu no lugar a Olaria Municipal.

O lugar chegou abrigar cerca de trezentas famílias. Em 1939, tinha 220 habitantes. Com o fechamento da Charqueada São José, outra charqueada próxima, em 1958, o povoado entrou em franca decadência.

Fig. 135: Capela de São João Batista / Fig. 136: Olaria Municipal

VAL DE SERRA

Fig. 137: Val de Serra.

Ficava num vale da região serrana que foi cortado pela Estrada de Ferro Santa Maria – Itararé, SP. Nele, foi inaugurada, em 20 de novembro de 1894, uma pequena estação que ficava entre a de Pinhal e a de Taquarembó. Chamava-se "Colônia" e este foi o primeiro nome do lugar.

100. MONS. ANTÔNIO CORREA – "A Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Júlio de Castilhos-RS" – 1980.

Um povoado iria formar-se ao longo da margem leste da ferrovia, pois por esta estação (foto) seria escoada a produção de batatinhas e cereais das colônias de Nova Palma, Linha Cinco e Silveira Martins (exportadas para Uruguaiana e Livramento) e nela eram carregados os trens de gado para os frigoríficos Armour (Livramento) e Swift (Rosário).

O desenvolvimento do florescente povoado, mais tarde chamado Val de Serra, foi tão grande que de 1901 a 1913 foi sede do 4° Distrito de Júlio de Castilhos. Em 13 de agosto de 1915 foi nomeado José Antônio de Pinto Ribas como seu subintendente, sendo exonerado em 28 de agosto de 1917.

O primeiro morador da região foi o Barão do Ibicuí, Guarda-mor Francisco de Paula e Silva (pai do famoso Firmino de Paula). Ele era dono da Fazenda do Pinhal, então proprietário de 148 quadras de sesmaria. Ele veio morar ali depois de inspecionar a construção da Estrada do Pinhal (rodovia), por onde passou a transitar quem ia de Santa Maria a Cruz Alta, deixando abandonada a única estrada que havia anteriormente, pela subida da picada de São Martinho. Mais uma razão que explica a importância de Val de Serra.

Em 28 de junho de 1919, foi inaugurada a Agência Postal de Val de Serra. A primeira Agente foi Maria Santa Schreiner, percebendo quarenta mil réis mensais. Em 5 de abril de 1922, foi substituída por Alcântara Alves Rodrigues, que ficou no cargo até 1947. Antes de 1919, o malote do correio era transportado por estafeta a cavalo vindo de Júlio de Castilhos.

Em 29 de setembro de 1919 foi criada uma Estação Telefônica em Val de Serra.

Em 30 de janeiro de 1927, foi inaugurada, pelo Bispo Ático Eusébio da Rocha, a Capela de São Manuel (64), construída por Ângelo Meneghetti em terreno doado por

Leopoldina Bastos, faziam parte da Comissão Construtora da Capela: Pe. Afonso Diehl, Izidro Kurtz, Manuel Bento de Souza, Oscar Albrecht, João Pipi e Hermenegildo Bastos. Em 1958, foi construída a Casa Canônica, inaugurada e benta pelo Mons. Humberto Busato.

Fig. 138: Val de Serra.

Em 1933, existiu entre Val de Serra e Taquarembó a Charqueada São Lourenço, de Agostinho Mariense de Campos.

Com a supressão da parada dos trens de carga em Val de Serra e a abertura de rodovias, começou a diminuir sua população.

O Decreto n° 52, de 27 de agosto de 1941, deu nome às primeiras ruas de Val de Serra:

"*A rua que atravessa o povoado em direção norte-sul, fica denominada Rua Assis Brasil. A rua que dá acesso à Rua Assis Brasil, em sentido leste-oeste, fica denominada Rua Padre Anchieta. A rua paralela a via férrea fica denominada Rua Dr. Pestana.*"

A Lei n° 748, de 2 de janeiro de 1979, oficializou o nome das ruas ratificando a denominação de Assis Brasil mas, modificando a de Rua Dr. Pestana para "Rua Augusto Pestana" e trocando o nome da Rua Padre Anchieta para "Rua Roque Gonzales".

DISTRITO DE SÃO JOÃO DOS MELLOS

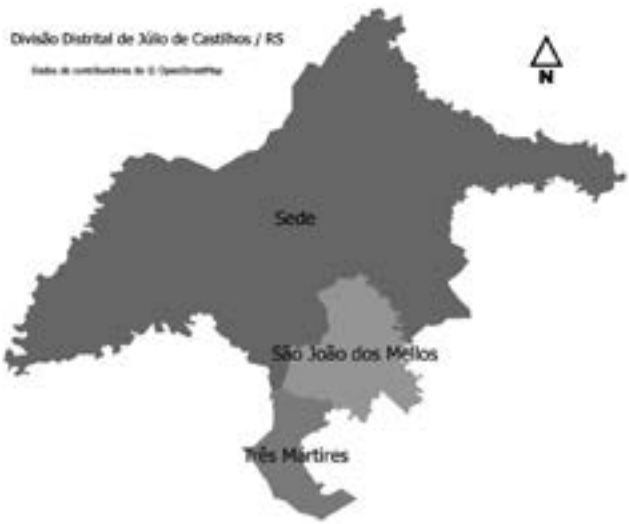


Fig. 139: Distritos.

O Distrito de São João dos Mellos foi criado pela Lei n° 1144, de 20 de junho de 1991, com sede no povoado de mesmo nome e com uma área superficial de 233,23 hectares.

O povoado de São João dos Mellos teve origem num campestre do antigo Rincão dos Mellos, situado no início da Serra Geral e fica a 36 quilômetros da cidade. Ali se desenvolveu uma pequena comunidade com cerca de quarenta famílias:

Em 1906, Arsênio Rigon vendeu terras a Serafim Redin.

Antes de 1913, já se estabeleceram aí, Francelino César dos Santos e Jango Américo. Nesse ano, chegou João Fernandes da Fonseca e Bôrtolo Prevedello.

Em 1914, os irmãos Luiz e Atílio Rigon compraram terras que confrontavam com Constâncio Porfírio do Nascimento, vulgo Cachimbo, que morava a um quilômetro do lugar.

Em 1915, teria vindo Manuel Fernandes da Fonseca.

Em 1919, já estavam no lugar os irmãos Otávio, Leonardo e Olivo Rigon, João Botton, Antônio Botega de Almeida, Bôrtolo Razia e José Bertoldo.

Em terreno doado por Serafim Redin, ao redor de 1915, os moradores do lugar construíram com madeira da região serrada a punho, uma bem pequena capela, a Capela de São João Batista. Não tinha forro e era coberta com tabuinhas lascadas. Os degraus de entrada eram toras de madeira falquejadas. Ao redor dessa capela foram se fixando os primeiros moradores e o povoado passou a ser conhecido como **São João dos Mellos**.

Fig. 140 (Esq.): São João dos Mellos - 1ª capela/1969. Fig. 141 (Dir.): Capela atual, de 1955.

Em 1929, foi construída em alvenaria, por João Zanon e outros moradores, uma segunda capela.

Com a madeira da antiga capelinha foi erguida uma casa para Noé Mello, o primeiro professor particular

do povoado, onde lecionaram depois Jango Frick e Altivo Costa. Numa dependência junto à escola, Altivo Costa teve a primeira "venda" do lugar.

Na década de 1950, os moradores estenderam a linha de energia elétrica da Usina Hidráulica de Nova Palma. A verba para a ligação de força e luz para São João dos Mellos foi conseguida pelo Dr. Ibes Castilhos Lopes.

Em 19 de novembro de 1955, a atual capela de São João Batista, construída por Baldisesera & Filhos, foi benta pelo Mons. Floriano Cornenunsi..

Dentro dos limites do Distrito de São João dos Mellos existem outros dois povoados: Santa Terezinha e Santo Antão.

SANTA TEREZINHA

Em 3 de fevereiro de 1872, Antônio de Mello Rego, o dono do Rincão dos Mellos, vendeu a Raphael de Oliveira Mello uma área de campo e matas conhecida como **Potreiro da Serra**. Essa fazenda, mais tarde, pertenceria a Salvador da Rosa Netto, um homem muito humanitário que preocupado com a saúde de seus vizinhos dava homeopatia e fazia benzeduras.

Fig. 142: Fazenda de Salvador da Rosa Netto.

Nesse povoado se estabeleceram, em 1916, Lourenço José Botega e sua esposa Josefina, com seu filho (Nenê) e José Botega e sua esposa Verônica Zancan. Vieram depois: Marcolino Mello, sua esposa Virgínia e seu filho Jango, João Mello casado com Jaci Mello e Francisco e Amália Coelho.

Em 1931, existia a 10ª Aula Pública do Município, cuja professora era Verônica Zancan Botega.

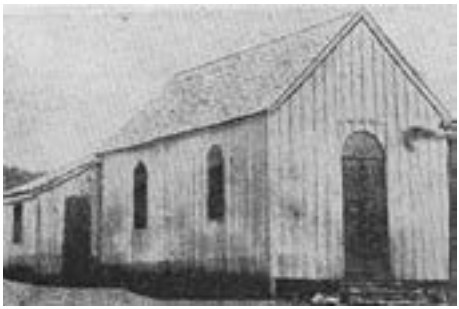


Fig. 142: Capela de Santa Terezinha.

Em 3 de outubro de 1933, dia de Santa Terezinha, foi inaugurada a primeira capela de madeira foto que servia, também como escola. Ficava do outro lado da estrada, depois de um renque de coqueiros. (Em frente à atual residência de Vandir Rosatto). A imagem da santa, benta na véspera, foi trazida em procissão da Fazenda de Salvador da Rosa Netto e, no dia seguinte, sua esposa Joaquina plantou uma figueira, hoje inexistente, junto à capela que a ultrapassou em altura. Dentro do templo, havia bancos e carteiras escolares para dezenas de alunos.

Em 1939, chegou o agricultor Justo Marcos Rossato, casado com Corinta Rogia,

Antes deles, havia, um carroceiro chamado Luiz Rodrigues que trazia produtos para vender no Potreiro da Serra até que veio em 1954, a primeira venda, de João Moro: um casarão de madeira que vendia secos e molhados, confecções, calçados, insumos e comprava trigo, frutas, etc.. Essa casa de negócio, bem sortida para a época, foi vendida a Marcos Rossato.

Não se sabe, ao certo, quando Potreiro da Serra passou a ser chamado de **Santa Terezinha**. Parece que o

povo não gostando muito do primeiro nome do povoado, usou o nome da padroeira da capela, denominação que permanece até os dias de hoje.

Entre as primeiras professoras do lugar estavam também: Deoclécia Coelho Botton e Sabina Zancan e, em 1956, a professora da capela-escola era Marina Ilha da Rosa.

Fig. 143: Capela de Santa Terezinha - Atual.

Em 25 de dezembro de 1961, foi inaugurado o prédio da Escola Rural Isolada construído pelo CNEA.

Em 3 de outubro de 1964, foi inaugurada a atual capela de Santa Terezinha. Salvador da Rosa Netto forneceu as pedras tiradas de um cerro. Ele mandou construir carretões de madeira para o transporte e deu também as juntas de bois. Os construtores eram de Ivorá, da família Dal Bo. Eles tiravam as pedras e emparelhavam-nas.

Em 1973, foi inaugurado o prédio de material do Grupo Escolar Gisberto Moro, homenageando um grande líder no desenvolvimento do povoado.

Em 1976, a energia elétrica chegou a Santa Terezinha, vinda de 40 km de distância. A verba para a ligação de força e luz para Santa Terezinha foi conseguida pelo Dr. Ibes Castilhos Lopes.

Fig. 144: Cerro das Pedras Brancas.

Um ponto turístico de Santa Terezinha é a Cascata das Pedras Brancas Próximo da qual morou e faleceu com mais de 100 anos, Victalino Goularte, um antigo peão da Fazenda de Raphael de Oliveira Mello.

SANTO ANTÃO

Fig. 145: Nenê e Nena Mello.

Ainda, dentro do Distrito de São João dos Mellos está a comunidade de Santo Antão, formada ao redor da Capela de Santo Antão.

Seu primeiro morador foi Pedro da Mota Mello (Nenê Mello) e sua esposa Honorina Perdomo (Nena).

Fig. 146: Santo Antão.

A primeira capela (foto) foi benta e inaugurada em 25 de fevereiro de 1940, construída em terreno doado pelo casal Pedro Caetano da Silva. Era toda de madeira com paredes duplas, pintada a óleo interna e externamente. Tinha 15m de comprimento, 7 de largura e 5,30 de altura. Ótima capela que servia também como a escola onde lecionou a professora Lídia Rosa. Em 1943, o povoado tinha 256 habitantes, com 56 famílias. Contam que os moradores de Santo Antão tiveram que declarar guerra aos pica-paus-do-campo que furavam as paredes para fazerem seus ninhos! A capela de madeira permaneceu até 1970.

Em 1972, foi inaugurada a capela de alvenaria, benta pelo Bispo Dom Érico Ferrari, que veio de Santa Maria de helicóptero.

Em 1979, foi inaugurado o Pavilhão de Festas do povoado.

DISTRITO DE TRÊS MÁRTIRES

Fig.147: Mariano de Freitas.

O Distrito de Três Mártires foi criado pela Lei n° 1145 de 20 de junho de 1991, com sede no povoado de mesmo nome. Tinha uma área superficial de 71,20 hectares. O primeiro nome do lugar foi **Rincão da Lagoa** e seu primeiro morador foi Mariano de Freitas (foto) casado com Anália Winkler, "*Homem de espírito cavalheiresco e hospitaleiro que desde o início do século aí se instalou com um bolicho para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, serviria para os cavaleiros, tropeiros e carreteiros fazerem suas provisões.*[101]

A primeira moradia dessa região, também chamada "Campinho da Lagoa", foi a "casa branca", que servia de pouso para tropeiros que demandavam Santa Maria e Cachoeira.

Sabe-se que, em 1931, na 12ª Aula Pública do Município, em Rincão da Lagoa, era professora Inocência Moreira.

Depois de Mariano Freitas, apareceram no lugar os agricultores João Rigo, José Brondani e João Oliveira.

Rincão da Lagoa começou a ser conhecido como **Três Mártires** em 1941, após a construção da capela, iniciada em 27 de outubro de 1940. O povoado desenvolveu-se ao redor da Capela dos Três Bem-Aventurados Mártires Rio-Grandenses. Ela ficava no último lote da Colônia Nova, (desmembrada da Fazenda do Pinhal), em terreno doado à Mitra Diocesana pelo casal Dr. Júlio Mascarenhas de Souza. A capela foi projetada por João Laptiz, construída por Olinto Louro e custou 50.000 cruzeiros. Suas torres tem a altura de 23 metros. A Comissão de Obras era com-

101. SEVERINO BELINASO – "Ivorá 100 Anos de História" – Editora Pallotti - 1985.

posta por João e Vicente Mafini, José Antônio Brondani, Mariano Freitas, João Anversa e João Nicoloso. Ela é dedicada aos "Três Bem-Aventurados Mártires": Roque González de Santa Cruz, Affonso Rodríguez e João del Castillo, falecidos em território missioneiro. Foi benta, em 11 de janeiro de 1942, pelo bispo Dom Antônio Reis.

Três Mártir possui luz elétrica desde dezembro de 1968. Um telefone começou a funcionar em 1984 e, no ano seguinte, foi inaugurado o Centro Telefônico, com 20 aparelhos.

No lugar denominado Encruzilhada, próximo à confluência das estradas Val de Serra Ivorá (RS 348) e Três Mártires (RS 450), está se formando outro núcleo demográfico cujos primeiros moradores foram Ângelo Cerezer (1962), David Humberto Piccinin e Waldomiro Scolari (ambos em 1963).

Fig. 148: Igreja de Três Mártires. Foto de Firmino C.

CAPÍTULO IX

EDUCAÇÃO

A PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE

A regente dessa escola foi a primeira professora pública de Júlio de Castilhos.

"Palácio do Governo de Porto Alegre, 9 de abril de 1877

O Vice-Presidente da Província, de conformidade com a proposta da Diretoria Geral de Instrução Pública, em seu ofício n° 98 , de 3 do corrente, resolveu nomear a D. Maria Rita da Fonseca Paim, que se acha habilitada nas matérias do 1° ano do curso da Escola Normal, para reger a cadeira da Freguesia do Povo Novo, Distrito de São Martinho.

Deus guarde V.S.

ass.) João Diniz de Castro."

O currículo do 1º ano da Escola Normal era: Leitura, Regras de Caligrafia, História Sagrada da Igreja e Análise Gramatical. Elementos de Geografia Política e Física e Desenho Linear.

Fig. 149: Profª. Maria Rita.

A Câmara de São Martinho comunicou a posse da Profª Maria Rita da Fonseca Paim na regência da cadeira da Aula Pública do Sexo Feminino, no dia 1° de junho de 1887 "no lugar outrora denominado Povo Novo e hoje Villa Rica"[102].

Essa escola, com frequência média de 16 alunas, seria uma das duas únicas no

102. LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO – Sessão de 12.6.1877 pg. 24. – Acervo de Rubens Augusto Pedrazzi em São Martinho da Serra.

vasto Município de São Martinho, para a qual a Profª Maria Rita, com 21anos, solicitava à Câmara "os necessários livros, papéis, tinta, penas e todos os acessórios indispensáveis ao ensino primário.

A **Profª Maria Rita da Fonseca Paim** nasceu em Gravataí em 26 de julho de 1856 e faleceu em Júlio de Castilhos, em 29 de novembro de 1933. Era filha de Alexandre Paim de Souza e de Maria José da Fonseca Paim. Casou, em 29 de janeiro de 1879, com seu conterrâneo Ernesto de Oliveira e Silva, passando a assinar: Maria Rita da Fonseca e Silva. (Essa fotografia é de 2 de dezembro de 1919).

Em 9 de outubro de 1907, ela foi designada para a 5ª Escola de Val de Serra, voltando a lecionar na Vila de Júlio de Castilhos como professora da 2ª Escola do Sexo Feminino.

Foi aposentada quando contava 30 anos e dez meses de efetivo serviço público e estar inválida de modo permanente.

A aula da Profª Maria Rita funcionou na esquina sudoeste da Rua XV de Novembro com a General Moura e na Rua Cel. Serafim nº 275.

A 2ª ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE

Em 25 de maio de 1884, a Diretoria Geral da Instrução Pública, por ordem do Presidente da Província, autorizou a Câmara de São Martinho "*a contratar o cidadão Affonso Pedro de Barcellos para reger a 2ª Cadeira do Sexo Masculino na Freguesia do Povo Novo, com a aprovação nas matérias do 2° ano da Escola Normal*".

Prof. Affonso Pedro de Barcellos

Foi o segundo professor público de Júlio de Castilhos. Empossado em 5 de agosto de 1884 e efetivado no

cargo em 16 de abril de 1890, "*com um ordenado anual de 880$000, além de 120$000 para aluguel e 36$000 de asseio*" (limpeza da escola).

Em 4 de agosto de 1892, descontente, ele pede exoneração do cargo "*por redução de ordenados e indiferença do Governo*".

Em 1898, já lecionava na Escola do Ivaí.

Prof. Bento Cunha

Bento Cunha seria o terceiro professor público do Município. Veio para a 2ª Cadeira do Sexo Masculino e teve seu contrato rescindido em 3 de junho de 1887.

Em 17 de março de 1888 foi feito, pelos moradores da freguesia um abaixo assinado, dirigido à Câmara de São Martinho, pedindo para reintegrá-lo ao cargo. (*)

(*) Documento xerografado, recolhido por Francisco Salles, onde constam o nome dos alunos e seus responsáveis (reproduzido na primeira edição desta obra). Entre eles o nome de Lahyre Bastos, um futuro intendente.

Nele, afirmavam que o professor "*sempre portou-se convenientemente, com moralidade no desempenho da séria e importante missão de preceptor e educador da juventude. Tem sido assíduo e diligente no cumprimento de seus deveres, tendo sabido captar a estima e confiança de seus alunos...*". Julgavam a demissão "sem motivos justificados senão por mera indisposição" do Diretor de Instrução Pública da Província, pelo fato do professor "*ter reclamado fornecimento de móveis e utensílio de sua aula*".

Provavelmente, ele teria sido reconduzido ao cargo, pois se sabe que em 1901 teria partido para Bagé.

Profª Elisa Graciana de Miranda Soares

Em **1890**, uma lei provincial criou "*na Vila Rica uma Cadeira do Sexo Feminino, onde existe sem instrução um grande número de crianças*". Para regê-la, veio de São Martinho a Profª Elisa Soares. Seria a segunda professora de aula pública para alunos do sexo feminino e o quarto professor do Município.

Fig. 150: Nessa fotografia, de 1905, tirada na plataforma da Estação Férrea, está com ela e a futura Diretora Profª Rosália Tognotti (D. Laia).

A Profª Elisa Graciana de Miranda nasceu na Bahia, em 1861 e faleceu em Bagé, em 21 de julho de 1915. Era filha de Francisco Pereira de Miranda (adjunto do Promotor de Santa Maria no termo de São Martinho) e casou com João Oliveira Soares.

Em 1879, começou a lecionar em São Martinho onde, em 1888, a Câmara atesta[103] que "*sempre desempenhou o cargo com honestidade, inteligência e reconhecido zelo, tornando-se por isto digna da consideração pública*".

Prof. Bello de Oliveira Mello

Em 5 de agosto de 1893, vindo de Jary, ele assumiu a 1ª Escola Pública do Sexo Masculino de Vila Rica.

---

103. LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO – Sessão de 12.6.1877 pg. 24. – Acervo de Rubens Augusto Pedrazzi em São Martinho da Serra.

ESCOLAS PÚBLICAS DE 1898 A 1908

Pesquisa de Francisco Salles

Fig. 151: Inocêncio Garcia.

Em fevereiro de 1898, o Prof. Innocêncio Perciliano Garcia (foto) foi removido de Vila Rica para São Martinho. (66) Nesse ano, a Escola Pública (masculina) estaria provida pelo Prof. Bento Cunha ou Bello de Oliveira Mello.
De 1899 a 1903, essa escola era regida pelo Prof. Innocêncio Perciliano Garcia. foto Ainda, em 1903, teria sido regida pelo Prof. Arnaldo Freitas.

De 1904 a 1905, pelo Prof. Alfredo Luiz Esteves, ficando vaga em 1906.

A 2ª Escola Pública do Sexo Feminino, de 1898 a 1906, foi regida pela Profª Elisa Graciana de Miranda Soares.

EXAMES FINAIS NAS ANTIGAS ESCOLAS

Nessas primeiras escolas públicas de Vila Rica, os exames finais eram acontecimentos festivos e merecem serem descritos com detalhes. O interessante sistema foi seguido por várias décadas. Servirá de exemplo o exame final da aula feminina regida pela Profª Elisa Graciana de Miranda Soares:[104]

A Banca Examinadora era formada pelas pessoas mais capacitadas da comunidade. Nesse ano, foi presidida por Mariano Pereira de Barros e composta por Manoel Cezar do Nascimento e Onésimo Pereira dos Santos, dois ilustres advogados.

As matérias examinadas foram Caligrafia, Português, Aritmética, Geometria, Geografia e História do Brasil e História Rio-Grandense.

104. A CONVENÇÃO – Ano I n° 17 – 1901 – Coleção do Autor.

O exame era público. Realizado com salas repletas pelas famílias dos alunos e autoridades convidadas. Após os exames, usou da palavra Onésimo Pereira dos Santos "*enaltecendo em frases economiásticas a dedicação extrema com que sempre se conduziu na direção das aulas a ilustre Profª Dona Elisa Soares*". Antônio Pereira dos Santos, representante do jornal A Convecção "em patriótico discurso apreciou a reorganização da Instrução Pública Rio-Grandense, tão sabiamente praticada pelo talento possante de Júlio Prates de Castilhos".

"*Também proferiram alocuções as alunas Stella Barros e Idalina Onófrio, saudando o Presidente do Conselho Distrital, Mj. Pantaleão Pinto de Souza, a quem ofereceram lindos buquês e Carimela Pugliese, saudando os membros da Comissão Examinadora*".

No encerramento de congratulações "*a digna professora, generosamente, obsequiou a todos os presentes oferecendo excelente licor e finos doces*". Sendo que "à noite houve animado baile no Clube Félix da Cunha".

SOCIEDADE DE ANIMAÇÃO À INSTRUÇÃO

Fig. 152: Animação a Instrução.

A comunidade castilhense começou, muito cedo, a se conscientizar de que as soluções dos problemas educacionais da Vila não poderiam ficar restritos ao poder público.

Já, em 29 de abril de 1917, foi fundada a primeira sociedade de educação e ensino chamada Sociedade de Animação à Instrução.

Tinha como objetivo único "*propugnar pela fundação de um ou*

mais estabelecimentos de ensino em que se ministre instrução à infância".[105]

Sua primeira Diretoria ficou constituída pelo Dr. José Alves Valença (Presidente), Dr. Moliano Álvaro Crespo (Vice-Presidente), Dr. Vicente de Paula Dutra (1°Secretário), João Carlos Waihrich (2° Secretário) e José Moreira Machado (Tesoureiro).

Em 1918, havia na Vila de Júlio de Castilhos apenas a aula masculina do Prof. Ângelo Didonet, que funcionava nos fundos da Intendência Municipal, na esquina abaixo do Centro Cultural.

Os rapazes que completavam o curso primário poderiam estudar também, no Posto da Estação Zootécnica onde funcionava em regime de internato, o Patronato de Menores, onde eram ministradas instrução e noções de agricultura. Nele, além do ensino prático de agronomia e veterinária, eram estudadas as matérias que preparavam os alunos para exame na Escola de Agronomia de Porto Alegre. As meninas, no entanto, não tinham nenhuma opção para continuar seus estudos depois das escolas públicas. Razão pela qual a Sociedade de Animação à Instrução se reuniu para providenciar a criação de um colégio feminino.

COLÉGIO SÃO JOSÉ

Fig.153: Madre Aleixa.

O resultado apareceria no ano seguinte, com a fundação, em 19 de março de 1919, do primeiro colégio particular de Júlio de Castilhos: o Colégio São José. Ele era atendido pelas Irmãs do Puríssimo Coração de Jesus, cuja primeira Diretora foi a Madre Aleixa do Divino Cordeiro(foto) e foram professoras, a Irmã Zenaide e a Irmã Benta.

105. CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE JÚLIO DE CASTILHOS – Livro n° 1 de Registro de Sociedade Civis.

O Colégio funcionava na esquina da atual Escola Maria Rainha, num prédio alugado, de João Pedro Zavagna. Nele estudou, com cinco anos de idade, Tarso de Morais Dutra que, em 1967, seria Ministro da Educação da República.

Fig. 154: Colégio Elementar.

Em 1921, a esquina foi comprada pela Sociedade de Animação à Instrução, por 25 contos de réis. Foram gastos mais 10 contos na reforma e entregue àquela ordem. Para efetuar essa compra, a comunidade subscreveu cotas de cem mil réis, cujo empréstimo, sem juros, seria devolvido aos subscritores.

A média de frequência do Colégio São José era, em 1921, de 92 alunas.

GRUPO ESCOLAR

Em 17 de junho de 1924, o Governo do Estado instituiu "*um Grupo Escolar na Vila de Júlio de Castilhos*". Esse foi **o primeiro Grupo Escolar** da sede do município, inaugurado em 20 de julho de 1924.

Funcionava na residência do Prof. Ângelo Didonet,- foto que foi seu primeiro Diretor. Em seguida, essa escola foi transferida para os edifícios do antigo Posto Zootécnico (atual Centro Social). A criação desse colégio deveu-se,

principalmente, ao interesse do então Presidente do Conselho Escolar da Vila, Manoel César do Nascimento. Foi ele quem sugeriu a sua primeira denominação: "Grupo Escolar Protásio Alves".

Fig. 155 (Esquerda): Manuel Cesar do Nascimento. Fig. 156 (Direita): Grupo Escolar.

As aulas começaram a funcionar em 15 de setembro de 1924, com 275 alunos divididos em três classes. A frequência era muito prejudicada no inverno pela distância da escola ao centro da Vila e pela precariedade das ruas, sem calçamento.

Foram seus professores, além do Diretor Ângelo Didonet, Maria da Gloria Rocha (Dona Pequena/foto) e Maria F. de Morais Lima.

Fig. 157: D. Pequena.

Já, em março de 1925, o Grupo Escolar foi transferido para o centro da Vila, funcionando nos fundos do prédio da esquina abaixo do Centro Cultural.

Nesse ano, faziam parte do corpo docente: Maria Lage (Aula Preparatória), Antonina Pereira dos Santos (1° ano), Maria Abreu de Lima (2° ano), Maria da Glória Rocha Pereira dos Santos (2° e 3°) e João Didonet Netto, seu segundo Diretor (desde 1925)(foto). Nesse mesmo ano, foi enriquecido com Luiza Silveira Neto e Rosália Tognotti (Dona Laia)

Fig. 158: Na foto: João Didonet Netto, Antonina Pereira, Aida Pereira, Julieta Fumagalli, Carula Hollweg, (?), Horácia Carbone, (?), Brombilla Vieira, o último Homero Cavalheiro. Sentados: Maria Helena Socal, Sally Soares, Iracema Edler, Édela Hausen, Jacyra Edler, (?), João Ortiz, (?), Dastro Dutra, (?) e Leonidas Didonet.

Com a extinção do Colégio São José, esse Grupo Escolar passa a funcionar na antiga casa cedida pela Sociedade de Animação à Instrução. (local esquina Escola Maria Rainha).

Fig. 159: Maria Rainha.

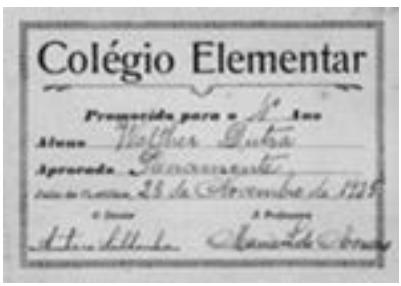
Lucinda Medeiros (irmã de Borges de Medeiros) foi a terceira Diretora do G.E. Protásio Alves. Ondina Quadros foi a quarta, sendo substituída interinamente por Maria Lage Moraes e Dolores Arleu Paulino. O quinto Diretor foi Antero Saldanha, nomeado em 1930.

COLÉGIO ELEMENTAR

Fig. 160: Colégio Elementar.

Em 15 de janeiro de 1926, o Grupo Escolar Protásio Alves foi elevado à categoria de Colégio Elementar.

Para a construção de um prédio próprio, o Estado exigiu um terreno de 10.000m2 e a Municipalidade adquiriu-o em 1929. Parte foi comprado da Sociedade de Animação a Instrução e outra área de Raphael de Mello F°. Foram pagos, por ambos, a quantia de vinte e três contos e trezentos mil réis, na moeda da época.



Colégio Elementar

Promovido para o 1º Ano

Aluno

Aprovado

Fig. 161: Colégio Elementar - documento de aluno.

A obra do edifício foi iniciada em 1934 e concluída em 1935. A construção foi determinada pelo Secretário do Interior do Estado, Dr. João Carlos Machado, que foi homenageado dando nome à rua em frente ao Colégio, aberta nesse ano.

É provável que a inauguração tenha se realizado ainda nesse ano. O certo é, que em 1936 o Colégio Elementar já estava no “edifício novo” e seu Diretor era Antero Saldanha, cargo que exerceria até 1938.

Na época, o prédio tinha, no andar inferior, quatro salas de aula, a Secretaria e a cozinha (com um quarto e sala). A Secretaria ficava depois do vestíbulo, no fundo, tendo em ambos os lados sete sanitários: três, à esquerda, para meninas e quatro, à direita, para os meninos. Ocupando toda a parte à direita do prédio, havia um espaço para um Auditório. (atual Sala dos Professores)

No andar superior, tinha sete salas de aula, a sala da Biblioteca e (acima da Secretaria) uma sala para o Gabinete Dentário. Em ambos os lados, mais sete sanitários.

A fachada desse prédio está hoje tombada pelo Município.

Depois de Antero Saldanha, sucederam-se várias direções. Em 1948, assumiu Rosália Tognotti até 1958. Em sua gestão o colégio foi equipado com móveis de estilo que, ainda hoje, ornamentam seu Salão Nobre(Doados pelo Fórum), além de um piano.

Em 3 de janeiro de 1958, o Grupo Escolar da Sede, como então era chamado, passou a denominar-se "Grupo Escolar Senador Alberto Pasqualini".

Fig. 162: Capela dos Alvarengas e Escola Maria Rainha.

ESCOLA MARIA RAÍNHA

A Escola de Ensino Fundamental Maria Rainha teve início em 1° de março de 1936, com quatro Irmãs de

Notre Dame vindas de Passo Fundo, tendo como primeira Diretora a Irmã Maria Norbertina.

Inicialmente funcionou nesse prédio antigo, com 107 alunos, sendo 4 alunas internas.

Em março de 1954, foi criada a Escola Normal Regional com habilitação ao Magistério, em março de 1969, o Curso Ginasial.

Em 19 de maio de l974, foi inaugurada a nova ala que ampliou a escola. Infelizmente, a falta de sensibilidade do arquiteto da Olienge de Santa Maria retirou do projeto a Ermida dos Alvarengas, deixando em seu lugar apenas uma cruz-de-Cristo na fachada.

Fig. 163: E.E. Dolores Paulino.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU DOLORES PAULINO

Inicialmente tinha a denominação de Grupo Escolar da Cidade e funcionava em um prédio de madeira foto com duas peças. A escola começou a funcionar em 2 de abril de 1958. As duas peças eram divididas por quadros-negros e armários. Num lado do lecionava a Diretora e do outro a professora Bernadete Culau Waihrich. Tinha 11 alunos ao todo.

Sua primeira Diretora, por 27 anos, foi Berenice Scherer Hausen. Em agosto de 1990 foi concluída a construção em alvenaria, já denominada de Escola Estadual de 1º Grau Dolores Paulino. Tinha então sete aulas.

Fig. 164: Dolores Paulino - Placa.

O nome homenageava a Profª Dolores Moreira Paulino. nascida em 16.4.1901, filha de Francisco Moreira e Pilar Calvino Moreira que casou em 10.12.1923 com Salvador Paulino, nascido em 24.5.1894.

AULAS PARTICULARES

A primeira aula, particular que se tem notícia foi a da Profª Carolina Miller Welington, que lecionou na Fazenda da Reserva os filhos de Francisco Ferreira Castilhos e Carolina Prates de Castilhos. Júlio Prates de Castilhos foi seu aluno a partir do inverno de 1865.

Na Fazenda do Coqueiro, o Prof. Carlos Alfredo Symour lecionava os filhos de Balbino Manoel Francisco de Souza. (Ambos, foram assassinados em São Martinho, em 1893).

Em 1908, havia a aula do Prof. Joaquim Piquet Belmonte, que até 1920, pelo menos, estaria em atividade.

Em 1910, existia a Aula Particular da Profª Maria José de Mello Ribas (Dona Dedé) funcionando.

Fig. 165: Dona Dedé.

Em 31 de agosto de 1910, existia a escola particular do sexo feminino da Profª Carimela Pugliese, na Travessa Camilo Mello.

Em 1911, funcionou na Casa Paroquial a Escola Particular do Pe. Timóteo Hackchetal. Era regida pelo Prof. Otto Franck, que ganhava 600 mil réis por ano.

Em 1914, lecionou na Vila o Prof. Aristides Leffeu Barreto.

Em 1916, o Prof. Ângelo Didonet, abriu uma escola particular diurna e noturna em sua residência, que funcionava ainda em 1926.

Em 27 de julho de 1925, o Prof. Luiz Egano fundou o Colégio Paroquial.

Em 15 de fevereiro de 1926, existia a aula da Profª Maria Soares Belmonte (Dona Mariquinhas, esposa do Prof. Joaquim Piquet Belmonte).

Em fevereiro de 1926, o jornal O Popular anunciava que funcionaria à noite um Curso Preparatório, no Grupo Escolar. O curso prepararia alunos para ingressar nas "academias" e se comprometia a acompanha-los mesmo para inscrição em Santa Maria e Porto Alegre. Seu Corpo Docente era o seguinte: Eng° Luiz Gomes de Araújo (Matemática e Desenho), Dr. Vicente Dutra (Física e História Natural), Dr. Alfredo Silveira Neto (Química), Dr. Viriato Dutra (História Universal). Dr. João Silveira Neto (Francês), Pe. Afonso Diehl (Alemão), Prof. Luiz Egano (Português, Latim, Inglês e Italiano), Prof. João Didonet Neto (Geografia), Prof. Ângelo Didonet (Coreografia do Brasil) e Dr. Afonso de Moraes (História do Brasil).

Em 1° de maio de 1926, o mesmo jornal fala em outro "Curso de Ensino Secundário e Comercial", iniciativa da União de Moços Católicos.

Em 1943, havia o "Curso de Preparação para Admissão ao Ginásio" ministrado pelo Prof. Pascoalino Côlvero.

Ao redor de 1960, exercendo exclusivamente o magistério particular (após aposentada pelo Estado), a Profª Dolores Arleu Paulino dava aulas particulares que eram ministradas em sua residência.

GINÁSIO NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO

Foi o primeiro colégio de ensino médio do Município. Inaugurado em 19 de abril de 1941[106], seu Diretor era o Prof. Henrique Frederico Hostyn, um belga formado pela Academia de Paris e registrado no Departamento Nacional do Ensino. Trazido pelo Prefeito Aristides Gomes, veio de São Gabriel onde fundara um idêntico estabelecimento.

No primeiro ano, funcionaram apenas três classes do Curso Primário, para crianças de 7 a 9 anos, e um Curso de Admissão ao Ginásio (exame feito no Colégio Santa Maria). O regime era de Internato, Semi-Internato e Externato.

Fig. 166: Ginasial - Corpo Docente.

Em 1942 funcionou o 1° Ginasial e, à noite, uma aula de preparação ao ginásio (Artigo 100), somente para adultos. O Corpo Docente (foto) era formado Danilo Caiaf (Ginástica), Pascoalino Côlvero, Henrique Frederico Hostyn e sua esposa, Hercília Hostyn. Além de Arabela de Almeida Gomes.

106. CORREIO DO ESTADO – Jornal de Júlio de Castilhos – N° 148 (Acervo do autor).

O colégio teve efêmera duração. Funcionava nos prédios do atual Centro Social e, devido à distância do centro, havia um ônibus que transportava os alunos.

O Ginásio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro tinha uma primorosa organização e possuía fardamento completo: calça e túnica brim-caqui, cinturão e quepe. Destacava-se nas festividades da Semana da Pátria, com espadas e bandeiras, acompanhado com Banda Marcial própria.

Fig. 167: Desfile Semana da Pátria.

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E ENSINO

Foi fundada a partir de uma "Comissão Pró-Ginásio" composta por Antônio Victor Langone, Wilson de Oliveira Campos, Solon Appel da Costa, Antão Ayres de Mello e Mário Villamil de Vargas.

A comissão conseguiu a anuência de 68 pessoas, que foram reunidas, no Fórum local, sob a orientação do Dr. Antônio Augusto Uflacker. Já com a finalidade definida, a de fundar um estabelecimento de ensino secundário e construir para tal um edifício próprio.

Foi então, fundada, em 17 de junho de 1949, a "Sociedade de Educação e Ensino", cuja primeira Diretoria era a seguinte:[107]

107. CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE JÚLIO DE CASTILHOS – Livro n° 1 de Registro de Sociedade Civis.

Presidente: Dr. Antônio Augusto Uflacker, 1°Vice--Presidente - Miguel Waihrich F°, 2° Vice-Presidente - Luiz Broggini, 3° Vice-Presidente - José Hausen Mothci, 1° Secretário – Antônio Carlos Pimenta, 2° Secretário – Solon Appel da Costa, 1° Tesoureiro – Doracy Edil Hausen, 2° Tesoureiro – Mário Villamil de Vargas. Conselho Fiscal – Dr. Álvaro Guimarães, Félix Maria Fernandez F° e José Maurício de Campos. Conselho Técnico Consultivo – Ricardo Reginatto, Dr. Nilton Machado Monteiro, Antônio Victor Langone, Dr. Flory Azevedo, Antão Ayres de Mello, Dr. Sul Brasil de Azevedo, Aramys Castilhos Lopes, Dr. Arlindo Pereira dos Santos, Novembrino Loureiro, Euclides Barcellos da Rocha, Wilson Campos, Pedro Antônio Machado, Mons. Umberto Busato, José Gentil Grandene, David Dalcin e Lindolfo Alves Bueno.

GINÁSIO CASTILHENSE

Fig. 167: Ginásio Castilhense - 1957.

Em 18 de outubro de 1949, o então Governador Walter Jobim doou a Sociedade de Educação e Ensino uma área de 8,94 hectares, situada à Rua Oswaldo Aranha, para a construção de um estabelecimento de ensino secundário.

Em 28 de março de 1950, ele foi instalado, provisoriamente, no Grupo Escolar Sen. Alberto Pasqualini. Em

11 de abril, tiveram início as aulas do Curso de Admissão e 1ª Série.

Em 1950, o Deputado castilhense, Dr. Tarso Dutra, trouxe a importância de 500 mil cruzeiros para as obras do colégio, iniciadas em 5 de março de 1950, pela firma Pedro Bay & Cia..

Em 7 de março de 1957, foi inaugurado o novo prédio (foto/ Fig.167), com aula inaugural proferida pelo Diretor Ernesto Galvan.

Com o Decreto Estadual n° 1.781, de 26 de janeiro de 1951, graças aos esforços do mesmo deputado, foi o estabelecimento encampado pelo Estado com o nome de Ginásio Castilhense.

Seu primeiro Corpo Docente foi o seguinte:

Diretor – Leão Warren. Professores – Célia Brasil Sarmento (Português e Canto Orfeônico), Dr. Walter Hugo Biavaschi (Matemática), Leão Warren (Francês, Desenho e Religião), Letícia Pasqualini (Geografia), Elba Dutra Bay (Latim), Hugo Martins (História Geral), Erica Augusta Vaskc (Trabalhos Manuais) e Ten. Alcides Nunes Ferreira (Educação Física). Em 1953, o Dep. Tarso Dutra vem a Júlio de Castilhos para paraninfar a Primeira Turma de Formandos dessa escola.

O Ato n° 12/60, de abril de 1960, da Inspetoria Seccional de Santa Maria, do Ministério de Educação e Cultura foi alterado o nome da escola para **Ginásio Estadual Castilhense.**

O Decreto n° 13.801, de 11 de julho de 1962, o Ginásio Estadual Castilhense é transformado em **Colégio Estadual Castilhense**.

Em 14 de março de 1963, foi iniciado o Curso Científico (2°grau), conseguido com a atuação conjunta da Sociedade de Educação e Ensino e o Lyons Clube de Júlio de Castilhos, sendo instalado oficialmente em 27 de abril.

Entre os novos professores estavam o Dr. Carlos Roberto Barros Lopes (Física), o Dr. Solon Morisso de Lemos (Biologia) e o Dr. Firmino Chagas Costa (Química).

Em 1975, o Colégio sofreu um desmembramento e retomou o antigo nome: **Ginásio Estadual Castilhense**.

Pelo Decreto n° 20.039, de 11 de dezembro de 1978, em decorrência da Reforma do Ensino, a escola foi reorganizada e teve sua denominação alterada para: **Escola Estadual Dr. Júlio Prates de Castilhos** – 5ª a 8ª Série.

Em 1980, foi autorizado o funcionamento da Classe Especial para Deficientes Auditivos, com uma aparelhagem moderna de alto custo doada pelo Rotary Clube Castilhense e a Casa da Amizade.

Pelo Decreto n° 30.082, de 24 de fevereiro de 1981, a Sociedade de Educação e Ensino fez doação ao Estado de uma área de 6,33 hectares onde se achava localizada o prédio da Escola.

Finalmente, em 1982, a escola passou a denominar-se: **Escola Estadual de 1° Grau Dr. Júlio Prates de Castilhos.**

Foram seus antigos Diretores: Leão Warren, Ernesto Galvan, Maria Arabela de Almeida Gomes, Célia Brasil Sarmento, Dr. Harro Ramon Scharlau, Ida Luz Della Mea, Gilka Machado Ribas, Maria Arabela de Almeida Gomes, Elza Honorina Cocco Dalcin, Marlei Nobre Rodrigues de Almeida, Ana Benfica Rubin, Jussara Canfield Finamor, Araré da Silva Brum, Mavys Maria Bastos Costa e Tânia Mara Gato Rodrigues.

ESCOLA NORMAL JÚLIO PRATES DE CASTILHOS

Foi criada pelo Governo do Estado, pelo Decreto n° 13.216 de 23 de fevereiro de 1962, por iniciativa da Sociedade de Educação e Ensino e apoio das autoridades municipais.

Sua primeira denominação foi "Escola Normal de Grau Colegial" e funcionava anexa ao Colégio Estadual Castilhense.

Em 15 de abril de 1962, foi instituído o Curso Primário de Aplicação (1° a 5° ano) com alunos cedidos pelo G.E. Sen. Alberto Pasqualini.

ESCOLA VICENTE DUTRA

Em 1959, numa visita à sua terra natal, o Deputado Federal Tarso Dutra trouxe a planta para uma escola rural. Numa próxima visita, trouxe a vultosa quantia de 5 milhões de cruzeiros. Mais tarde, o patrimônio situado em um terreno de 40.000m2 (*) foi doado ao Estado. Teve então início a construção dos prédios que ficaram prontos em 1969.

(*) Em 24.1.1957, essa mesma área foi doada, através do Vereador Francisco Mascarenhas de Souza, Presidente da Câmara, para a construção de quartéis da 3ª Divisão de Infantaria de Santa Maria. O Gen. Osvino Ferreira Alves devolveu-a ao município e foi liberada para a Mitra Diocesana de Santa Maria que teria um projeto de construção de um Seminário em Júlio de Castilhos. Pasta "Documentos I" – Mons. Antônio Correa.

O prédio principal tinha 1.860 m2 e os quatro blocos residenciais 1.232 m2. Eles permaneceram fechados por três anos.

A Lei n° 285, de 20 de dezembro de 1957, criava a Escola Normal Rural que funcionaria em regimento internato e semi-internato.

Enfim, pelo Decreto 21.705, foi criada a Escola Vicente Dutra de 2° Grau. O primeiro Diretor da Escola foi Laurindo Chapinotto.

Finalmente, em 28 de abril de 1972, o Senador Tarso Dutra veio assistir a cerimônia de inauguração da Escola Estadual de 2º Grau Vicente Dutra.

Fig. 168: Na foto, desatam a fita simbólica o Governador do Estado, Euclides Trichez e o Dep. Tarso Dutra.

Essa escola originou-se da fusão da Escola Normal Doutor Júlio Prates de Castilhos e do Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

Atualmente essa escola tem a denominação de **Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra.**

ESCOLA PROFISSIONAL DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII

Fig. 169 (esquerda): E Leão XIII. fIG. 170 (Dir.): Mons. Antônio Correa.

Foi uma iniciativa do Mons. Antônio Correa (foto) e destinava-se ao aprendizado escolar e profissional dos filhos de operários.

Começou a funcionar em agosto de 1958. A matrícula da escola era de 96 alunos. Eram professores: Guido Primon, Célia Brasil Sarmento e normalistas da Escola Maria Rainha.

Fig. 171: Oficina da Escola Leão XIII.

A Oficina ficava à Rua Antônio Carbone, perto da Matriz e a Escola Profissional nas proximidades do Hospital Bernardina Salles de Barros. Por falta de recursos, essa Escola Profissional fechou após dois anos e meio. O prédio de madeira foi vendido para pagar direitos de indenizações.

ESCOLA TÉCNICA DE CONTABILIDADE

Criada pela Sociedade de Educação e Ensino. Seu primeiro Diretor foi o Dr. Harro Ramon Scharlau. Estava integrada à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e foi a célula inicial da Escola Cenecista (Elio Salles).

MOBRAL

Nesta monografia apresenta-se apenas um histórico resumido dos estabelecimentos de ensino mais antigos, pois são numerosos os outros que exerceram uma função importante no município. Mas não se pode encerrar o capítulo Educação sem fazer menção à Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo que, por influência do Dep. Tarso Dutra, foi instalada em 1959.

O Centro Piloto de Erradicação do Analfabetismo que, por cerca de dez anos, esteve localizado no prédio do atual Centro Administrativo Vicente Mileno Moreira, teve como primeira Diretora a Profª Nely Correa de Mello.

A Comissão Municipal do Movimento Brasileiro de Erradicação do Analfabetismo (MOBRAL) foi presidida por Hugo Canfield. Ele foi a Porto Alegre receber o troféu "Destaque do Ano 76", uma "Homenagem da RBS e do Povo Gaúcho" pelo fato do Município ter sido responsável pelo trabalho comunitário que reduziu o índice de analfabetismo de 24 % para 7 % nesse ano. O que lhe valeu a 4ª posição entre os seis municípios brasileiros, distinguidos pela Fundação MOBRAL UNESCO, no plano de alfabetização e valorização do homem.

Fig. 172: Troféu RBS - 1976.

ESCOLAS DO MUNICÍPIO EM 1974

Escolas Municipais:

1 – Benjamim Constante	Cinamomo
2 – Casimiro de Abreu	Vila das Lídias
3 – Dr. João Bonumá	Guaçupi
4 – Marechal Floriano Peixoto	Japepó
5 - Presidente Castelo Branco	Campo de Aviação
6 – Presidente Vargas	Usina do Ivaí
7 – Professora Maria Rita	Rincão da Palma
8 – Ruy Barbosa	São Pedro
9 – Santos Dumont	Cerrito
10 – São João	São João
11 – Tiradentes	Lagoão
12 – Visconde de Mauá	Vila Santo Antônio
13 – Aparício Correa de Barros	Pacheco
14 – Fazenda da Palma	Palma
15 – Padre Antônio Vieira	Coqueiro

Escolas Rurais:

1 – Estação Experimental Fitotécnica da Serra
2 – Escola Rural do Portão

CAPÍTULO X

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

TELÉGRAFO

O primeiro serviço de comunicação de Vila Rica foi o Serviço Telegráfico da Companhia Auxiliar de Caminhos de Ferro Sudoeste Brasileira, a partir da estação férrea local inaugurada em 1894.

Os telegramas eram transmitidos e recebidos nos primitivos aparelhos cujos manipuladores eram vulgarmente chamados de pica-paus. O sistema eletromagnético usava o Código Morse e as mensagens eram decifradas pelos telegrafistas.

Em 15 de julho de 1918, foi inaugurada a Estação do Telégrafo Federal. A linha foi construída por Germando Schreiner. Funcionava num prédio de João Cândido Appel (atual residência de Helena Reginatto Silva) O primeiro telegrama foi expedido ao Governador do Estado, Dr. Borges de Medeiros. Houve comemoração com almoço no Teatro Municipal e, à noite, baile no Clube Félix da Cunha!

Seu primeiro telegrafista foi Climério Mello da Silveira.[108] Seguiram-lhe, José Inácio de Vasconcellos (1927), Júlio Campos e o cearense Milton Cordeiro de Moura.

Até 1932, o Telégrafo Federal funcionou como serviço independente.

---

108. MONS. ANTÔNIO CORREA – "O Município de Júlio de Castilhos (anotações a sua história) – 1975 – Editora Rainha – Santa Maria, RS.

TELEFONE

Fig. 173: Telefone.

Em 9 de julho de 1917, foi assinado um contrato para a instalação, de 40 telefones pelo Intendente José Inácio Silveira de Campos e os irmãos Raul e Heitor Olmedo (pela firma Empresa Telefônica União). O Conselho Municipal, em 29 de novembro, autorizou a importância de sete contos de réis a serem pagos em três anos.

Até 1918, as ligações eram restritas à própria Vila. Nessa época, os primeiros telefones eram presos na parede. O usuário, em pé, tocava uma manivela, à direita do corpo de madeira do aparelho para gerar corrente de toque. Nesse instante, no Centro Telefônico Rua João Pessoa, 239, caia uma placa metálica que cobria a tomada correspondente ao número do assinante. A telefonista, colocava o "plug" de seu aparelho e, com fones de ouvido, entrava em contato com o usuário. Este, falando de um bocal pedia em geral, não o número, mas o nome da pessoa com quem queria se comunicar. O funcionário, que praticamente conhecia a todos, fazia a ligação entre os dois telefones, cujas tomadas estavam em sua mesa "Ericson", para 50 aparelhos. Com sua manivela fazia a chamada para o número pedido.

Todas as ligações eram, deste modo, efetuadas manualmente e a telefonista podia, se desejasse, ouvir o diálogo. Depois de haver atendido outras ligações, antes de desfazer o contato, perguntava se as pessoas já haviam falado: "Falaram? ".

Em dezembro de 1918, a Empresa Telefônica União transferiu seus direitos à Cia. Telefônica Rio-Grandense e começou a construção de redes para Val de Serra e Tupanciretã.

Fig. 174: Telefônica. Ilustração de Hélio Ricardo Alves.

Em agosto de 1919, essa companhia inaugurou sua primeira Central Telefônica em Júlio de Castilhos. Sendo instalada no prédio à esquerda da atual casa construída por Carlos Prates de Castilhos (CPC). Em 29 de setembro desse ano, foi inaugurado o Centro Telefônico de Val de Serra e, em 15 de outubro ligado à rede de transmissão a Júlio de Castilhos. Essa rede foi construída pela Empresa Ganzo Fernandes.

Em 24 de janeiro de 1920, finalmente, a telefonia da Vila foi ligada à rede geral da Cia. Telefônica Rio-Grandense, começando então uma nova era: fonogramas para todo o Estado e conferências com Val de Serra (3 min. a 500 réis), Santa Maria (1 mil réis), Cachoeira (dois mil réis) e São Sepé. Devido ao precário estado das linhas, as conferências para Tupanciretã eram gratuitas e nem sempre possíveis.

Surgiram, então, algumas vezes, fenômenos técnicos que diminuíam o nível de audição e os usuários tinham que compensar a deficiência, falando em altos bra-

dos! Esse tipo de telefone duraria até a implantação dos aparelhos semiautomáticos.

Em 1921, existiam apenas 48 assinantes:[109]

Armazém Brasil, Adão Cardoso da Rosa, Amado Moreira Machado, Antônio Leal, Banco da Província, Banco Pelotense, Belisário Soares, Banco Nacional do Comércio, Clube Félix da Cunha, Mercedes Silveira, Cadeia Municipal, Carlos Prates de Castilhos, Cândido Leal & Filhos, Doca Salles, Estação Zootécnica, Francisco Onófrio, Francisco Salles, Francisco Toropy de Azevedo, Granja Santa Júlia, Granja Valença, Hotel Waihrich, Hermenegildo Culau, Hotel Recreio, Intendência Municipal, Jornal O Popular, José Moreira Machado, João Pinto da Costa, Dr. Ignácio José Silveira de Campos, Dr. Joaquim José Silveira de Vargas, Kurt Vincent Daberkow, Cap. Lahyre Bastos, Dr. Ladislau Bolemann, Manuel Cezar do Nascimento, Machado & Appel, Dr. Napoleão Barros, Pharmácia Rocha, Pharmácia Silveira Neto, Pantaleão Pinto de Souza, Ribas & Bañolas, Subintendência do 1° Distrito, Severo Correa de Barros, Salustiano Pinto, Dr.Vicente de Paula Dutra, Dr. Viriato Dutra, Waihrich & Filhos – Sapataria, Waihrich & Filhos – Hotel e Waihrich & Filhos – Banco.

Em 1923, a Gerente da Agência Telefônica local era Marieta de Moura. Em 1925, assumiu Acácia Ribas Mello que ficaria no cargo por 34 anos. Em 1959, substituiu-a Emília Ribas. Em 1952, havia 102 aparelhos na cidade e, em 1974, 200. Ao encerrar, essa Agência Telefônica ficava à Rua João Pessoa, 239.

Em 1973, foi implantado o Serviço de Telefones Automáticos. A primeira ligação ODD (Operadora Disca a Distância) foi feita em 19 de março desse ano, quando o Prefeito Paulo Waihrich falou com o Secretário de Comunicações, Henrique Anawate.

---

109. ALMANAQUE D´O POPULAR – 1921 – Acervo do autor.

Em 31 de março de 1977, o mesmo prefeito falando com o prefeito de Tupanciretã, inaugurou em caráter experimental o Sistema DDD (Discagem Direta a Distância). Havia, na época, 340 aparelhos vendidos.

Em 17 de janeiro de 1978, com a presença do Vice-Governador do Estado, houve a inauguração oficial do prédio da Central Telefônica Automática. O terreno foi permutado por outro que fora doado à Administração Paulo Waihrich por Cora Castilhos Lopes, para que a Prefeitura o usasse para qualquer finalidade. A Torre de Micro-ondas repousa em terreno doado por Malvina Rosa Waihrich.

CORREIO

Em 1886, o Presidente da Província pedia à Câmara de São Martinho algumas informações "*no sentido de ser criada uma Agência de Correio em Vila Rica*".

Em maio de 1887[110] o vereador vila-riquense Rodolfo de Oliveira Mello pedia a criação desse importante serviço para o povoado, mas só em dezembro a Câmara solicitou essas providências ao órgão competente.

Diz o Relatório do Presidente da Província:[111]

"*Aproveitando as informações coligidas em diversas datas pela Presidência da Província para, cumpridas as disposições do Dec. N° 8.805, de 24 de fevereiro de 1883, ser promovida a criação de Agências Postais na Ex-Colônia Silveira Martins, Município de Santa Maria e Vila Rica, no Município de São Martinho, propus ao Exmo. Sr. Ministro de Agricultura, por ofício recente, a realização do indicado melhoramento, segundo a maior ou menor perfeição das aludidas informações*".

110. LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO – Acervo de Rubens Augusto Pedrazzi em São Martinho da Serra.
111. FRANCISCO SALLES – Arquivo de.

Não se pode, portanto, afirmar quando teria sido criada a Agência Postal de Vila Rica. Provavelmente, seria ao redor de 1888. Sabe-se, ao certo, que em 23 de março de 1893, já havia Agência de Correio em Vila Rica.

Em 1916, a Agente do Correio era Maria Soares Belmonte, que continuava no cargo em 1917, quando a Agência foi transferida para a Rua Pinheiro Machado n° 17.

Nessa época, a correspondência chegava pelo trem e as pessoas iam esperá-lo, acompanhando o Agente até o Correio. Imediatamente era aberta a mala postal e as cartas, retiradas uma a uma eram "cantadas" em voz alta. Quando o destinatário não estava presente, alguém as levava a ele. Esse sistema duraria muitos anos.

Em 28 de julho de 1919, foi inaugurada a Agência Postal de Val de Serra. A Agente era Maria Santa Schreiner, percebendo quarenta mil réis mensais. Em 1920, havia linha de estafetas que levam malas postais, a cavalo, da Vila a Val de Serra e outros distritos.

Foram Agentes Postais na Vila, de 1918 a 1928: Irineu Borba, Idelmira Barcellos da Rocha, Adalgisa Soares (Adija), Crescêncio Ferraz e Brasília Mota.

Em 1931, houve a fusão da Repartição Geral dos Correios com a dos Telégrafos, formando o Departamento de Correios e Telégrafos (DCT). A primeira Agência Postal Telegráfica funcionava à Rua João Pessoa, 391. O primeiro Agente Postal Telegráfico da vila foi Pedro Souza (Pedrinho Telegrafista). Sucederam-lhe no cargo: Asdrubal Ustra, Artur Gouveia Prestes, Djalma Keller, Getúlio Vargas, Disberto Bisognin, Alvey Soares Santos, Airton José Lopes da Silva, Atílio Gardin, Nils Guimarães e Pedro Elgart.

O "Correio" funcionou sempre em casas alugadas. A Prefeitura, em 1952, adquiriu de Maria José de Mello Ribas, por quarenta mil cruzeiros, um terreno e cedeu-o

à União. Ali foi construído o atual prédio-próprio do DCT que começou a funcionar em 1956.

Em 1969, os serviços de correio passaram à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), órgão subordinado ao Ministério de Comunicações.

Em 20 de janeiro de 1979, foi inaugurado o Serviço de Telex. Um aparelho Gentex-Olivetti Te 313, trabalhando com um sistema de fitas perfuradas, levava a mensagem direta e instantânea para todo o Brasil e, através de Porto Alegre, para o exterior do país.

TRANSPORTE PÚBLICO

Fig. 175: Diligência (imagem ilustrativa).

Em 15 de outubro de 1885, surgiu o primeiro transporte de passageiros. Era a diligência da "Empresa Progresso", de N. P. Catalano. Era semelhante a essa da foto acima. Ela partia de Santa Maria todas as quintas-feiras, passava por Vila Rica, por "Tupaceretan" e ia até Cruz Alta, de lá regressando às segundas-feiras. Os preços das passagens, no verão eram de dez mil réis de Santa Maria a Vila Rica. De Vila Rica a "Tupanciretã", e desta a Cruz Alta, dez mil réis. Para os pontos intermediários, para cada légua era cobrado mil e quinhentos réis. Os passa-

geiros podiam levar 10 kg de bagagem e pagavam trezentos réis por quilo excedente. Já no inverno preço era mais alto e os dias de partida indeterminados. O acréscimo era de quatorze mil réis de Cruz Alta até Vila Rica e mais 15 até Santa Maria. Esse serviço teria durado até começar o trânsito de trens de passageiros, a partir de 1894.

Na vila de Júlio de Castilhos, o primeiro transporte público foi um ônibus que circulou em 1926. Era um pequeno caminhão, adaptado, que transportava os romeiros da estação férrea às Águas de Santo Antônio e ia, também, até a praça central. Pertencia a Alarico Valença e transportava onze passageiros.

Fig. 176: Transporte público.

Em 1928, com a mesma finalidade, surgiu um ônibus maior, para dezenove passageiros e mais dez pingentes. Foi fabricado pela firma Pedro Bay & Cia. sobre um Ford modelo T de 1925. Pertencia aos irmãos Lourenço e Décio de Moraes Gomes e era dirigido por Joaquim Édolo de Carvalho (Jaca).

Em 1941, Euclides Trindade colocou um ônibus para conduzir os alunos do Ginásio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizado nos prédios do atual Centro Social.

Ao redor de 1962, Armindo Peripoli com um pequeno ônibus de 25 lugares fez uma linha regular da Vila União até o fim da Av. Pinheiro Machado.

Em maio de 1972, surgiu o Transporte Coletivo Mello Ltda., de Carlos Francisco e Sérgio Mello, com um micro-ônibus e três "Kombi"s. A mesma empresa começou, em 1975, com dois ônibus convencionais. Um fazia a linha Jockey Clube à Vila União e o outro, a do Cemitério ao Centro Social.

Fig. 177: Valença, Egydio Bastos, Elio Salles.

A primeira Estação Rodoviária de Júlio de Castilhos foi instalada em 1943. Ficava em frente à Praça Manoel Alvarenga na Av. Pinheiro Machado e pertencia a Cyrus Bastos. Depois, foi concedida pelo DAER, uma segunda rodoviária a Egydio Ortiz Bastos. Em seguida, transferiu-se para o prédio à esquerda do Centro Cultural Álvaro Pinto (foto) junto com o Café Liberdade. Mais tarde, sua viúva Risoleta Correa Bastos e filhos passaram a ocupar a antiga instalação à Rua Barão do Rio Branco, à esquerda do atual Banco do Brasil. Em 1954, eles passaram a concessão a Francisco Pereira da Rosa (Chico Rosa).

Em 1974, passavam diariamente pela Rodoviária, já com instalações precárias, 58 ônibus.

Durante sua administração, o Prefeito Vicente Mileno de Castro Moreira, em convênio com a empresa proprietária, construiu a atual Estação Rodoviária da Cidade

ESTRADA DE FERRO

Fig. 178: Estação Férrea de Vila Rica.

Em 1890, teria sido iniciada a construção do trecho Santa Maria a Cruz Alta. Em 1893, a ponta dos trilhos chegou a Vila Rica, depois de vencer um desnível de 113,39 m de altitude em 73 km de extensão. A primeira locomotiva chegou à Vila Rica em 24 de março de 1894. Nessa época, as carroças e carretas vinham até de Santiago e Santo Ângelo buscarem as cargas que chegavam à estação de Vila Rica.

Em 20 de novembro de 1894, foi inaugurada a Estação Férrea de Vila Rica pelo Dr. Arthur Buffort (Diretor da Compagnie de Chemins de Fer Sud-Ouest Brèsilien), Dr. Gustavo Wauthier (Chefe da Construção), Dr. Henrique Pinheiro (Fiscal do Governo), Antônio Alves Ramos (Empreiteiro) e convidados especiais. Todos foram festivamente recebidos.

Fig. 179: Máquina de 1894.

Provavelmente a primeira composição férrea a passar por Vila Rica seria esta ou semelhante a ela.[112]

O primeiro Agente da Estação Férrea teria sido Lourival Hausen, nomeado em 4 de dezembro de 1903.

A Estrada de Ferro esteve sob o domínio da Companhia de Caminhos de Ferro Sudoeste Brasileira até 29 de junho de 1920, quando foi encampada pelo Governo Federal e arrendada para o Estado. Passando a chamar-se por várias décadas: Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). Passou, depois, a pertencer ao Ministério dos Transportes sob a denominação de: Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA). De 1996 a 1999, pertenceu à Ferrovia Sul Atlântico e, atualmente, pertence a América Latina Logística (ALL).

Na época inaugural, existiam no município as estações de Val de Serra, Taquarembó, Parada Km 59 e Vila Rica, todas inauguradas no mesmo dia. Em 10 de novembro de 1937, a Parada Km 59 foi elevada a estação, com a denominação de "Guassupy". Com o advento da Charqueada São João, em 1924, surgiu a Parada São João, no povoado de São João do Barro Preto.

Nessa época, o trem de passageiros era o único transporte coletivo que havia. Ele partia de Santa Maria às 8.25 h e chegava a Vila Rica às 12.20 h . Por essa razão, Vila Rica era considerada "Ponto de Almoço". As refeições eram servidas no "Buffet", restaurante junto à estação, que era atendido pelo seu concessionário, Benjamim Malcaldelli e sua esposa Romana Malcaldelli (Dona Roma). Às 12.45 h, o trem partia para Cruz Alta onde só chegava às 16.10 h, pois a linha férrea ainda tinha o trajeto sinuoso, feito pelo divisor de águas.

A poucos metros, a oeste da estação de Vila Rica, havia uma "Caixa d`Água". à leste dela, sobre o desvio, havia um "Girador". (figs. 180 e 181, p. 278) A Caixa d´Á-

112. ROSSANO VIERO CAVALARI – "A Gênese da Cruz Alta" – Ed. Unicruz – Universidade de Cruz Alta.

gua fornecia a água necessária para reabastecer as locomotivas que queimavam lenha ou carvão mineral para produzir vapor. O girador era uma plataforma giratória, com uma secção de trilhos, sobre um rebaixamento do terreno, onde um ou dois homens, facilmente, invertiam a frente da locomotiva.

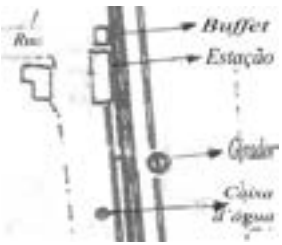


Fig. 180: Girador e Caixa d'água. Fig. 181: Girador (imagem ilustrativa/internet).

Além de Lourival Hausen, foram agentes locais:

Benjamim Cruz (1906), Celso Ribeiro (1914), Victor Hugo Baltar (1915), Franklin Machado (1918), Victor Pires (1921) Albert Cabot (1922), José Nessi (1937), João Batista da Cruz Jobim (1938), João Antônio Veiga Miranda e Félix Lombardo (1939), Jovino Pereira de Oliveira e Acácio Alves (1945), Abílio João Lampert e Manuel Fernandes Fonseca (1946), Amantino Tagliari (1954), Wilmar Flores Resende (1963), Vilson Pinto Ribas (1972), Emílio de Almeida (até 1991), Aldorindo Paredes Machado (1991) e João Carlos Machado (o último Agente, até 1997).

Desde então, deixaram de existir agentes, telegrafistas, conferentes e guarda-chaves. Todos os licenciamentos para a fluência de trens são feitos pelo GLP, um computador que o maquinista consulta. As ordens de movimento são dadas da Central, em Curitiba PR. Isto ocorreu porque começou a surgir o tráfego pela rodovia.

O atual prédio da Estação Férrea[113] é de pequeno porte, em alvenaria, com cobertura em duas águas. Te-

113. IPHAE – "Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul – Inventário das Estações 1874 – 1959.

lhado de cerâmica no prédio e de zinco na plataforma. Uma estrutura de madeira sustenta a cobertura sobre a plataforma, que possui fechamentos laterais também de madeira. O estado de conservação atual é péssimo, pela ação de vandalismo.

Fig. 182: Atual prédio da Estação Férrea.

Até 1944 ou 1945, os trilhos da Viação Férrea passavam por dentro da cidade. Da estação, os trens trafegavam cruzando por onde está hoje a rótula ao norte da Av. Salgado Fº, seguindo depois pela atual Rua Expedicionário em direção ao Lagoão, onde passavam por uma ponte de madeira que ocasionava muitos acidentes.

Houve uma época em que os trens de passageiros vindos de Santa Maria chegavam a Júlio de Castilhos às 9.35h e voltavam de Cruz Alta às 16.10h. Quando a distância de Santa Maria era de 73 km, de Tupanciretã, de 26 e de Cruz Alta 89km. Em 1942, com a retificação da via férrea essas distâncias diminuíram.

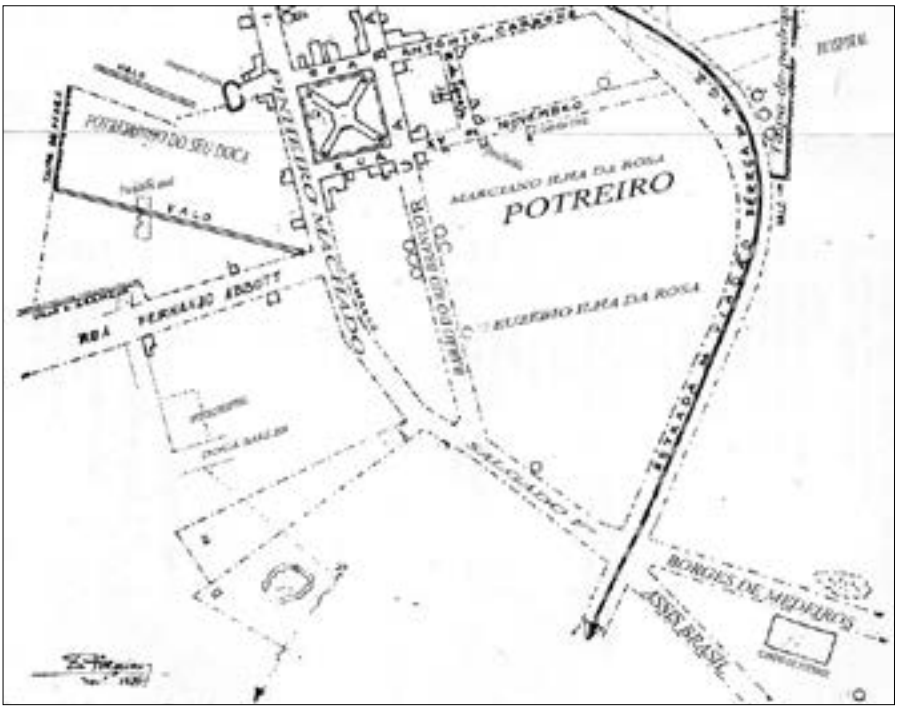


Fig. 183: Vila em 1929.

O mapa acima é bastante ilustrativo: além de mostrar o traçado da estrada ferro, mostra onde era o curral (ou mangueira de pedras), o piquete dos cavalos da Fazenda da Boa Vista de João Alvrenga na atual Rua Antônio Carbone. Mostra também os valos e taipas-de-pedras que dividiam seus campos com os pioneiros de oeste. E os grandes potreiros que havia no atual centro da cidade no início da década de 1930.

CAPÍTULO XI

RUAS E PALÁCIO MUNICIPAL

Os primeiros moradores do alto da Coxilha do Durasnal, (onde hoje está assentada a cidade de Júlio de Castilhos) se estabeleceram ao lado do caminho primitivo por onde passavam os tropeiros, carreteiros e cavaleiros que, vinham de Cruz Alta ou São Martinho. Essa "estrada" se transformou numa rua do lugar, e era chamada de "Rua do Comércio". Segundo o antigo "comércio" era sinônimo de movimento. Seria a "rua do movimento".

Em 13 de setembro de 1887, Rodolfo F° & Irmão requereram "*um terreno à Rua do Comércio no 3° Distrito, na Freguesia de Vila Rica, com frente à praça de João Vieira*".[114]

O requerente seria Rodolfo de Oliveira Mello F° e o terreno seria logo abaixo da atual Prefeitura.

É essa a primeira referência encontrada que documenta a existência da Rua do Comércio (atual Av. Pinheiro Machado) e da Praça de João Vieira (atual Praça João Alvarenga). Aquela seria, portanto, a primeira denominação de uma rua do povoado e essa Praça de João Vieira, a de sua primeira praça.

Fig. 184: Taipa-de-pedras.

(Em 1887, foi levantada uma taipa-de-pedras, à oeste do povoado, para separar aqueles terrenos doados

114. CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE JÚLIO DE CASTILHOS – Livro B de Títulos e Documentos.

por Manoel Vieira de Alvarenga, da propriedade de Theodoro Pinto de Oliveira Ribas. Um segmento dessa antiga obra ainda existe no bosque à esquerda, além da Rua Antônio Carbone foto).

A segunda rua da povoação nasceu de outro caminho que passaria no lado oposto ao rodeio da Fazenda da Boa Vista (atual Rua Barão do Rio Branco).

Como o povoado era incipiente, as ruas tinham denominações populares. Assim, em 1880, "*Isadora Alves dos Santos e Antônio Carbone*[115] *requerem terrenos à rua da cadeia*". Aonde existiu a primeira cadeia civil do lugar (atual Rua XV de Novembro).

A parte baixa, a leste do povoado de Vila Rica, quando ainda não existia a estrada de ferro, era conhecida como "Baixo da Aldeia" ou simplesmente "*Aldeia*". Esse pode ser considerado o primeiro bairro da atual cidade e estava ligado ao centro da Vila pela "*rua da Aldeia*".

PRIMEIRA DENOMINAÇÃO OFICIAL

Em 31 de dezembro de 1894, foi dada a primeira denominação oficial às ruas e logradouros de Vila Rica, pelo Intendente Lourenço Pinto de Oliveira Ribas.[116]

Eram quatro ruas: Rua Senador Pinheiro Machado, Rua General Júlio de Castilhos (atual Rua Barão do Rio Branco), Rua General Moura e Rua Marechal Deodoro.

Cinco travessas: Travessa 15 de Novembro, Travessa Antônio Carbone, Travessa 13 de Maio (Rua João Pessoa atual), Travessa Coronel Serafim e Travessa Camilo Mello.

Três praças: Praça Floriano Peixoto (Praça João Alvarenga), Praça João Vieira (Praça 14 de Julho) e Praça Tiradentes (Praça Manoel Alvarenga).

115. LIVRO DE TÍULOS DE TERRENOS CONCEDIDOS PELA CÂMARA DE SÃO MARTINHO – Acervo de Rubens Augusto Pedrazzi.
116. LIVRO DE ATAS DA INTENDÊNCIA DE VILA RICA – Arquivo do autor.

Fig. 185: Praça Mal Floriano 1931.

Em 1899, teria sido denominada a Rua Fernando Abbott ao prolongamento da Vila em direção ao Cemitério. Para tanto, foi construído um bueiro e aterrado o banhado ali existente.

Em 1901, foi preparado o leito da atual Av. Pinheiro Machado, Rua Cel. Serafim e Rua 13 de maio.

Fig. 186: Rua Pinheiro Machado.

Em 1907 ou 1908, foi feita uma escavação na atual Rua Barão do Rio Branco para nivelamento de seu leito, resultando cortes principalmente no lado oeste, trecho da João Pessoa até a 13 de maio.

Fig. 187: Instalação do Município de Vila Rica.

Em 4 de março de 1912, a Rua General Júlio de Castilhos passou a denominar-se **Rua Barão do Rio Branco**. Na histórica fotografia, na esquina da Rua Antônio Carbone, aparece a Bandeira Nacional a meio-mastro, pela morte do Barão do Rio Branco, em 10 de março de 1912. Na janela aberta, está o Dr. Vicente de Paula Dutra, orador oficial para o ato e, em uma escada, Manoel Cesar do Nascimento, Secretário do Município, colocando a nova placa. À esquerda, aparece a precária Banda de Música da época.

A Rua Barão do Rio Branco começa, ao sul, na Rua Salgado Filho e termina na atual Rua Clóvis Barros.

Em 10 de fevereiro de 1916, promovida pelo Intendente Dr. Alberto Barbosa, "*foi lavrada a escritura de desapropriação dos prédios e terrenos pertencentes ao fazendeiro Doca Salles (Bernardino Roberto de Salles) e seus filhos menores, com o fim de serem abertas novas ruas e prolongadas outras. Parte do terreno pertencente ao fazendeiro foi cedido gratuitamente*".[117]

Eles ficavam a oeste da Vila, no prolongamento da Rua Antônio Carbone e da 13 de maio com a Oswaldo Aranha.

117. CORREIO DO POVO – Do dia 13.1.1916.

DENOMINAÇÕES ANTIGAS

Rua Cel. Praxedes — Atual Rua Lúcio Paixão Correa. Homenageava Praxedes Pereira dos Santos, líder político e ex-Intendente de São Martinho.

Rua do Engenho — Prolongamento da atual Rua Santo Antônio. Começava na Rua Gen. Firmino e ia até o engenho de Hermenegildo Cullau (antigo Zambonatto).

Rua Cel. Pimenta de Moura — Atual Rua Pimenta de Moura. Homenagem ao Intendente Antônio Pimenta de Moura que faleceu no cargo, como Major.

Rua do Matadouro — Atual Rua Cel. Firmino de Paula. Ficava na extremidade sul do antigo Potreiro do Matadouro Municipal.

Rua do Potreiro — Na continuação da Rua 13 de Maio, abaixo do recinto da Estação Férrea. Continuaria pela face norte da atual Praça 14 de Julho.

Todas essas ruas mencionadas ficavam na Aldeia. Nesse bairro, aparecem também nas plantas de Kurt Daberkow, o prolongamento da Rua Cel. Serafim, Rua 13 de Maio (atual João Pessoa) e Antônio Carbone. Quando o traçado da via férrea acompanhava as curvas de nível do solo, o leito dessas ruas, bem como da Rua Dr. Melchisedeck (atual Rua Clóvis Barros), passava por sobre os trilhos. Com o rebaixamento do leito da ferrovia, com o novo traçado de 1942, surgiram cortes de terra determinando a solução de continuidade das mesmas.

Para o estudo dessas ruas, foram consultadas as 13 plantas ou mapas parciais(Acervo do Autor), escala 1:500 e 1:1000, produzidas em 1914 e 1916 pelo engenheiro, Secretário de Obras da Intendência, Kurt Vincent Daberkow. Elas foram confeccionadas em grosso papel-cartão e tem desenhos com tinta nanquim em duas cores. Os prédios existentes estão em vermelho, alguns com o nome do proprietário. Essas plantas mostram o número

de Quadras e Lotes, o leito da ferrovia antiga e o novo traçado, o limite do patrimônio doado por Manoel Alvarenga, aramados, valos, taipa-de-pedras, etc. Enfim, ofereceram dados preciosos de uma época.

Rua da Pedreira — Atual Oswaldo Aranha. Vinha do sul, na proximidade da pedreira desativada (na atual Rua Joaquim Barcellos da Rocha) e ia só até a Av. Fernando Abbott.

Rua Nova — Era a continuação da Rua da Pedreira para o norte.

Rua do Hospital — Atual Rua Doca Salles. Ficava entre as atuais Rua Oswaldo Aranha e a Av. Pinheiro Machado. Onde havia, em 1916, um terreno de 36 por 56 m, prolongamento daquele do "hospital" do Dr. Francisco Risi (Casa de Saúde).

Avenida Independência — Nome dado em 1922, no Centenário da Independência, à "avenida" que cortava de noroeste para sudeste a atual Praça João Alvarenga. Aonde havia um monumento.

Rua Dr. Melchisedeck — Atual Rua Clóvis Barros. Ela foi aberta em 1925, para facilitar a chegada dos inúmeros romeiros às famosas Águas de Santo Antônio. Ligava a atual Praça Manoel Alvarenga ao corredor das tropas. Tinha 650 m e foi locada pelo Eng° Agr° Cantalício Preto de Oliveira em terras doadas por Bernardino Salles de Barros e Manuel Ilha da Rosa. A rua homenageava o Bel. Melchisedeck Matusalém Cardoso, Juiz da Comarca de Cruz Alta, à qual, em 1893, o Município de Vila Rica estava jurisdicionado.

Corredor das Tropas — Atual Rua Alberto Mascarenhas.

Rua da Cadeia — Segmento da atual Rua XV de novembro a partir da Rua Barão do Rio Branco até os trilhos.

Rua General Moura — Iniciava na atual Rua XV de Novembro, em frente à Cadeia Municipal e ia em direção da Fonte Pública. Seria mais uma homenagem ao Intendente Antônio Pimenta de Moura que era capitão.

Rua 13 de Maio — Até 1930, era o antigo nome da atual Rua João Pessoa.

Rua Coronel Camillo — Atual Rua Camilo Mello. Homenagem a Camillo de Oliveira Mello, líder republicano de Vila Rica e Comandante de um Corpo de Cavalaria que participou da Guerra do Paraguai.

Avenida Coronel Azevedo — Atual Rua Cel. Azevedo. Homenageando o Intendente Cel. Luiz Gonzaga de Azevedo.

Beco da Alegria — Mais tarde, Rua da Alegria, é a atual Rua Henrique Kurtz.

Beco da Estação — Era a primeira quadra do prolongamento da Rua 13 de Maio, logo depois do recinto da Estação Férrea.

Beco da Uzina — Atual Rua 13 de Maio. Onde ficava a então Usina Elétrica da Vila (hoje CEEE).

Beco do Posto — Era a primeira quadra inicial da Rua Santo Antônio que partia da Rua Cel. Azevedo atual. Ficava em frente ao antigo Posto Zootécnico (hoje Centro Social). O Beco do Posto, terminava onde hoje está a Capela de Santo Antônio.

Rua das Flores — Atual Rua Pimenta de Moura. Era paralela à então Rua da Alegria.

Rua Coronel Firmino — Também foi chamada Rua Gen. Firmino. Atual Rua Cel. Firmino de Paula. Homenagem a Firmino Paula e Silva, chefe político regional e general em revoluções.

Rua da Igreja — Assim denominada, pois era onde existia a frente da primitiva Igreja Matriz. Hoje seria a rua dos fundos da atual Igreja Matriz. Em 1936, passaria a ser denominada Rua Roque Gonzales.

Aldeia ou Baixo da Aldeia — Também chamado Bairro da Ponte depois de construída a Ponte Seca. Foto da inauguração em 27 de julho de 1932

Fig. 188: Inauguração da Ponte Seca.

Rua Dona Bernardina — Atual Rua Tito Araújo. Homenageava Bernardina Salles de Barros, falecida em 1935.

Rua Dona Honorina — Atual Rua Severinho Correa de Barros. Homenageava Honorina da Silva Portella, esposa de Doca Salles falecida em 1902, como consequência de um raio elétrico.

DENOMINAÇÕES MENOS ANTIGAS

Em 1930, várias ruas tiveram denominações oficiais:

Rua Getúlio Vargas — Era a continuação da Rua Pinheiro Machado e ia da atual Rua Clóvis Barros até a Chácara do Dr. Napoleão Correa de Barros (atual rodoviária). Atualmente, inicia somente depois da via férrea e tem o nome de Av. Getúlio Vargas.

Rua Oswaldo Aranha — Em 22 de fevereiro de 1930, dava denominação definitiva a antiga Rua Nova.[118]

Rua Roque Gonzales — Denominada em 1° de outubro de 1930. Antiga Rua da Igreja.

Rua Major Pimenta de Moura — Denominada no mesmo dia, homenageava, pela segunda vez, o Intendente Antônio Pimenta de Moura. Começava na Rua Firmino de Paula e ia para o sul. Era a antiga Rua das Flores.

Rua Doca Salles – Ainda no mesmo dia. Homenageava o Vereador Bernardino Roberto de Salles. Era a antiga Rua do Hospital.

Rua Borges de Medeiros — Iniciava na Rua Joaquim Barcellos da Rocha e ia até a passagem da via férrea (atual Viaduto Mileno Moreira). Mais tarde seria estendida até a rótula da BR 158, com a denominação de Av. Borges de Medeiros.

Rua João Pessoa — Homenageava o Governador da Paraíba, assassinado durante a Revolução de 30. A foto (Fig.189/p. 290) marca o momento de solenidade de mudança de denominação da Rua 13 de Maio, com a presença dos Corpos Auxiliares da Brigada Militar.

118. REGISTRO DE ACTOS – 1910 a 1930 – Arquivo Municipal.

Fig. 189: Rua João Pessoa - 1930.

Rua Major Pimenta de Moura — Assim denominada pelo Ato n° 170 de 1° de outubro de 1930.[119] Partia, ao norte, da antiga Rua Coronel Firmino e ia até a Rua Antônio Carbone. Atualmente denomina-se Rua Pimenta de Moura e foi prolongada para o sul e, para o norte, até a atual Rua Lúcio Paixão Correa; com a mesma denominação continuava mais além (para leste) com um segmento de rua que constitui hoje a Rua Dr. Solon Lemos. Era, em parte, a antiga Rua das Flores e homenageava o Intendente Cap. Antônio Pimenta de Moura.

Rua 13 de Maio — Em 1930, a denominação foi transferida da nova Rua João Pessoa para o antigo Beco da Usina.

Rua João Carlos Machado — Criada por ato de 6 de agosto de 1934, homenageava o então Secretário do Interior do Estado que determinou a construção do antigo Colégio Elementar. Com apenas uma quadra, liga a Rua Antônio Carbone à Av. Fernando Abbott.

Rua Expedicionário — Criada em 1944 ou 1945, homenageando os combatentes da IIª Guerra Mundial. Ela ocupa o antigo leito da ferrovia por onde trafegavam os trens.

119. REGISTRO DE ACTOS – 1910 a 1930 – Arquivo Municipal.

Rua Salgado Filho — Denominada em 6 de novembro de 1950, homenageava o Senador Joaquim Pedro Salgado Filho, ex-Ministro da Aeronáutica, falecido em 30 de julho daquele ano. Tem apenas uma quadra, iniciando na confluência da Av. Pinheiro Machado com a Rua Barão do Rio Branco.

PALÁCIO MUNICIPAL

Fig. 190: Intendência Municipal de Vila Rica - 1891.

Em 7 de setembro de 1891, a partir de sua instalação, a Intendência Municipal de Vila Rica funcionou, provisoriamente, na casa de Antônio Carbone foto, na esquina abaixo do Centro Cultural Álvaro Pinto. Nesse mesmo ano faleceu Antônio Carbone e a casa foi alugada da viúva, Jesuína Oliveira Carbone, a treze mil réis por mês.

Em 3 de janeiro de 1899, a municipalidade adquiriu o prédio, dessa viúva e de seu filho Alfredo Oliveira Carbone e sua mulher, por um conto e novecentos mil réis.

Em 24 de julho de 1919, o prédio foi vendido em leilão público por quinze contos e cinquenta mil réis.

Com a intenção de construir um novo Paço Municipal, a Intendência comprou do Dr. José Alves Valença um terreno de 261m2 (na esquina acima do Centro Cultural Álvaro Pinto), mas o projeto (Fig.83, p.155) não foi concluído, por ser muito oneroso. Passou, então, a Intendência a ocupar casas alugadas.

Em 5 de dezembro de 1925, o Conselho Municipal autoriza o Intendente Lahyre Bastos a adquirir os prédios e benfeitorias do Posto Zootécnico e a vender o terreno acima referido e o prédio da Cadeia Municipal. A compra,

feita à Escola de Engenharia de Porto Alegre ao custo de 50:737$500, incluía uma área de campo que ficou conhecida como Potreiro da Intendência.

Embora a Intendência Municipal ficasse com amplas salas e ótimas instalações, a distância ao centro da Vila e as condições das ruas, principalmente nos meses de inverno, causavam sérios transtornos. Assim, em 1936, ela passou novamente a alugar imóveis à particulares.

Finalmente, quando o município esteve sob intervenção federal, o Prefeito Carlos Correia da Silva, iniciou as obras do atual edifício da Prefeitura Municipal, em um terreno que fora destinado ao Colégio Elementar e devolvido pelo Estado.

O projeto do edifício foi assinado pelo Engº Teófilo Borges de Barros e a planta (Acervo do Autor) foi desenhada por Dante Jordão. A inauguração ocorreu no dia 14 de julho de 1941, pelo Prefeito Aristides de Moraes Gomes, durante o Cinquentenário da Emancipação do Município.

Fig.191: Palácio Municipal - Foto: Vinícius Ferreira.

CAPÍTULO XII

SERVIÇOS PÚBLICOS

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Em 1901, com a extinção do Município de São Martinho, vieram residir em Vila Rica muitos moradores daquela vila e de lá trouxeram 12 lampiões a querosene que ofertaram à Intendência. Eles marcaram **o início da iluminação pública em Júlio de Castilhos**. Foram doados por Abílio Pereira dos Santos (cinco unidades), seu pai Praxedes Pereira dos Santos, seu irmão, Onésimo Pereira dos Santos, Sylvio Ribas e Crescêncio Ferraz. Estariam colocados em vários locais, no centro da Vila.

Em 1905, existiam apenas 24 lampiões e, segundo o jornal A Convenção, era necessário o dobro desse número.

Em 9 de novembro de 1906, foi instalado no pátio da Intendência o primeiro aparelho de iluminação a acetileno. O mesmo jornal[120] apregoava:

"*A nova lâmpada tem uma luz vivíssima, fixa e branda, abrangendo a claridade de um vasto círculo, de modo que todo o nosso perímetro urbano ficará vantajosamente iluminado com a instalação de 50 aparelhos. Serão eliminados de nossa praça e ruas os velhos lampiões de parede, com eles dispensaremos mais um quinhão da vergonhosa herança de São Martinho.*"

Essa curiosa nota, redigida por adversários políticos dos migrantes, insinuava uma apropriação indébita deles na hora da saída.

Os acetilenos eram aparelhos de lata, com pontas de cobre, onde o gás acetileno era gerado pela ação da água sobre pedras de carboneto de cálcio (carbureto).

120. A CONVENÇÃO – Jornal Ano I n° 13 – Acervo do autor.

Fig. 192: Foto de 1906: poste à esquerda com resíduo branco de carbureto

Em 1910, encontrou-se a nomeação de dois empregados para a iluminação pública[121]: Álvaro de Almeida Lara e João Silvério de Morais. Ganhavam 50 mil réis mensais, pois acumulavam as funções de zeladores do cemitério.

Em 1912, havia na Vila 50 desses combustores.[122]

Em 3 de janeiro de 1916, o Intendente Dr. Alberto Barbosa "*resolve exonerar, em consequência da inauguração da luz elétrica, do cargo de encarregado da Iluminação Pública a acetylene desta vila, o cidadão Gaudêncio Francisco do Amaral*".[123]

Em 26 de fevereiro de 1916, teve início a **iluminação elétrica** com a inauguração festiva da primeira Usina Elétrica pelo Intendente Dr. Alberto Barbosa.

Com um empréstimo bancário, foi adquirido uma locomóvel que movimentava um dínamo, produzindo 33 kw de energia. Embora amarelada, a luz era superior a dos acetilenos. Foram colocadas lâmpadas de 50 velas nas ruas, começando com a (antiga) Rua Pinheiro Machado, e de 300 velas nos entroncamentos. A instalação foi executada por Ernesto Durhan e Francisco Sanchez.

---

121. LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS – Arquivo Municipal.
122. "RELATÓRIO" – do Cel. Álvaro Hippolyto Pinto – Oficina Tipográfica d´O Popular - 1912.
123. A CONVENÇÃO – Jornal Ano III n° 28 – Acervo do autor.

Em 1918, a Iluminação Pública foi entregue à firma particular, Empresa de Luz Elétrica, dirigida por João Pedro Zavagna. A energia era gerada por um motor de 40 HP (cavalos-vapor). Em 1919, a empresa passa a Vargas & Irmãos. Em 1920, a José Joaquim Saldanha de Vargas que a transfere a Amado Moreira Machado.

Em 26 de julho de 1921, os serviços de iluminação foram comprados de Amado Moreira Machado, por 26:500$000. Além da locomóvel "Lanz", veio na compra um motor de 45 HP e uma serra circular para cortar lenha.

Pedro Jacob era o Diretor da Usina, Manoel Soares Quadros, o foguista auxiliado por Nicanor Mello.

Fig. 193: Luiz Gomes de Araújo.

Nessa época, chegou à Vila o Engº Dr. Luiz Gomes de Araújo foto que, diante dos problemas que causava a precária usina existente, pensou em aproveitar o potencial energético do município:

"*Descobrindo a Cascata do Ivaí, empolgou-se e para lá se dirigiu com alguns operários, ficando vinte dias desbravando, medindo e estudando seu aproveitamento.*[124]

Com sua barraca desmontada e seus instrumentos de trabalho, voltou exultante e entusiasmado com as possibilidades oferecidas:

A natureza fez quase tudo. Ao alto, a represa e, na queda a estruturação em rocha. Bem pouco nos resta fazer para assentar as turbinas!" "A Intendência obteve imediatamente a concordância de Francisco Onófrio, o proprietário da margem direita e, antes de falar com o proprietário da margem oposta, o engenheiro viajou à capital, de onde voltou abatido e decepcionado. O Governo Estadual nega-

124. DEMOCRACIA – Jornal n° 272 – Artigo do Dr. José Luiz Wetterlé "O véu da noiva".

ra o direito de aproveitamento, dizendo que os rios eram bens públicos e a energia hidráulica só poderia se explorada por concorrência pública. Morria, assim, o sonho do ilustre Engenheiro da Intendência que, até o fim de sua vida, conservou na parede de sua bela casa na Urca, uma foto ampliada da formosa "Cascata Anita", batizada por ele em homenagem a uma filha do proprietário) e, na gaveta de sua escrivaninha, o projeto elaborado com tanto carinho."

Em 1929, a Intendência consegue a concessão para a exploração, mas em 1931, o patrimônio reverte ao Estado.

Em 1933, já havia na Usina da Vila dois motores Otto Diesel de 25 e 75 CV, mas a luz era desligada à meia noite.

Fig.194: Lourencito Gomes.

Só em novembro de 1940, nos primeiros meses da segunda administração de Aristides Gomes, esse estado de precariedade viria a ser melhorado. Graças à organização de seu Diretor, Lourenço de Almeida Gomes (Lourencito Gomes) (foto), a Usina Municipal fornecia luz durante toda a noite, além de funcionar também três horas pela manhã e três horas à tarde.

Até 1944, a usina trabalhou quase exclusivamente a vapor. Devido ao mau estado da caldeira e da locomóvel, o consumo de lenha era excessivo: mais de um metro cúbico por hora! De maio desse ano, em diante, passou a funcionar um motor a óleo de 105 HP (foto), o Prefeito Jorge Mas-

Fig. 195: Usina.

carenhas comprou para que economizava combustível e foguista.

Em 10 de abril de 1948a Usina três potentes motores de 750 HP.

Em 31 de outubro de 1949, finalmente, o Município transferiu para o Estado as instalações da Usina Municipal. E, em 6 de dezembro, doou uma área da Praça 14 de Julho para uma Subestação Transformadora para a futura Usina Hidrelétrica do Ivaí prometida pelo Plano de Eletrificação do Estado.

Sem que o Dr. Luiz Gomes de Araújo tivesse conhecimento, quase trinta anos depois, estava sendo concretizado o grande sonho de sua vida: O aproveitamento do potencial energético da cascata do Rio Ivaí.

Em 26 de setembro de 1950, às 11 horas, o então Governador do Estado, Walter Jobim, depois de inaugurar a Hidrelétrica do Ivaí, abriu as chaves que fariam funcionar suas possantes turbinas.

Fig. 196: Cascata Anita.

Construída ao pé da Cascata Anita, no Rio Ivaí (foto do autor), a hidrelétrica tem a altura de queda de 26,5 metros, uma descarga de 3.665 litros por segundo e gera uma potência de 1.000 HP.

Na Noite de Natal de 1950, a cidade foi totalmente iluminada com a energia gerada pela hidrelétrica. O Vice-Prefeito em exercício, Victor Waihrich, manifestou sua alegria e reconhecimento, enviando um telegrama, ao Governador do Estado. Outros, ao castilhense, Dr. Noé Freitas, Presidente da Companhia Estadual de Energia Elétrica e ao Dr. Walter Caldas, pois eles deram apoio decisivo à obra que veio solucionar em definitivo o problema de iluminação da cidade.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Foi o Prefeito Aristides Gomes, em sua primeira administração (1929 a 30) que entregou a firma Loria Moreira & Cia. Ltda., de Rio Grande RS, o estudo de um sistema público de fornecimento de água à população da Vila e a construção da rede de distribuição. Iniciou com a abertura do primeiro poço semisurgente de água situado na proximidade da caixa d´água a ser construída. Ele tem 120 metros de profundidade e podia, na época, fornecer 7 a 8 mil litros por hora de excelente água potável.[125] (57)

Como as obras planejadas pela firma foram iniciadas com muita lentidão, em 29 de dezembro de 1931, lançou ações num total de cem contos de réis para sua conclusão.

Fig. 197: Construção da Rede d´água - 1932.

Em 19 de março de 1932, é inaugurado o Serviço Municipal de Águas e rasgam-se as ruas para a implantação da rede de encanamento. Obra executada, em noventa dias por Lourenço de Moraes Gomes (Lourencito Gomes).

125. ARISTIDES DE MORAES GOMES – "Relatório de 1929 e 30" – Oficina Gráfica Impressora de Júlio de Castilhos – 1931.

Fig. 198: Àgua Potável.

Em 27 de julho de 1932, foi inaugurada **a primeira caixa d´água da Vila**, (foto) construída pela firma Pedro Bay & Cia.. Tinha a capacidade de 50.000 litros e a forma quadrangular. Do poço, por meio de uma bomba de cilindro e um compressor, a água era levada à caixa. Dela, por gravidade, através de canos de ferro fundido unidos com chumbo, (ver peças no Museu Vila Rica) a água era levada aos consumidores.

Essa primitiva rede era pequena, mas abastecia 1.500 pessoas na maioria das casas da Vila. Eram beneficiadas apenas a Rua Pinheiro Machado e a Rua Barão do Rio Branco. Os pontos terminais eram, ao sul, a confluência dessas ruas e, ao norte, nas proximidades da CORSAN atual. Em seguida, a rede foi estendida às ruas João Pessoa e Camilo Mello.

Em 1938, a rede hidráulica teve um aumento de 1.600 metros e foi instituído o uso de hidrômetro.

Projetada pelo Dr. Leônidas de Souza, Engenheiro da Prefeitura, foi construída, pela mesma firma, a segunda caixa d´água, de base redonda, na proximidade do atual Colégio Alberto Pasqualini. De seu poço, a água era levada a um reservatório circular de cimento-armado com 12.000 litros de capacidade junto ao atual Escritório da CORSAN. Daí, recalcada a uma altura de 15 metros, fornecia 148.000 litros diários à população.

De 1942 a 1944, durante a II Guerra Mundial, os compressores eram acionados por motores de automóvel movidos a gás pobre, aparelhos fabricados por Lourenço de Moraes Gomes e conhecidos como gasogênios. Gasta-

vam-se vinte sacos de carvão e quatro litros de óleo lubrificante diariamente e funcionavam apenas os compressores de um poço.

Em junho de 1944, sob orientação do Prefeito Pedro Souza os motores das bombas de recalque anteriores foram consertados, mas o rendimento dos dois poços era insuficiente. Ele viu, então, que o município não estava nem técnica, nem financeiramente em condições de manter o Serviço de Abastecimento D´água e pediu ao Estado sua encampação.

Em 1° de outubro de 1947, quando já existiam 2.300 metros de rede hidráulica, os Serviços de Água do Município foram encampados pela Secretaria de Obras do Estado e, em 1966, passou a pertencer à CORSAN.[126]

CEMITÉRIOS DA ATUAL CIDADE

Cemitério do Durasnal

Pelo Relatório da Província, em 1859, havia "*um cemitério bento na Fazenda do falecido João Vieira de Alvarenga*". Foi este, o **primeiro cemitério** da atual cidade de Júlio de Castilhos.

Diz o assento de óbito de João Vieira de Alvarenga[127]:

"*Aos 21 dias do mes de novembro de 1856 faleceu neste Distrito de São Martinho, de moléstia interna e com Sacramento de Penitencia, João Vieira de Alvarenga, casado, de idade de 74 anos mais ou menos, natural de Taubaté, Província de São Paulo: seu cadáver foi sepultado em um cemitério feito de propósito junto a sua casa. Do que para constar fiz este assento.*

126. CORSAN E VOCÊ – Informativo n ° 56 – maio de 1980 – Acervo do autor.
127. ARCEBISPADO DE SANTA MARIA, RS – Livros de Batismo, Casamento e Óbitos da

a) Vigário Francisco Paes da Silva Tavares"

(Sabe-se hoje, que ele tinha 79 anos e que era natural de Curitiba e foi batizado na localidade de Tamanduá, no atual Paraná. Seu pai é que nasceu em Taubaté).

Velloso da Silveira[128] cita que Alvarenga ordenara "*que no lugar de seu arranchamento fosse construído um cemitério murado a pedras, onde seria sua catacumba; e mais que fosse construída uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, fornecendo seus testamenteiros todo o material existente na fazenda e também a quantia de vinte e seis onças de ouro e oitocentos e trinta e dois mil réis*". Entretanto, nada consta em seu testamento e a capela só seria construída vinte anos mais tarde.

Além do túmulo de João Alvarenga, os primeiros sepultamentos realizados nesse primeiro cemitério foram:[129]

Rosa Vieira de Alvarenga, falecida em 19 de abril de 1857; Antônio Moreira Machado (seu esposo), falecido em 13 de julho de 1857; Maria Rosa de (Morais) Alvarenga, falecida em 30 de junho de 1957 (esposa de João Alvarenga); Justina Maria da Conceição, falecida em 3 de setembro de 1958 e Felício Pereira da Luz, falecido em 13 de dezembro de 1958.

Cemitério da Freguesia

Em 1874, foi aberto o segundo cemitério, localizado em um potreiro de Carlos e Marieta Fumagalli. Nas proximidades do atual Estádio Municipal.

Capela de São Martinho.

128. EMETÉRIO JOSÉ VELLOSO DA SILVEIRA, Dr. - "As Missões Orientais e Seus Antigos Domínios" – Tip. da Liv. Universal de Carlos Echenique – 1909 – pg.10 e outras.

129. ARCEBISPADO DE SANTA MARIA – Livro n° 1 de Óbitos.

Cemitério Santa Maria

Em 1886, foi nomeada pela Câmara de São Martinho uma comissão formada pelos vereadores Francisco de Abreu Valle Machado, Gonçalo Soares da Silva, João da Fonseca Paim e Theodoro Ribas para receber uma verba de 400$000 para "*auxílio à feitura do Cemitério de Villa Rica*".[130] Ele ficava em campos de Maria Antônia da Silva, viúva de Francisco Antônio da Silva. Ela fez a doação do terreno ao município, pedindo apenas que a quarta parte do nordeste fosse reservada para membros de sua família. Essa área fica atualmente, para a direita da avenida central em frente ao portão de ferro.

O primeiro jazigo de material deste cemitério existe ainda hoje. Está localizado na esquina da Rua Ernesto Oliveira com a Av. Fernando Abbott. Teve encimado uma cruz de ferro-batido com as iniciais A.A.X. Ali foram sepultados Antônio Adolpho Xarão, falecido em 22 de fevereiro de 1887 e o membro da primeira Comissão Administrativa do Município, Joaquim Adolpho Charão, falecido em 10 de agosto de 1892.

Em 6 de abril de 1910, o Intendente Álvaro Pinto, deu a esse campo-santo, conhecido como Cemitério Novo, a denominação de Cemitério Santa Maria, em homenagem a sua doadora.

Em 1939, o Prefeito Carlos Correa da Silva organizou, cadastrou e fez calçar a avenida central. Mandou também plantar os jacarandás em frente ao muro e reconstruir o túmulo de Antônio Carbone (no antigo ângulo nordeste do cemitério primitivo).

Em novembro de 1969, na administração de Mileno Moreira, o cemitério foi ampliado em 5.000 m2 nos fundos, arruado e foi construída a Cruz-das-Almas tendo sob a qual um ossuário. Foi executado também o muro

130. LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO – Acervo de Rubens Augusto Pedrazzi, de São Martinho da Serra.

de arrimo e o reservatório de água em frente ao cemitério. Em 1978, foi iniciada a plantação de árvores nativas no interior do cemitério. Um ipê amarele foi a árvore preexistente plantada, em 1976, pelo autor.

Em 1980, foi inaugurada, por iniciativa da vereadora Elys Lourdes Gomes de Mello, a capelinha à direita da Cruz das Almas, cuja padroeira é Nossa Senhora dos Aflitos. O mosaico que a ornamentava era da autoria de Maria Arabela Gomes.

Em 1982, foi colocado, à sombra de um pé de primavera, à direita da entrada antiga, um pequeno pedestal onde se lê: "Em memória de Maria Antônia da Silva (*1803 + 1894), doadora da área primitiva deste Cemitério Santa Maria, homenagem da Prefeitura Municipal".

Em 1985, a Prefeitura recebeu do casal Dr. Ibes Castilhos Lopes a importante doação de uma área de 8.399,88 m2. Na qual, a administração Romeu Martins Ribeiro mandou construir muro, pórtico, abrigo para zelador e as primeiras gavetas do cemitério.

ANTIGAS PONTES

Arroio dos Buracos

A primeira ponte do Município foi construída em 28 de dezembro de 1872, sobre o atual Arroio Tipiaia, num passo de carretas da antiga estrada Vila Rica-Passo dos Buracos-Passo do Ivaí (debaixo), atual JC 030. Era uma ponte de madeira de lei, executada por Gabriel da Silva Lima, conforme planta organizada por Miguel Müller, e custou três contos e setecentos mil réis. Tinha 10,10m por 9.[131]

Em 7 de setembro de 1911, foi inaugurada pelo Intendente Álvaro Pinto, uma segunda ponte, no mesmo lu-

131. MUSEU MUNICIPAL DE CRUZ ALTA – Documentos da Prefeitura Municipal.

gar. O projeto era do Chefe de Obras da Intendência, Eng° Kurt Vincent Daberkow. Tinha 13 metros de comprimento, pilares de alvenaria, tabuleiro e parapeito de madeira.

Fig. 199: Ponte Passo dos Buracos.

Pontes do Felício

Fig. 200: 1º automóvel: Francisco e Genny Salles, 2º: Adelaide Barros e Iria Gomes. Marcado: Int. José Ignácio.

Em 20 de julho de 1919, foi inaugurada a primeira ponte[132] sobre um passo aberto, em 1918, no Arroio Santo Antônio, que ficou conhecido como Passo do Felício. Nome que levou de um antigo morador, Felício Pereira da Luz, que possuía "*uma data de campos e matas*" nesse lugar. O nome do passo foi estendido ao lajeado que hoje é conhecido como Arroio Felício.

132. O POPULAR – Jornal n° 24 e 82 – Acervo do autor.

Essa primitiva ponte, foi construída por Severino Portella. O Intendente José Ignácio Silveira de Campos, durante a inauguração, salientou os esforços de Salvador da Rosa Netto, Cel. Serafim Correa de Barros e Pedro da Mota Mello.

Fig. 201: Ponte do Felício 1934.

Em 1° de fevereiro de 1934, o Prefeito Harvey Azambuja mandou construir no mesmo lugar uma segunda ponte, projeto do Eng° Antônio de Castro Jobim. Empreitada por José Baptistella custou vinte e dois contos de réis e era de madeira de lei. Os pilares de pedra foram construídos por Salvador Paulino e custaram cinco contos de reis. Era denominada "Ponte Gen. José Antônio Flores da Cunha" e sua placa em bronze está no Museu Vila Rica.

A atual Ponte do Felício, com 54 metros de comprimento, foi construída pela CINTEA em convênio da Prefeitura e Governo do Estado.

Ponte do Toropi

O Passo do Toropi era usado, desde 1600 como passagem de carretinhas dos índios e comunicava as estâncias jesuíticas de São Pedro com a de São Domingos.

Ao redor de 1900, o lugar era conhecido como Passo das Vendas ou Duas Vendas. Havia no lado de Quevedos a casa de negócio de Raphael Bañolas e outra na margem oposta.

A cerca de 150 metros acima da atual ponte, havia uma barca para efetuar a travessia. O local ficou conhecido como Poço da Barca,

Em 1898, era cobrado pedágio para a travessia[133]:

"*De carreta ou qualquer outro veículo carregado*	*2$000*
De carreta ou qualquer outro veículo descarregado	*1$000*
Por pessoa a pé	*$500*
Por animal montado ou carregado	*1$000*
Por animal cavalar, muar ou vacum solto	*$200*
Por animal cerdum ou ovelhum	*$100*
Para rebocar animais, cada viajem	*$500*

Quando o rio estiver fora de seu álveo, as taxas estabelecidas serão cobradas em dobro. Fica expressamente proibida a abertura de passos particulares ou públicos dentro da extensão de 4 km abaixo ou acima destes em que se cobrar o pedágio".

Fig. 202: Barca do Toropi - 1947.

Em 1907, a Intendência contratou com Frederico Bayer a construção de uma barca e uma canoa para ser posta no rio, no Passo das Vendas.

A imagem resgatada é da barca nesse mesmo rio que existia no ano de 1947.

Em abril de 1951, esse estado precário só veio melho-

133. O MARTINHENSE – Jornal de São Martinho n° 32 de 13.12.1898 – Acervo do autor.

rar pelo Vice-Prefeito em exercício, Victor Waihrich, com a construção de uma faixa de cimento no Passo do Toropi,

Em 13 de novembro de 1976, o Vice-Prefeito em exercício, Dr. Sérgio Rosa Guimarães inaugurou a atual ponte de concreto com 13 metros de vão, denominada Ponte Vasco Bañolas. Ela foi construída pela firma Técnica Viária, sob a responsabilidade do Eng° Claudino Toniel.

Fig. 203: Ponte Vasco Bañolas - 1976.

Fig. 204: Rio Toropi - Foto de Firmino Costa.

FORD

CAPÍTULO XIII

PODER JUDICIÁRIO

Em 1891, o Município de Vila Rica ficou sendo **Termo da Comarca de Cruz Alta.**

ERAM JUIZES DISTRITAIS DE JÚLIO DE CASTILHOS

1° – João da Fonseca Paim – Nomeado em 1892 e exonerado em 19 de julho de 1894.
2° – Theodoro Ribas – Em 1895 e 1896.
3° – Pantaleão Pinto de Souza – De 1897 a 1905.
4° – Bel. João Baptista Barreto Leite – De 1905 a 8 de maio de 1906.
5° – Bel. Jacinto Fernandes Barbosa – De 1906 a 1909.
6° – Crescêncio Campos de Almeida Ferraz – De 2 de dezembro de 1909 a 1911.
7° – Dr. Alberto Fernandes Barbosa - Em 1912.
8° – Bel. Moliano Álvaro Centeno Crespo – Em 1913.
9° – Bel. Álvaro Novis – De 1914 a 14 de setembro de 1916.
10 – Bel. Hugo Pinheiro Machado – De 21 de setembro de 1916 até março de 1919.
11° – Camilo Mello Sobrinho – De 1919 a 1920.
12° – Bel. João Braga de Abreu – De 8 de dezembro de 1920 a 26 de abril de 1921.
13 – Ulysses Carvalho – De 1921 a 1922.
14° – Bel. Luiz Wetterlé Negrini – De 13 de outubro de 1922 a julho de 1925.
15° – João Cândido Pereira – De 10 de julho de 1925 a novembro de 1925.
16° – Bel. Lourenço Valério Centeno – De 26 de novembro de 1925 a março de 1931.

17° – Pedro Marques da Rocha (acadêmico) – De 22 de março de 1931.
18° – Bel. Joaquim Simões Partichelli – De 2 de março de 31 até 1939. Teve o mais longo juizado do município.
19° – Bel. Mário Luiz Pansardi – Foi o último Juiz Distrital de Júlio de Castilhos.

Fig. 205: **FÓRUM DE JÚLIO DE CASTILHOS EM 1905** – Feliciano Ilha Soares (Oficial de Justiça), Toríbio Olympio das Chagas (Avaliador), Sylvio Pinto Ribas (Escrivão, Joaquim Pinto Fº (Escrivão do Registo Civil, Octávio Fernandes (Escrivão), Soldado (servente). Sentados: Manoel da Silva Soares (Escrivão de Órfãos e Ausentes), Manuel Cesar do Nascimento (Advogado), Hércules da Rocha Montenegro (1º Suplente de Juíz Distrital), Dr. João Baptista Barreto Leite (Juíz Distrital), Antero Silveira (Registro Geral), Djalma Santos e Lahyre Brasiliense Bastos (Escrivão do Cível e Crime).

Fig. 206: 1922 – Lahyre Bastos, Joaquim Barcellos da Rocha, Octávio Fernandes, João Borges dos Santos, Manuel Athayde, Pantaleão Pinto de Souza, Onofre Leal, Dr. Luiz Negrini, Dr. Flory Azevedo e Luiz Gomes de Araújo.

ANTIGOS CARTÓRIOS

Os antigos cartórios ou Ofícios de justiça do Município eram os seguintes:

Notariado ou Registro Geral – Em 1900, o Notário e Oficial de Registro Geral era Antero Silveira; em 1912, Octaviano Gomes de Oliveira e, em 1916, Abílio Pereira dos Santos.

Fig.207: Manuel da S. Soares.

Órfãos e Ausentes – Foi criado em 20 de março de 1902. No entanto, já em 1898, "f*oi nomeado para exercer vitaliciamente o ofício de Escrivão de Órfãos e Ausentes de Villa Rica, o Cel. Manuel da Silva Soares.*[134] " Ele (foto) ficou conhecido como "Maneco dos Órfãos" e exercia cumulativamente o ofício de Provedoria e Casamentos.

Em 10 de maio de 1902, foi nomeado, provisoriamente, como Escrivão do Cartório de Órfãos e Ausentes do Termo de Vila Rica, Manuel Cesar do Nascimento. Voltando o Cel. Soares como titular até 12 de maio de 1910, quando permutou com seu colega de Palmeira, João Borges dos Santos Júnior, que ficou até se aposentar, em 5 de outubro de 1922. Provavelmente, foi substituído por Octavio Fernandes que era 2° Escrivão.

Cível e Crime – Em 1900, o ofício era exercido por Isauro Cabral.

Em 1906, Lahyre Brasiliense Bastos era o 1° Escrivão e Sylvio Pinto Ribas, o 2°. De 1912 a 1916, o 2° Escrivão era Joaquim Barcellos da Rocha. Lahyre Bastos ficou até 28 de março de 1922, deixando vago o Ofício de Cível e Crime. E, em 6 de maio do mesmo ano foi suprimida essa escrivania.

134. O MARTINHENSE – Ano II n° 5 – Acervo do autor.

Juri e Execuções Criminais – Existia em 1900, e era exercido comulativamente por Isauro Cabral. Em 21 de outubro de 1891, é criado o primeiro **Corpo de Jurados** do Município, então chamado de Conselho de Jurados. Em 1902, o Conselho de Sentença era realizado com apenas cinco jurados.

Provedoria e Casamentos – Em 1899, vinha sendo, provisoriamente, acumulado pelo Cel. Manuel da Silva Soares. Em 1900, era exercido por José Duarte. E foi ocupado também por Manuel Rodrigues Pedroso.

Avaliação – Em 18 de abril de 1899, foi criado o primeiro cargo de Avaliador. Em 1900, havia dois cargos de avaliadores. O primeiro estava vago e o segundo era exercido por Toríbio Olympio das Chagas (avô do autor) até 1918. Em 14 de maio de 1925 foram nomeados Paulo Everaldino de Carvalho (Avaliador), Geminiano Pinto de Souza (Distribuidor) e Zeferino Fontoura de Souza (Partidor). Os atos constantes neste capítulo foram copiados por Francisco Salles.[135]

COMARCA DE JÚLIO DE CASTILHOS

A Comarca de Júlio de Castilhos foi criada pelo Decreto-Lei n° 720, de 29 de dezembro de 1944, em consequência de uma alteração na Divisão Judiciária do Estado. Era uma comarca de 1ª entrância, constituída dos termos de Júlio de Castilhos e Tupanciretã, desanexada da Comarca de Cruz Alta.

A Comarca de Júlio de Castilhos foi instalada em 28 de maio de 1945. Até então os juízes, que eram chamados de Juízes Distritais, passam a se chamar Juízes de Direito.

Em 24 de maio de 1945, foi empossado o primeiro Juiz de Direito da Comarca, Dr. Antônio Augusto Uflacker.

135. VILA RICA N° 1 – Caderno inédito de Francisco Salles – Acervo do autor.

Juizes de Direito da Comarca de Júlio de Castilhos desde sua instalação:

1º - Dr. Antônio Augusto Uflacker 2º - Dr. Augusto Pereira da Silva. 3º - Dr. Danilo Frasca. 4º - Dr. João Figueiredo. 5º - Dr. Wolney Santos. 6º - Dr. José Dutra. 7º - Dr. Jenuino Fachin. 8º - Dr. Bayard de Toledo Mércio. 9º - Dr. Osvaldo Proença. 10º - Dr. Rubens de Oliveira Campos. 11º - Dr. João Andrades de Carvalho. 12º - Dr. João Loureiro Ferreira. 13º - Dr. Saulo Brum Leal. Que foram os mais antigos.

Promotores de Direito da Comarca desde sua instalação em 28.5.1945:

1º - Dr. Darcy Berbigier. 2º - Dr. Homero Azambuja. 3º - Dr. Milton Machado Monteiro. 4º - Dr. Breno Barbosa Lopes. 5º - Dr. Esmeraldo Rodrigues da Silva. 6º - Dr. João Barcellos de Souza. 7º - Dr. Francisco de Paula Azevedo Veiga. 8º - Dr. José Reginaldo Kriger. 9º - Dr. Sylvio Scalzili. 10º – Dr. Walter Marciligil Coelho. 11º - Dr. Gilberto Niederauer Correa. 12º - Dr. Lauro Nelson Fornari Thomé. 13º - Dr. Benedito Espanha. 14º - Dr. Ottomar Zilles. 15º - Dr. Raimundo Cezar Ferreira da Silva. 16º - Dr. Tibúrcio Antônio Canali.

ALGUNS DADOS MAIS MODERNOS

CARTÓRIO DO CIVEL E CRIME - Foram escrivães Odilon Andrade e José Hausen Mothci.

CONTADORA E DISTRIBUIDORA - Branca Soares da Silva.

AVALIADOR JUDICIAL – João Appel.

OFICIAIS DE JUSTIÇA – João Antônio Machado e Doro Soares Garcez.

SERVENTE – Alberto Rodrigues dos Santos.

TABELIONATO – Tabelião Mário de Almeida Gomes e Ajudante substituto do Tabelião: Lourenço Moacyr da Silva Gomes.

REGISTRO DE IMÓVEIS – Oficial Hugo Silveira Maciel.

REGISTRO CIVIL E REGISTRO ESPECIAL – Oficial Otília Batistella Côlvero.

Fig. 208: Fórum de Júlio de Castilhos - Foto do autor.

CAPÍTULO XIV

SEGURANÇA PÚBLICA

A primeira autoridade pública a residir no Município foi João Cândido da Silveira, Subdelegado do Povo Novo, de 1887 a 1889. Antes da emancipação do Município, ocuparam esse cargo: Theodoro Ribas, João da Fonseca Paim e Gonçalo Soares da Silva.

Em 14 de julho de 1891, o novo Município de Vila Rica foi dividido em três distritos policiais:

1° Distrito — Sede (Vila Rica) 2° Distrito — Rincão dos Mellos e Colônia Núcleo Norte 3° Distrito — Rincão do Padilha

DELEGACIA DE POLÍCIA DE VILA RICA

"Ato n°611, de 14 de julho de 1891

Criando a Delegacia de Polícia de Vila Rica, achando-se criada a vila de Vila Rica, elevada a essa categoria por ato dessa data, o Vice-Governador do Estado, de acordo com a proposta do Major Chefe de Polícia, em ofício de hoje, resolve criar a Delegacia de Polícia da referida vila.

Palácio do Governo em Porto Alegre, 14 de julho de 1891.

a) Dr. Fernando Abbott."

O **primeiro Delegado de Polícia** de Vila Rica foi **Gonçalo Soares da Silva**, que já vinha exercendo o cargo de Subdelegado do Distrito de Vila Rica.

Nomeado em 10 de agosto de 1891, exerceu o cargo até 4 de janeiro de 1892, data da nomeação de Joaquim de Lima Netto.

Lourenço Pinto de Oliveira Ribas era Delegado de Polícia em 17 de julho de 1892 e ainda o era em 14 de julho de 1893.

Foram Subdelegados de Polícia do 1° Distrito: Feliciano de Paula Guterres e os suplentes João Cândido da Silveira, João B. da Silva e Manuel Pereira dos Santos Bastos.

Em 1893, era Delegado de Polícia, Rodolfo de Oliveira Mello por pouco tempo, voltando depois em 1896.

No acervo do autor, existe varias correspondências recebidas pelo Subdelegado de Vila Rica durante a Revolução de 93 que ilustram bem esse tempo e os serviços de polícia de então.

Em 1900, era Delegado de Polícia, Alcides Fernandes de Morais. Em 1901, Horácio Manuel de Mello. De 1904 a 1908, o Cap. Álvaro Hippolyto Pinto, sendo Camillo de Oliveira Mello o Subdelegado do 1° Distrito.

Em 1910, era Delegado de Polícia Joaquim Barcellos da Rocha. Em 1911, o Ten. Cel. Horácio de Oliveira Bastos e João Castilhos era o amanuense (Secretário). De 1912 a 1917, o Cap. José Quintilhano Ávila e Praxedes Pereira do Nascimento, o amanuense. De 1917 a 1920, o Bel. João Ignácio Silveira de Campos e Joaquim Piquet Belmonte, o amanuense. Em 1921, Onésimo Pereira dos Santos e Álvaro Leitão, o amanuense. Em 1923, Dinarte Mota era o amanuense.

GUARDA MUNICIPAL

A Guarda Municipal era uma instituição muito antiga.

A ela se referiu Velloso da Silveira[136] (9) em 1904:

"*O povo de Vila Rica é, em geral, hospitaleiro, laborioso e moralizado. Dentro da vila não há prostituição e talvez seja a única povoação onde isso sucede.*

136

O policiamento é feito por 12 praças comandadas por um inferior, gente bem escolhida e, sobretudo, bem fardada e equipada."

Em 1899, o Alferes Apolinário Torres era o Comandante da Guarda Municipal, nomeado em 1° de janeiro. Exerceram o mesmo cargo Joaquim Barcellos da Rocha (1903), Caetano José Cavalheiro (1906) e Eugênio Azevedo (1907).

Em 1910, a Guarda Municipal era comandada por um sargento e composta por dois cabos e oito soldados.

Em 1920, o Ten. Melchiades Lopes Lencina era o Comandante. Em 1921, foi comandada por Henrique Kurtz. Nessa época, havia treze praças para a segurança de oito distritos.

Em 1930, foi extinta a Guarda Municipal e substituída por um contingente da Brigada Militar do Estado. Mais tarde, seria recriada e extinta definitivamente em 1935.

Ao redor de 1937, existiam os cargos de Inspetores Rurais e, na Vila, o de carcereiro. Extintos em 1° de janeiro de 1938, em virtude de uma nova organização policial.

CADEIA CIVIL E PRESÍDIO MUNICIPAL

A primeira Cadeia Civil da vila ficava na Rua XV de Novembro, que ficou conhecida popularmente como Rua da Cadeia. Era um pequeno prédio de material. A Rua Gen. Moura terminava, ao sul, na XV de novembro. A Cadeia teria sido demolida em 1925, para a abertura do prolongamento dessa rua até a atual Rua Beto Salles.

No mesmo ano, a Cadeia Civil teria sido transferida para a recém-comprada Intendência Municipal (atual Centro Social). Constava apenas de uma cela, para onde eram recolhidos todos os presos do Município.

Fig. 209: Cadeia Civil.

O primeiro carcereiro da Vila teria sido Bernardo Pinto, nomeado em 4 de janeiro de 1902.

Finalmente, na primeira administração de Victor Waihrich teve início a construção do Presídio Municipal administrado pela Secretaria de Segurança do Estado. O terreno para tanto foi doado por Gertrudes Mascarenhas (Mimosa), viúva de Cypriano Mascarenhas.

Fig. 210: Delegacia de Polícia.

CAPÍTULO XV

ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

Sem dúvidas, 1901 foi o ano de ouro da cultura castilhense. Nesse ano foi fundado o Clube Literário Félix da Cunha e, com ele teve início a primeira Biblioteca de Vila Rica, além de surgir também o primeiro jornal em terra vila-riquense.

Antes disso, a cultura popular se extravasava apenas nos alegres saraus nas casas de família, onde se apresentavam os poucos valores da época. Cantavam, tocavam piano, bandolim, violão, violino e outros instrumentos. As declamações de poesia, os "recitativos" de então, eram muito apreciados. Nessas reuniões íntimas, que começavam cedo e raramente passavam da meia-noite, eram servidos doces e licores.

Além das serenatas tradicionais dos moços, no início do século, dos cinematógrafos ambulantes, dos "circos de cavalinho" com seus "borlantins", "peludos" e palhaços, nada mais havia para o sadio entretenimento dos vila-riquenses.

Acredita-se que um fato faria despertar o entusiasmo de todos e talvez a ele se deva a eclosão de um movimento de reavivamento sociocultural do povo de Vila Rica:

Em julho de 1901, fora extinto o Município de São Martinho e, de lá, transferiram residência pessoas de grande projeção política, social e cultural.

A mesma tipografia que imprimia o extinto jornal "O Martinhense" fez circular, já em agosto, "A Convenção", o primeiro órgão de comunicação escrita de Vila Rica.

Foi na residência de um migrante martinhense que, num clima de grande euforia, teve início a ideia que

resultou na criação da primeira entidade associativa sem caráter político da futura cidade. A Aurora da Serra, uma loja maçônica de São Martinho, renasce em Vila Rica nesse ano, congregando as figuras mais expressivas no momento.

BANDAS DE MÚSICA

Fig. 211: Banda de Música.

A primeira banda de música que se tem notícias é a **Banda Musical Santa Cecília**. Em 1901, ela participou das solenidades de fundação do Clube Literário Félix da Cunha e de outras atividades daquele ano. Deveria ser formada por seis ou oito músicos que, com instrumentos de sopro e percussão, tocavam mais por amor a arte.

A Banda foi extinta, mas o povo sentiu sua falta. Tanto que, em sessão de 12 de novembro de 1909, o conselheiro Sylvio Pinto Ribas, outro martinhense de origem, "*considerando a vida que dá às localidades a existência de uma Banda de Música, propõe a criação de uma na vila*". Sugerindo a verba de um conto de réis por ano. É possível que fosse reorganizada. Sabe-se que, janeiro de 1916, era regida por João Lourenço Moreira. Em 1918, existia a banda, regida por João Lourenço Moreira, com o

nome de **Banda de Música Carlos Gomes** e era mantida pela Intendência. Em fevereiro ela foi contratada pelo Cinema Céres. A Banda Santa Cecília deve ter durado muitos anos. Renascia sempre conservando o mesmo nome. Encontrou-se citada em 1923. Em 1936, era mantida pelo Círculo Operário. Em 1940, teria sido mantida pelo fazendeiro, Eusébio Ilha da Rosa (Bica Rosa), um de seus grandes mecenas. Foram seus músicos: Salabergo Ribas (sax e clarineta), João Jirau (prato e bumbo), João Terêncio (contrabaixo), Pedruca, Galvão Ceratti, Dino Moreira, Rômulo e outros.

Fig. 212: Banda Santa Cecília - 1940.

Fig. 213: Banda Santa Cecília.

Em 1919, surge a **Lyra Castilhense**, mantida pelo Círculo Operário. Todos os domingos dava retreta (audição) na Praça Marechal Floriano. A partir de 1921, a Intendência auxiliaria com 1:500$000 anuais para que esse programa continuasse.

Em 1920, havia uma "*bem afinada*" **Orquestra do Maestro Ormínio Freitas**. Ele dava aulas de música na Vila.

Em 1929, existia uma **Banda Municipal** regida por Rafael Esturo que ganhava 230$000 mensais.

Em 1936, veio trabalhar com o dentista José Joaquim Saldanha de Vargas, um dentista americano que influenciou o meio musical, resultando na fundação, em 12 de novembro, do **Centro Musical Jazz-Band Ideal de Júlio de Castilhos**. A primeira Diretoria era a seguinte: Presidente Honorário, Cel. Onésimo Pereira dos Santos; Diretor Geral, H.F. Hanemann (o americano); Secretário, Olegário Wanderley; Diretor Musical, Alberto Pereira e Diretor Técnico, Romano Coderini.

Surgiu, depois, o Tupy Jázz Band (foto), composto por Assis Marques segundo, Vasconcellos terceiro, Funga baterista, Guilherme Silva (de óculos), Batista, penúltimo, Salabergo Ribas, sax.

Fig. 214: Tupy Jazz Band.

INSTITUTO MUNICIPAL DE MÚSICA

Foi criado em 28 de julho de 1932, pelo então Prefeito Aristides Gomes com o objetivo de "*melhorar as condições cultural da Vila e despertar vocações para esta arte*". Sendo este, o maior acontecimento cultural antigo do Município na área da música.

Era seu Diretor o Maestro Maurílio Lyra, diplomado pelo Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro.

Segundo o Maestro Lyra, "*o Conservatório ministrava além do ensino propriamente musical, isto é, teoria de música, solfejo, estudo de piano e de violino, uma orientação artística no ponto de vista do conhecimento dos mestres cujas obras estavam incluídas no programa adotado nos institutos oficiais do País.*"

O Instituto Municipal de Música de Júlio de Castilhos teria durado, pelo menos, cinco anos.

CLUBE MUSICAL BETHOVEN

Fig. 215: Clube Musical Bethoven.

Foi fundado em 15 de agosto de 1948, por iniciativa da Profª Célia Brasil Sarmento, que tinha curso de aperfeiçoamento no Conservatório Nacional de Música do Rio de Janeiro. O objetivo do Clube era desenvolver o conhecimento musical das crianças.

As reuniões eram feitas na casa dos sócios que possuíam pianos. A primeira Diretoria era a seguinte: Presidente, Schirley Campos; Secretário, Carlos Roberto Lopes; Tesoureira, Terezinha Lopes; Oradora, Ilse Vargas; Suplentes, Anita Culau Waihrich e Cléia Messerschmidt. O Clube Musical Bethoven promovia recitais de música e balé, anualmente, até 1954.

GRUPOS CORAIS

O primeiro grupo foi o **Grupo Coral João Vieira de Alvarenga** que foi criado em 15 de janeiro de 1922 por iniciativa do Dr. Luiz Wetterlé Negrini, que era seu Diretor. Reunia-se na Casa Paroquial e era composto por Dolores Moreira (Presidente), Estelita Appel (Vice-Presidente), Jovita Pereira dos Santos (Secretária), Ester Onófrio, Aurélia Tognotti, Almerinda Machado. Haydée Kaercher, Alice Reggiori, Servita Pereira dos Santos, Ângelo Didonet, Oswaldo Kuhn, José Bevilacqua e João Manuel Pereira. O diapasão desse Coral está no Museu Vila Rica.

Em 1992, a Casa da Cultura criou o **Coral Vozes da Terra**, regido por Cirilo Zanoni. Tinha cerca de quarenta participantes.

GRÊMIO CASTILHENSE DE LETRAS

Fundado em 1948, teve como primeiro Presidente, o Dr. Antônio Augusto Uflacker e 2° Presidente, o Dr. Álvaro Escobar Guimarães. Teve efêmera duração.

CONJUNTO MELÓDICO TIPIAIA

Foi fundado em 14 de novembro de 1963. Idealizado pela Dra. Sônia Suzana de Campos Abreu e Dr. Aparício Correa de Barros. Teria durado três anos.

Fig. 216: Conjunto Melódico Tipiaia.

TEATRO MUNICIPAL

Fig. 217: Theatro Municipal.

O "Theatro Municipal" foi uma iniciativa do Intendente Álvaro Hippolyto Pinto. Em 11de março de 1912, ele adquiriu do casal Dr. José Alves Valença um terreno com área de 448 m2. A obra foi construída por Emílio Greiner, de Bagé. Tinha a frente de alvenaria, as paredes laterais e internas de madeira e o telhado era com folhas de zinco. Comportava 168 lugares. O Teatro foi festivamente inaugurado em 31 de dezembro de 1912. Estavam presentes o Gen. Firmino Paula e Silva (Firmino de Paula), chefe republicano da região serrana, Paraninfo; o Dr. Otávio Coutinho e o Mj. Antônio Pereira dos Santos, respectivamente Promotor Público e Delegado de Polícia de Cruz Alta. O orador oficial foi Lourival Hausen.

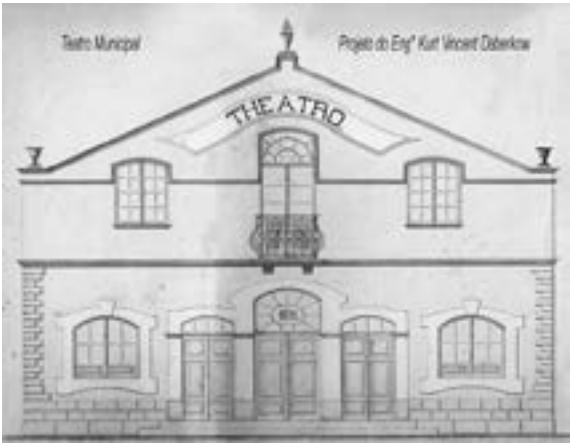


Fig. 218: Theatro Municipal.

Em 1919, eram anunciadas importantes reformas no teatro: "*Será extinto o antigo Buffet, que ocupava pequeno compartimento na frente do edifício, ficando as entradas mais espaçosas. Os camarotes, em número de 12, terão disposições mais convenientes e receberão cobertura de belbutina nos peitoris. O interior do teatro será embelezado com pinturas e decorações novas.*"

Estavam sendo esperados "*confortáveis mobiliários*". Até então, eram simples cadeiras coloniais.

Para inaugurar os melhoramentos, o teatro, recebeu, em janeiro de 1920, a Cia. Ribeiro Cancella que levou a peça "Vinte e um na zona", despertando o entusiasmo nos amadores da Vila.

Em 21 de janeiro de 1925, o Teatro Municipal ficou sob direção da Secretaria do Município. O regulamento estipulava a cobrança de dez mil réis por função.

Todos os espetáculos de teatro amador eram ali realizados. Abrigou vários cinemas e recebeu várias companhias nacionais de teatro e operetas, além de violinistas, pianistas, cantores, mágicos e conferencistas.

Após um quarto de século a serviço da cultura castilhense, o velho "Theatro" estava em péssimo estado, não

oferecendo "*as necessárias garantias e comodidades ao público*". Como a municipalidade não tinha condições de recuperá-lo ou construir um novo prédio, resolveu fazer doação do teatro e respectivo terreno de 15,5 metros por 27,9, avaliados em 14 contos de réis; a quem propusesse construir um edifício destinado a cineteatro "com todos os requisitos da técnica moderna". Também o isentaria de impostos por dez anos.

O Edital n° 1, de 4 de janeiro de 1938, (94) dizia que não seria permitido ao donatário "destinar o imóvel para fim diverso do estipulado na doação" sob pena de reversão ao patrimônio público.

Com a concordância do Tribunal de Contas do Estado, o precioso patrimônio foi doado, em fevereiro do mesmo ano, a Miguel Waihrich F° que venceu a concorrência e aceitou as condições impostas no edital.

Fig. 219: Cine Teatro Palácio.

O novo prédio, com a denominação de Cine Teatro Palácio, foi inaugurado em 8 de fevereiro de 1939. Quinze anos depois, em 17 de janeiro de 1955, o prédio foi vendido ao casal Rubens Tatith.

Fechando suas portas foi alugado com finalidades diferentes de teatro e cinema.

Fig. 220: Dra Waleska Agostini.

Levado ao Judiciário pela Profª Marli Alberto, em 16 de março de 1997, a Dra. Waleska Flores Agostini, Promotora de Justiça, move uma Ação Civil Pública contra o casal que não cumpriu encargo incidente e pede a reversão da doação ao patrimônio público. O proprietário apelou.

Em 19 de janeiro de 1998, a Juíza, Dra. Luciana Fedrizzi Rizzon dá sentença favorável e, em 16 de junho de 1999, o Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, negou provimento ao apelo.

Recebido, o Cine Teatro Palácio foi reformado e inaugurado com o nome Centro Cultural Álvaro Pinto, em 30 de outubro de 2012.

ANTIGOS GRUPOS TEATRAIS DE AMADORES

Fig. 221: Lourival Hausen.

O grupo teatral de amadores mais antigo que se encontrou foi a **Sociedade Artística 20 de Agosto**. Que em 1916, sob a direção de Lourival Hausen, encenou no Teatro Municipal o drama de costumes religiosos "Izabel de Thuringia". O elenco era formado apenas por jovens do sexo feminino: Jovita e Servita Pereira dos Santos, Pequena Netto, Corina Appel, Mimosa Moraes, Almerinda Machado, Djanira Machado, Aracy Bastos, Maria Jacy Garcia, Maria de Jesus, Estelita Appel e outras. O grupo teria a duração de, pelo menos, dois anos.

Em junho de 1918, no mesmo teatro, com "Nódoas de Sangue", um drama de João Alpoim, estreou um novo grupo composto por: Nicolau Campio, Noé Appel, Feliciano Ilha Soares, Américo Reginatto, Dorival Krebs, Eudoro Castilhos e A. Viana.

Em 30 de maio de 1920, um **Grupo de Teatro**, dirigido pelo Cap. Joaquim Piquet Belmonte, encenou "O Martírio do Dever" que contava a história de um padre angustiado por não poder revelar os segredos do confessionário. No elenco, Noé Appel, Feliciano e Egino Ilha Soares, Morena Borges, Waldemar Messerschmidt, Juvêncio Mendonça, Severinho Barros e José Bevilacqua.[137]

A formação desse grupo foi resultante do entusiasmo que a Companhia (nacional) Ribeiro Cancella despertou nos jovens da Vila. O mesmo entusiasmo chegou às atrizes da época que apresentaram a peça "A Choupana", com Sinhazinha Castilhos, Pequena Netto, Amélia Tognotti, Haidée Ortiz, Idelmira Rocha, Jovita Pereira dos Santos, Esther Onófrio (foto) e Estelita Appel.

Fig. 222: Esther Onófrio.

Ainda em 1920, numa Festa Artística em benefício do Sport Club Brazil, foi representado o drama em três atos, "A Choupana Bretã" cujo Diretor era Lourival Hausen. Os personagens eram vividos por Jovita e Servita Pereira dos Santos, Estelita Appel, Haydée Ortiz, Aurélia Tognotti, Gabriela Rosa, Edelmira Rocha, Laura Pinto, Inhazinha Pereira e Ambrosina Rosa. Os papeis masculinos [!] eram interpretados por Constância, Helenita Bastos, Anita Onófrio, Nini Pinto, Édela Hausen e Maria Waihrich.

Já, em 1921, aparece o primeiro grupo misto de amadores. Em homenagem ao oitavo aniversário do S.C.

137. O POPULAR – Jornal n° 128, 188, 199 e 282 – Acervo do autor.

Brazil, foi encenado no Teatro Municipal o drama "Santa Aquilina". No elenco, as senhoritas Estelita Appel, Jovita e Servita Pereira dos Santos, Dolores Moreira, Doralice e Dorilda Rosa, Abegahyl Barbosa e os senhores Péricles Uchoa e Noé Appel. No "Ato Variado", Haidée Ortiz, Helenita Bastos e Édela Hausen recitam poesias e monólogos. Dois meses depois, foi a vez do Grêmio Desportivo Castilhense ser homenageado por um grupo dirigido por Joaquim Piquet Belmonte. O drama "Borboleta e Abelha", de Américo Rodrigues, teve no elenco: Gonçalina Salles, Alzira Jobim, Esther Onófrio, Alice e Maria Clara Correa, Alcina Saldanha, Cecy, Cory e Candy Mello, Gabriela Saldanha, Cita Azevedo, Ida Pinto e Elvira Belmonte. Carula e Gonçalo Soares apresentaram o monológo "O Mundo Está Torto" e "Narigão".

Em maio de 1921, houve um grande festival no Teatro Municipal. "Fabíola", foi a peça encenada e tomaram parte: Esther Onófrio, Ilda Ortiz, Alaíde Ribas, Geny Motta, Cita Azevedo, Brandina Souza, Garibaldina Maister, Lourdes Ribas e Geny Garcia e as meninas Alveny Pinto, Júlia Ortiz, Guilhermina Machado, Sally Salles, Quetita Ortiz e Édela Hausen. O espetáculo foi dirigido por **Lourival Hausen e Joaquim Piquet Belmonte**, duas pessoas incansáveis para o desenvolvimento do antigo teatro amadorístico de Júlio de Castilhos.

Em junho de 1921, outro grupo encenou "Izabel de Turíngia", a mesma peça que tanto sucesso fizera em 1916. Representaram nessa vez: Alice Correa, Geny Motta; Candy, Cecy e Alda Mello; Julieta Coderini, Brandina Souza, Natália Fontela, Margarida Correa e Cecília Coderini. Além das meninas Corinha Castilhos, Gonçalina Azevedo, Helda Mello e os jovens Dante Martelli e Gonçalo Soares.

Fig. 223: Teatro Ribeiro Cancella.

Em 1948, teria sido formado o **Grupo Teatral Ribeiro Cancella** que encenou "Os Maridos Atacam de Madrugada" e "Cem Gramas de Homem", logrando grande sucesso. Essa última peça teve o seguinte elenco: Arcila Rosa, Terezinha Edler, Solon Appel Costa, Clóvis Soares, Ellys Gomes, Paulo Lopes, Ari Edler, Letícia Pasqualini e Romildes Ferraz.

Em 1949, veio a Santa Maria a Cia. de Teatro Iracema de Alencar reavivando o entusiasmo do Grupo. O Ribeiro Cancella convidou a grande atriz a apresentar-se na cidade. Como o proprietário do Cine Teatro Palácio exigisse 50% da renda ficou impossibilitada a vinda da companhia, no entanto, veio a própria Iracema de Alencar [!] incentivar os amadores e dar-lhes, em poucas horas, as lições básicas para o desenvolvimento de sua arte.

Surgiu daí a peça que alcançou maior sucesso do Grupo Ribeiro Cancella: "Maria Cachucha", de Joracy Camargo. Depois de serem aplaudidos na cidade, excur-

Espetáculos TEATRAIS

"MARIA CACHUCHA"

PROGRAMAÇÃO

Fig. 224: Maria Cachucha.

sionaram, em agosto de 1949, a Nova Palma, Tupanciretã, São Sepé e Palmeira das Missões, sempre recebendo aplausos compensadores.

Diante dos êxitos alcançados, em agosto de 1952, o Grupo Teatral Ribeiro Cancella foi organizado definitivamente e constituída sua primeira diretoria: Presidente, Mário Villamil de Vargas; Vice-Presidente, Solon Appel Costa; Secretário, Maury Langone; Tesoureiro, Orandyr Langone; Adjunto, Mário Poye; Cenógrafo, Lourenço Moacyr Gomes; Adjunto, Bernardino Mensa; Diretor de Propaganda, Otacílio Rosa e Arquivista, Oracyr Langone.

Em 12 de dezembro de 1952, foi encenado por esse grupo "O Garçom do Casamento". Além do elenco de Maria Cachucha, tomaram parte na peça Maria Diniz e Cléia Messerschmidt.

Em 28 de julho de 1956, o **Grupo Teatral de Amadores Júlio de Castilhos**, estreou com a peça "O Bobalhão" de Ferreira Rodrigues, encenada no Cine Teatro Palácio. O elenco, por ordem de entrada era composto por Célia Sarmento, Romildes Ferraz, Disberto Bisognin, Alice Guimarães, Terezinha Nascimento, Agostinho Casarin e João Farinatti. Foi dirigida por Solon Lemos, sendo Contrarregra Firmino Costa e Ponto, Lino Tomelin.

Fig. 225: Grupo Teatral Amador.

Diante do sucesso alcançado, com teatro lotado, a peça foi levada no Cinema Capitólio de Tupanciretã. (foto)

Fig. 226: O Bobalhão.

A segunda e última apresentação do Grupo foi: "Paraquedista do Amor". Direção e Contrarregra de Solon Lemos e Ponto de Lino Tomelin.

Mesmo trocando o nome do casal de amantes por noivo e noiva, o Juiz de Direito da época em artigo no jornal local, embora aplaudindo o êxito alcançado pelos amadores, julgou a peça como imoral. O Grupo respondeu contestando o rigorismo dos conceitos emitidos e, apesar do irrestrito apoio da população, o Grupo se desgostou e nunca mais voltou a se reunir.

Em 1976, um grupo de estudantes liderados pelos professores Sônia Campos Abreu e Valcir Quevedo surgiu e, como homenagem ao veterano grupo da cidade, retomou o nome de Ribeiro Cancella. Entre as peças de sucesso desse novo **Grupo Teatral Ribeiro Cancella** cita-se a peça "As Loucuras de Mamãe", de Jota Gama. Eram atores: Lenir Correa, Albertina Bertoldo, Rosane Mello, Rejane Ribeiro, Regina Cadó, Paulo Lopes, José Antônio Sanfelice, José Mário Rubin, Selmar Lago, Alberto Varini e Ibanes Senna. Diretores: Sônia Abreu e Valcir Quevedo. Contrarregra Mário Vargas e Maquilador, Amaury Frescura.

Parece que a única tentativa de apresentar um teatro de montagem mais difícil, pertenceu a esse Grupo com a encenação, em novembro de 1977, de "O Santo Inquérito" de Dias Gomes. Destacaram-se no elenco: Selmar Lago, Rosane Mello, Gessi Michelon, Henrique Hundertmarck, Rejane Ribeiro e Cláudia Lopes. A Direção era de Sônia Abreu e Valcir Quevedo e contrarregra de Miguel Alípio e Joana Mello. Foi a primeira vez que foi visto o beijo na boca por um casal de atores.

CINEMA

Em fins de agosto de 1901, os vila-riquenses teriam a oportunidade de ver a nova maravilha da sétima arte: O n° 3 de A Convenção, de 1° de setembro de 1901, noticiava:

"*Acha-se nesta vila exibindo os seus sylphoramas e cinematographo, o Sr. H. Kaurt. Assistimos aos seus espetáculos. O sylphorama, apesar de ser gênero muito visto, é aceitável, pois apresenta alguns quadros novos. Outro tanto não podemos dizer do cinematographo que, por defeito da luz ou por descuido no trabalho da máquina, não apresentou uma só vista perfeita. A contínua oscilação faz tremer tanto as figuras que quase nada delas se percebe e ofende a vista. Esperamos que o Sr. Kaurt corrija esse defeito.*" (Silforama era um modelo aperfeiçoado de lanterna mágica de grande dimensão que projetava fotografias).

Garibaldi Salles afirmou que, ao redor de 1908, durante algum tempo, houve sessões de um cinema ambulante e que a luz vinha de um gerador que ficava no quarteirão da igreja.

Em 1° de setembro de 1914, teria começado a funcionar o que seria o **primeiro cinema de Júlio de Castilhos,** instalado no Teatro Municipal por Ernesto Pereira (de Oliveira)[138]. Essa é a primeira notícia que se encontrou. Surgiram, depois cinemas com vários nomes e diferentes proprietários.

Em 1923, é inaugurado o Cine Teatro Pathé, dos irmãos Oreste e Francisco Tognotti. Em 1926, ele passou a funcionar em prédio próprio, na Av. Pinheiro Machado, ao lado do antigo Hotel do Comércio. Estaria hoje onde é a Caixa Econômica. As projeções eram acompanhadas por um conjunto musical: Silveirinha Silveira (piano), Olímpio Pinto (violino), Romano Coderini e Jacy (flautistas). Este cinema fechou suas portas em 1932.

138. O LUCTADOR – Jornal de Tupanciretã – Ano I n° 22 – MCSHJCPA.

Até então, o cinema era mudo. A máquina projetava 12 quadros por segundo. (atualmente são 24) A projeção era tocada a manivela e o operador podia variar a sua velocidade: mais lenta nas cenas de amor e mais rápidas nas cenas de ação. Um fragmento do projetor desse cinema (foto) está hoje no Museu Vila Rica. Foi fabricado por uma sociedade francesa de equipamentos cinematográficos, a Pathé Frères, .

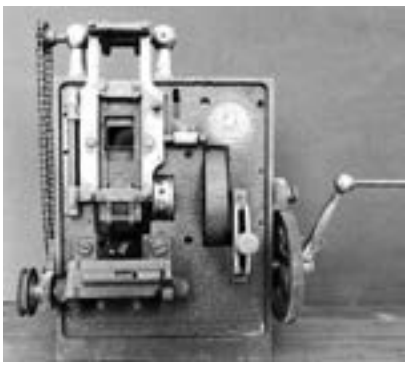


Fig. 227: Projetor de Cinema Pathé.

Fig. 228: Projetor Pathé - Marca.

Em 1933, o Teatro Municipal foi arrendado à Empresa Espelet de Cruz Alta. Foi, então, introduzido o **cinema falado** com a instalação do "Vitafone". O introdutor foi José de Morais, cunhado de Oscar Espelet,

O equipamento era composto de uma máquina elétrica que projetava um filme de celuloide. Cada filme vinha acompanhado de um grande disco que era colocado no gramofone. No início do filme aparecia uma faixa preta que era o sinal para largar a agulha no disco. O que nem sempre era conseguido no momento certo. Como o celuloide, nos filmes muito manuseados, rebentava seguidamente as partes eram coladas. Os discos, no entanto, se mantinham íntegros, surgiam então problemas desagradáveis. Às vezes, o bandido já estava morto quando se ouviam os tiros. Outras vezes as donzelas falavam com voz de homem e vice-versa!

Em 1936, a Empresa Espelet, trouxe um projetor sonoro "Movietone Klan-Film" de fabricação alemã, cuja som era gravado na margem dos próprios filmes.

Em 17 de janeiro de 1955, o cinema passou a ser propriedade de Rubens Tatith, com o nome de Cine Teatro Palácio. Havia, nessa época, apenas um projetor, obrigando a acender as luzes da plateia para que o rolo do filme fosse enrolado e substituído pelo que continha a parte seguinte da película. Em 1957, ele adquiriu um moderno aparelho italiano, o "Victória 4 E" fabricado pela "Cine Mecânica Milano", equipado com uma lente especial para cinemascope e composto de dois projetores, o que permitia projeção contínua.

De 1987 em diante, não houve mais cinema na cidade.

PRINCIPAIS JORNAIS DE JÚLIO DE CASTILHOS

A maioria dos antigos jornais de Júlio de Castilhos foram resgatados pelo autor e fazem parte de sua pequena hemeroteca. Nela, estão os jornais mais antigos. Dos mais novos, no entanto, foram guardados apenas o nº 1 de cada jornal publicado.

1 – A CONVENÇÃO

O jornal "A CONVENÇÃO" foi fundado em 18 de agosto de 1901. Foi o **primeiro jornal de Júlio de Castilhos.**

Acredita-se que a máquina impressora desse jornal teria sido trazida pelos martinhenses que se transferiram para Vila Rica. Pois os tipos e clichês são idênticos àqueles de "O Martinhense" (coleção completa – acervo do autor), que deixou de circular em São Martinho em 29 de maio de 1901, logo após a extinção daquele município.

O primeiro Diretor de A Convenção foi João Ferreira Mendes Júnior. Teve, também, como diretores e redatores Innocêncio Perciliano Garcia e Antônio Pereira dos Santos (martinhense). O jornal tinha de quatro a dez páginas. Em geral seis. O formato era de 26x36 cm, mas encontrou-se até números com 35x50 cm. O exemplar mais antigo que se conhece é esse do Ano I n° 2 de 28 de agosto de 1901 e o último é o do Ano VII n° 20, de 5 de maio de 1907. Até o momento são conhecidos 36 exemplares. (acervo do autor)

Fig. 229: O Martinhense - Cabeçalho.

Fig. 230: A Convenção - Recibo.

Fig. 231: A Convenção - Cabeçalho.

2 – O POPULAR

Fundado em 31 de março de 1907, teve como primeiros proprietários Avelino Pereira e Avelino Pereira F°. Foram seus diretores: Avelino Pereira (1907 a 1915), Onésimo Pereira dos Santos (1916), Avelino Pereira F° (1917),

Dr. Vicente de Paula Dutra (1918 e 1919) e Dr. Viriato Pereira Dutra (1919 a 1926). Seus gerentes foram Avelino Pereira F°, Novembrino Loureiro e José Moreira Machado. O POPULAR foi um dos jornais de maior duração do passado tinha sua oficina na esquina leste da Rua Antônio Carbone com Roque Gonzales. Até 1916, era um "Órgão do Partido Republicano", passando, em 31 de março de 1917, à "Folha Independente" e "Órgão de Interesses Gerais". Era editado em quatro páginas com o formato de 37x55 por 30x40cm. Existem inúmeros exemplares. O último que se conhece é o do Ano XX n° 520 de 5 de abril de 1926: Propriedade da Empresa Anônima d´O Popular, Redator Dr. Viriato Pereira Dutra e Gerente Novembrino Loureiro. O jornal deixou de circular de 31de março de 1916 a 31 de março de 1917.

Em 1921, houve o lançamento do Almanaque d´O Popular. Tinha 138 páginas, formato 15x20 e versava sobre Agricultura, Pecuária, Literatura, História, Estatística, Charadas, Curiosidades, Ilustrações e Informações úteis.

Fig. 232: Capa do Almanaque Popular de 1921.

3 – O REBATE

Fundado em 3 de junho de 1907. Foi seu Diretor-Gerente: Abílio Pereira dos Santos. Era semanário, formato 32x46 cm, quatro páginas e a assinatura anual era de dez mil réis.

São conhecidos 12 exemplares (acervo do autor). O último é do Ano I n° 34, de 10 de fevereiro de 1908.

Fig. 233: O Rebate - Cabeçalho.

4 – A RESERVA

Foi fundado em 21 de outubro de 1916. Diretores: Manuel Cesar do Nascimento (até 25.2.1917) e Pantaleão Pinto de Souza. Impresso na Gráfica de O Popular. Conhece-se a coleção completa do jornal.(acervo do autor) O último exemplar é de 3 de junho de 1917.

Fig. 234: A Reserva - Cabeçalho.

5 – O JÉCA

Foi fundado em 27 de fevereiro de 1921. "Redação: Ambulante. Propriedade: Anônima. Caixa do Correio: Posta Restante".

Publicação bimestral e, depois, quinzenal. Teria sido redigido por Noé Appel, Climério Silveira e Plínio Mello. Formato 31x23 cm. São conhecidos 6 exemplares (acervo do autor); o último de 25 de março de 1923.

Fig. 235: O Jéca - Cabeçalho.

Fig. 236: O Jéca - Capa do nº 17, de 17/09/1922.

6 – PRECURSOR

Fundado em 15 de junho de 1921, era uma publicação espírita. Diretor Lourival Hausen. Gerente: Vitalino Fernandes e, também, Utalino Flores. Conhece-se apenas dois exemplares. Esse acervo do autor e o outro está em Porto Alegre.[139]

Precursor
LOURVAL HAUSEN

Fig. 237: Precursor - Cabeçalho.

7 – A TRIBUNA

Fundado em 1° de outubro de 1925. Diretor: Ulisses de Carvalho. Propriedade de sua Livraria "A Impressora". Seis páginas com formato 32x45cm. "Órgão comercial e dos interesses locais" que tinha publicação semestral.

São conhecidos três exemplares (acervo do autor), sendo o último este do Ano II n° 35, de 5 de dezembro de 1926.

ANNO II R. G. Sul — Julio de Castilhos, 5 de Novembro de 1926 N. 35
A TRIBUNA
Orgão Commercial
dos interesses locaes

Fig. 238: A Tribuna - Cabeçalho.

8 – CRUZEIRO DO SUL

Fundado em 12 de outubro de 1926, era o Órgão da União de Moços Católicos. Diretor: Ângelo Didonet, Redator: Dr. Luiz Gomes de Araújo, Gerente: Ten. Amâncio Camargo.

139. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa de Porto Alegre.

Editado pela Empresa Cruzeiro do Sul: Religião, Ciência, Literatura, Artes, Comércio, Indústria, Críticas e Notícias. Mais tarde, ficou sendo Órgão de Interesses Gerais e do Município, tendo como diretores Antônio Pereira dos Santos e Odilon de Andrade e, como Gerente, Abílio Pereira dos Santos. Em 1929 e 30, era dirigido por Abílio Pereira dos Santos e gerenciado por Antônio Dutra. Assinatura anual, quinze mil réis e número avulso trezentos réis. Formato 35x50 cm.

Existem inúmeros exemplares, o último conhecido é do Ano V n° 11 de 28 de dezembro de 1930.

9 – JORNAL SERRANO

Fundado em janeiro ou fevereiro de 1931. Possuía gráfica própria. Diretor: Dr. Arlindo Pereira dos Santos. Gerente: Odilon de Andrade. São conhecidos trinta e três exemplares, (acervo do autor) sendo o último o do Ano II n° 84 de 10 de setembro de 1933.

JORNAL SERRANO

Fig. 239: Jornal Serrano - Cabeçalho.

10 – ALLIANÇA

Fundado em 1935. Propriedade de Cândido Appel. Gerente: João Appel. Mais tarde, Diretor: Pe. Antônio Correa e Gerente: José Luiz Zavagna. Semanário Independente. Propriedade da Comissão Pró-Boa Imprensa de Júlio de Castilhos. Formato 35x50. Funcionava na esquina leste da Rua Antônio Carbone com Barão do Rio Branco.foto Existem mais de 50 exemplares, sendo o último do Ano III n° 150 de 10 de abril de 1938.

11 – CORREIO DO ESTADO

Foi fundado em 3 de julho de 1938, era propriedade de Miguel Wairich F°. Diretor-Gerente: José Hausen Mothci. Formato 34x45cm. Existe a coleção praticamente completa em dois volumes encadernados. (acervo do autor) O último exemplar é do Ano IV n° 162 de 27 de julho de 1941.

Fig. 240: Jornal Alliança - Sede.

12 – O TIRIRICA

O Tiririca circulou em 1941 e soube-se que era editado por Wolmar Barbosa e Arthur Reginatto. Conhece-se, apenas, dois exemplares: (acervo do autor) Ano I n° 5 de 12 de outubro de 1941 e o Ano II n°6 de 26 de outubro de 1942.

O TIRIRICA

Orgão critico - Social - Humoristico e literario.

Colaboradores: Diversos

ANO I | Julio de Castilhos, 12 de Outubro de 1941 | N°. 5

Fig. 241: O Tiririca - Cabeçalho.

13 – DEMOCRACIA

Foi fundado em 20 de julho de 1947. Diretor: Dr. Sul Brasil de Azevedo e Gerente: João Appel. Também foram diretores, Dr. Álvaro Guimarães (1949 a 1952); Maury Braga Langone (1952) com Hugo Canfield na gerência; Hugo Canfield como Diretor-Gerente e Dr. Arlindo Pereira dos Santos e Hugo Canfield como Gerente. Órgão de Interesses Coletivos, formato 50x32cm com quatro páginas. Recolheu-se centenas de exemplares, sendo o último do Ano VI n° 277 de 5 de julho de 1956. Uma coleção quase completa foi doada ao autor por Cory Mello.

14 – A MUTUCA

Fundado em 26 de fevereiro de 1951, era um órgão estudantil humorístico e noticioso quinzenal. Lema: "Gloria est laus bonorum" (A glória é o louvor dos bons). Era composto na Livraria de Júlio Albano, à Rua Barão do Rio Branco, em frente ao Museu Vila Rica. Diretor: Maury Braga Langone e Diretor-Gerente: Adroaldo Rosa; Pedro Paulo Aguillar (em abril de 1952) e, depois, Diretor: Agostinho Casarin e Gerente: Marcelo Ribeiro. Formato 24x32cm, com quatro e seis páginas, impresso em papeis de diversas cores. O último exemplar conhecido é o n° 49 de 3 de outubro de 1954. Encontrou-se muitos exemplares.

15 – BOLETIM

Fundado em setembro de 1953, era um órgão Informativo da Associação Comercial. Diretores: Hugo Canfield e Mário Villamil de Vargas. Distribuição mensal gratuita. Apesar de informativo tem características de jornal tan-

to na forma como no conteúdo. Vários formatos: tabloide com quatro páginas, 28x40cm com oito páginas e até 39x57, sendo em dimensões o maior jornal até o momento. São conhecidos seis exemplares, o último exemplar é de 25 de abril de 1954.(acervo do autor)

16 – O PLANALTO

Fundado em 26 de março de 1955, era propriedade de Miguel Waihrich F°. Órgão de Interesses Gerais. Diretor-Redator: Lindolfo Agne. Diretor-Gerente: Mário Villamil de Vargas até 5.10.1955. Depois, até 11.2.1956, só pelo Diretor-Redator. Quando ficou de Diretor: Dr. Walter Hugo Biavaschi e Diretor Comercial: Mário Villamil de Vargas.

Fig. 242: Equipe do Jornal O Planalto - 1955.

A Gráfica Estrela, Oficina e Redação ficava onde hoje está o Edifício Centenário à Rua João Carlos Machado. O último exemplar foi o de 28 de agosto de 1959. (Uma coleção completa foi doada ao autor pela Profª Elvira Messerschmidt Vargas).

17 – A NOTÍCIA

Fundado em 7 de setembro de 1959, era um órgão de interesses gerais semanal, editado aos sábados com

oito páginas no formato 33x57 e 27x37cm. Seu primeiro Diretor foi o Dr. Sérgio Rosa Guimarães e o Diretor Comercial, Mário Arthur Bay. O jornal resultou de uma sociedade com vários quotistas e a impressora e material tipográfico era a de O Planalto.

Em 1962, as quotas foram sendo resgatadas e o jornal passou a pertencer a Maria Aparecida Appel e, em 1977, a Ney Machado Appel. Foi vendido, posteriormente, a Jorge Marques Sortiga. A composição que, até então, era manual, tipo por tipo, passou a ser impressa numa "Linotipo", operada por Osvaldo Borges. Essa máquina está exposta ao tempo em Pinhal Grande. Em 1989, o jornal A Notícia foi comprado por Oscar Billo e passou a ser impresso em Venâncio Aires pelo sistema "offset". O último exemplar recolhido foi o do Ano 40 n° 7 de 18 de dezembro de 1999. Circulou por 30 anos sendo, até o momento, o jornal de Júlio de Castilhos de maior duração.

18 – A VOZ DO PLANALTO

Foi fundado em 25 de dezembro de 1959. Diretor Administrativo: Mj. Esmeraldino Salatino. Diretor Redator: Jorge Marques Sortiga. A redação era na Rua Salgado Filho e impresso numa gráfica de Nova Palma. Em seguida, passou a ser "Órgão de Divulgação de Júlio de Castilhos, Nova Palma, Faxinal do Soturno e Dona Francisca".

19 – O INDEPENDENTE

Foi fundado em 5 de abril de 1975, impresso no sistema "offset", em papel espesso "linha d´água 24", na Editora Rainha e, depois, na Editora Pallotti. "Um jornal a serviço da comunidade". Diretor-Redator: Eduardo Oliveira, mais conhecido por seu pseudônimo literário, Tirso de Molina. Era noticioso e cultural.

Fig. 243: "Tirso de Molina", pseudônimo literário de Eduardo Oliveira, Diretor de O Independente.

Circulava normalmente com seis páginas, mas teve edições com oito a vinte e quatro e uma com trinta e seis páginas com formato 32x44cm. Pela sua feição gráfica, composição e nitidez de sua abundante ilustração, é considerado o mais belo jornal editado no município. O último exemplar é do Ano 8, de 14 de julho de 1982. Existe, encadernado em quatro grossos volumes a sua coleção completa que foi doada pelo Editor ao autor.

20 – O PIONEIRO CASTILHENSE

Fundado em 8 de maio de 1983. Diretor: Ney Machado Appel. O nº 1 saiu, por engano como Ano XXIII. O último exemplar circulou em 25 de agosto de 1984, logo após a morte de seu diretor.

21 – JORNAL EXPRESSÃO

Fundado em 1° de fevereiro de 1996. Diretores-Proprietários: Rosane Padilha dos Santos e Osvaldo Borges Soares. Depois, a Editora-Chefe foi Vaine Maria Soares da Rocha. Lema: Expressando ideias e imprimindo fatos. Esse jornal circulou por 22 anos.

22 – TRIBUNA POPULAR

Fundado em 13 de dezembro de 2007. Diretor Geral: Rafael Messerschmidt Salatino. Diretor Administrati-

vo e Editor Responsável: Érico Salatino. Encerrou em 3 de abril de 2008.

23 – JORNAL O SEMANÁRIO REGIONAL

Fundado em 21 de dezembro de 2018. Diretor/Proprietário: Adílio Oliveira Ribeiro e Reynaldo Alberto Fonseca Hoffmann. Circulou até 20 de março de 2020.

Os Jornais menores de Júlio de Castilhos que foram estudados na 1ª edição de TERRA DE VILA RICA são os seguintes:

RÁDIO (1925), A ESPHERA (1925), SERELEPE (1935), DOUTRINA (1939), SI-NE-MIM (1974), A VOZ DA RAÇA (1986), CULTURAL TANGARÁ (1986), NOVA RAMADA (1989), O SEMANÁRIO CASTILHENSE (1991), JORNAL CASTILHENSE (1994), SEMANÁRIO REGIONAL (1995), COMUNIDADE REGIONAL (1997), SINUELO (2002), JORNAL LOCAL (2003) e JORNAL DA ACIJUC (2005) e JC NOTÍCIAS.

Encontrou-se, portanto, até 2020, 39 jornais.

RÁDIO DIFUSÃO

Em 27 de setembro de 1927, o jornal local A Tribuna notícia a **Rádio** de Joaquim José Saldanha de Vargas.

Em 1949, surgiu o precursor da rádio difusão na cidade: "Serviço de Alto-Falantes – **A Voz Alegre da Cidade**". Estava instalado no Bar de Victor Langone (à esquerda do Centro Cultural Álvaro Pinto) e era operado por seus filhos. Foi encerrado definitivamente em 8 de junho de 1952. Não pôde enfrentar os altos impostos cobrados.

Em setembro de 1950, foi ao ar a **primeira Emissora de Rádio da cidade**. Tinha a potência de 100 w e foi montada pelo técnico Walter Kurt Balle, na Rua João Pessoa, 313. Pertencia a uma cadeia de emissoras dirigida por Elias Prossap, com sede em São Luiz Gonzaga. Foi transferida depois, para um local próximo (atual Laboratório Nely) na mesma rua.

Em 24 de novembro de 1950, foi inaugurada a "**ZYU 20 – Rádio Sul-Brasil de Júlio de Castilhos**" que era ouvida em 1750 kilociclos. Seu primeiro Diretor Clóvis Jacometti, depois Dagromon Flores (foto) e seu primeiro locutor, Jaime Pinto.

A emissora apresentava um programa de Rádio Teatro e eram radio atores: Clovis Soares, Ellys Gomes, Arcila Rosa, Solon Costa, Romildes Ferraz, Fúlvia Machado, Judith Vargas, Ary Edler e Cotinha Canfield. Direção de Dagromon Flores. Sonoplastia e sono técnico de Eurico Haimboeck que usava um gravador de fio, o **primeiro gravador da cidade**.

Em 1951 houve a Coroação da Rainha do Rádio: Suely Fonseca. (foto)

A rádio emissora mudou-se, depois, para a esquina do Museu Vila Rica. Em 1957, foi adquirida por um grupo de quotistas e foi dirigida por Percy Rocha. Ali, possuía um pequeno auditório.

Fig. 244: Dagromom Flores. Fig. 245: Suely Fonseca - Rainha do Rádio - 1951.

Em 1962, a rádio foi vendida a Ary Flores (foto), mudando-se para a esquina da Avenida Borges de Medeiros com Expedicionário, operando com 1580 kilociclos e passando a chamar-se "ZYU 20 – Rádio Júlio de Castilhos.

Fig. 246: Ary Flores.

Em 29 de janeiro de 1976, foi inaugurada a "**ZYK 258 – Rádio 14 de Julho Ltda.**", propriedade de Sérgio Roberto Barcellos (Diretor), Dr. Paulo Waihrich e Argeu Mário da Rosa. Potência de 1 kw e frequência de 1420 khz.

RÁDIO RECEPÇÃO

O primeiro **receptor doméstico de rádio** apareceu em fevereiro de 1928, foi um aparelho americano: Atwater Kent Mfj. Company (Philadelphia, USA) foto que pertenceu a Francisco Salles. Os ouvintes necessitavam de fones de ouvidos. Na foto, seu filho Francisco.

Fig. 247: 1º Receptor doméstico de rádio.

Rádio amadores — Segundo o Guia Postal Telegráfico do Brasil, de 1957, existiam quatro radioamadores na cidade:

PY5ADS – Adelaide Barros Biavaschi
PY3AKF – Eurico Germano Frederico Haimboeck
PY3MF – Cora Lopes Salles
PY3SD – Juvenal Dias da Costa

BIBLIOTECA PÚBLICA

A primeira biblioteca de Júlio de Castilhos foi a do Clube Literário Félix da Cunha, inaugurado em 23 de outubro de 1901. O seu acervo foi doado e deu início a Biblioteca Pública Municipal, inaugurada em 17 de dezembro de 1966, com a presença do Governador do Estado, Ildo Meneghetti.[140](100) Foi orador no ato o Dr. Sérgio Paulo Rosa Guimarães.

Seu prédio próprio foi construído na administração Paulo Waihrich e sua primeira Bibliotecária foi a Profª Nélia Ferreira.

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Criado pelo Prefeito Romeu Martins Ribeiro. Foi o primeiro no gênero, nomeado e empossado no dia 2 de junho de 1987, em conformidade com o disposto na Lei Nº 973 de 21 de maio de 1987.

Era composto das seguintes pessoas:

1 - Profª Maria do Carmo Martins Ribeiro, representante da Secretaria Municipal de Educação e Saúde.
2 - Dra. Sônia Suzana de Campos Abreu, titular da Casa da Cultura.
3 - Profª Turquia Mecherez Pippi, representante do Poder Executivo.
4 - Elys Lourdes Gomes de Mello, representante do Poder Legislativo.

140. A RAZÃO – Jornal de Santa Maria de 28.12.1976.

5 - Francisco José Salles de Barros, repres. de entidades de cunho cultural.
6 - Oracy Louzada de Abreu, repres. do CTG Júlio de Castilhos
7 - Dr. Solon Morisso de Lemos, repres. das Ciências.
8 - Dr. Firmino Chagas Costa, repres. de História.
9 - Marli d´Ávila Albert, repres. as Artes e Letras.

Fig. 248: Conselheiros: Francisco José Salles de Barros, Firmino Chagas Costa, Solon Morisso de Lemos e Oracy Louzada de Abreu.

Fig. 249: Conselheiras: Turquia Mecherez Pippi, Sonia Suzana de Campos Abreu, Maria do Carmo Martins Ribeiro, Marli d´Ávila Albert e Elys Lourdes Gomes de Mello, representante do Poder Legislativo.

Sua finalidade era assessorar o Prefeito Municipal em suas especialidades.

Em 1990, este Conselho, presidido pela Dra. Sônia Suzana de Campos Abreu, foi à presença do então Prefeito Municipal, entregar seus cargos em sinal de protesto por ter ocorrido um acordo julgado prejudicial aos interesses do Município com o proprietário do Cine Teatro Palácio, sem a presença do Conselho. Oo acordo foi desfeito, evitando assim que o prédio do antigo cinema passasse definitivamente a pertencer ao proprietário.

CASA DA CULTURA

A Casa da Cultura de Júlio de Castilhos foi criada, pelo Prefeito Romeu Martins Ribeiro, pela Lei nº 987, de 16 de novembro de 1987.

Ela foi instalada no prédio nº 741 da Rua Barão do Rio Branco, pertencente à Charlotte Souza Dias da Costa. Excetuando as duas peças da frente do andar térreo, foi alugado por três anos.

Fig. 250: Casa da Cultura e Museu.

Fig. 251: Casa de Cultura. Inauguração.

Fig. 252: Inauguração Casa de Cultura.

Tinha como finalidade "*promover o desenvolvimento das ciências, letras, artes e todas as manifestações de natureza cultural, bem como prestar assessoramento à Secretaria Municipal de Educação nos assuntos pertinentes à preservação do patrimônio cultural do Município*".

A inauguração ocorreu em 14 de julho de 1987, com o desatar da fita simbólica pelo Dep. Luis Roberto Ponte e o Pref. Romeu Martins Ribeiro.

Sua primeira Diretora foi a Dra. Sônia Suzana de Campos de Abreu e a Vice-Diretora, a Profª Maria José Mello de Oliveira.

Na Casa da Cultura eram ministradas aulas de Desenho (Rosa Júlia Scherer e Miguel Matias), Pintura (Beatriz Susin), Piano (Elba Bay, Maria Virgínia Barros, Sálua Machado, Sônia Abreu e Taís Barros), Acordeom (Alfredo Cerutti), Violão (Beto Pires), Dança Popular e Folclórica (Flávio Moreira e João Pedro Santos Neto), Balé e Jazz (Sérgio Prestes), Francês (Lívio Susin e Sônia Abreu) e Guarani (Manuel Torres). Dos instrumentos musicais apenas um era doado e os demais, emprestados pela comunidade.

MUSEU VILA RICA

Lei n° 986 de 16 de novembro de 1987 CRIA O "MUSEU VILA RICA"

ROMEU MARTINS RIBEIRO, Prefeito Municipal de JÚLIO DE CASTILHOS, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Júlio de Castilhos decretou e eu Sanciono e Promulgo a seguinte lei:

Art° 1° — Fica criado o "MUSEU VILA RICA", uma instituição Municipal permanente, sem fins lucrativos, órgão da Secretaria Municipal de Educação e Saúde, integrado ao Centro Cultural Francisco Salles. Art° 2° — O "MUSEU VILA RICA" terá como objetivos:

a) Conservar, preservar e estudar os testemunho materiais do homem e seu meio, especificamente, aqueles do homem do Município de Júlio de Castilhos.

b) Coletar documentos e dados sobre a história das comunidades e do Município.

c) Educar o povo, despertando o respeito ao Patrimônio Cultural e conscientizando-o sobre a necessidade da preservação da memória Castilhense.

d) Divulgar conhecimentos sobre o passado do Município.

Art. 3° — O Poder Executivo terá o prazo de 90 (noventa) dias para regulamentar por Decreto o funcionamento do "MUSEU VILA RICA".

Art 4° — Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JÚLIO DE CASTILHOS, 16 de novembro de 1987.

Registre-se e publique-se

a) Dr. José Antônio Razia – Secretário Geral do Município

a) Romeu Martins Ribeiro – Prefeito Municipal

A ideia inicial da criação de um museu municipal teve início quando o autor recebeu, em 1978, de David José Rubin, de Pinhal Grande, um estribo de lanceiro desenterrado ao lavrar sua terra. Esta peça constituiu o símbolo do Museu Vila Rica.

Ainda sob a administração Romeu Martins Ribeiro, o Museu foi instalado no andar superior da Casa da Cultura, onde houve uma pré-inauguração (foto) com a presença do Dep. Raul Ponte.

Fig. 253: (Pré) inauguração do Museu Vila Rica.

De lá, passou para a longa garagem do prédio readaptada.

O Museu Vila Rica foi inaugurado oficialmente no dia 3 de setembro de 1988.

Além do Prefeito (foto), do idealizador do Museu, Firmino Costa,

do Ten. Aroni Gouvéia, Presidente da Junta Militar, estiveram presentes ao ato, como convidados, o Dr. Antônio Tarcísio Taborda, Curador do Museu Dom Diogo de Bagé e Presidente do Conselho Regional de Museus e o Prof. Astrogildo Fernandes, representante do CIPEL.

Em seu pronunciamento Tarcísio Taborda (foto) disse que:

"*O símbolo do Museu Vila Rica é muito apropriado, pois assim como o estribo é o apoio do cavaleiro, o homem é também o apoio da comunidade para uma caminhada rumo ao futuro. Este estribo-símbolo é ainda mais sugestivo, pois tendo o cachimbo para apoiar a lança que risca as grandes jornadas, mostra o papel que desempenha o museu, dando acolhida aos testemunhos do passado de seu povo*".

A primeira Diretora do Museu Vila Rica foi, por vários anos, a Profª Janice Biachi Bellé.

Fig. 254: Inauguração do Museu Vila Rica. Fig. 255 (à direita): Antônio Tarcísio Taborda.

Fig. 256: Sala interna do Museu Vila Rica. Fig. 257 (direita): Pronunciamento do autor.

CAPÍTULO XVI

CLUBES SOCIAIS E CARNAVAL DO PASSADO

As quatro mais antigas sociedades organizadas na cidade de Júlio de Castilhos foram: o Clube Félix da Cunha, o José do Patrocínio, o União Ideal, o Clube União e o CTG Júlio de Castilhos.

CLUBE FÉLIX DA CUNHA

Fig. 258: Inocêncio Garcia.

A célebre reunião para sua fundação ocorreu na casa de Pedro Villeroy, (que ainda existe, à Av. Pinheiro Machado nº 197) quando, às oito horas da noite, Innocêncio Perciliano Garcia (foto) expôs a finalidade do encontro aos demais presentes: Antônio Pereira dos Santos, Abílio Pereira dos Santos, Waldemar Mello (todos martinhenses), Pantaleão Pinto de Souza e Pedro Vileroy.

Inocêncio Garcia era um jovem de 22 anos, um dos diretores do recém-fundado jornal A Convenção, advogado, professor público, inspirado poeta, republicano ardoroso e combativo, orador notável e uma das maiores culturas do passado, que seria covardemente assassinado, em 1909.

Aceita a ideia, Pedro Vileroy propôs o nome de "Club Literário Félix da Cunha", aceita por unanimidade.

Estava, assim, fundada, no dia 23 de outubro de 1901, a primeira sociedade de Júlio de Castilhos. Na mesma ocasião, foi aclamada uma Diretoria Provisória e comissões que regeriam até a data de sua instalação, em 15 de novembro, quando foi eleita a primeira diretoria:

Presidente: Irineu de Oliveira Goulart
Vice-Presidente: Jovino da Silva Freitas
Orador: Innocêncio Perciliano Garcia
Adjunto: Onésimo Pereira dos Santos
Tesoureiro: Mariano Barros
Adjunto: Hércules Montenegro
1º Secretário: Abílio Pereira dos Santos
Adjunto: Waldemar Mello
1° Bibliotecário: Pedro Villeroy
2º Bibliotecário: Walter Kashny
3º Bibliotecário; João Baptista Mello

Comissão de Propaganda: Dr. Júlio Happel, Cel. Francisco Lemos de Farias e Manuel Cesar do Nascimento

Objetivos do Clube:

1º - Desenvolvimento social sob bases culturais, literárias e científicas.

2º - Comemorações das grandes datas nacionais

3º- Realização de conferências literárias e de caráter científico.

Em 19 de junho de 1911, foi lançada a pedra fundamental da sede própria do Clube. Um projeto do Engº Kurt Vincent Daberkow. A inauguração ocorreu em 1º de janeiro de 1914. (foto)

Fig. 259: Clube Félix da Cunha.

SOCIEDADE RECREATIVA JOSÉ DO PATROCÍNIO

Congregando os negros da Vila, foi fundado em 14 de julho de 1913, por Messias Dutra, Salabergo Ribas, Victoriano Alves Xavier, Bernardo Pinto, Veríssimo Brum e outros.

Fig. 260: SR José do Patrocínio.

Seu primeiro Presidente foi Bernardo Pinto.

Tinha como objetivos:

"*Esforçar-se pelo engrandecimento moral e intelectual da sociedade castilhense e congrega-la na mais ampla fraternidade. Proporcionar meios de instrução a seus associados. Proporcionar passatempos agradáveis e instrutivos por meio de reuniões familiares, palestras sociais, jogos e divertimentos*".

Em 13 de janeiro de 1923, organizada pelos sócios, foi inaugurada a Biblioteca do Clube.

Em seu discurso, Lúcio Paixão Correa disse que o clube era como uma biblioteca e cada associado era um volume. (Lúcio Paixão Correa nasceu em Júlio de Castilhos, em 15 de abril de1983, onde faleceu em 19.4.1972. Era filho de Teodoro da Silva Xarão e Luciana Marques Correa. Casou em 2.2.1956 com Maria Inácia dos Santos Correa).

Em 18 de março de 1960, pela Lei nº 356, a sociedade foi considerada de utilidade pública.

SOCIEDADE RECREATIVA UNIÃO IDEAL DE JÚLIO DE CASTILHOS

Existiu de 1936 a 1941. Sua sede provisória era na casa de seu primeiro Presidente, Adão Ribas. Seu Secretário era Belisário Rodrigues. (9 – pg. 116)

SOCIEDADE UNIÃO ESPORTIVO E RECREATIVO

Em 1º de maio de 1948, no Salão de Festas da Associação Rural e Comercial, sob a presidência do Del. Protásio Cardoso de Lima, reuniram-se diversas pessoas e suas famílias. O Dr. Arlindo Pereira dos Santos explicou que a finalidade era fundar uma sociedade cultural e recreativa que acabou levando o nome de "Sociedade União Operária de Júlio de Castilhos".[141] (103) Sua primeira Diretoria foi a seguinte:

Presidente: João Câncio da Silva; 1º Vice-Presidente: Pedro Paulo Ribeiro; 2º Vice-Presidente: José Moreira;1º Secretário: Mário Colares; 2º Secretário: Domingos Dias de Vargas; 1º Tesoureiro: Antônio Ache;2º Tesoureiro: Ladislau dos Santos; Vogais: Cirilo Moreira, Demétrio Pedroso, Ilíbio Mello, José Rosa, Pedro França, Olmiro Rodrigues, Bibiano Lucero e Ibes Lucas; Consultor: Dr. Arlindo Pereira dos Santos.

Fig. 261: Clube União - desenho de Paulo Lopes.

Em 11 de dezembro de 1948, foi inaugurada sua sede própria, de madeira e coberta de zinco em terreno

141. HUGO CANFIELD – Jubileu de Prata do Clube União Esportivo.

adquirido de Demétrio Pedroso. (Desenho de Paulo Marranquiel Lopes).

Em 22 de maio de 1953, foi mudado o nome da sociedade para Sociedade União Esportivo e Recreativo.

E, em fins de 1963, teve início a construção de alvenaria da atual sede social. Em 8 de março de 1975, foi inaugurado o Pavilhão de Bochas. Era Presidente, Noé Sattes e membros da Diretoria: Euclides Sattes de Mello, Dr. Renato Kesterke, Nelcy Mello, Valmor do Amaral, Lúcio Flávio Oliveira e Juarez Salles.

Em 25 de janeiro de 1958, na gestão de Noé Sattes, foi inaugurado o Pavilhão de Bolão com o corte da fita-simbólica pelo Prefeito Sérgio Paulo Rosa Guimarães.

CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS JÚLIO DE CASTILHOS

Fig. 262: CTG Júlio de Castilhos.

Foi fundado em 4 de janeiro de 1952 e seu primeiro Presidente foi o Mj. Theóphilo Barnewitz, sendo o segundo CTG fundado no Brasil. Sua primeira sede própria ficava à Rua Oswaldo Aranha (foto).

Surgiriam depois, a Sociedade Francisco Rosa, a Sociedade dos Amigos da Vila Castelo Branco, a Associação Atlética do Banco do Brasil, a Associação dos Funcionários da Cotrijuc e outras.

CARNAVAL DO PASSADO

O **Bloco Carnavalesco Saphiras**, fundado em 1910, teria sido o primeiro da Vila. Em 1919, era presidido por José Cândido da Rosa e, em 1913, sua rainha era Bernardina Salles.

Em 1919, existiam dois grupos: Pirilampos e Boêmios. Do primeiro faziam parte: Noé Appel, Pedro Machado, Vasco Bañolas, Temístocles Uchoa, João Manuel Athayde, Onésimo Pereira dos Santos e suas filhas Jovita e Servita. (104)

Em 1920, surgiram os mais famosos grupos do passado: o **Grupo dos Vampiros da Serra**, fundado em 8 de janeiro de 1920, presidido pelo dentista Joaquim José Saldanha de Vargas e o **Grupo dos Apaches**. Este tinha uma fantasia com calça preta com faca na cintura, camisa esporte branca, faixa vermelha, lenço vermelho e boné de apache francês. Sua marcha carnavalesca era Garibaldi Pum. Ambos formados por foliões de partido político opostos, daí a rivalidade nem sempre muito amistosa.

Era costume da época, a Secretaria do Bloco enviar convite para a casa que seria "assaltada" para que o anfitrião providenciasse bebidas, doces e licores para receber a todos.

Além do próprio hino, música, fantasias, era característica dos carnavais do passado, os "limões de cheiro". Bolas de cera de fabricação caseira feitas sobre matrizes de madeira esférica molhadas. Mergulhadas em cera liquefeita e expostas ao ar, em duas metades, eram cheias com água e essências aromáticas e jogadas no momento certo.

Durante o assalto e os bailes, havia momentos de descanso para as horas-de-arte, com cantos, declamações e discursos ao Rei-Momo. Em 1923, havia o **Bloco Saca-Rolhas,** presidido por outro dentista, Oswaldo Seadi, que se apresentou no Cinema Pathé. Nesse ano o

Rei-Momo era João Telles. A vanguarda do bloco, na época chamada de "zé-pereira", devidamente uniformizada, compunha-se de trinta figuras.

Em 1926, surgiu o **Bloco Carnavalesco Futuristas,** fundado em 5 de janeiro. Sua diretoria era a seguinte: Presidente, Olívio Amaral; Vice-Presidente, João Pinto da Costa; Secretário,

Francisco Salles; Tesoureiro, Pedro Machado e Orador, Alfredo Moraes.

No mesmo ano, apareceu o Grupo Vencedores, no clube dos negros. Foram presidentes: Homero Viana e Francelino Correa.

O **Carnaval de rua** era muito animado já na primeira década do Séc. XX. Fotografias resgatam os primorosos carros alegóricos tirados a cavalo artisticamente criados por Norberto Madureira Coelho na casa de Laura Appel (esquina leste da Rua Oswaldo Aranha com a Av. Fernando Abbott).

Os carros alegóricos reproduziam navios, palheta de pintor, corbelhas, chaleiras, desfilavam as rainhas e princesas do carnaval.

Além do lançamento dos limões-de-cheiro nos salões, em 1927, foi introduzido pelo Ten. Dória o "entrudo", nas ruas, que consistia na alegria de lançar água um nos outros.

Fig. 263: Carnaval de 1913 - Carro Alegórico.

CAPÍTULO XVII

ESPORTE

FUTEBOL

O **Sport Club Brazil**, fundado em 18 de julho de 1913, foi o primeiro clube futebolístico da vila de Júlio de Castilhos.

Fig. 264: SC Brasil - 1913 - Primeiro time de futebol da cidade.

Foram 29, os sócios fundadores:[142] Ten. Cel. Onésimo Pereira dos Santos, Armindo Egger, Dr. Alberto Barbosa, Ten. Hércules Montenegro, Abegahy Vieira, Napoleão Correa de Barros, Izidro Ortiz, Francisco Suñe, Severiano Martins Gomes, Olavo Pereira dos Santos, Henrique Waihrich, Onofre Leal, Dr. Moliano Centeno Crespo, Maj. Manuel César do Nascimento, Braziliano Motta, Cap. Lourival Hausen, Praxedes Pereira do Nascimento, Lahyre Brasiliense Bastos, Jayme Suñe, Otto Spalding, Tito Lívio do Nascimento, Geraldo Rosa, João Vieira Onófrio, Miguel Waihrich Fº, Toríbio Salles, Henrique Glachester, Alcides Quintino Vieira, Coradino Onófrio e Armando Onófrio.

142, Livro de Matrícula do Sport Club Brazil – Acervo do Autor.

Teve como primeiro Presidente, o martinhense Manuel César do Nascimento e primeiro Secretário, Abegahy Vieira.

Integravam **a primeira equipe do S.C. Brazil (**foto) os seguintes jogadores: Valfrido (goal-keeper); Emílio Mota e Afonso Alcântara (half-backs); Olavo Pereira dos Santos (half direito), Martimiano Martins (center-half) e Brasiliano Mota (half esquerdo). Na linha atacante estavam: Napoleão Correa de Barros, Pedro Machado, Paquito (Francisco Suñe como center-foward), Palhaço e Isidro Ortiz. O Técnico era Lahyre Bastos. Os jogadores usavam um estranho cinturão ou peiteira com fivelas e botinas comuns.

Fig. 265: Cinturão.

Em 1921, havia o 1º Quadro dos "filhotes" do S.C. Brasil, assim formado: Jeovah; Ido e Milton; Luiz, Miguel e Onofre; João, Jonas (Bastos), José, Mário e Cici.

Em 1926, o 1º quadro formava com: Tancredo (Bañolas); Mário (Carpes) e Antônio (Carlos) Pimenta: Miguel (Arcanjo da Silva Pinto), Dulcemar (de Mello Ribas) e João Machado; Luizinho (Onófrio, o Chuchu), João (Lopes), Arlindo (Pereira dos Santos), (Edgar) Volcato e José Machado.

O futebol era praticado num campo aberto conhecido como Chácara de Marieta Fumagalli, a uns trezentos metros ao norte do atual Estádio Municipal. Em 2 de julho de 1926, o " S.C. Brasil" inaugurou seu estádio fechado, sendo paraninfos a Srta. Gabriela Rosa e Oswaldo Kuhn. No ato, discursou Olavo Pereira dos Santos.

Esse seria o **primeiro estádio do Município**. Nessa festa inaugural o Brasil perdeu para o Sete de Setembro de Tupanciretã por 2x1.[143]

143. O POPULAR – Nº 289.

O S.C. Brasil possuía uma sede social própria (foto) na esquina da atual Biblioteca Francisco Salles.

Fig. 266: Sede SC Brasil.

O Brasil esteve muitas vezes inativo, mas sempre reviveu. Chegando a ser, em 1960, Campeão Estadual de Amadores, (foto) quando atuavam os jogadores: Edil, Santo, Branquinho, Pinheiro, Riffel, Alemão, Moisés, Anacleto, Sady, Clodo, Quevedo, Wilson, Reginatto, Pippi, Vilas Boas e Delmar. O Técnico era o Ten. Elmo Diniz.

Fig. 267: SC Brasil - 1960. Campeão Nacional de Amadores.

Fig. 268: S.C. Brasil. Chico 3B, Benhur, Almeida, Ten.Elmo, Diniz, Alfeu, Elio Salles, Mário, Capella, Volney, (?)

Em 1919, foi fundado o **Foot Ball Club Serrano** e havia, também, o Sete de Setembro, o clube dos negros.

O **Grêmio Desportivo Castilhense** foi fundado em 17 de fevereiro de 1920, pelo Clube Carnavalesco Apache. Sua primeira Diretoria foi a seguinte: Presidente, Francisco José de Salles; Vice-Presidente, José Moreira Machado; 1º Orador, Dr. Flory Azevedo; 2º Orador, Napoleão Correa de Barros; Tesoureiro, Belisário Soares; Adjunto do Tesoureiro, Calixto Bevilacqua; Capitão Geral, Cantalício Preto de Oliveira; Guarda-Esporte, Eudoro Castilhos e Riferee (Juiz), Cap. Lahyre Bastos. Cores: vermelho e branco.

O **Esporte Clube Castilhense** foi fundado em 5 de junho de 1954 e seu primeiro Presidente foi Alcides Carbone. Mais tarde, mudou de denominação para **Sociedade Esportiva Castilhense** e foi, na década de 1950 de 60, o tradicional adversário do S.C. Brasil.

Fig. 269: E. C. Castilhense.

Os jogos do passado eram acontecimentos memoráveis. Possuíam torcidas organizadas e uniformizadas, compostas de senhoritas da sociedade. Uma placa-de-prata, acervo do autor contém os dizeres: Á sua gentil e esforçada Presidente Doralice Rosa homenagem das "Torcedoras" do S.C. Brazil. 8.VIII.922 Júlio de Castilhos".

Fig. 270: Na foto, a bandeira do SC Brasil...

Entre os clubes visitantes, o Sete de Setembro, de Tupanciretã, era o mais assíduo. (na foto a bandeira do SC Brazil) Chegavam em trem especial e eram festivamente recepcionados na estação, sob aplausos e discursos. Depois, eram conduzidos ao hotel, onde a torcida oferecia-lhes um coquetel de licores. Finalmente, o povo os acompanhava ao campo da disputa, com banda de música e constante aclamação. A despedida, no entanto, nem sempre era tão calorosa, dependia o resultado do jogo e do comportamento do clube visitante.

Fig. 271: S.C. Nacional - 1940. João Appel, (?), Mothci, Tasso, Anterinho, Nico, Ibes, (?), Jeovah, Sady, Fumagalli, Nadim.

Fig. 272: E.C. Ginasiano Castilhense.

O **Esporte Clube Ginasiano Castilhense** foi fundado em 1º de maio de 1941. Era um grêmio de futebol dos alunos do Ginásio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Sua primeira Diretoria foi: Presidente de Honra, Cel. Aristides Gomes; Presidente honorário, Prof. Henrique Hostyn; Presidente efetivo, Serafim Correa de Barros; Vice-Presidente, Sady Del Fabro; 1º e 2º Secretário, Artur Reginatto e Pedro Ferraz Gomes; Orador, Arlindo Pereira dos Santos; Tesoureiro, Miguel Rosa; Conselho Fiscal, Prof. Pascoalino Côlvero, José Bevilacqua e Clóvis Correa.

O **Grêmio Futebol União** foi fundado em 25 de junho de 1947, congregava funcionários da Cooperativa Castilhense de Carnes.

O **Atlético Castilhense** foi fundado em 20 de junho de 1949. A primeira Diretoria foi; Presidente, Raphs Tatit; Secretário e Tesoureiro, Asdrubal Loureiro; Guarda Esporte, Elói Souza. As cores do clube eram verde e vermelho.

O **Mauá Futebol Clube** foi fundado em 11 de agosto de 1956 e Aparício Martins foi seu primeiro presidente.

Nesse ano existia o **Rener Futebol Clube**.

Em 1956, foi fundada a **Liga Castilhense de Futebol**, sendo Victor Romagna seu primeiro presidente e a **Liga Juvenil de Futebol**, presidida por Orandyr Langone.

No dia 15 de maio de 1958, foi inaugurado o **Estádio Municipal Cel. Miguel Wairich F°**, com uma partida entre o SC Brasil e o SC Castilhense, vencendo o primeiro por 2x1.

TÊNIS

O primeiro clube de "lawn tennis" da vila foi o **Raquette Sport Club**, fundado em julho de 1920, sua cancha era na atual Praça Manoel Alvarenga.

Esta foi sua primeira Diretoria: Presidente, Genny Barros; Vice-Presidente, Alzira Jobim; 1ª Secretária, Idelmira Barcellos da Rocha; 2ª Secretária, Doralice Rosa; Tesoureira, Almerinda Machado; Guarda-Esporte, Esther Onófrio; 1º Orador, Napoleão Correa de Barros e 2º Orador, Pedro Machado.

Fundado em 22 de novembro de 1933, o segundo clube foi o **Tênis Clube Castilhense**. Sua primeira Diretoria seria reeleita consecutivamente até 1940: Presidente, Wladimir Mello; Vice-Presidente, Elpídio Bañolas; Secretário, Izeu Pratt; Tesoureiro, José Hausen Mothci; Diretor Esportivo, Victor Romagna. Conselho: Álvaro Guimarães, Percy Rocha e Doracy Edil Hausen. Até 1938, a cancha estava na atual Praça João Alvarenga (106). Depois, adquiriram, na esquina da Rua João Pessoa com Oswaldo Aranha, uma ampla área desportiva com duas canchas. Esse patrimônio passou ao Clube Félix da Cunha e, mais tarde, à Prefeitura Municipal.

BASQUETE

O único clube de basquetebol da cidade foi fundado em dezembro de 1939, o **Atlético Clube Castilhense**, cuja quadra ficava no atual espaço da Prefeitura Municipal. Foi fundado juntamente com o clube de futebol de mesmo nome e tinha a mesma diretoria.

VOLEIBOL

O **Atlético Castilhense,** fundado em 20 de junho de 1949, praticava esse esporte.

Fundado em janeiro de 1971, o clube mais forte de voleibol foi a **Sociedade Esportiva Nadim Marréis**. Cuja primeira Diretoria era a seguinte: Presidente, Areneli Zanon, Vice-Presidente, Adilço Dalla Nora; Secretário, João Carlos dos Santos e Tesoureiro, Alfeu Müler.

TURFE

Em 1901, havia a **Cancha da Intendência**, em frente ao Cemitério Santa Maria, a Cancha do Sampaio, a Cancha da Caneleira, a Cancha do Passo dos Buracos e a Cancha do Capão Ralo. Seriam essas, as mais antigas canchas-retas do atual município.

Em 1940, foi fundada a Cancha da Figueira, da **Sociedade Hípica de Júlio de Castilhos**. Pertenciam a primeira Diretoria: Presidente de Honra, Cel. Aristides de Moraes Gomes; Presidente, Cel. Henrique Waihrich; Vice-presidentes, Napoleão Correa de Barros e Onofre Leal; Secretários, Jorge Mascarenhas e Luiz Antero Peixoto. Tesoureiro, Antônio Carlos Pimenta; Diretor Técnico, Ten. Dario Fayet Ramos. Conselho Fiscal: Dr. Viriato Dutra, Victor Waihrich, Eudoro Castilhos, Aparício Correa de Barros e Américo Reginatto.

Em 1º de março de 1945, foi fundado o **Jóquei Clube Castilhense**, com a finalidade de *promover a criação e melhoramento da raça equina*. A Ata nº 8, de 8 de setembro, do Clube Félix da Cunha, fala da reunião em que estavam Dr. Theodoro Salles, Aparício Correa de Barros, Tasso Castilhos Lopes e Alceu Ribas que resolveram arrendar por sete meses a Cancha da Figueira.

Dentro desse esporte foram realizadas algumas provas interessantes:

Em outubro de 1926, a Corrida da Raposa, cujo vencedor foi Olívio Amaral. Ganhou medalha de ouro depois de pegar a "raposa" em 18 minutos.

Na década de 1930, teve lugar uma Rústica a Cavalo, que ficaria na história do turfe serrano. Naquela corrida participaram animais de campo no percurso Júlio de Castilhos-Tupanciretã- Júlio de Castilhos, um percurso de 48 km. Havia mais de dez concorrentes de ambos municípios. Sobreviveram à corrida, apenas dois animais. Os demais morreram de exaustão. Chegou em 1º lugar Gateado, montado por Henrique Waihrich e, em 2º, Tordilho, por Onofre Soares da Silva (Queno), ambos de Júlio de Castilhos. Gateado fez o percurso de 44 minutos na ida e 48 na volta.[144] Contam que, na realidade, o vencedor foi Queno, que segurou seu cavalo.

Em setembro de 1940, houve uma Corrida de Obstáculos e da Raposa, denominada Prova Henrique Waihrich. Figurou como "raposa", Onofre Soares da Silva (Queno) que não se deixou apanhar. Os "caçadores" melhor classificados foram Saulo Correa de Barros, seguido por José Correa de Barros. Participaram ainda: Jorge Mascarenhas, Saul Waihrich, Tarcil Mello, Miguel Alves e Nicanor Pacheco.

144. EDUARDO OLIVEIRA – Revista Comunidade – Editora Rainha 1974.

POLO

Fig. 273: Polo - Equipe da Sociedade Hípica de Júlio de Castilhos - 1940.

Em 7 de setembro de 1940, foi realizada a primeira partida de polo da cidade. Era a estreia da equipe da Sociedade Hípica de Júlio de Castilhos. A partida foi no antigo campo do Sindicato Rural contra a do 6º Regimento de Artilharia, de Cruz Alta, e houve um honroso empate de 6x6. Participaram Saulo Salles de Barros, Victor Waihrich, Onofre Soares da Silva (Queno), Tarcil Mello e Saul Wairich. Juízes: Dario Fayet Ramos e Asp. Adélio Conti.

RINHA

Em 29 de junho de 1923, foi inaugurado o **Rinhedeiro Indiano**, por iniciativa de Olívio Amaral e Silva, Onofre Leal, Frederico Leal, Belisário Soares, Manuel Rodrigues Pedroso, Guadalupe Barbosa, Noé Appel, Cap. Henrique Kurtz e Thomaz Quintino Vieira.

Em 1950, havia o **Rinhedeiro Vitória**, de Paulo Ribeiro.

Em 17 de julho de 1955, a **Sociedade Galística Vila Rica** inaugurou sua sede própria, onde passou a funcionar o Rinhedeiro Frederico Leal, na esquina noroeste da atual Rua Clóvis Barros com Oswaldo Aranha.

PATINAÇÃO

Em junho de 1917, Antônio Guaranha e Dorival Silva, arrendaram o Teatro Municipal e, com vários pares de patins, deram início ao **Rinck de Patinação**. (108) O Museu Vila Rica preserva exemplares de patins dessa época.

ATLETISMO

Durante a Semana da Pátria de 1940, teria sido realizada a primeira competição de atletismo da cidade. Foram vencedores: Ari Quevedo (100 a 150 m); Wolmar Barbosa (200 m), Américo Moreira (salto em distância) e Tarcil Mello (salto em altura).

Em 1975, o Rotary Clube promoveu uma das mais importantes provas de corrida de média distância (7.000m), a Prova Nadim Marréis. Mais tarde passou a chamar-se Rústica Nadim Marréis. Teve como primeiro vencedor Luiz Antônio Portella, pelo Colégio Vicente Dutra; 2º lugar, Carlos Alberto Pereira Salles, pelo Santa Isabel e 3º lugar, Henrique Hundertmarck, pelo 1º de Maio. O castilhense Nadim Marréis é, no atletismo, o maior atleta que nasceu no Município. (Ver Vultos Ilustres)

AEROCLUBISMO

Em 10 de novembro de 1940, foi fundado o **Aeroclube de Júlio de Castilhos**.

A primeira Diretoria era a seguinte: Presidente de Honra, Cel. Cordeiro de Farias e Aristides Gomes. Presidente, Victor Romagna; 1º Vice-Presidente, Napoleão Correa de Barros, 2º Vice-Presidente, Jorge de Souza Mascarenhas; 1º Secretário, Vinícius Soares do Nascimento;

2º Secretário, Alceu Ribas; 1º Tesoureiro, Tasso Castilhos Lopes e 2º Tesoureiro, Cyro Coelho.

Tinha como objetivo, estimular a aviação no Município e cooperar com as sociedades congêneres no desenvolvimento da aviação nacional. Era uma escola prática de pilotagem e mecânica.

Em 13 de novembro de 1942, foram inaugurados o campo de pouso e o hangar, em cuja fachada lia-se: Aeródromo Gen. Valentim Benício.

Em 14 de março de 1943, teve início o curso de pilotos. A área de 14 ha, hoje no Distrito Industrial, foi doada por José Hortêncio Mello e esposa.

Na primeira turma foram brevetados 16 alunos e o instrutor era J.A. Mendes; na segunda, oito alunos instruídos por Júlio Albano e a terceira turma, seis alunos com Cleo Medeiros, Hugo Martins e Mogar Feijó como instrutores.

O Aeroclube fez uma revoada a Buenos Aires com seus três aviões próprios e um particular.

BOLÃO

A primeira cancha de bolão da vila foi inaugurada em 1919 e ficava no pátio do Clube Félix da Cunha. Era chamada de "Cancha da Bola", onde era praticado pelos associados o "jogo da bola". Durou onze anos, até a extinção da cancha.

Os castilhenses voltaram a praticar o esporte em 25 de janeiro de 1958, quando foi inaugurado o Pavilhão de Bolão da Clube União Esportivo. Foram então criados dois grupos femininos: General da Banda e o Continental; e cinco grupos masculinos: Espanta Gato, Com Jeito Vai, Vila Rica, Não Se Engane e Alvi- Verde.

BOCHA

O primeiro Pavilhão de Bochas da cidade foi inaugurado pelo Prefeito Sérgio Rosa Guimarães, no Clube União Esportivo e o Presidente do clube era Noé Sattes.

No torneio inaugural, o trio do Clube constituído por Tal tíbio Custódio, Reinhard Staindorf e Orandyr Langone, saiu vice-campeão. Participaram onze trios: de Santa Maria, Cruz Alta e Tupanciretã.

10-15

CAPÍTULO XVIII

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INDÚSTRIA

1901 – Fábrica de Cerveja e Águas Gasosas

Essa é a primeira indústria do atual Município que se conseguiu determinar. Nesse ano, "*Francisco Pugliese transporta o material de sua extinta fábrica em São Martinho, para Vila Rica.*" [145]

1917 – Salsicharia Ortiz & Cia.

Inaugurada em 30 de abril, por Izidro Ortiz "*em excelente porão que mede 2m de altura, ladeado por paredes naturais por efeito de escavação, acham-se instalados os respectivos assessórios dos diversos artigos próprios ao gênero*".[146] No primeiro dia foram abatidos quatro porcos.

1918 – Curtume Serrano

Era uma sociedade por ações com 40 contos de réis de capital. Essa indústria de peles, cujo Diretor Técnico era o médico húngaro Dr. Ladislau Bolemann e Luiz Herrera. Tinha prédio próprio construído (em 1917) (que incendiou, atrás do atual Centro Social) e máquinas movidas a vapor por um motor americano de 14 CV. Nele trabalhavam três operários suecos especializados. Usa-

145. ROSSANO VIEIRA CAVALARI - "O Ninho dos Pica-paus" - Martim Editor.
146. CINQUENTENÁRIO DELLA COLONIZZACIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUL – Liv. do Globo – 1925.

vam processos químicos que permitiam preparar cem couros diariamente.

Mais tarde, a indústria foi vendida a firma Lacombe & Cia., de Ernesto Lacombe. Em 11 de junho de 1919, foi vendida para Tupanciretã.

1921 – MOINHO

O primeiro engenho de arroz e trigo da Vila pertencia a Climério Mello da Silveira e foi vendido, nesse ano, a Hermenegildo Toffoli Culau por 24 contos de réis. Era movido com um motor Lanz de 18HP, um descascador de arroz tipo "Colonial" e duas mós. Estava localizado nas proximidades da Praça 14 de Julho, à beira do arroio que nasce na Fonte Pública, que ficou sendo chamado de Arroio do Engenho.

1922 – Charqueada São João

Nesse ano foi inaugurada essa que foi a primeira grande indústria da Vila. Seu construtor e proprietário foi Bôrtolo Fogliatto e estava localizada em São João do Barro Preto.

Desde sua fundação até dezembro de 1923, foram abatidas 14 mil cabeças, sendo então vendida à firma Waihrich, Irmão & Azevedo (Miguel Waihrich Fº, Henrique Waihrich e Francisco Toropy de Azevedo). Foi reinaugurada com o mesmo nome em 1º de janeiro de 1924. Em 1926, a razão foi mudada para Waihrich & Irmão. Essa firma entrou em concordata e continuou abatendo sob a responsabilidade de Miguel Waihrich Fº.

De 1929 a 1945, a indústria teria abatido 14.700 reses por ano. Além do charque, eram vendidos os subprodutos: couro (salmourado e salgado), sebo (para velas e sabão), gordura comestível, miúdos (línguas, tripas, que

eram exportadas para Montevideo), ossos classificados (tíbias e omoplatas) e guano (osso cozido par adubo).

1924 – Charqueada União

Fig. 274: Charqueada União.

Inaugurada em 20 de janeiro de 1924, com o abate de 80 reses, a indústria pertencia a Severo Correa de Barros & Filhos. Com a morte de Severo Correa da Barros, em 21 de julho de 1936, a firma passou aos sócios: Vva. Isolina de Mello Barros, Napoleão Correa de Barros, Severo Correa de Barros Fº, Aparício Correa de Barros, Serafim Correa de Barros, Aristides de Moraes Gomes, Francisco Salles e Octacília Correa de Mello.

As reses eram abatidas em um pavilhão principal de madeira coberto com telhas que tinha 32m de frente por 60 de fundos. A firma abateu uma média de 9.500 cabeças por ano, de 1929 em diante, e 202.057 desde sua fundação até 1945.

A Charqueada União foi o núcleo inicial da Cooperativa Castilhense de Carnes e Derivados Ltda.

1925 – Charqueada São José

Fig. 275: José M. Machado.

Fundada em 11 de fevereiro desse ano, pertencia a José Moreira Machado (foto) & Del Fabro (José Del Fabro). Teria abatido 5 a 6 mil reses no ano inaugural. Estava localizada nas proximidades da Charqueada São João (antes da passagem dos trilhos).

Em 1928, foi vendida a Osório & Abrantes (Cel. Pedro Osório, dono da Charqueada Tupanciretã, fundada em 1908) e João G. Abrantes). Sendo também sócio, Mário Franco de Abreu. O capital inicial dessa firma era de 450 contos de réis.

Com a morte de Pedro Osório, ao redor de 1935, figuravam como sócios, João G. Abrantes, Mário Franco Abreu e Ernesto Franco Abreu (que comprou a parte da viúva) e a razão passou a ser Abrantes, Abreu & Cia.

Essa charqueada teria abatido uma média de 6 mil cabeças por ano. Em 1952 começou a exportar charque para o Rio de Janeiro, quando o transporte em caminhões levava de seis a oito dias. Em 1958, os abates cessaram e a firma foi liquidada.

(Para o estudo sobre as indústrias de charque de Júlio de Castilhos, recomenda-se a obra do Dr. Alvarino de Souza Marques, "Episódios do Ciclo do Charque" – Editora Vidigal – Porto Alegre).

1925 – Fabrica de Sabão

De Venerato Borges de Morais.

1929 – Fábrica de Conservas e Produtos de Salsicharia

De Waihrich, Irmão & Langone (Miguel Waihrich Fº, Henrique Waihrich e Victor Langone). O Técnico responsável, Victor Langone, veio de Rio Grande. A indústria estava localizada na Rua 13 de Maio, em frente à CEEE. Era movida a um motor a óleo de 25 HP e tinha um poço artesiano próprio e reservatório para 10.000 litros d'água. Empregava 220 pessoas. Produzia em grande escala: Em embutidos: presunto, bacon, gelatina, paio de língua, mortadela, queijo de porco, presunto enrolado, salame cozido, ossocol, salsicha comum, patês, morcela, codeguins, etc. Em carnes enlatadas: carne de boi, língua de boi, lombo de porco, mortadela, salsicha e patês. Em legumes: ervilha, pimentão ao natural, tomate ao natural, massa de tomate, feijão verde e couve-flor. Em doces: compota de pêssego, figo em calda, marmelo em calda, compota de pera, marmelada e pessegada em caixeta de 5 kg, marmelada em tabletes, marmelada em latas, larangélia e laranjada.

Em 1932, produziu 100 mil latas de ervilha, 110 mil de conservas diversas, principalmente salsichas e compotas e 130 toneladas de produtos suínos embutidos e mistos.

Essa indústria depois de conseguir vários menções honrosas e medalhas de ouro em exposições, sem aporte financeiro e sem ter produtores da matéria prima, fechou as portas em 1934.

1930 – Saboaria Aliança

De Doracy Hausen. Fábrica de sabão e sabonetes Paré, Ivahy, Parayba e Toropy. Pertenceu anteriormente a Antônio Moreira Machado.

1930 – Fábrica de Balas, Caramelos, Mandolates e Torrefação e Moagem de Café.

De Ulisses de Carvalho & Sffoggia (Napoleão Benevenuto Sffoggia). Estava localizada em frente à escola Vicente Dutra.

Fig. 276: Sfoggia.

1930 – Fábrica de Calçados

De Helmuth Hollweg (Sapataria Serrana).

1930 – Olaria Santo Ignácio

Fábricava tijolos e telhas, de Astolpho Marques de Oliveira.

1933 – Charqueada São Lourenço

Fundada nesse ano e pertencia a Agostinho Mariense de Campos. Abateu 738 cabeças e esteve ativa por cerca de um ano. Estava localizada entre Taquarembó e Val de Serra.

1935 – Fábrica de Gazosa e Guaraná de Carlos Ceratti.

1939 – Cooperativa Castilhense de Carnes e Derivados Ltda.

Foi fundada em 13 de fevereiro de 1939, com capital inicial de 127 mil cruzeiros.

Fig. 277: Castilhense.

Seu primeiro Diretor-Presidente foi Delfino Gonçalves Vieira e Diretor Comercial, Miguel Waihrich Fº.

Os primeiros abates ocorreram na Charqueada São João e Charqueada União. Em 28 de setembro de 1944, foi adquirido o parque industrial da Charqueada União, de Isolina Mello de Barros e os potreiros, de Napoleão Correa de Barros, no valor de 200 mil cruzeiros.

Além da indústria de charque e produtos derivados da carne, essa Cooperativa teve uma saboaria (Sabão União), um armazém de consumo conhecido como Bodegão e explorava uma olaria e uma pedreira.

Em 1967, passou por grande reforma a fim de cumprir exigências internacionais, conquistando o mercado da Espanha, Portugal, Bélgica, França, Holanda, Suíça, Alemanha Grécia e Estados Unidos.

Em 1975, foi pioneira no abate de novilhos precoces, tendo seus produtos lançados em 6 de janeiro.

A partir de 1978, iniciou a exploração pecuária, com a invernagem de 4.000 reses em área arrendada ao Exército Nacional em Saicã, Município de Cacequi...

Alguns dados de 1983:

Atividade Principal: Matadouro e Frigorífico
Quadro Social: 1.287 associados. Atuantes: 600
Municípios de atuação: 55
Área ocupada: 5 ha – Área territorial: 17,9 ha
Atividade: Industrialização de carne bovina, suína e seus derivados.

Produtos: Carne frigorificada, miudezas, subprodutos e lãs.

Comercialização: Carne frigorificada e congelada, carne salgada, couros salgados, sebo, carne de suínos e lãs.

Armazenagem: 9 túneis de resfriamento para 1000 carcaças, com 231 toneladas; 5 túneis de congelamento; 5 câmaras de estocagem com capacidade de 2.750 toneladas; 3 túneis de congelamento com capacidade de 100 carcaças, com 66 toneladas; um túnel de resfriamento com capacidade de 120 carcaças bovinas com 52 toneladas e um túnel de resfriamento com capacidade de 360 carcaças de suínos, com 25 toneladas.

Em 1990, o estabelecimento tinha a denominação de Cooperativa Regional de Carnes e Derivados Ltda.

1939 – Fábrica de Malas, Maletas, malas, bolsas e valises.

De Ignácio Hoelfing.

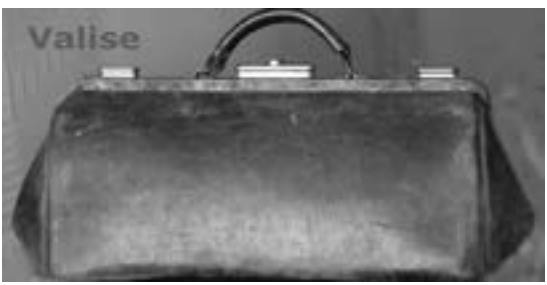


Fig. 278: valise.

1939 – Olaria Santo Antônio

Fábrica de telhas francesas, de Engrácio Martins da Silva.

1943 – Fábrica de Gasogênio Gomes

Indústria de aparelhos para automóveis e caminhões. Usavam carvão vegetal como combustível. Uma necessidade durante a II Guerra Mundial, quando a gasolina ficou escassa. Proprietário: Lourenço de Almeida Gomes.

Fig. 279: Gazogênio.

Ato inaugural: de luto Lourenço Gomes, com chapéu Cel. Aureliano Figueiredo Pinto, representando o Governo do Estado.

1948 – Moinho Castilhense Indústria e Comércio de Cereais Ltda.

Indústria de farinha de trigo. Eram sócios: Miguel Waihrich Fº, Henrique Waihrich. Victor Waihrich, Victor Romagna, Mário Culau e Félix Maria Fernandez. A indústria se tornou antieconômica em virtude do chamado "passeio do trigo": O trigo da região ia para Porto Alegre,

de onde o Estado mandava de volta uma certa quota para ser industrializada. O moinho, então, não conseguia competir com as indústrias maiores.

Em 1950, esse Moinho era dirigido por Américo Reginatto e Tasso Castilhos Lopes e, em 1952, foi vendido para a firma Moinhos Cruzeiro do Sul, de Roca Salles. Em fins da década de 1960, foi extinto definitivamente, ficando apenas o alto edifício nas proximidades da estação férrea.

1950 – Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos Ltda.

Fundada em 12 de março. Grupo Diretivo: Diretor, Dr. Juvenal Dias da Costa; Diretor Geral: Dr. Walter Hugo Biavaschi e Diretor Secretário: Antônio Pimenta. Membros: Francisco de Souza Mascarenhas e Carlos Baptistella. Comissão Fiscal: Dr. Álvaro Guimarães e Dr. Horácio Caio Pereira de Souza. Suplentes: Pedro Stefanello, Lourenço Gomes e Amadeu Rubin.

1950 — Fábrica de Brinquedos Tamoio

Inaugurada em maio. Pertencia a Lourenço Moacyr Gomes. Fabricava mobílias, caminhões em miniatura e outros brinquedos de madeira. Por falta de matéria prima adequada, a indústria foi encerrada em 1953.

1950 — Saboaria São José

De João Baptista de Mello & Irmão Ltda. Fabricava o sabão Vila Rica, Caburé e Guará. Foi extinta em 1966.

1952 – Engenho de Arroz

De Francisco de Assis Martins. Localizada na esquina sudeste da Rua XV de Novembro com Coronel Moura.

1952 – Fábrica de Esquadrias em Grande Escala

Iniciada por Miguel Waihrich F° na esquina sudoeste da Av. Fernando Abbott com Severinho Correa de Barros. Mais tarde comprada por Eurico Germano Haimboeck e herdada por seu filho Haroldo Waihrich Haimboeck.

Fig. 280: Fábrica de Esquadrias.

1956 – Moinho da Cooperativa Tritícola Ltda.

Entrou em funcionamento em março sob a Direção Técnica de David José Rubin. Hoje está montado em São João dos Mellos. Uma atração turística: Museu da Vó Pierina, que pertence a Paulo Zanon.

1956 – Fundição Caldas e Canfield

Fig. 281: Fundição Caldas.

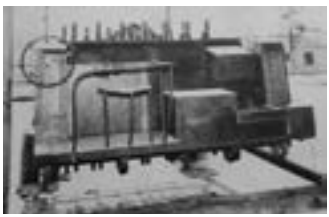


Fig. 282: Salgamotriz.

De Remy Caldas e Hugo Canfield. Criou e fabricou a primeira máquina para salgar carne, a Salgamotriz, (foto) que substituía o trabalho de 14 operários na charqueada, sendo encomendada pelas principais indústrias do Estado. Foi idealizada por Remy Caldas.

Em 1962, passou a ser a Mecânica Hugo Canfield – Implementos Agrícolas e Construções Mecânicas. Entre seus produtos estava o Elevador Agacê, conhecido como "chopim" e a Machacadeira de Aveia Agacê, patenteadas pelo seu inventor Hugo Canfield.

Fig. 283: Mecânica Canfield.

COMÉRCIO

As antigas casas de comércio eram conhecidas com "venda" "armazém" ou "casa de negócio". Elas faziam a revenda de gêneros de primeira necessidade, fazendas, bebidas, fumo, ferragem, produtos coloniais que eram designados pelo termo genérico de "secos e molhados".

A **primeira venda** do povoado teria sido a de Francisco de Abreu Valle Machado, ao redor de 1874. A segunda, no mesmo local, era a do italiano Antônio Carbone que só foi encerrada com a morte de seu proprietário, em 18 de outubro de 1891. Essa venda ficava na esquina abaixo do Centro Cultural Álvaro Pinto e vendia (120): "Casacos para homens, calças, gaitas, saias de tergal, agulhas, pentes, botões, linhas em carretel, estolas, leques, cigarreiras, carteiras, isqueiros, pós de arroz, rascadeiras, facões, foices, afiadores, pacotes de tintas, ferro de pua, grosas, facas de cabo de pau, argolas de metal, anzóis, açucareiros, bacias, garrafas de laranjinha, espírito de vinho (álcool), Xarope de Tajujá, vidros de bálsamos, aspirinas, tubos de lampião".

Note-se que o ano entre parênteses não indica o de fundação, mas que a casa já existia naquele ano.
Em 1882, Antônio Ramos Barroso tinha casa de negócio em Vila Rica.

Em 1901, possuíam vendas: Onófrio & Irmão (Francisco e Luiz Onófrio), Sabino Correa Lamaison, Jovino da Silva Freitas, Mariano Pereira de Barros, João Antônio da Silva, Antônio Moreira Machado, Emílio Moreira Lemos, Jonathas dos Santos Magalhães e Francisco Ferrer de Oliveira e Silva.

Em 1901, Michel Weihrich (Miguel Waihrich) estabeleceu a Sapataria Serrana. Em 1916, pertencia a Waihrich, Irmão & Cia. (Henrique e João Carlos).

Fig. 284: Sapataria Serrana.

Em 1903: Antônio Moreira Machado (Fazendas, ferragens, miudezas, secos e molhados. E, "Baratilho Sem Rival" de Mariano Pereira de Barros.

Em 1904, havia 22 casas comerciais em Vila Rica (19) e seriam fundadas algumas que se tornariam tradicionais:

Em julho de 1904 foi fundada a Casa Comercial do italiano Francisco Onófrio. (foto do interior da loja e fachada com bomba de gasolina).

Fig. 285: Francisco Onófrio. Fig. 286 (direita): Casa Comercial Francisco Onófrio - externo.

Em julho de 1905, foi fundada, na esquina sudoeste da Rua Barão do Rio Branco com XV de novembro, o estabelecimento de Suñe & Cia. (Jayme e Francisco Suñe). Posteriormente vendido, em julho de 1906, a Waldemar Mello.

Em 1906, existia na esquina em frente, a casa comercial Lemos & Cia., de Emílio Lemos: "*Gêneros colo-*

niais, calçados, arreios, miudezas e molhados"; que em outubro de 1907 foi vendida e passou a ser a Casa Comercial de Cândido Leal & Filhos (Cândido Leal de Oliveira).

Em 1907, existia a Barraca de Couros de Amadeu Moreira Machado.

Fig. 287: Anthero Vieira.

Em 1914, Anthero Vieira tinha uma casa comercial, à Rua Barão do Rio Branco, ela ficava na esquina em frente ao Museu Vila Rica.

Em 1915, existia o armazém de Umberto Onófrio, no centro da quadra leste na Rua Barão do Rio Branco, entre a Antônio Carbone e João Pessoa: "*fazendas, louças, miudezas, ferragens, secos e molhados*".

Em 1917, a venda de Abegahy Vieira na Rua Cel. Serafim, em frente ao Museu Vila Rica.

Antes de 1918, existiu o Armazém de Antônio Leal & Irmão (João Baptista Leal) que foi vendido a João Pinto da Costa que, em 8 de agosto de 1918, fundou a Casa Vila Rica. (foto) Localizada em frente do atual estacionamento do Supermercado Zanon. Era "*agente da Standard Oil Company of Brazil (kerozene Jacaré e gasolina Standard)*". Era o único revendedor de Flit "*o mais poderoso inseticida*" e uma das mais completas lojas da Vila.

A Casa Vila Rica, tinha um variado sortimento de: "*fazendas, ferragens, perfumarias, miudezas, secos e molhados, chapéus, roupas feitas, enfeites para vestidos de senhoras e crianças e variadíssimo repertório de discos*

para Victrolla. Depósito de sal, arame, telhas de zinco, cimento, madeiras para casas e alambrados".

Fig. 288: Casa Vila Rica.

Por estar próxima à estação férrea, esta loja abastecia até o comércio de Santa Rosa (na época com 415 habitantes e 58 casas) onde também "*para lá iam carroças puxadas por sete cavalos transportando açúcar, fumo, mantimentos, folhas de flandres, etc.*". A loja foi, mais tarde, herdada pelo seu filho, Solon Appel da Costa, e fechou ao redor de 1965.

Fig. 289: Loja de ferragem dos Bay 3 sócios.

Em 1921, havia a loja de ferragem de Matheus Bay, Luiz Broggini e Pedro Bay (eles na foto).

Citam-se mais algumas das mais antigas casas de comércio, precursoras das grandes lojas e dos supermercados atuais da cidade:

Marcial & Cia. (tecidos, ferragem, louças, armarinho, perfumaria e secos e molhados) Elpídio Marcial Borges (1919) (onde está a Casa Mauá). Armazém Brasil de Soares & Reginatto (1920), Armazém Bevilacqua de Guilherme Bevilacqua, Armazém Colonial de Ricardo Volcato, Armazém Central de Calixto Bevilacqua, A Preferível de Bernardo Volcato Neto (fundada em 1923) com Bomba de Gazolina da Energina (produto da Anglo Mexican Petroleum & Cia. Ltda..

Fig. 290: A Preferível.

Em 1926, existiam a Typographia Ideal, em 1926 e A Impressora, de Ulísses Carvalho. Armazém Central de Domingos Bevilacqua (foto), A Predilecta de João Bevilacqua (esquina Mauá), Casa Ideal de Hermenegildo Culau, Américo Reginatto (secos e molhados, frutos do país e exportação de cereais), Armazém Comercial de Signifrido Frescura (1937 a 1945).

Fig. 291: Domingos Bevilacqua.

Em 1928: Chapelaria Flor da Serra de Almerinda Pinto (Chapéus de todos os tipos para senhoras, senhori-

nhas e meninas). Sapataria Serrana de J. Ceccon & Correa. "Baratilho" de Hermenegildo Toffoli Culau. Casa "A Moderna" de Severino Bevilacqua (Camisas, cuecas, bengalas, meias, ligas, chapéus de sol, gravatas). Selaria de Hermenegildo Volcato (Arreios, serigotes e selins).

Em 1929: Padaria Esperança de Belisário Soares. "O Sol Nasce Para Todos" de Ladislau dos Santos (Miudezas, Secos e Molhados. Compra e vende produtos do país).

Em 1930: Casa Serrana de Atala Seady (Av. Getúlio Vargas, 32), Agência Chevrolet de Bastos & Pinto (Cyrus Bastos e Oficina Mecânica e gasolina Texaco), "A Royal" – Casa de Modas de Fumaglli & Cia. (Victrollas e discos).
Em 1931: "Tinturaria Brasileira" de Henrique Rachewski.
Em 1933: "Tipografia Santo Antônio" de João Appel (Impressos a cores).

Em 1935: Livraria e Tipografia da Paróquia. (Ver jornal Alliança)

Já existiam em 1937: "Barraca de Frutos do País" de Onofre Leal (Couro, lãs e produtos coloniais), "Livraria Comercial" de Irmãos Appel e "Casa Danúbio" de Mário Villamil de Vargas (ferragem, material elétrico e bazar).

Em setembro de 1937, havia a "Elite Víspora", bingo, à Praça Marechal Floriano, que funcionava todas as noites, com início às 20 horas.

Em 17 de setembro de 1939, foi fundada a Cooperativa Agrícola Castilhense, com o objetivo principal de "*unir os profissionais da lavoura, promover a venda comum da produção e defesa dos interesses econômicos, libertando-os das pesadas comissões dos intermediários*". A primeira Diretoria era: Diretor-Presidente, Dr. Elpídio Bañolas; Diretor Comercial, Januário Dias da Costa e Diretor Gerente, Dr. Paulo Onófrio. Comissão de Administração: Dr. João Vieira, João Bevilacqua, Antônio Pigatto, Henrique Waihrich e Lourenço Rubin. Localizada em

frente à CEEE, durou três anos e foi liquidada por falta de apoio dos associados.

Em 1940: "Casa Rádio" (Agência Atlantic de gasolina e máquinas de escrever). Depósito de Bebidas de João Carlos Baptistella. "Depósito de Frutas" de Felipe Antônio Mecherez e "Livraria Marajó" de Cyro Coelho (1945). "Armazém Machado", de Afonso Machado Soares (Machadinho).

Entre os bares mais antigos, encontrou-se: Em 1931 o "Café e Baar Langone" de Antônio Victor Langone. "Café Liberdade" de Egídio Bastos e depois de Jonatas Bastos (à esquerda do Centro Cultural) e o "Café Marabá", de Jamil Ache (até 1951, depois (até 1989) de Guilherme Perobelli e Eugênio Piovesan (na esquina acima do Centro Cultural).

A primeira lavanderia da cidade foi a de Henrique Rachewski. Em 1957, surgiu a "Lavandeira Ivaí", de Mello & Bevilacqua (Plínio Mello e Dr. João Bevilacqua) e, mais tarde, a "Lavanderia Moderna" de José Trevisan (à Rua Oswaldo Aranha).

Existiu, em 1960, uma Cooperativa dos Funcionários Públicos de Júlio de Castilhos. Diretor, Nelson Schemes e Gerente, Ildefonso Correa da Costa.

O primeiro supermercado da cidade foi o Supermercado Rubin e Pegoraro de Celso Rubin e Arlindo Pegoraro que iniciou em setembro de 1966. Em novembro do mesmo ano, surgiu o Supermercado Cristal (foto) de Queiroz e Culau (Ubirajara Queiroz e Mário Culau (na atual esquina do Supermercado Zanon) que, em 1979, foi vendido a Waldemar Zasso, originando o Supermercado Zasso que, em seguida começou a funcionar em seu prédio próprio à Av. Salgado Filho.

Em 9 de junho de 1973, o terceiro foi o Supermercado Zanon que se estabeleceu na esquina do atual Bradesco. Em 16 de julho de 1973, foi inaugurado o Super-

mercado Venuto Facco e, em 24 de junho de 1976, foi inaugurado o Supermercado Vila Rica de Rubin & Irmão Ltda. (Evaldo José e Mário Rubin).

Fig. 292: Supermercado Cristal.

Fig. 293: Supermercado Zasso.

ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS

Em julho de 1920, foi fundada a primeira entidade associativa dos comerciantes da Vila, a **Associação Comercial**, cuja Diretoria era a seguinte: Presidente, Luiz Onófrio; Vice-Presidente, José Moreira Machado; 1º Secretário, Abegahy Vieira; 2º Secretário, João Pinto da Costa; Tesoureiro, Onofre Leal e Orador, Belisário Soares.

Em 5 de julho de 1925, foi fundada a **segunda Associação Comercial**. Diretoria: Presidente, Francisco Onófrio; 1º Vice-Presidente, Napoleão Correa de Barros; 2º Vice-Presidente, Francisco Salles; 1º Tesoureiro, Ono-

fre Leal; 2º Tesoureiro, Victor Romagna. Diretores: João Carlos Waihrich. João Pinto da Costa, Umberto Onófrio, Hermenegildo Toffoli Culau, José Luiz Zavagna e Oudinot Lacroix.

Em 13 de maio de 1927, surgiu a **Associação Rural e Comercial**, da qual não se encontrou dados.

Em 3 de abril de 1950, foi fundada a **Associação Comercial de Júlio de Castilhos.** Sua primeira Diretoria era: Presidente, Mário Villamil de Vargas; 1º Vice-Presidente, Mário Bay, 2º Vice-presidente, Solon Costa; 1º Secretário, Harvey Rubin; 2º Secretário, Rubens Tatith; 1º Tesoureiro, José Bevilacqua, 2º Tesoureiro, Edgar Volcato. Conselho Fiscal: Signifrido Frescura, José Maurício de Campos e Aramys Castilhos Lopes. Diretores: Doracy Hausen e Ricardo Reginatto.

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS

Fig. 294: Correspondente Banco da Província.

As primeiras casas de crédito da cidade começaram a operar com correspondentes: do **Banco da Província do Rio Grande do Sul**, em 1911, com Francisco Onófrio[147]; do **Banco Pelotense** com José Moreira Machado foto, na mesma época; do **Banco Nacional do Comércio** com os Irmãos Waihrich de 1919 a 24; e do Banco dos Brasil S.A., em 1937, com Ângelo Reginatto.

A primeira agência bancária da Vila já funcionava em 1922. Era o **Banco Pelotense** e seu primeiro Gerente foi Theócrito Prado Costa e seu escriturário, Victor Romagna. O segundo Gerente, em 1922, era Tharcillo Fialho e o Tesoureiro, Oswaldo Kuhn. Estava estabelecida à Rua Antônio Carbone nº14, na esquina com Barão do Rio Branco.

147. CINQUENTENÁRIO DELLA COLONIZZACIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUL – Liv. do Globo – 1925.

Fig. 295: Banco Pelotense.

Em 1º de junho de 1924, foi inaugurado o **Banco Nacional do Comércio**. Seu primeiro Gerente foi Oudinot Lacroix e o Contador, Darcy Barcellos[148]. Estava localizado em prédio próprio à Rua Barão do Rio Branco, em frente do Clube Félix da Cunha. Esse banco deu origem ao Banco Sul Brasileiro e ao Banco Meridional, estabelecidos na esquina em frente à Prefeitura.

Fig. 296: Banco Nacional do Comércio.

Em 8 de julho de 1931, foi inaugurado um escritório oficial do Banco do Rio Grande do Sul, cujo Gerente era Júlio Lima e funcionava na esquina noroeste da Av. Pinheiro Machado com Rua João Pessoa. (foto)

Em 1943 ou 1944, o escritório foi elevado à Agência do **Banco do Rio Grande do Sul**. Seu primeiro Gerente foi Aramys Castilhos Lopes e o Contador, Firmino Saldanha da Luz. A agência funcionou em vários prédios alugados.

148. O POPULAR - Nº 47 – Ata na íntegra.

O último foi esse da esquina. (fig. 295) Até que, em 30 de julho de 1957, foi inaugurado seu atual prédio próprio.

Fig. 297: O prédio da esquina foi o último alugado para funcionar o Banco do Rio Grande do Sul.

Fig. 298: Inauguração Banco do Rio Grande.

Na foto inaugural: Miguel Wairich F°, Mons. Antônio Correa, Eponina da Costa (a cliente mais antiga) e à direita Victório Trez (Gerente) e esposa Arilde

Em 23 de outubro de 1963, foi inaugurado o **Banco Agrícola Mercantil** que teve como primeiro Gerente, Palmáceas Ivo Peixoto, funcionava na esquina sudoeste da Av. Pinheiro Machado com Cel. Serafim. Em 1967, foi transformado em **União de Bancos Brasileiros S. A. – Unibanco** – pela sua união ao Banco Moreira Salles. Encerrou sua atividade em 1968 e Waldemar Meira foi seu último Gerente.

Em 9 de maio de 1965, foi inaugurada a agência do **Banco do Brasil S.A.** e funcionava no atual prédio da Sicred foto. Seu primeiro Gerente foi Salvador Silveira Freitas. Em 3 de fevereiro de 1973, foi inaugurado seu atual prédio próprio.

Fig. 299: Banco do Brasil recém fundado.

Em 6 de novembro de 1963, na esquina em frente à Prefeitura, foi aberta a **Caixa Econômica Federal,** sendo seu primeiro Gerente, Ernesto Prestes. Em 10 de março de 1972, inaugurou seu prédio próprio no térreo do edifício à direita da Igreja Matriz. Em 17 de junho de 1984, o prédio foi vendido e a agência mudou para o térreo do Edifício Toropi.

CAPÍTULO XIX

PROFISSIONAIS

Neste capítulo são relacionados os profissionais mais antigos de algumas atividades. Usou-se, para tanto, apenas informações confiáveis, coligidas de anúncios de jornais e relação de associados do Clube Félix da Cunha.

O ano entre parênteses, nem sempre indica o início da atividade, mas apenas que naquele ano o profissional estava em atividade.

MÉDICOS

Procurou-se relacionar as pessoas que exerceram a medicina, omitindo-se os títulos em caso de dúvidas.

1886 — O médico espanhol Sabino Posadas, hidro terapeuta.

1899 — De Orozimbo Chateaubriand Álvares da Cruz, encontrou-se um cartão de visita com uma receita no verso (acervo do autor).

Fig. 300: José Aranha.

1900 — João Aranha de Barros Pinto, "*medico licenciado pela Junta de Higiene da Capital do Estado, com 50 anos de prática. Especialista em pneumonia, pleuris, febres palustres, inflamação da garganta, moléstias de crianças, gálicos e outras moléstias*". Era paulista e foi enfermeiro na Guerra do Paraguai.

1901 – Dr. Júlio Happel, médico alemão, clinicou na Vila até 1905. – Dr. Carlos Ickler, médico operador e parteiro.

1903 – Dr. Antônio Pavani, médico e cirurgião-dentista.

1904 – Dr. Luiz Lopes, nomeado em 12 de abril, foi o primeiro médico municipal de Vila Rica. Exonerado em 4 de fevereiro de 1907, por abandono de cargo.

1905 – **Dr. José Alves Valença**, formado em 1904, iniciou sua clínica nesse ano e ficou na Vila por 20 anos. Um dos grandes médicos do passado.

1906 – Ernesto Pereira de Oliveira, homeopata, morava na Aldeia, nas proximidades da Praça 14 de Julho. Notabilizou-se por sua extrema bondade e amor ao próximo.

Também "*dava homeopatia*" Horácio de Oliveira Bastos.

1907 – Dr. Teodoro Ferimbach era o único médico da Vila. Em 8 de janeiro de 1909, foi nomeado Médico Municipal, ganhando 600 mil réis anuais.

1908 – Dr. Ildegardes Vinhas, formado no Rio de Janeiro e Dr. C. F. do Amaral, médico homeopata.

1910 – Filemon Castor de Araújo Lopes. (pai do Dr. Ibes Castilhos de Araújo Lopes).

1911 – **Dr. Vicente de Paula Dutra**, clínico e cirurgião, iniciou sua clínica nesse ano. Em 18 de abril de 1911 foi nomeado médico da Assistência Pública. Outro grande médico do passado que clinicou na Vila por 15 anos.

– Dr. João Ricardo Silveira Netto.

Fig. 301: Dr. Viriato Dutra.

1916 – **Dr. Viriato Pereira Dutra**, formado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Fez parte da Missão Médica Militar na guerra de 1914 a 18, quando estagiou em hospitais de Paris. Exerceu a medicina em Júlio de Castilhos por 50 anos.

– **Dr. Ladislau Bolemann**, húngaro, formado pela Faculdade de Medicina de Budapest. Clinicou até maio de 1921.

1918 – Dr. Hildebrando Varnieri. Clinico até outubro de 1919.

1919 – **Dr. Alfredo Silveira Netto.** Clinicou até 1926.

De 1920 em diante, apenas vão ser citados o nome dos médicos:

Dr. Miguel Larissa e Dr. Paulo Ponsati (1920), Dr. O. Chagas Leite Jr., Dr. Armando Torres de Vasconcellos, Dr. Adalgiso Ferreira, Dr. Olinto Flores (1921), Dr. Tito Torres, Dr. Miguel Perez Hervelha, **Dr. Fernando Silveira Netto** (1922), **Dr. Francisco Risi** (chegou em 1926 e foi nomeado, em 15 de maio de 1927, médico de Higiene e Assistência Pública), Dr. Cristiano Batista de Oliveira (1926), **Dr. Elpídio Bañolas** (clinico de 1928 a 1932), Dr. Alfredo Silveira Netto Fº (1930), **Dr. Theodoro Ribas Salles** (1928 a 1967), Dr. Agostinho de Almeida (1939), Dr. Celso Xavier Paim, Dr. Aroldo Braga, Dr. Eduardo Miguel Arguimbau (1942), **Dr. Ibes Castilhos de Araújo Lopes** (1944 a 1992), **Dr. Walter Hugo Biavaschi** (1946), Dr. Carlos Napoleão Barros (1952), **Dr. Saulo Salles Bevilacqua** (1965), **Dr. Solon Morisso de Lemos** (1956 a 1976), **Dr. Leon Tolstoi Rodrigues de Lima** (1958 a 1962), **Dr. Emir Scherer Hausen** (1960), **Dra. Gelcy Bañolas** (1964), **Dr. José Antônio Pimenta** (1969), **Dr. Lon Sfredo** (1969), **Dr. Nilton Beck,** (1972), Dr, Aracman Vieira (1975), **Dr. Danilo Gossling** (1976 a 1983), **Dr. Getúlio Barros Vargas, Dr. Edgar Manrique** (1976) e **Dr. Gilberto Côlvero.**

HOSPITAIS

Até 1926, não havia hospital em Júlio de Castilhos. Todos os atendimentos eram feitos na casa do enfermo, nos hotéis ou em casa de famílias. Contam que as cirur-

gias eram realizadas nos consultórios médicos, de onde o operado saía carregado numa cama. Era comum ver-se o estranho cortejo: o doente coberto com um lençol, atravessando as ruas, carregado por quatro ou seis pessoas, acompanhado pelos familiares, amigos e curiosos. Pela fisionomia das pessoas se conhecia a gravidade ou não do caso!

Em 1926 ou 1927, existiu o primeiro hospital da Vila: a **Casa de Saúde** do médico italiano Dr. Francisco Risi. Estava localizado à esquina oeste da Rua Oswaldo Aranha, com a Av. Fernando Abbott. O modesto hospital era atendido pelo médico e duas enfermeiras: Boneca (esposa de Francisco Risi) e Maria Paulina Marros, mãe de Lili Marros. Seriam elas, portanto, **as primeiras Enfermeiras** de Júlio de Castilhos.

Houve um início de ampliação desse hospital, na esquina oposta, que ficou nos alicerces e a atual Doca Salles passou a ser conhecida como "rua do hospital". O médico teria fechado a Casa de Saúde e ido para Ijuí.
Deve-se a um gesto de generosidade de uma senhora castilhense, o surgimento do segundo hospital. Cumprindo um desejo de sua esposa, em seus últimos dias, Napoleão Correa de Barros doou a municipalidade sua casa e uma área de 2,76 hectares:

" – *Napoleão, eu quero que dês aqui onde moramos, para ser construído um hospital de caridade*".

A fundação ocorreu em 25 de agosto de 1935. O nome aprovado na reunião inaugural foi de Hospital Nossa Senhora da Piedade, mudado mais tarde, por uma justíssima homenagem que se impunha para **Hospital Bernardina Salles de Barros.**

Seu primeiro Presidente, Aparício Correa de Barros, aproveitou integralmente o antigo prédio residencial para a moradia das irmãs, cozinha e dispensa. E, pela firma Pedro Bay & Cia., mandou fazer um prolongamento

de 6m x 5,50 destinado a ampliar a antiga Capela e, com o maciço apoio financeiro da comunidade, teria mandado construir pegado à antiga residência, um pavilhão de dois pisos permitindo, em 12 de maio de 1940, o início do funcionamento do hospital .

ODONTÓLOGOS

Em 3 de outubro de 1901, vindo de Cruz Alta, começou a atender na Vila o **primeiro dentista** que se tem notícia: **Ricardo Bone** que assim anunciava:[149]

"*Ricardo Bone, cirurgião-dentista, oferece ao respeitável público desta localidade, seus serviços concernentes à arte dentária. Apronta dentaduras com e sem chapa, em vulcanite e ouro. Dentes pivot e coroas de ouro e porcelana. Obturações a ouro, platina, massa, etc. Trabalhos garantidos e preços módicos.*

Residência: Rua Antônio Carbone."

No Museu Vila Rica existe uma dentadura de vulcanite (borracha vulcanizada com dente de porcelana).

Em 1906, Generoso Azevedo. Em 1908 a 1911, o **Dr. Alberto Barbosa**. Na mesma época teria vindo seu cunhado Armindo Eggers.

Surgiram depois: Felisbino Monteiro (1912), Mário Schil Loureiro (1913), Antenor Morais (1914), Oscar Ernesto Rupert (1914) e Fabricio Veríssimo (1914).

De 1915 até 1921, clinicou o prático-licenciado **Luiz Ernesto Kern**.

Em 1919, chegou de Bagé o **Dr. Joaquim José Saldanha de Vargas** que clinicou até 1923 e retornou em 1941.

149. A CONVENÇÃO – Ano I nº 9 e 10.

Em 1920, F. Camatte, dentista americano, formado pela Graduate Dental School de New York.[150]

Abre-se um parêntese para o anúncio do jornal O Popular nº 130, que mostrava como era fácil ser dentista e rendosa a profissão em 1920:

"*Curso Teórico e Prático para Dentista. O Dr. Maya Peixoto avisa as senhoritas, senhoras e senhores deste Município que reabriu o seu curso para dentistas, dando o aluno pronto em 6 meses, podendo com o diploma do referido curso exercer a profissão em qualquer parte do Estado. Assim que o aluno terminar os seus estudos, receberá um lugar para trabalhar no interior do Estado, onde ganhará contos de réis. O curso começará a funcionar em junho, achando-se as inscrições abertas dedes já. Mais informações: Avenida Bom Fim, nº 182 – Porto Alegre*".

Em 1921, encontrou-se: Rafael Bandeira, Drs. A. Budin e L. Budin, diplomados e Paschoal Giuliano Martelli. Em 1922: **Dr. Oswaldo Seadi** até 1930, Dr. J. F. Hanemann, americano, e Dra. Lea Bilkis Soibelmann. Em 1925 a 1927: Dr. Felipe Pinto, Antônio Mansur Chemale. Em 1930: Bruno Schulze, diplomado. Em 1931: **Bruno Schirmer**, prático licenciado, até 1950. Em 1933, Antônio Rosa S. Peixoto tinha Clínica Dentária. Em 1940, Pedro A. Andreatta e o Conde Fernando Hügel. Em 1943, Nélio Saraiva e **Mário Poye** até 1954, depois foi protético. De 1946 a 48, Dr. Fernando Abbott. De 1948 a 49, José Dias da Silva, prático licenciado. Em abril de 1951, **Dr. João Salles Bevilacqua**, castilhense que até 1956 era o único dentista da cidade. Exerceu a odontologia por 37 anos. Em 5 de maio de 1956, Dr. Firmino Chagas Costa, até 2007.

Completam a relação parcial: Dr. Carlos Roberto Barros Lopes (1963), Dr. João Marino Scherer (1970), Dr. Juarez Waihrich e Dr. Mário Cesar Vargas (1971), Dr. Ma-

150. O POPULAR – Ano XIII nº 121.

nuel Torres Caballero (1975), Dra. Shirley Figueira (1976 a 1984) e Dr. Silvio Lorenci (1976). Que estão entre os mais antigos.

ADVOGADOS

Irineu Oliveira Goulart (1898), João Ferreira Mendes Júnior, Dario Valença Appel e **Innocêncio Perciliano Garcia** – todos em 1901. Onésimo Pereira dos Santos (1901 a 1925) e **Manuel Cesar do Nascimento** (1901 a 1926), Djalma Afonso dos Santos (1904), Dr. João Baptista Barreto Leite (1907).

Ao redor de 1913, começaram a chegar os primeiros advogados formados: Dr. Afonso de Moraes, Norberto Madureira Coelho (1914), **Dr. Flory Azevedo** (1919), **Dr. Luiz Weterlé Negrini** (1921 a 1927), Dr. Plínio Gomes de Mello (como acadêmico, abriu escritório em 1923), Dr. Oscar Roth Fuchs (1925), Dr. João Didonet Neto (1925), **Dr. Álvaro Escobar Guimarães** (1926, por mais de 40 anos), Dr. Gilberto Peixoto (1930 a 1936), Dr. Luiz Telles Barnewitz (1938), **Dr. Sul Brasil de Azevedo** (1942), **Dr. Paulo Rosa Waihrich** (1951), **Dr. Sérgio Rosa Guimarães** (1959), **Dra. Terezinha Reginatto** (1957), Dr. Alcebíades Alcântara (1967), **Dra. Sônia Susana de Campos Abreu** (1969) e **Dr. João Carlos Leal** (1971).

ENGENHEIROS

Em 1883, **Kurt Vincent Von Daberkow** é o profissional mais antigo que se encontrou. Em 1901, Walter Kashny, agrimensor. Em 1914 e 1915, esteve na Vila o Engº Civil Manuel Viterbo de Carvalho, construindo belos prédios, como a residência de Henrique Waihrich, do Dr. Vicente de Paula Dutra e de Aparício Correa de Barros.

Em 1916, residiu na Vila o **Dr. Bruno Sprekelsen**, exercendo a Engenharia Elétrica e Mecânica e atendendo a Usina Municipal. Instalou o primeiro carneiro-hidráulico da Vila. Em 1917, Eng.º Edmundo Galvão Conrado. Em 1921, **Dr. Luiz Gomes de Araújo**, engenheiro municipal por muitos anos. Executou, em 1927, um excelente Mapa do Município de Júlio de Castilhos.

Em 1923, Agrimensor Joaquim Piquet Belmonte, nomeado Engenheiro Municipal em 1º de agosto de 1929. Em 28 de janeiro de 1930, o Dr. Pedro Souza foi nomeado Engenheiro Municipal. Em 1932, Dr. Manuel Marcondes de Mello.

Foram Engenheiros Municipais: Dr. Antônio Castro Jobim (1933), José Antônio Brandão (1935), Dr. Leônidas Coelho de Souza e **Dr. Harro Ramon Scharlau** (1958 a 1967) e **Dr. Fernando Rosa Guimarães.**

De 1976 a 1984, Dr. Milton Figueira e Dra. Áurea Regina da Silva Barbosa.

AGRÔNOMOS E TÉCNICOS RURAIS

Em 1918, chegou para o Posto Agro-Zooténico o primeiro agrônomo que se encontrou: **Dr. Lauro Ramos Cezar**, juntamente com os técnicos rurais **Cantalício Preto de Oliveira,** Péricles Americano Uchoa e Wolmar Franco.

Em 1920, para o mesmo Patronato Agrícola de Menores, o Agr° Álvaro Dornelles e os técnicos ou capatazes rurais Anápio Barcellos Feio e Hugo Pires. Em 1922, os técnicos rurais Carlos Paranhos de Araújo e **Attílio Fumagalli**. Em 1923, Agr° Dr. João Batista Guimarães e os técnicos rurais, Ulísses Tubino e Otávio Fumagalli. Em 1927, o técnico rural, Pedro Fumagalli.

Anotou-se, ainda: os agrônomos Dr. José Antônio Brandão (1936), Dr. Áuro Elias (1940) e Dr. Sílvio Bonow (1946).

VETERINÁRIOS

O médico veterinário mais antigo que se encontrou foi o Dr. José Joaquim Lopes que exerceu sua atividade ao redor de 1940.

Citam-se, ainda, os castilhenses: Dr. Sylvio Ribas Bevilacqua, Dr. Severo Correa da Barros, Dr. Darcy Marçola e Dr. Régis Lopes Salles.

FARMÁCIAS E FARMACÊUTICOS

1892 — **Pharmacia Rocha** — Foi a primeira farmácia da Vila. Fundada em 1892, por Herculano Cyrillo Brício Bezerra Montenegro. Farmacêutico-químico.

Em 1901, como "Pharmacia Rocha & Silveira", anunciava pelo jornal A Convenção.

"*Este estabelecimento tem sempre um completo sortimento de artigo de drogaria. Tendo pessoal habilitado, avia o receituário com presteza e capricho. Avia receitas a qualquer hora do dia ou da noite, tendo sempre pessoal apto para bem servir a freguesia. Tem sortimento de preparados farmacêuticos, tais como xaropes de diversos autores, pílulas das mais afamadas, depurativos, elixires, pastilhas, tinturas, sabão medicinal, etc.*

Tem sempre depósito das afamadas pílulas anti-bobáticas. Depósito de anti-tuberculina – fórmula do farmacêutico H. Montenegro.

Rua General Júlio de Castilhos, esquina da Praça Marechal Floriano – Villa Rica".

Da esquina da Rua XV de Novembro com a Barão do Rio Branco, mudou-se para o prédio acima do Centro Cultural. Teve vários proprietários: Em 1914 foi vendida a Amado Moreira Machado & Filhos. Em 1917, era de Pedro Machado, dirigida por Bruno Firmbach. Ainda em 1917, foi vendida a Francisco Salles. foto Em 1922, já

pertencia a Lúcio Martelli & Filhos (Paschoal, José, Giuliano e Dante) foto e estava localizada no sobrado de Percy Barcellos da Rocha (local do atual Banrisul). Em 1925 foi vendida a Oudinot Lacroix sendo Antônio Rizzato seu farmacêutico responsável. Finalmente, em 1924, foi adquirida por Joaquim Barcellos da Rocha sendo atendida por seu filho Percy Rocha.

Fig. 302: Farmácia Rocha.

Em fevereiro de 1914,[151] foi fundada a **Farmácia Silveira**, pelo Dr. Alfredo Silveira Netto. Estava localizada no sobrado antes da esquina oeste da Rua Cel. Serafim com Barão do Rio Branco. O prédio foi o primeiro da Vila com piso superior. Construído por este doutor.

Em 1º de junho de 1923, foi inaugurada pelo dentista-prático Luiz Ernesto Kern e seu sócio Dr. Ladislau Bolemann, a **Farmácia Central,** vendida em 1924 a Joaquim Barcellos da Rocha e ficando sob a responsabilidade de Percy Barcellos da Rocha.

Em 1924, a Farmácia Silveira foi herdada pela viúva Dulce Tuñas Silveira Netto, e teve como sócio seu funcionário Romário Onófrio, que acabou comprando a parte da sócia, dando origem a **Farmácia Onófrio**, transferida para a esquina leste da Rua Barão do Rio Branco com Cel. Serafim. (foto) Mais tarde foi de seus sucessores e ficou sob a responsabilidade de seu filho, o farmacêutico-bioquímico Dr. Manuel Luiz Rosa Onófrio.

151. O POPULAR – Ano XIII nº 121.

Ao redor de 1930, foi construído por Percy Rocha um prédio de dois andares para a Farmácia Central (no local do atual Banrisul). Em 1946, a Farmácia Central foi vendida a Marino Alves que passou consecutivamente a Walter Ritzel, Benhur Bañolas & Irmão e Dr. Sylvio Ribas com Gabriel Pinheiro.

Fig. 303: Farmácia Onófrio.

Fig. 304: Farmácia Central.

HOTÉIS E HOTELEIROS

Em1893, anotou-se Domingos Dias Veiga como hoteleiro.

Em 1901, havia o **Hotel do Comércio**, de Godofredo Athayde e, com o mesmo nome era de Vicente Ferrer de Oliveira e Silva. Em 1904, havia nas proximidades da estação o hotel de João Sega, que estava em atividade em 1910.

Em 1907, era hoteleiro, Noé Stroil. Em 1915, foi reformado o **Hotel Serrano**. Em 1915, foi inaugurado o **Hotel Waihrich**, de Waihrich, Filhos & Cia., o mais renomado do passado, que em 1920, pertencia a Ernesto Soccal.

Em 1918, o **Hotel Winsh**, de Vidal Winsh que ficaria em frente a agência do IPE.

Em 1921, Ângelo Meneghetti comprou o Hotel Winsh e trocou o nome para **Hotel Brasil**. No mesmo ano, o **Hotel Recreio** possuía telefone.

Em 1925, havia o **Hotel Coderini**, de Gaspar Coderini, que ficava sobre a Av. Pinheiro Machado no fim da Rua Camillo Mello. Na época, essa rua não ia além da Pinheiro Machado. Em 29 de abril de 1927, época das Águas de Santo Antônio, Gaspar Coderini inaugurou na Vila, seu "**Novo Hotel**", construído em frente à Estação.

Em 1928, existia o Hotel dos Viajantes de Guilherme Pires Cerveira.

Em 1929, havia o Hotel Volcato de Bernardo Volcato. Também, em 1929, com o surgimento das Águas de Santo Antônio, Belizário Soares era proprietário da "**Hospedaria Vila Rica**", à Rua Sen. Pinheiro Machado. "Cômodos especiais para famílias. Asseio e bom gosto. Cozinha de primeira ordem. Todo o serviço atendido pela família".

Em 1930, Fidêncio Alcântara de Mello tinha o **Hotel Victória** e os Irmãos Tognotti (João Orestes e Francisco), tinham o **Hotel do Comércio**.

Fig. 305: Hotel do Comércio.

Em 1932, o **Hotel Central**, no mesmo local do Hotel Waihrich, estava arrendado a Armando Schreiner e, ao redor de 1950, à Pedro Germano de Alcântara. Era conhecido como hotel do Seu Pedrinho.

Fig. 306: Hotel Central.

Em 1959, Hermenegildo Razia possuía o **Hotel Popular**.

Em 1970, foi inaugurado o **Hotel Guassupi**, da Sociedade Imobiliária Progresso, arrendado à Lourdes Kaercher. Alguns anos mais tarde foi incorporado pela Rede de Hotéis Charrua, do Grupo Ipiranga. Passando a ser **Hotel Charrua** e tinha 22 apartamentos e 21 quartos com telefone, serviços de restaurante, lavanderia, estacionamento próprio e era atendido por 19 funcionários.

Mais tarde, foi vendido à Cooperativa Castilhense de Carnes e Produtos Derivados, Ltda. e passou a ser Hotel Castilhense.

ALFAIATES

Em 1901, havia a alfaiataria "O Bom Tom", de **Antônio da Silva Carpes**.

Em 1903, a alfaiataria "A Tesoura Elegante", de Francisco Salles, alcunhado Chico Gordo. Eram alfaiates nessa época, Francisco Pugliese e Godofredo Athayde.

Relacionou-se ainda outros profissionais do passado:

Emídio Mota e Diamantino Rigo (1908), Brasiliano Mota (1913), Egydio Fortunato (1915), "Alfaiataria Irmãos Bevilacqua" de João e Severino Bevilacqua (1917), "Alfaia-

taria Medeiros" de Djalma Medeiros (1917), Heitor Cavedon (1918), "Alfaiataria Castilhense" de Francisco Pritsh (1920), "Alfaiataria Moderna" de João Bevilacqua (1921), HildebrandoVasconcellos (1921), "Alfaiataria Gaúcha" de José Carchia (1923 a 1958), Guerino Lanzzarini (1929), Ari Viana Soares (1932), Darcy Pinto Ribas (1935), Fernando Marques de Oliveira (1940 – cortador), Luiz Carvalho (Luizinho Alfaiate) (foto) que em 1946 era um dos oito aprendizes de José Carchia e continuou trabalhando por mais de 70 anos.

Fig. 307: Luiz Carvalho "Luizinho Alfaiate".

PADEIROS

Em 1901, **Atílio Cavedon**, transformava em pães um saco de farinha e os cozia em um pequeno forno.
Anotou-se outras padaria e padeiros do passado:

Salvador Tognotti e José Pesamosca (1906), Osório Bohrer (1907), Padaria Uruguay de Ernesto Soccal (1920), Ernesto Sosa (1920), Confeitaria Castilhense de Francisco Tognotti (1921), Padaria Dambrósio (1923), Padaria 3 de Outubro de Amabile Cantarelli (1923), Padaria Sete de Setembro de Adão Ribas (1937), Padaria União de Pedro Martins Lopes (1940) e Padaria e Confeitaria Progresso de Ewald Appel (1941).

Citam-se como doceiras e confeiteira Francisca Mello (Chica) e "Tia Joana" (antes de 1918), Rosa Adalgisa Soares (1919) e Adalgisa Soares (Adija).

BARBEIROS

Napoleão Duarte (1901), Demétrio Soares (1906), João Hausen (1907), Frederico Leal (1911), Salão Rio Branco de Izidro Ortiz (1912), Salão Central de Feliciano Ilha Soares com o nome de Salão Moderno (1920), Salão Souza de Zeferino Souza (1928) e Salão Brasil (1940).

Anotou-se ainda: Salão Popular de Emílio Mello, Salão Carioca de Olegário Wanderley, Alfredo Miranda Castro, João Batista Silva Soares, Amparo Viana Soares e Argemiro Silveira (todos ao redor de 1923), Salão Guarany de Francisco P. Castilhos (1929), Mário Collares e João Batista da Silva (1951), Salão Natal de Luis Thomasi e Cirilo Alves Pinto (1952).

OURIVES

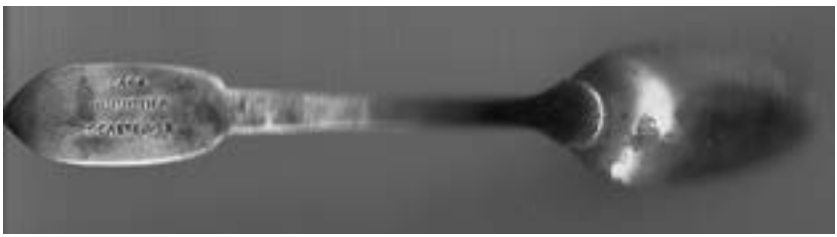


Fig. 308: Casa Oliveira.

Em 1886, **Toríbio Olympio das Chagas** (avô materno do autor). Oficina junto a sua residência na penúltima casa a nordeste da Rua Cel. Serafim. Hoje demolida.

Em 1889, Cândido José Cezar.

Anotou-se ainda:

João Antônio da Silva (1901), Casa Oliveira foto de João Manoel Pereira de Oliveira (João Risada) com "*ourivesaria, relojoaria e fábrica de joias por fina que for*" (1918), R. Teixeira (conserto de relógios e armas – 1919) e Joalheria Wilson de Wilson Campos (1919).

MARCENEIROS E CARPINTEIROS

Antes de 1901, **Mathias Diehl**, marceneiro e carpinteiro.

Fig. 309: Mathias Diehl.

Na foto ele aparece à direita. Sua oficina era na parte de trás dessa casa.

Essa casa ficaria onde está a segunda casa à direita do Edifício Miguel Waihrich Fº, na Av. Pinheiro Machado. Em 1901 a 1905, Frederico Voltz (móveis) e João Oliveira Soares (1901).

Seguem-se:

Clarimundo Ferreira dos Santos (marceneiro -1903), João de Deus Pinheiro (1907), Jovino Mendonça e Lindolpho Winsh (1910), Fioravanti Tagliari (1916), José Machado Flores (1917), Oficina e Depósito de Móveis de Luiz Maboni (1918), Rosa & Pinheiro (carpintaria, marcenaria e depósito de Móveis (1921), Demósthenes Ilha Soares (1923), Atílio Dalcin (carpinteiro e vidraceiro (1935) e Marcenaria Domingues de Sady Domingues (1940), Luiz Cechinel e Elígio Belinaso (1958).

FERREIROS

Em 1901, era ferreiro, **João de Deus Leopoldo Rohde** e Júlio Müller. Em 1904, Jorge Nöthen Fº. Em 1910, João Rubin que fabricava arados, foices, enxadas, pás e outros instrumentos.

Citam-se ainda: Loreto Carpes (1920), Antônio Rubin (1923), Ângelo Rubin (Angelim) e a Ferraria Nacional de Ladislau dos Santos.

AÇOUGUEIROS

Em 1881, **Gonçalo Soares (da Silva).**

Anotou-se: Abelardo Pineda, Severino Antônio Pedroso (1901), João da Cruz Alvarenga (1916), Socrates José dos Santos (1918), Açougue Brasil de Loreto Carpes (1920). Açougue do Bernique de Bernardo Pinto (1923) e Ari Antão da Cunha (Lucas – 1935).

FOTÓGRAFOS

Fig. 310: Otto Spalding, casa esquerda.

Fig. 311: Nicolau Campio.

Antigamente os fotógrafos ambulantes vinha de municípios maiores poucos residiram na vila.

Em 1905, **João Bosque Fº** foi o primeiro que se tem notícias: "*do Atelier de Henrique Bosque, no Rio Grande do Sul desde 1886. Retratos com o afamado papel bromuro*".

Em 1911, Otto Sapalding (duas primeiras aberturas da primeira foto) e Nicolau Campio em 1917 (segunda casa, à direita da antiga Intendência). Ambos residiram algum tempo na Vila.

Em 1918, veio **Francisco Tognotti,** estagiou em Porto Alegre com o famoso fotógrafo Virgílio Callegari, e ficou morando e faleceu na Vila.

Citam-se ainda: Foto Brasil de Waldomiro Correa (1950), Foto Jussara de Heitor Pinto (1953 e Foto Ilo de Ilo de Lima Machado, em 1958.

PEDREIROS E CONSTRUTORES

Em 1887, o pedreiro **Fidêncio** "*fez a catacumba*" de Manoel Vieira de Alvarenga.[152]

Entre os primeiros da Vila estão:

João Colombo (1891), José Pedro Cocaro (1901), Antônio Alonso (1911), Severino Martins Gomes (1913) e Alziro Manzoni (1914).

Entre os construtores anotou-se:

Ângelo Del Fabro (1912), Pedro Bay e Luiz Broggini (1915), Matheus Bay (1920), Siro Bay (1921), João Oreste Tognotti (1923), Sebastião Arleu Paulino (1923), Godolfino Francisco da Silva (1923), Salvador Paulino (1930) e Alfredo Oscar Bruksch "*Escultor, construtor. Atelier de Escultura. Executa plantas com fachadas modernas, túmulos de cimento, mármore ou granito e escadarias em estilo veneziano em qualquer cor. Fábrica de Mosaicos*".

152. ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Inventário de Manoel Vieira de Alvarenga – 1877.

PARTEIRAS

Fig. 312: Bibiana Schorne.

A mais antiga parteira que se encontrou foi **Bibiana Schorne (Sia Bibiana)**. Ela nasceu em 13 de junho de 1867. Era filha de Francisco de Almeida Schorne e Elisa Kruel Schorne, que seriam dos primeiros moradores da atual cidade. Começou a partejar em **1889**, com 22 anos e faleceu em 13 de maio de 1955, em Júlio de Castilhos.

Encontrou-se: Candinha e Galdina Charão (1913), Francisca F. de Moraes (1918 – diplomada) e Theodora Elgart que morava no Lagoão (1921), Rodolfina Prates Ferreira (Nena – De 1959 a 1962) e Maria Kozerski de Mello (foto) (1964 a 1994), que anotou 6500 partos.

Fig. 313: Maria Kozerski.

CONTADORES E GUARDA-LIVROS

Entre os primeiros contadores estão: Luiz Herrera (1917), Eugênio Brenner de Moraes (1920), Severino Freitas Silveira (1924), João Luiz Maceroni (1925) e Oswaldo Ramos Cruzeiro (1927). Entre os antigos Guarda-Livros: Arthemis Weimann (1918), Tharcillo Fialho (1919), Doracy Edil Hausen e Victor Romagna (1921); Oudinot Lacroix, Júlio Pereira dos Santos, Itamar Onófrio e Gonçalo Correa Soares (1924); Miguel Archanjo Pinto e Carlos Frederico Lehsten (1925); Armindo Eggers (1926); Aramys Castilhos Lopes, Wladimir Correa de Mello, Antônio da Luz Nunes e Moacyr Gaiger (1929), Mário Villamil de Vargas, José Hausen Mothci, João Francisco Niederauer e Alcides Simões Sobrinho (1931).

OFICINAS MECÂNICAS E AUTOMÓVEIS

Em 1906, era mecânico, MaximilianoVictor Krauss.

Em 1912, Carlos Fumagalli, que introduziu o primeiro automóvel na Vila. Um Studbacker de sete lugares que custou seis contos de reis. Em 1920, em sociedade com Eudoro Castilhos ele teve a primeira "Oficina Mecânica" da Vila que representava a Sulford de Tupanciretã na venda de automóveis.

Em 1930, Carlos Fumagalli & Cia. tinha a Agência Ford (foto):

Fig. 314: Carlito Fumagalli.

"*autos Lincoln, Ford, caminhões e tratores Fordson. Oficina Mecânica e ferraria, vulcanização, solda, oxi-acetilena e máquinas de costura Singer e seus acessórios*". Essa oficina estava localizada na Av. Pinheiro Machado, na esquina em frente a SICRED. O primeiro trator vendido pela firma foi um "tractor Fordson" que usava querosene como combustível. Existe um na Fazenda Bom Retiro.

Em 1924, Doralice Rosa Guimarães foi a primeira amadora a ter carteira de motorista. Em 1925, Abelardo Dias Pineda tinha oficina mecânica.

Fig. 315: Carruagem táxi.

O primeiro carro-de-praça da Vila era tirado a cavalo e pertencia a Manuel João de Souza Maciel. (foto)

O primeiro automóvel de aluguel (taxi) teria sido de João Saldanha de Vargas, proprietário da Garagem Serrana.

Entre os primeiros motoristas de praça estão Cyrus Bastos, Abelardo Dias Pineda, Nestor Ortiz Kaercher e Pedro Jacobs, todos em 1921.

Em 1930, Antônio Rubin tinha Oficina Mecânica e Ferraria.

Em 28 de março de 1934, Ubirajara Alves, foi nomeado o primeiro motorista da Prefeitura.

Em 1940, Otávio Rocha Portella tinha taxi.

Em 1952, Lisberth Poulsen (dinamarquesa) foi a primeira profissional a ter carteira para dirigir caminhões. Acrescenta-se, por estar preste a ser demolida, uma firma denominada "Regional de Máquinas" de Eismann & Bañolas (Hurben Bañolas e Hans Eismann). Oficina mecânica e vendas de Tratores Massey Ferguson e automóveis DKW. Existiu ao redor de 1955 e estava localizada à Rua 13 de Maio, em frente a CEEE. Esse prédio seria o mesmo utilizado, em 1929, pela Fabrica de Conservas e Produtos de Salsicharia.

Fig. 316: Eismann & Bañolas.

FUNERÁRIAS

Em 13 de agosto de 1916, foi fundada por Lauro dos Santos a "Pompas Fúnebres" que tinha carros e cavalos especiais.

Anotou-se: Adão Mello, Mário Gomes (1938 a 1942), Bernardino Mesa, Ramiro Belles e Maria de Lourdes Belles com a Funerária Júlio de Castilhos (1952) e Herbert Heinrich com a Funerária Santo Antônio (1975).

ESTETICISTAS

Antigamente eram exclusivamente para o sexo feminino e se dedicavam somente ao cuidado com o cabelo. Eram chamadas de "ondulações permanentes". As profissionais eram somente mulheres, as chamadas onduladeiras ou encrespadeiras.

Para conseguir os resultados almejados, usavam ferros especiais aquecidos em fogareiros e aplicados nos cabelos molhados com uma mistura a base de amoníaco. Ver no Museu Vila Rica O trabalho durava cerca de duas horas e meia para ser executado.

Entre as primeiras onduladeiras, encontrou-se:

Gonçalina Severo, o "Salão Feminino" de Ondina da Silva Gomes e, em 1947, Lourdes Belles que executou a primeira ondulação a vapor.

OUTROS PROFISSIONAIS

Os antigos **funileiros** fabricavam bacias, funis, canecos, lamparinas, calhas e outros produtos com latas soldadas.

Anotou-se dois: o "André Funileiro", em 1913 e Antônio Roberto, em 1920 que anunciava "serviços de folha e latoeiro".

Entre as costureiras, as **modistas**, encontrou-se: Picucha Fagundes (1925) e Teresina Culau Onófrio, modista profissional formada pela Academia Sache de São Paulo (1930 a 1938).

Entre os sapateiros mais antigos citam-se Miguel Waihrich (Michel Weihrich) e seus filhos Henrique Waihrich e João Carlos Waihrich (1916),

Fig. 317: Sapateiros.

Entre os **pintores** citam-se: Em 1903, George Lugaricz, estão Alberto Francisco Martins (1914) e Bernardino Mesa. Entre os **fonografistas**, Otacílio Aires Antunes (1918) e Ermínio Onófrio (1919. **Telegrafistas:** Climério Mello Silveira (1918), Júlio Campos (1919), Milton Correa de Ramos Moura (1929) e Pedro Soares (1932). **Impressor,** Paulo Carvalho (1924), **tintureiro**, Eraclides Pinto Ribas (1935), **eletricista**, Francisco Sanchez (1921), **servente,** Francelina Veríssimo (1936), **poceiros** Tio Maurício e Luiz Veríssimo, **verdureiro**, André Brombilla, **engomadeira** Francisca Mello e **guasqueiros**, Irmãos Figueiró, Inácio Sortiga e Frutuoso de Moraes.

1877
JÚLIO DE CASTILHOS

CAPÍTULO XX

SÍMBOLOS MUNICIPAIS

BRASÃO DE ARMAS DO MUNICÍPIO
Lei nº 722 de 9 de agosto de 1975.
Adota o Brasão de Armas do Município

Vicente Mileno de Castro Moreira, Prefeito Municipal de Júlio de Castilhos.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º — O Brasão de Armas do Município de Júlio de Castilhos terá a seguinte descrição:

Um escudo estilo clássico flamengo-ibérico, encimado por uma coroa mural prateada com cinco torres.

Na parte superior, em campo amarelo, quatro faixas ondeadas, em azul, dispostas no sentido horizontal. No ângulo esquerdo do escudo, um barrete frígio em vermelho. Sobre o corte de um terrado em verde, no flanco direito, um touro charolês em branco e no flanco esquerdo, uma cruz-missioneira.

Na parte inferior, em campo verde, um castelo, na parte central do mesmo.

Fig. 318: Brasão.

Sob o escudo, um listel com três faixas horizontais de igual largura, com as cores do Rio Grande do Sul. Sobre ele o topônimo "Júlio de Castilhos", em negrito, ladeado pelos milésimos 1856 e 1891

Apoiados no listel, à sinistra, uma haste de soja frutificada, em verde e uma espiga de trigo, em amarelo.

Artº 2º — O Brasão do Município tem o seguinte significado:

O escudo clássico flamengo-ibérico é usado em toda a Península Ibérica e lembra a origem de nosso território, que esteve sob domínio espanhol (até 1801) e português. As cinco torres da coroa mural indicam uma cidade de 2ª grandeza (quatro torres em heráldica), que é sede do Município e da Comarca (mais uma).

A cor prata significa paz, amizade, trabalho e prosperidade.

O escudo é partido em dois campos, pois o município originou-se da fusão de duas vilas ou dois municípios: o de Vila Rica e o de São Martinho (extinto em 1901 e anexado ao de Vila Rica).

O campo amarelo lembra Vila Rica e simboliza a seara madura. As quatro faixas azuis representam os rios Jacuí, Ivaí, Toropi e Guaçupi. Um corte do relevo do Município tendo na parte central uma coxilha, a Coxilha do Durasnal (onde teve origem a cidade), divisor de águas da bacia do Uruguai e do Jacuí. De um lado, o relevo suavemente ondulado, representando os campos da sede e do Distrito de Quevedos e, do outro, que na parte final é montanhoso, representando os Distritos de Ivorá e Pinhal Grande.

O touro charolês representa nossa riqueza pecuária. A cruz-de-Cristo , a Redução de Natividade que teria existido em 1633, à margem direita do Rio Ivaí e do Jacuí, bem como o trabalho de catequese dos índios pelos jesuítas e o espírito religioso de nossa gente. Faz também alusão ao nosso município–avô, o Município de Cruz Alta.

O barrete frígio representa Júlio Prates de Castilhos e seus ideais de República e a Convenção da Reserva. A cor vermelha significa audácia, valentia e intrepidez, que marcou sempre a presença dos munícipes nas guerras e revoluções em defesa da Pátria e de seus ideais.

A parte inferior do escudo, com a cor verde que significa fertilidade, lembra os campos e pastagens e homenageia o extinto Município de São Martinho, do qual fomos o 2º Distrito (1877) e veio formar, com sua anexação, grande parte do território atual. O castelo simboliza a Guarda Espanhola de São Martinho.

No listel tricolor (amarelo, verde e vermelho) a presença do Rio Grande do Sul e suas tradições. Os anos 1856 e 1891 representam a Fundação da Cidade e a Emancipação do Município.

A haste de soja e a espiga de trigo simbolizam nossa riqueza agrícola.

Art. 3º — O Brasão Municipal será usado em todos os papéis oficiais do município, assim como as inscrições e publicações executadas pela Prefeitura.

Art. 4º — A utilização do símbolo municipal por entidades particulares dependa da prévia autorização do Prefeito Municipal.

§ Único – As entidades que reproduzirem o Brasão Municipal sem a observância deste artigo, sofrerão a perda dos objetos em que estiver sido reproduzido este símbolo, além de outras penalidades.

Artº 5º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artº 6º — Revogam-se as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Júlio de Castilhos, 9 de agosto de 1975.

a) Vicente Mileno de Castro Moreira - Prefeito Municipal

a) Orestes Gelain – Secretário

Essa Lei nº 722 de 9 de agosto de 1975, continha o milésimo 1856, que correspondia ao ano da morte de João Vieira de Alvarenga. Segundo os conhecimentos históricos da época ele teria deixado em testamento a doação

da área da cidade. Soube-se, depois, que nada constava no testamento e encontrou-se o documento dessa doação feita por Manoel Vieira de Alvarenga, em 1877.
Para corrigir este erro histórico, os criadores do Brasão Municipal, Mavys Maria Bastos Costa e Firmino Chagas Costa, solicitaram ao Prefeito Municipal, José Antônio Razia, que mudasse o milésimo 1856 para 1877 e a cruz-de-Cristo pela cruz-missioneira que melhor representava a Redução de Natividade.

Foi homologada, então, a Lei nº 1.033 de 18 de maio de 1989 pelo Prefeito de então, José Antônio Razia com um texto semelhante com as mudanças solicitadas.

BANDEIRA E CORES DO MUNICÍPIO

Lei nº 729, de 5 de setembro de 1978.
Adota a bandeira e as cores do Município

Vicente Mileno de Castro Moreira, Prefeito Municipal de Júlio de Castilhos.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º — A Bandeira do Município de Júlio de Castilhos terá a seguinte descrição:

A Bandeira de Júlio de Castilhos é formada por um retângulo de 20 módulos de comprimento por 14 módulos de largura, dividido em duas faixas de igual largura e dispostas em sentido horizontal. A faixa superior será de cor amarela e a inferior na cor vermelha. Sobre o centro da Bandeira, numa proporção de 6 a 7 módulos de altura, será aplicado o Brasão do Município.

Art. 2º — A Bandeira Municipal poderá ser usada em todas as manifestações de sentimento cívico dos castilhenses, tanto de caráter municipal como particular.

Art. 3º — A Bandeira Municipal poderá ser hasteada, distendida, conduzida ou aplicada em qualquer lugar onde lhe seja assegurado o devido respeito.

Art. 4º — Consideram-se como CORES MUNICIPAIS: o amarelo e o vermelho.

Art. 5º — Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Júlio de Castilhos, 5 de setembro de 1978.

a)Vicente Mileno de Castro Moreira - Prefeito Municipal

Fig. 319: Bandeira do município de Júlio de Castilhos.

HINO DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS

A Lei nº 2760/06, de 21 de novembro de 2006, oficializa o Hino do Município.

O autor da letra do Hino do Município é Manuel Albino Torres Caballero e a música foi composta por Syomara Terra Herter.

Surge o canto desse povo
Ecoando nas coxilhas...
E no verde das pastagens,
No dourado dos trigais
Que viceja um povo novo,
Sustentando ideais,
Júlio de Castilhos,
De heroicos ancestrais!

Vila Rica de outrora,
Da pousada do tropeiro!
Rios, matas, cachoeiras.
Berço ilustre de homens fortes,
Que apontam novos rumos
Para o povo brasileiro.

Minha Júlio de Castilhos
Onde o sol tempera a carne
E o suor do plantador,
Que é força desta terra,
Faz vingar novas semente
De justiça e de labor.

Esta estirpe idealista.
Pecuarista e agricultor,
Estudante sonhador,
Operário e construtor,
Alicerçam teu futuro,
Teu futuro promissor.

CAPÍTULO XXI

MONUMENTOS

Monumento ao Centenário da Independência

Fig. 320: Monumento.

Inaugurado em 7 de setembro de 1922, foi o primeiro monumento da cidade. Erigido em cumprimento a uma lei que mandava marcar de alguma maneira aquela efeméride.

Constava de um pedestal de alvenaria, executado pela firma Pedro Bay & Cia., sobre o qual repousava uma placa de mármore inclinada, à altura de leitura de uma pessoa em pé. Continha a inscrição: "*Avenida Independência – 7 de setembro de 1822*" .

O monumento denominava o passeio diagonal noroeste a sudeste da atual Praça João Alvarenga e foi demolido em 1958.

MONUMENTO À CONVENÇÃO DA RESERVA

Fig. 321: Monumento a Convenção.

Localizado no Capão Grande da Fazenda da Reserva, hoje chamado de Capão da Convenção, consta de um obelisco de granito rosa onde, em placa de bronze, estava transcrita a ata lavrada a 21 de março de 1889.

Ele tem uma base de um metro quadrado e três metros de altura e foi projetado e executado pela Casa Aloys de Porto Alegre.

Foi inaugurado em 15 de novembro de 1939, no Cinquentenário da Proclamação da República, em solenidade presidida pelo ex-Prefeito

Aristides Gomes. O descerramento da placa foi feito pelo então Prefeito Carlos Correa da Silva na solenidade que reuniu cerca de duas mil pessoas. O orador oficial foi o Dr. Leônidas Coelho de Souza. Em nome da Liga de Defesa Nacional, falou a Srta. Jovita Mello dos Santos. Ainda usaram da palavra os colegiais Nei Nascimento e Clover Souza.

ESTÁTUA DE JÚLIO DE CASTILHOS

Inaugurada em 19 de novembro de 1952, com a presença do Interventor do Estado, Cel. Ernesto Dornelles Vargas. Foi orador no ato, o historiador Othelo Rosa. A iniciativa partiu do Mj. Theófilo Barnewitz, presidente do núcleo local da Liga da Defesa Nacional.

A estátua é obra do escultor espanhol André Arjonas Guillen, de Porto Alegre e reproduz de corpo inteiro, em bronze, a figura do grande estadista castilhense.

Em placa na face norte, no pedestal de granito rosa, a inscrição "*Doutor Júlio de Castilhos – Homenagem do Rio Grande do Sul e do Município ao seu ilustre filho*".

Na face sul, a frase:

"*Quem pretender ajuizar-me com justiça e imparcialidade, atenha-se ao exame severo da minha conduta, privada e pública, de que minha palavra constitui, uniformemente, expressão acorde. – J. de Castilhos*".

Na face leste:

Júlio Prates de Castilhos. "Conservar Melhorando"

O PATRIARCA DO RIO GRANDE

Homenagem ao imortal castilhense
no Centenário de sua morte

Governo Estadual - Governo Municipal
Júlio de Castilhos, 24 de outubro de 2003.

HERMA A JOÃO VIEIRA DE ALVARENGA

Inaugurada em 1º de dezembro de 1957, está localizada no ângulo norte da Praça Manoel Alvarenga.

Foram oradores na solenidade seu bisneto Abegahy Vieira e o Mj. Theófilo Barnewitz. Reproduz em bronze o busto do primeiro morador da atual cidade sobre granito rosa de 1,80m de altura, a partir de uma fotografia fornecida por seu bisneto, Abegahy Vieira.

Na placa norte, consta:

"*Homenagem do Município ao ilustre brasileiro João Vieira de Alvarenga, doador das terras desta florescente cidade*"

Na placa sul:

"*Inaugurado no Governo Municipal de Victor Waihrich, por ocasião do ato oficial comemorativo do centenário de doação das terras: 27.11.1857 -27.11.1957*".

Pelos conhecimentos históricos da época, João Vieira de Alvarenga teria deixado em testamento uma área de terra para ser implantada uma povoação. A doação passaria a vigir, portanto, no dia de sua morte que era tida como 27.11.1857.

Até o momento, sabe-se: que o "Centenário de Doação das Terras" só ocorreria, na realidade, em 17 de julho de 1977 e que não foi João Viera de Alvarenga o doador das terras, mas seu filho Manoel Vieira de Alvarenga, cumprindo um desejo do pai. Sabe-se também que João Vieira de Alvarenga faleceu em 1º de novembro de 1856.

CARTA-TESTAMENTO DE GETÚLIO VARGAS

Monumento inaugurado em 24 de agosto de 1962, localizado na Praça João Alvarenga. Houve toque de clarim pela Brigada Militar. A solenidade foi presidida pelo Prefeito Dr. Ibes Castilhos Lopes que pediu que o operário Francisco Gonçalves descerrasse a Bandeira Nacional que cobria a reprodução em bronze da Carta-Testamento.

Foi orador oficial no ato o Dr. Sul Brasil de Azevedo. Também usou da palavra a colegial Nilva Appel Machado, ressaltando alguns tópicos da carta-testamento. (foto)

Fig. 322: Carta Testamento Getúlio Vargas.

MONUMENTO AO SESQUICENTENÁRIO DA BRIGADA MILITAR

Inaugurado em 23 de dezembro de 1987, na Praça Manoel Alvarenga, o pequeno monumento contém uma placa de bronze onde se lê: "*Homenagem da Comunidade Castilhense ao Sesquicentenário da gloriosa Brigada Militar – novembro de 1987 – Administração RR*". Usaram da palavra na ocasião o Prefeito Romeu Martins Ribeiro, o Ten. Cel. Clóvis Boscacci Pereira e o Mj. Dauter Berleze.

MONUMENTO AO CINQUENTENÁRIO

Fig. 323: Placa 50º.

Fig. 324: Pira da Pátria.

Fig. 325: Cinquentenário do Município.

Em 14 de julho de 1941, fora erguida na Praça João Alvarenga a Pira da Pátria, pelo então Prefeito Aristides de Gomes.

Julgando o autor que esse extraordinário administrador que geriu o município por três vezes, tinha apenas uma pequena rua com seu nome, longe do centro da cidade, pediu ao Prefeito Romeu Martins Ribeiro que transformasse a Pira da Pátria como um Monumento ao Cinquentenário da Emancipação do Município; onde, como uma homenagem maior, seu nome tivesse maior destaque. O pedido foi julgado procedente e foi acrescentada, em 14 de julho de 2001, uma placa de bronze ao monumento.

MURAL DO CENTENÁRIO

Fig. 326: Centenário de JC.

Está estabelecido na esquina sul da Av. Borges de Medeiros, próximo à rótula da BR e foi inaugurado em 31 de dezembro de 1991, ano em que se comemorava o Centenário da Emancipação Politico administrativa do Município.

A placa comemorativa dessa efeméride, colocada fora do mural fornece maiores dados.

Fig. 327: Mural do Centenário de Júlio de Castilhos.

A obra é do escultor cruz-altense Jorge Schroeder e contém símbolos que lembram o desenvolvimento e a história do Município de Júlio de Castilhos: A imagem de um índio (na época a Redução de Natividade), da Cruz Missioneira (os jesuítas), do bandeirante, de Júlio Prates de Castilhos, do Monumento a Convenção da Reserva, do touro charolês (Capital do Charolês), das células da CESA (a agricultura, o trigo) e o Brasão de Armas do Município. As figuras são executadas em fibra de vidro tonalizadas em amarelo e fixadas ao muro.

MEMORIAL AOS ALVARENGAS

Inaugurado em 14 de julho de 2013, na Praça João Alvarenga. É um pequeno pedestal de pedras com uma placa onde se lê:

"Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos HOMENAGEM DO POVO DE JÚLIO DE CASTILHOS À PRIMEIRA FAMÍLIA DA CIDADE 1813 – 2013

Nesta coxilha, há 200 anos, chegou João Vieira de Alvarenga, na época com 24 anos de idade; sua esposa Maria Rosa de Morais; seu filho Manoel Vieira de Alvarenga (na época com 3 anos), acompanhado com os escravos Pedro (16 anos) e Isméria (12 anos).

Vera Maria Schornes Dalcin – Prefeita

Geraldo Ozelame – Vice-Prefeito Gestão 2013 – 2016"

OFERTA DO CHIMARRÃO

Fig. 328: Monumento ao Chimarrão.

Fig. 329: Mon. ao Chimarrão (2).

Foi inaugurado em 12 de julho de 2019, está situado a quatro quilômetros, da cidade, à beira da BR 158, na entrada da estrada que leva ao Jardim das Esculturas.

É um conjunto de duas esculturas em pedra arenito Botucatu, apoiadas em blocos de material revestido de cerâmica, obra de Rogério Bertoldo: A mão que oferece o chimarrão com cerca de 2,50 de altura e a do visitante que o recebe, com 2m. São tonalizadas em verde e vermelho.

No evento foram oradores o Pref. João Vestena e Giselda Moro Bertoldo, esposa do escultor.

MARCO DOS 130 ANOS DE JÚLIO DE CASTILHOS

Fig. 330: Marco dos 130 anos.

Está localizado no ângulo noroeste da Praça João Alvarenga. Tem uma secção triangular, com 2m de altura, 1,80 de largura e 1,15 na área central. Contém, na face leste e oeste, o Selo dos 130 anos de emancipação do Município, destacados à noite por uma iluminação central.

Foi executado em alumínio ACM na parte prata e acrílico com relevo nos selos.

A obra de arte foi idealizada por Marciane Ceolin Dalla Corte representando, segundo sua criadora, "a memória do povo, permitindo que o passado interaja com o presente, formando assim a identidade cultural do cidadão castilhense".

Monumento foi inaugurado em 14 de julho de 2021, com o desatamento da fita simbólica pelo Prefeito Bernardo Quatrim Dalla Corte, sua esposa, o Vice-Prefeito Carlos Alberto Pedroso Rezende e a Secª de Agricultura, Ana Paula Ferreira.

CAPÍTULO XXII

ALGUNS VULTOS ILUSTRES CASTILHENSES

DR. JÚLIO PRATES DE CASTILHOS

Fig. 331: Júlio 6 anos.

Fig. 332: Júlio 18 anos.

Fig. 333: Júlio Arquivo II.

Fig. 334: Fazenda da Reserva.

Júlio Prates de Castilhos nasceu em 29 de junho de 1860, na Fazenda da Reserva e foi batizado na Capela da fazenda, em 28 de dezembro de 1862. Era filho de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina de Carvalho Prates.

Fundamentados em inúmeros indícios e depois de profundos estudos com um historiador (*) o autor tem

amplas convicções para afirmar que Júlio de Castilhos nasceu no atual prédio (foto) onde está o abrigo de funcionários rurais, o galpão e a residência do Capataz na Fazenda da Reserva.

A foto ao lado, é uma reconstrução digital(**) sobre foto atual montada sobre uma imagem posterior a 1873, onde aparecem à esquerda escravos que serviam a sede da fazenda. Várias janelas foram criadas digitalmente no espaço onde o prédio foi adaptado para galpão.

(*) Consultar Processo de Tombamento da Reserva.
(**) Obra de Rejane Mafini Rocha orientada pelo autor.

Fig. 335: Reserva Casa onde nasceu Júlio de Castilhos atual.

Fig. 336: Reserva restaurada.

Júlio Prates de Castilhos recebeu os primeiros ensinamentos ministrados pela Profª Francisca Carolina Miller Wellington que atestou, em abril de 1965: "*conhece bem as letras e principia a ajuntá-las*". Continuou os es-

tudos de primeiras letras em São Gabriel, terra dos avós maternos. Em 1869, em Santa Maria, passou para o Colégio Wellington, de Guilherme Wellington, esposo de sua primeira professora.

Com a morte de seu pai, em 1871, foi estudar, aos 11 anos, em Porto Alegre no Colégio do Prof. Fernando Gomes, onde tomou conhecimento do movimento republicano e onde, com 16 anos, prestou exames que o habilitaram a ingressar no Curso Superior. Com 17 anos, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde bacharelou-se em 1881.

Casou com 23 anos, em Pelotas, com Honorina França da Costa, com quem teve sete filhos.

Sua vida política tem início com o surgimento do jornal A Federação, em 1883, dirigido por Venâncio Aires, onde se destacou com brilhantes artigos doutrinários a favor da abolição da escravatura e contra a monarquia.

Em 1888, voltou a Vila Rica com sua esposa e três filhas e foi para sua Fazenda da Boa Vista que fazia divisa ao norte com a Fazenda da Reserva. Além dessa, possuía a Fazenda do Cervo, com 85 quadras de sesmaria povoadas.

Júlio de Castilhos segundo Miguel Duarte tinha sua aparência alterada pela varíola que lhe deixaram profundas marcas no rosto. fotos O fotógrafo Virgílio Callegari, que era seu amigo, corrigiu nas placas de vidro o negativo das fotos oficiais, escondendo as marcas da doença e deixando como são conhecidas hoje.

Fig. 337: Foto de Júlio de Castilhos - Acervo do Arq.

A liderança de Júlio de Castilhos no Partido Republicano era incontestável. Tanto que durante essa estada, em 21 de

março de 1889, reuniu líderes republicanos de todo o Estado para combinar uma ação revolucionária contra a monarquia. Essa reunião ficou conhecida como Convenção da Reserva, pois se realizou no Capão Grande dessa fazenda que, então, pertencia a seu irmão Carlos Prates de Castilhos.

Em 15 de novembro de 1889, com a queda do Império e a Proclamação da República, Júlio de Castilhos foi nomeado Secretário do Governo do Rio Grande do Sul. Em 1890, era redator do jornal "A Federação" e, nesse ano, foi nomeado para substituir o Visconde de Pelotas na chefia do Governo do Estado, cargo que renunciou. Em 1891, foi nomeado Vice-Presidente do Estado e eleito Deputado à Constituinte Republicana, onde se destacou pelo seu talento e bom senso como membro de uma importante comissão (Comissão dos 21) que projetava a Constituição Federal.

Por sua influência e amizade com Fernando Abbott, Vice-Presidente do Estado em exercício, ele conseguiu a emancipação política e administrativa do Distrito de Vila Rica, em 14 de julho de 1891.

Nesse mesmo dia foi promulgada a primeira Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, praticamente elaborada apenas por ele. Chamada de "constituição castilhista". De feição democrática inspirada no positivismo, doutrina que tem como princípio o *amor*, como base a *ordem* e como fim o *progresso*. Júlio de Castilhos foi sempre um presidencialista convicto, fiel à orientação de Augusto Comte que preconizava a ditadura republicana.

Na tarde desse 14 de julho de 1891, Júlio de Castilhos foi eleito, por unanimidade dos 42 deputados, o primeiro **Presidente republicano do Estado**, tomando posse em 15 de julho de 1891.

Governou o estado até 12 de novembro, pois com o fechamento do Congresso Nacional por Deodoro da Fonseca, o povo da capital gaúcha exigiu o seu afastamento.

Obrigado a abandonar o governo e o fez dizendo: "*Entrego o Governo à anarquia*".

Fig. 338: Júlio de Castilhos posse.

Voltando à A Federação, atacou o "governicho", como ele chamou, com críticas severas e impiedosas.

Em 17 de junho de 1892, Júlio de Castilhos **reassumiu o governo** transferindo-o, no mesmo dia, ao Vice-Presidente Vitorino Monteiro.

Em 25 de janeiro de 1893, no entanto, ele tomou posse como **Presidente do Estado**, por ter sido eleito pelo voto popular para um mandato de cinco anos.

Durante esse período ele continuou enfrentando a Revolução Federalista, desgostando-se muito com as concessões do Governo da República durante as negociações que culminaram com o Pacto de Pelotas, que pôs fim à revolução.

Concluindo seu mandato, não aceitou mais qualquer função pública e nem mesmo concordou com o lançamento de seu nome a candidato a Presidente da República.

Ausentou-se, também, dos jornais e voltou ao silêncio. Fugia sempre das homenagens e jamais usou o título de General Honorário do Exército Nacional que o Presidente da República lhe concedeu.

Dois meses depois de deixar o governo, em 29 de março de 1898, retornou à sua terra natal mais uma vez. Assim o jornal O Martinhense[153] noticia a sua chegada à Vila Rica:

"*Na gare da estação de Itararé, acima de quinhentas pessoas esperavam e ao chegar o trem saudaram-no calorosamente.*

A elite da sociedade vila-riquense ali se achava, além de muitos conspícuos cidadãos que vieram de Cruz Alta e Santa Maria para saudá-lo.

Recebido na estação foi o preclaro chefe conduzido à residência do distinto republicano, Sr. Francisco Lemos de Faria, onde serviram abundante banquete regado à champagne.

À noite a vila conservava-se iluminada, apresentando belíssimo aspecto, especialmente a rua que da estação conduz a praça principal, a qual se achava adornada com diversos arcos de folhagens, grande número de bandeiras e iluminada a giorno.

Foi então oferecido ao ilustre hóspede um esplendido baile que se realizou no edifício da Intendência Municipal"

Em 1896, Júlio de Castilhos comprou a Chácara da Figueira, na estrada de Belém Velho, onde por vezes se recolhia com sua família, mas continuou morando no local onde hoje funciona o Museu Júlio de Castilhos.

---

153. O MARTINHENSE - Nº 4 de 4.4.1998. Acervo do autor.

Seus interesses em Vila Rica eram cuidados por seu sócio e amigo, Cel. Francisco Lemos de Farias.

Em 24 de outubro de 1903, vítima de um câncer na laringe, foi paciente de uma intervenção cirúrgica de urgência, realizada em sua própria casa pelo Dr. Protásio Alves:

Dr. Wallau, um médico que a acompanhava, recomendou calma e coragem:

" – *Não preciso de coragem. É de ar que eu preciso!*"

E, ao ir para a mesa, perguntou:

" – *Quem me cloroformiza?*

– *O doutor Deoclécio.*

– *Bem, estou tranquilo!*

Foram suas últimas palavras antes de morrer, aos 43 anos de idade.

Dos discursos em sua memória, no sétimo dia de sua morte colheu-se algumas afirmativas:

Foi uma das figuras mais em evidência na política nacional e considerado um estadista de raras qualidades. O mais completo que o Brasil produziu. Possuía equilíbrio de inteligência, tenacidade no estudo e na ação. Era incorruptível na fé de seus princípios. Na realização de seu ideal. Na administração do governo e no seio de sua família. Na vida pública. Na austeridade de seus afetos e na severidade de seus costumes sem vícios.

Não cotejou a popularidade. Seu prestígio veio de sua cultura, sua cintilante inteligência e sua formação moral.

Foi Júlio de Castilhos quem instituiu a limitação das horas de trabalho, a garantia de férias remuneradas e a aposentadoria aos operários do Estado.

Como jornalista e pensador, deixou um vasto acervo de trabalhos de alta valia.

No seu conceito,[154] "*a política jamais poderia ser uma profissão ou meio de vida, mas um meio de se prestar serviços à coletividade, mesmo com prejuízo dos interesses individuais. Aquele que se servisse da política para aumentar sua fortuna seria, desde logo, indigno de exercê-la*".

CEL. BONIFÁCIO DE OLIVEIRA MELLO

Foi um militar que honra e dignifica o Município de Júlio de Castilhos e que, praticamente, é desconhecido em sua terra.

O Cel. Bonifácio de Oliveira Mello teria nascido em 1829, no Rincão dos Mellos, onde faleceu de tétano, em 26 de julho de 1938, em consequência de um ferimento de guerra mal curado. Ele era filho do Aj. Antônio de Mello Rego e de Juliana Maria de Souza.

Tomou parte na Guerra do Paraguai. Seguiu como Capitão no 7º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, comandada pelo Cel. João Niederauer Sob°. Foi comandante de Esquadrão. Destacou-se sobremaneira nos combates de 11 e 21 de dezembro de 1868, em Tuyuti e Lomas Valentina e, por esses atos recebeu a Medalha do Mérito Militar. Foi Capitão-Fiscal e Major-Fiscal e, nesse posto trocou correspondência em Campanha com o Cap. Floriano Peixoto, mais tarde conhecido como Marechal de Ferro, que o tratava como camarada. No final da Campanha, ferido, regressou no posto de Coronel Honorário do Exército Imperial e Comendador da Ordem da Rosa.

Lamentavelmente, o navio, que trazia as Ordens do Dia dessa Campanha do Exército Brasileiro no Paraguai naufragou e não se encontrou maiores informações.

154. ARTHUR FERREIRA FILHO – "História Geral do Rio Grande do Sul" – Editora Globo.

MINISTRO TARSO DUTRA

Fig. 339: Tarso Dutra.

Embora tenha sido registrado em Porto Alegre, Paulo de Tarso de Morais Dutra nasceu em Júlio de Castilhos, em 15 de maio de 1914. Era filho do médico, Dr. Vicente de Paula Dutra, e de Tarcila de Morais Dutra.

Seu tio Dr. Viriato Pereira Dutra atendeu-o em Júlio de Castilhos quando recém-nascido. "O Primeiro Cliente" – Dr. Viriato Dutra in jornal de Júlio de Castilhos, O Independente n° 351.

Tarso Dutra passou sua infância até os 12 anos, em sua terra natal frequentando os colégios da época.

De 1931 a 33, frequentou a Faculdade de Medicina da UFRGS e, de 1934 a 38, a Faculdade de Direito da mesma Universidade, onde obteve o título de Bacharel.

Com 23 anos, iniciou sua brilhante carreira política como **Vereador** de Iraí.

Com 24 anos, casou em Palmeira das Missões, no dia 15 de junho de 1938, com Maria Leontina Degrazia, mais conhecida como Pastorinha. Em 1939, foi Comendador e Procurador da Caixa Econômica Federal.

Em 1946 e 1947, foi **Secretário do Governo Estadual** na Administração Cilon Rosa.

Em 1947 foi eleito **Deputado Estadual** da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (mandato exercido por cinco legislaturas).

De 1951 a 1970, foi **Deputado Federal** (por cinco mandatos consecutivos).

De 1967 a 1979, foi **Ministro de Educação**, quando implantou o MOBRAL e viu aprovado seu projeto de

criação da Universidade de Santa Maria (UFSM) e de outras universidades do interior.

Foi escolhido por unanimidade de todos os ministros americanos para presidir o Conselho Interamericano Cultural da Organização dos Estados Americanos.

Em 1° de março de 1970, com quase um milhão de votos, a maior do país até então, foi eleito **Senador da Republica** pelo Rio Grande do Sul, cargo que exerceu por dois mandatos consecutivos.

Em 1978, durante a época do Regime Militar que fechou o Congresso, foi eleito indiretamente por um Colégio Eleitoral, **Senador**, chamado popularmente de Senador Biônico, cujo mandato exerceu até sua morte, em Porto Alegre, no dia 5 de maio de 1983.

Tarso Dutra foi um político no melhor sentido dessa palavra. Homem que viveu a paixão pela vida política no Rio Grande do Sul. Pessoa de formação moral, inteligência brilhante, seriedade, imensa cultura e tinha, sobretudo, um coração castilhense. Visitou sua terra natal inúmeras vezes trazendo importantes verbas para a educação. Nesse sentido teve, até o momento, a maior contribuição ao Município.

Como Júlio Prates de Castilhos, ele foi um dos mais ilustres e um dos mais completos políticos que o Município produziu.

GEN. FIRMINO PAULA E SILVA

Foi mais conhecido como "Firmino de Paula". Ele nasceu na Fazenda do Pinhal, em Val de Serra, em 17 de fevereiro de 1844 e foi registrado, em 16 de dezembro de 1848, na Paróquia de São Martinho.

Era filho do Guarda-mor Francisco de Paula e Silva (Barão do Ibicuí) e de Felicidade Perpétua da Silva (Baronesa do Ibicuí).

Abandonou seus estudos em São Paulo e, sem consentimento dos pais, foi servir à Pátria na Guerra do Paraguai.[155]

Fig. 340: Firmino Paula e Silva.

Em 1893, no início da Revolução Federalista ele era Comandante da Guarda Nacional em Cruz Alta. No mesmo ano fazia parte do Esquadrão de Cavalaria[156] comandado pelo Cel. Santos Fº quando este, vendo-se derrotado no Combate de Jararaca, no Município de Alegrete, ordenou-o a se abrigar com seu pelotão numa mangueira de pedra. Firmino Paula teria respondido: " – *Não entro na mangueira, não sou boi!*". E salvou-se, assim, de cair prisioneiro.

Como coronel da Guarda Nacional e castilhista teve destacada participação da guerra civil de 1893-95.

Na Divisão Norte, foi nomeado Comandante da 5ª Brigada e combateu a "*coluna rebelde de Gomercindo Saraiva até o final da campanha, portando-se com notável atividade e energia.*[157]

Tendo surpreendido a força revolucionária de Ubaldino Machado no Capão do Boi Preto *"aprisionou cerca de 370 homens (maragatos), dos quais uma parte considerável foi passada pelas armas*". Esse fato valeu-lhe o cognome de "Degolador do Boi Preto" fato que prejudicou enormemente o nome desse famoso coronel castilhense.

"*Deve-se levar em conta* — afirma o historiador Arthur Ferreira Filho — Os fuzilamentos e as degolas eram praticados de parte a parte. "*um sopro de loucura criminal dominava os céus da terra brasileiras*".

155. IZALTINA VIDAL DO PILAR ROSA – "Cruz Alta" 1983.
156. ARTHUR FERREIRA FILHO – "Revolução e Caudilhos" – Editora Querência.
157. Ibidem

No combate de 27 de junho, em Passo Fundo, Firmino Paula foi ferido na mão esquerda (à bala de fuzil) e recusou-se a recolher-se ao hospital de sangue dizendo: "*Ainda não foi construído o hospital para o comandante da 5ª Brigada!* "[158]

Foi o Gen. Firmino Paula e Silva "*que fazendo a vanguarda da Divisão Norte, ao passar pelo cemitério de Santo Antônio dos Capuchinho, mandou desenterrar o cadáver de Gomercindo Saraiva, ali sepultado, havia pouco, colocando-o à margem da estrada*". Não foi ele quem degolou Gomercindo, mas explicou a conveniência militar desse gesto, evidentemente pouco aceitável, visando assim convencer os soldados da força legalista que o temido general maragato não mais existia, o que significava o fim da revolução.

Ainda na vanguarda da Divisão, perseguiu encarniçadamente os coronéis Aparício Saraiva e Torquato Severo até eles fugirem para o Uruguai.

Nessa revolução, o Gen. Firmino sofreu apenas um sério revés em Carovi, a 7 de maio de 1894. O último combate que sustentou foi o de Campo Novo.

Ao pacificar-se o Rio Grande, ele recebeu a patente de General Honorário do Exército Nacional e foi nomeado, por Júlio de Castilhos, Subchefe de Polícia da Região Serrana, cargo que exerceu por vários ano, bem como, chefe do PRR em Cruz Alta.

Na vida civil, Firmino Paula e Silva foi eleito Deputado Estadual em três sucessivas legislaturas: 1892-1896, 1897-1900 e 1901-1904.[159]

Com quase oitenta anos, em 1923, Borges de Medeiros convocou esse grande político republicano para organizar e comandar a Brigada Provisória Norte, a fim de enfrentar o surto revolucionário que se alastrava pelo Estado. Em apenas três dias, ele reuniu cerca de dois mil

158. IZALTINA VIDAL DO PILAR ROSA – "Cruz Alta" 1983.
159. In Revista Tapejara de Ponta Grossa PR. – Sérgio da Costa Franco – "Dicionário Político do Rio Grande do Sul".

homens. Marchou então para Passo Fundo, que estava sitiada pelos rebeldes e, em poucos dias, fez com que se retirassem para as matas e vales do Uruguai.

"*Antes do final dessa luta, com a saúde abalada pelos rigores do inverno, passado em um vagão da Viação Férrea, onde instalou seu Quartel General e quase sem poder mover-se, passou o comando da Brigada e se recolheu a sua residência em Cruz Alta.*

Mau grado a reserva com que se encare essa singular figura do passado rio-grandense, ninguém poderá negar sua honradez pessoal, seu religioso respeito às famílias e à propriedade, mesmo que se tratasse de adversários de armas.

Era de natural autoritário e, não raro, tornava-se intratável. Mas sabia ser amável e persuasivo quando queria captar simpatias de alguém .

Homem de ação, nunca teve um momento de fraqueza, nunca tolerou uma desconsideração pessoal, nunca se deixou desautorar e nem suportou uma censura em maus termos. Homem de coração duro, o discutido caudilho foi, antes de mais nada, a expressão exagerada de uma época de paixões e violências. "[160]

Em tempos de paz, foi eleito Deputado Estadual por três sucessivas legislaturas. 1892/96, 1997/1900 e 1901/04.

O Gen. Firmino Paula e Silva, faleceu em Cruz Alta em 7 de julho de 1930, já pobre, tendo gasto na política e em revoluções, uma imensa fortuna.

160. SÉRGIO DA COSTA FRANCO – " Dicionário Político do Rio Grande do Sul – 1891 -1897.

NADIN MARRÉIS

Fig. 341: Nadim Marréis.

Nadin Severo Marréis nasceu em Júlio de Castilhos, em 23 de setembro de 1922. Era filho de Felipe Antônio Marréis e de Rosa Severo Marréis.

Moço ainda foi para o Rio de Janeiro, onde, como atleta do Botafogo, iniciou a classe de novíssimos e bateu o recorde de arremesso de disco, martelo e peso.

Em 1946, venceu o Troféu Brasil. Competindo em Londres, pela CBD, estabeleceu novo recorde brasileiro de lançamento de peso, melhorado por ele mesmo, diversas vezes. O peso de bronze era de 7, 257 quilogramas e foi arremessado a 14,80 metros.

Sob o controle da Federação Metropolitana de Atletismo, bateu os recordes de estreantes em disco e peso. No arremesso de disco a vantagem sobre a marca anterior foi tão grande que a Comissão pasmou. Registrou 42,54 metros, superando todas as classes e ficou a 1 metro do recorde sul-americano que ele mais tarde bateria.

Em 1951, foi hexacampeão carioca de disco e peso e campeão pan-americano de peso. Competiu no Chile, Uruguai e Argentina apresentando os melhores resultados.

Com sua extraordinária força, Nadin Marréis suspendia no ar um halteres de 120 quilos e, com facilidade impressionante, rebocava ladeira acima um caminhão dos médios.

Todos os técnicos da época eram unânimes em afirmar que o excepcional atleta castilhense bateria o recorde mundial de arremesso de peso. No entanto, por ordem médica, teve que abandonar o esporte, pois possuía um defeito congênito de circulação.

Dez anos depois, em 7 de agosto de 1966, Nadin Marréis, glória do esporte castilhense, faleceu em Porto Alegre, aos 44 anos.

CAPITÃO NICOLAU ANTÔNIO DOS SANTOS

Nicolau Antônio dos Santos nasceu em Júlio de Castilhos. Era filho de Jacintho Antônio de Carvalho e Fermina Antônia dos Santos. Faleceu em sua terra natal, em 15 de outubro de 1896, com mais de 80 anos.

É outro nobre militar castilhense que não pode ser esquecido. Ele prestou relevantes e inesquecíveis serviços nas várias guerras que o Brasil sustentou em defesa de sua honra e de sua soberania territorial:

Segundo Hélio Moro Mariante:

"*Foi um bravo lanceiro negro na memorável Revolução Farroupilha, onde atuou como simples soldado. Na Guerra do Paraguai, em 1870, retornou como 2º Sargento, patente que ocupou por 40 anos. Na Revolução de 93, como Capitão de Cavalaria, fez toda a campanha pertencendo ao 1º Regimento de Reserva de Cavalaria da Brigada Militar. Comandou o 3º Esquadrão dessa aguerrida unidade que tão assinalados serviços prestou á causa republicana naquela cruenta luta.*

Teve atuação destacada com seu esquadrão, no combate do Carovi onde foi ferido mortalmente o caudilho Gomercindo Saraiva. Por sua ação nesse combate mereceu citação especial na Ordem do Dia do comandante das Forças Expedicionária da Divisão Norte, Cel. Manoel do Nascimento Vargas.

Cessada a luta, extinto o regimento da reserva, foi incluído no 1º Regimento de Cavalaria da ativa, hoje 1º Regimento de Polícia Rural Montada (Regimento Cel. Pilar) no posto de capitão.

Exímio cavaleiro e melhor lanceiro. Seus feitos corriam mundos, proclamados de exaltados. Sua figura encarnava o clássico tipo de gaúcho da legenda. Combatia sempre empunhando vigorosa e orgulhosamente sua lança. Símbolo da arma de Osório. Era muito estimado por seus su-

periores, pares e subordinados quando na ativa e, já na reserva, pela comunidade de sua terra natal. Gozava de particular estima de seus conterrâneos, principalmente do vila-riquense mais conceituado, Dr. Júlio Prates de Castilhos, então Presidente do Estado, que fazia questão de proclamar sua amizade por seu conterrâneo".

De sua gloriosa atuação, destaca-se mais alguns tópicos:

Na Revolução de 93, fez toda a campanha como Capitão do 1º Regimento de Reserva de Cavalaria da Brigada Militar, de onde destacou-se: 128

"*Com a aproximação do Cel. Tomaz Flores a frente de uma coluna de 1500 pica-paus, decidem tomar a estrada de Cruz Alta. Deixando esta cidade à esquerda, passa pelo Lagoão onde as forças de Eliziário e Borges Vieira partem em direção à Cruz Alta, sendo tiroteados por um pequeno contingente republicano que fazia a defesa, comandado pelo veterano de 35 e da Guerra do Paraguai, Capitão Nicolau Antônio dos Santos.*"

"Em Ordem de 22.6.1895, deferiu o Presidente do Estado incorporar ao 1º Regimento de Cavalaria os oficiais e praças do 1º Regimento da Reserva. Entre eles, o Cap. Nicolau Antônio dos Santos.[161]

"*Empunhando destramente a lança cujos segredos conhecia praticou muitos atos de distinta bravura. Nunca deixou de conduzir sua arma favorita na Campanha*"

"*O Cap. Nicolau Antônio dos Santos, veterano da Guerra do Paraguai e demais guerras que o Brasil sustentou, tinha o posto de 2º Sargento. Era amigo pessoal de Júlio de Castilhos, seu conterrâneo. Reformado da Brigada Militar, veio morrer em sua terra natal, antiga Vila Rica, onde morou e que mantinha como relíquia a lança da qual nunca se separou, mesmo no comando de seu Esquadrão.* "

161. JOSÉ PROENÇA BROCHADO – "O Conquistador Vencido", artigo em " o índio no Rio Grande do Sul – Governo do Estado.

O jornal Cruz Alta, de 24 de novembro de 1896 citou:[162]

"*... Quando a República apelou para o seu patriotismo, já octogenário, esta encontrou o mesmo bravo e destemido soldado, seguindo como Alferes das forças civis e voltando como Capitão da Brigada Militar. Desta sua última campanha, como a enflorar a sua coroa de glorias de soldado valente, trouxe mais algumas cicatrizes das feridas que recebeu em combate e que acabaram de matar o seu corpo já enfraquecido. De seus feitos de guerra deixa uma história brilhante de nobre que honra a sua memória e, à família a pequena pensão que lhe dava o Estado, como retribuição aos altos serviços prestados à Pátria e à República*".

162. ROSSANO VIERO CAVALARI – "A Gênese da Cruz Alta" – Ed. Unicruz – Universidade de Cruz Alta.

CAPÍTULO XXIII

A VILA DE JÚLIO DE CASTILHOS EM 1929

Na edição original desta monografia constou um mapa com os "Moradores da Vila de Júlio de Castilhos em 1914", segundo a recordação muito afetiva do castilhense Antão Abade das Chagas.

Era um precioso folder de três folhas no fim do livro com um mapa mostrando como era a vila naquela época. Com a forma das 157 moradas numeradas e, no verso, o nome dos moradores sobre mapa moderno.

Esse capítulo foi substituído e vem enriquecer esta nova edição apresentando, num voo de pássaro, o panorama da Vila de Júlio de Castilhos 15 anos depois. Ele é fruto da prodigiosa memória fotográfica de Cândido Antônio Marros (Lily Marros) (foto), outro castilhense já falecido, com 92 anos na época. Esse depoimento foi gravado pelo autor, em uma entrevista em Florianópolis, em fevereiro de 2013:

Fig. 342: Lily Marros.

Av. Borges de Medeiros – Em 1929, não existia quase nada nessa rua. Era apenas uma estrada que saía para as colônias. Lá fora, havia o Bodegão da Charqueada. A primeira casa foi aquele chalé de Ieda Guilhermano, construído pelo Dr. Napoleão Correa de Barros.

Fig. 343: Chalé Guilhermano.

Do outro lado, só havia o campo de futebol, na chácara de Marieta Fumagalli.

Rua Salgado Filho – No lado leste, só existia o armazém do velho Fidêncio e um galpão comprido que ia da rua ao fundo. Ali ele acomodava os carroceiros que chegavam meio tarde com porcos. Era o lugar de abate de suínos.

Do outro lado, tinha a casinha do cozinheiro do Cel. Aristides Gomes e mais nada.

Rua Barão do Rio Branco – (De sul a norte). No lado Leste, a primeira casa, na subida, era a do Salvador Cândido da Rosa, pai do Donato. (Onde morou Lindolpho Pereira). Acima dela, uma meia-água do Dr. Fernando Silveira Neto; a casa de Francisco de Assis Pereira; a casa de Onofre Soares da Silva (Queno) e, numa casinha para dentro morava o Capitão Salustiano. (Ele tinha um cavalinho branco e só saía para a Vila naquele cavalo com sela, fardado com bota, calça branca, túnica azul-marinho, talabarte, espada na cintura. Era conhecido como Capitão). Depois vinha a casa de Eusébio Ilha da Rosa (Bica Rosa). (foto) Do Bica Rosa até o sobrado onde morou o Dr. Ibes era um potreiro. Para acima, até a esquina havia um terreno que era da viúva Antônia Leal e, na esquina, a casa dela.

Fig. 344: Casa de Bica Rosa.

Voltando ao início dessa quadra (no lado Oeste) havia lá em baixo: a primeira casa, um chalé de madeira, era de Castorina Castilhos. Acima, o chalé de Tarcila Edler. Depois, uma casinha velha de uma porta que foi a primeira venda de Américo Reginatto. Vinha então, a casa

do Gervásio Mello, que foi de Mário Culau. Em seguida, um galpãozinho comprido que vinha até o sobrado onde Américo construiria sua casa. Continuando, vinha a casa de Maria José Ribas (Dona Dedé) e a casa do Cel. Aristides Gomes (hoje do Dr. João Carlos Leal). Depois dela só havia, na esquina, a loja de Olmiro e Onofre Leal, filhos de Antônia Leal.

Em frente à Praça tinha, na esquina, a casa do Cel. Severo Correa de Barros, depois dela o jardim da casa e vinha os alicerces da nova Igreja Matriz atual. E, bem na esquina, a Casa Canônica, da Igreja.

Fig. 345: Casa e loja de Francisco Onófrio.

Do outro lado da Rua Antônio Carbone, a casa e loja de Francisco Onófrio.(foto) Além dela, seu jardim onde tinha um chafariz (atual Banco do Brasil). Em seguida, a Barraca de Frutos do País, do Chico Onófrio, que era cuidada por Dorival Krebs. Onde foi a Rodoviária de Chico Rosa, era o Armazém dos produtos da loja do Chico Onófrio. Segui-a uma casa velha comprida, comprada pelos Onófrios, onde morava Umberto Onófrio e Fioravante Onófrio (Seu Flor) E, bem na esquina, era o Banco do Comércio.

Depois da esquina, havia um terreno baldio. Em seguida, a casa do Intendente Gonçalo Soares, conhecida como “casa das sete janelas”. Só tinha janelas na frente, a porta de entrada era ao lado. A casa era comprida e ia até

a atual casa atual de Ralphs Tatit. Seguia, a casa de Alexandre Zavagna. Havia depois, a loja de Pery Barcellos da Rocha. Quando ele se separou da mulher, vendeu a loja para Umberto Onófrio. Era uma casa antiga que ficava no nível da rua (atual casa de Bruno Schroeder). Na esquina, morava um barbeiro, Francisco Castilhos, tio de Isidônio Castilhos.

Fig. 346: Casas gêmeas.

Passando a Rua Cel. Serafim, era uma casa de Felisbino José Beck, casado com Josefina Waihrich (que foi demolida para construir outra que foi de Loury Salles Martins). Toda essa quadra, até a Rua 13 de Maio pertencia a Felisbino Beck.

Na outra esquina, Risieri Nodari estava construindo a casa dele e atrás tinha seu depósito de madeira para construções.

Na Rua 13 de maio, só havia a Usina e nada mais. A rua não tinha saída para a Estação por causa de um alto barranco.

Depois da esquina do Nodari, a rua era mais baixa um metro. Só aproveitavam a metade da rua. Antes do atual Mayara, tinha o chalé do velho Dalcin, pai de um carpinteiro (Ricardo). Depois, vinha a casa da Dona Amélia Bañolas que ela permutou com Adalgisa Soares (Dona Adija). O Cel. Aristides Gomes terminou nivelando a rua

com terra retirada da descida da atual Biblioteca, e fez um pequeno muro de arrimo, pois a calçada e a casa de Dalcin e Amélia Bañolas ficaram abaixo do nível da rua. Mais tarde tudo foi corrigido. E, na esquina com a Rua Camilo Mello, era loja de José Luiz Zavagna e de Petry Rocha.

Passando a rua, depois do João Pinto da Costa, havia uma casa que ficou vazia por muito tempo. Em seguida (atual Luiz Walmor) era a casa de um garimpeiro registrado, companheiro de Batista Leal. Sua casa era geminada com a casa de Ernesto Soccal. foto E, na esquina, um chalé: casa de calçados de Emílio Seadi.

Voltamos a descrever a Rua Barão do Rio Branco pelo lado oeste, a partir da Rua Antônio Carbone:

Na esquina, onde foi a primeira Intendência, era a casa da viúva Virgínia Waihrich. Depois dela, só havia a casa do Onésimo Pereira dos Santos (onde foi a Farmácia Popular, de Gabriel Pinheiro) e, na esquina, o Clube Félix da Cunha.

Na outra esquina era a Casa Mauá. Vinha depois uma casa de aluguel, no alto do barranco. Abaixo dela, numa escavação, tinha uma casa baixa onde morava o Engº Luiz Gomes de Araújo. Vinha depois o sobradinho do Dr. Alfredo Silveira Neto. Ele morava em cima e embaixo era a Farmácia Silveira. E, bem na esquina, era uma casa de aluguel onde morava Atílio Fumagalli, solteiro na época.

Na outra esquina, era a sede do S.C. Brasil (atual Museu) e, em seguida, uma casinha velha onde morava um latoeiro. Vinha depois, uma casa em construção, de Abílio Pereira dos Santos. Depois, vinha a minha casa (onde morou Romeu Martins Ribeiro). Seguia, o chalé de Luiz Maboni (que tinha, aos fundos sua fábrica de móveis), e a casa do velho Domingos Bevilacqua. Depois dela, havia um galpão muito grande de Luiz Antônio Pinto e a

casa dele e, ao lado, a casa de Francisco Tognotti. E, na esquina, (Posto atual), havia uma casa onde morou Henrique Rachewski, (pai de José) que tinha uma lavanderia. Passando a rua, estava a Praça Tiradentes onde havia aparelhos meteorológicos.

Rua XV de Novembro – Depois da casa de Dona Antônia Leal, vinha a Barraca de Produtos do País, de Onofre e Olmiro Leal. Lá adiante, depois da atual Rua Roque Gonzáles, tinha a velha casa de Marciano Ilha da Rosa e sua esposa Rosinha Moreira Rosa. E, depois, a antiga Cadeia Civil. Abaixo dela, morava num chalé, um tropeiro conhecido como João Girau. Vinha depois, a casa de Iris Pereira Correa. E a última, era a de Adão Mello, outro tropeiro mais antigo.

Subindo pelo lado oposto, a primeira era o Clube José do Patrocínio. Acima, a meia-água da mãe de Maria José Pereira da Silva (Dona Zezé) (foto) e, na esquina, um sobrado construído por Doro Castilhos.

Fig. 347: Casa de Dona Zezé.

Passando a rua, na esquina, era o chalé de Guadalupe Barbosa. Depois, lá na outra esquina, a casa da viúva Aninha Beck, sogra do Gervásio Mello. Dobrando a esquina, era tudo dela até a casa de Rafael de Oliveira Mello Fº (Tenentinho) na esquina com a Rua Antônio Carbone. Mais tarde, Don José Lopes construiu a casa dele entre essas duas.

Abre-se um parêntese para completar a atual **Rua Roque Gonzales:** Em frente à casa de Tenentinho tinha uma casa, muito antiga, do Pe. Aparício Oliveira, com frente para a Antônio Carbone. E, dessa esquina até a outra e dobrando era tudo da Igreja Matriz.

Continuando a XV de Novembro, para oeste da Barão do Rio Branco, depois da esquina do Olmiro, tinha a casa velha de Doro Castilhos Lopes, que ele deu para o Dr. Íbes. Em seguida a casa de Dora Castilhos Lopes. Vinha depois, a casa do Nenê Mello e, na esquina, a casa grande do João Castilhos.

Rua João Pessoa:

Embaixo ao lado dos trilhos, era a casa de Benício Ilha da Rosa. Acima dela, a do Prof. Ângelo Didonet. Depois um chalé comprido onde morava Luiz Onófrio e o Banco do Comércio.

Passando o Clube Félix da Cunha, na esquina era a casa de Amélia Pinto Ribas, (em frente ao Maria Rainha).

Subindo pelo outro lado: Em frente ao Benício Rosa, tinha uma casa de madeira que era uma "república" de solteiros (onde morou Angelim Reginatto, Severino Bevilacqua e João Bevilacqua. Acima dela, era a casa de Francisco Araújo, pai da Docinha. Vinha, depois, a casa da viúva Cristina Silva, mãe de Geraldo Silva. Em seguida tinha a casa de Manuel Cesar do Nascimento. Seguia, a casa de um Escrivão de Órfãos e Ausentes. Seria Octaviano Gomes de Oliveira. E, na esquina, havia um terreno baldio. Hoje casa do José Carlos Pereira.

Rua Cel. Serafim: Dobrando a Rio Branco na esquina da Barbearia do Francisco Castilhos, a primeira casa era a de Euclides Barcellos da Rocha. Um metro abaixo, onde morou Odilon Andrade, morava o poeta Afonso Morais. Vinha depois a casa de Nayr Ceratti Lobo (Dona Tinem), a do eletricista Laudelino e bem na esquina e na divisa com a Estação era o chalé do Davi Delfabro.

Em frente, do outro lado, tinham duas meias-águas geminadas. A da esquina era do Batista Leal e na outra morava o Prof. Lyra (construída por Toríbio Chagas em 1891). Depois vinha a casa do Cel. Manuel Soares da Silva (Maneco dos Órfãos).

Rua Camilo Mello Partindo da Av. Pinheiro Machado, Pedro Lopes construiu um sobrado de madeira onde botou a primeira padaria da Vila.

Descendo para a Estação, na esquina a casa de José Luiz Zavagna. Para baixo, na outra esquina era um hotel de madeira, Hotel Raganin, com frente para a estação. Do outro lado (estacionamento do Supermercado Zanon) havia a loja de João Pinto da Costa, a maior loja daquele tempo. E dali até a Estação era tudo dele.

Fig. 348: Casa Vila Rica.

Rua Dr. Mechisedeck (atual **Clóvis Barros**) Depois da praça, na esquina, a casa de Valécio Soares. Para oeste, havia uma casa da irmã dele e, em seguida, a de Antônio Moreira Machado F° (hoje de Elcy Culau Moreira) e a rua terminava ali. No lado oposto havia um terreno baldio da firma Bay.

Depois da avenida, na esquina (Bradesco) morava o agrimensor, Joaquim Piquet Belmonte. Depois, havia uma casinha e, no fim da rua, a casa de Perpétua Winsh (mãe de Pedro Winsh).

Rua Manoel Alvarenga atual, só tinha ao fundo a casa de Sócrates José dos Santos (Caixeiro).

Av. Getúlio Vargas. No atual Centro Administrativo Mileno Moreira, tinha uma casa muito velha no meio do terreno, de um negro velho, o único e ótimo guasquei-

ro da Vila. Descendo para o norte, tinha um chalé verde. Depois a casa do Frederico Leal (Nenê). Abaixo, a casa de um Ceratti, (irmão da Tinem) com um mercadinho. Em seguida, a casa do Antoninho Rubin (pai de Harvey) e, logo, a oficina dele. Abaixo dela, a casa de João Germano Messerschmidt (Janguinho). E dali, até os trilhos era um gramado, no fim do qual morava Henrique Kurtz. (na foto casa à esquerda)

Fig. 349: Henrique Kurtz esquerda.

Praticamente ali, nos trilhos, terminava a Vila e começava a estrada para Tupanciretã. Havia em cima do barranco (atual União) a loja de Atala Seadi. Vinha depois, a casa do Chefe da Carpintaria dos Bays, a casa do ferreiro Ladislau Santos e, em seguida, a ferraria dele. E, lá no fim, (proximidade atual Rodoviária) retirado da estrada, com a frente para a Vila tinha a sapataria de "Halaisse lem Halissa". Como era um nome difícil de pronunciar ele aceitava ser chamado de José da Silva.

No lado oposto, dos trilhos para sul, tinha uma chacrinha onde não morava ninguém. Depois, vinha a saboaria do Antônio Moreira Machado Fº (Nico Moreira), o pai de Mileno Moreira. ver foto acima a casa branca Mais adiante, havia um chalé e, adiante, um pouco para dentro, era da família Lau. Depois havia um potreiro e a próxima casa, em frente ao Frederico Leal, morava seu irmão, Antônio Leal, pai de Dorilda Leal Fruet. Depois morava João Moraes, caixeiro viajante, (casado com a Profª Maria Lages) e duas cunhadas. Era muito grande a casa e

foi diminuída com uma reforma. Lá morou Amadeu Castilhos Culau (Amadeuzinho). Depois vinha um terreno fechado com muro e, lá adiante, a casinha de Alcides Cavedon e, na esquina era um sobrado de Valécio Ilha Soares.

Av. Pinheiro Machado. Na esquina, (onde morou Mário Bay) era um terreno baldio. Vinha então, o chalé de madeira de Luiz Broggine. Em seguida, a loja de ferragens da firma Bay. Depois o chalé de madeira de Mateus Bay. Depois, a casa grande de Manuel Ilha da Rosa (Neco Rosa). Onde desembocava a Rua Camilo Mello (que não continuava) tinha, para dentro e fora do alinhamento, uma construção de madeira muito grande que era o Hotel Coderini. Depois, só havia a casa antiga de Aparício Correa de Barros. Vinha então uma meia-água do Perico Perdomo. A seguir, onde seria a casa de Wilson Campos, era o consultório do dentista José Joaquim Saldanha de Vargas. Na casa onde morou Francisco Mascarenhas tinha uma casa velha. Seguia a casa onde morava Amado Moreira Machado (Zeca).

Fig. 350: Casa de Antonio Moreira Machado.

Depois, vinha a casa de Antônio Moreira Machado, onde morou João e Aurora Machado. foto (Não existia a rua que descia para a Rua Oswaldo Aranha atual).

Tinha, depois, um terreno (onde foi o Sindicato Rural). A seguir, a casa do Dr. Vicente Dutra e a meia-água

da viúva Tibúrcia Farias (Santa) e a casa do Olívio Amaral (onde morou Rubens Tatith). A seguinte, era a casa de Amélia Ribas (onde foi a loja de João Carlos Volcato) e em seguida, outra casa dela. E, na esquina, (onde morou Maria Leonor Barros) era um terreno baldio.

Passando a rua, era a loja de Bernardo Volcato Neto e, depois dela, o Hotel Volcato. Além dele, o anexo do hotel (seria a casa do Dr. Paulo Waihrich). Seguia a velha casa de material de Henrique Waihrich. Na esquina, a sapataria de um Ceccon. Era uma casa em L. Com a frente para a rua era a residência e a loja era na esquina.

Na outra esquina (Banrisul), era um chalé grande, de madeira e de chão batido, coberto com zinco ou palha. Em seguida vinha a casa de Francisco Salles e, na seguinte, outra casa, foto que pertencia a Victor Waihrich. Havia à esquerda dela um resto de casa antiga onde fora a Sapataria dos Waihrich. E nada mais existia até a casa de Rodolfo de Oliveira Mello (primeira casa atual abaixo da Prefeitura). E, depois dela, até a esquina era só terreno baldio.

Fig. 351: Michel Waihrich.

Depois da Av. Fernando Abbott, na esquina havia um bonito chalé de Leôncio Ortiz (atual Otávio Rocha). Descendo, era a casa de Bibiana Schorne (Sia Bibiana), a casa de Joaquim Barcellos da Rocha (atual Farmácia Ethica Sanar) e um chalezinho precário do pedreiro Nicolau. Vinha então, a casa onde morou o David Frescura e, na esquina a casa de Euclides Barcellos. E era só.

Volta-se ao lado oposto da **Av. Pinheiro Machado**. Começando de norte para sul: Depois da atual Praça Manoel Alvarenga, vinha a esquina que não tinha nada. Seguia um quarto do Hotel do Comércio. Depois, o Cinema Pathé. Vinha então uma casinha do construtor Otávio. Seguia a casa do barbeiro Silveira (atual Mário Vargas). No fim da quadra, a casa do Doracy Hausen e, na esquina a casa de Lourival Hausen (Sicredi).

Depois da rua, Carlitos Fumagalli estava construindo o que seria a Agência Ford (foto) e a Agência Singer. Atrás, ficava a ferraria de Loreto Carpes. Em seguida, João Manuel Pereira de Oliveira (João Risada), tinha uma casa saliente para a rua. Quem vinha na calçada, tinha de descer para a rua e voltar para a calçada (em frente a casa atual do Dr. Viriato). A próxima casa era onde esteve a loja de Romualdo Bolzani e, a seguir a fábrica de sapatos de Hermenegildo Culau. Nessa casa morou Helmuth Hollweg. Vinha depois, uma casa com duas sacadinhas na frente, de Dinarte Mota, em seguida, a Capelinha dos Alvarengas (foto) e, na esquina, o Colégio Elementar.

Fig. 352: Carlito Fumagalli.

Fig. 353: Alvarenga - Ermida.

Cruzando a atual Rua João Pessoa, vinha a casa de Amélia Ribas (onde morou Eurico Haimboeck). Vinha, depois, um terreno muito grande, onde havia um rancho e, para dentro, a casa de Miguel Waihrich F°, um chalé de material com um jardim na frente. O terreno era alto e tinha uma mureta com grade de ferro. Dali até a esquina não havia mais nada.

Depois da Praça, na esquina a casa geminada de João Castilhos que começava na Rua XV de Novembro e descia um pouco mais para o lado do atual Correio. E, até a Rua Salgado Filho não havia construção nenhuma.

Rua Antônio Carbone: Na esquina leste com a Av. Pinheiro Machado, havia um grande terreno baldio. Depois, o sobrado do Percy Rocha (A Real), o Theatro Municipal, a casa da viúva Maria Luiza Waihrich da Rosa (Vivisa) e a antiga Intendência Municipal.

Cruzando a rua, havia na esquina o Banco da Província, na casa de Francisco Onófrio. A casa seguinte era a de Francisco Toropy de Azevedo (foto), (hoje do Dr. Adílio Ribeiro). A casa da Chica do Sabino, uma doceira, a de Ido Onófrio e uma casa desocupada onde moraria Eduardo Oliveira (Tirso).

Fig. 354: Azevedo demolida Moacyr.

Depois dessa casa havia um barranco e os trilhos. Não existia ainda a Ponte Seca e era necessário descer pela Fonte Pública para passar os trilhos e subir o aclive até a casa onde morava Lúcio Paixão Correa e a Francisca Correa (Chica Preta, sua irmã), hoje esquina Leste, com a Rua Pimenta de Moura.

No lado oposto, em frente a casa desocupada, antes dos trilhos, morava Salabergo Ribas, mais acima e para dentro, a da conhecida como "Fumeira" e a de Raphael de Oliveira Mello Fº (atual esquina com a Rua Roque Gonzales).

Rua Assis Brasil: Nessa rua não havia quase nada em 1929. Lá no fundo, logo adiante do atual Estádio, havia o potreiro do Dr. Elpídio Bañolas e bem adiante, três casinhas de uns negros da família Torres. Em frente à esquina nordeste do atual Estádio havia a casa de material do Prefeito Dr. Pedro Souza (onde moraria Tancredo Bañolas). Vinha depois, a casa do viúvo José Quevedo e a de Pery Barcellos da Rocha (onde morou Normélio Baal da Rocha).

Av. Fernando Abbott: Começando na esquina norte, em frente ao atual Correio: Na esquina, havia um terreno baldio. A primeira casa era a da tia Otacília Appel, onde morou o José Carlos Edler da Rosa. Depois vinha a casa do Onofre Rosa, o papudo. Do lado oposto, depois da casa de Leôncio Bastos (Otávio Rocha) vinha uma velha casa de João Pimenta e a de Pantaleão Ilha Soares. Depois um chalé (hoje de Paula Fruet). A casa de Murilo Fogaça (onde mora o Dr. Firmino). Seguia a casa de Catulina Ortiz Kaercher (Jorge), a do Osório Salles e a grande casa de João Appel, na esquina. Depois só havia a casa de Pantaleão Pinto de Souza (hoje de Serafim Mello Barros), o chalé de João Coimbra, carpinteiro, e o rancho da família de João Padilha.

CAPÍTULO XXIV

HIDROGRAFIA

Os cursos d´água do Município de Júlio de Castilhos contribuem para a formação das duas mais importantes bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul: a do Atlântico Sul a do Uruguai.

A cidade de Júlio de Castilhos está situada sobre o divisor de águas dessas duas bacias hidrográficas. Ele estende-se na direção norte-sul no topo da coxilha do centro da cidade.

Pode-se afirmar que as águas pluviais a leste do canteiro central da Av. Pinheiro Machado (Maria Rainha), entre a Rua Antônio Carbone até a passagem dos trilhos escorrem para a bacia do Atlântico Sul (Rio Jacuí e Guaíba) e aquelas que escorrem do lado oeste deste segmento, vão para a Bacia do Uruguai. (Rio Toropi). (*)

(*) Para esse capítulo, contou-se com o assessoramento do Prof. Noilson Mello.

BACIA DO ATLÂNTICO SUL

RIO IVAÍ

Nasce no Município de Tupanciretã, muito próximo à antiga Charqueada São Luiz (Abacatú). No início de seu curso ele corre na direção norte e, a partir da BR158, muda para leste.

José de Saldanha[163] diz que esse rio se chamava Ibyraiepiro, que os índios pronunciavam "iguirapiró" e que significava em guarani: pau descascado.

163. JOSÉ DE SALDANHA, Dr. – "Diário Geral das Operações Astronônicas – 5ª Campanha de 1787 a 1788 – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – "Diário Rezumido" (cópia – arquivo do autor).

Seus principais afluentes são o Arroio Japepó ou Panela, divisa com Tupanciretã e o Arroio Tipiaia, mais conhecido como Arroio Buracos.

Arroio Tipiaia

Nasce no açude próximo a passagem de nível da ferrovia no povoado de São João do Barro Preto. Seus afluentes pela margem direita são o Arroio Jaguatirica e o Arroio Guanxuma.

Arroio Guanxuma nasce no Parque João Vieira, nas proximidades do antigo Fórum. Ele vai formar os açudes da Cooperativa Castilhense e recebe as águas de seu afluente **Arroio do Engenho** que nasce na bica da Fonte Pública Municipal.

O **Arroio Reserva** é tributário do Rio Ivaí. Ele nasce no Capão da Convenção e vai fazer parte da divisa com o Município de Pinhal Grande.

Arroio Santo Antônio

Nasce nas proximidades da sede da Fazenda do Taquarembó, onde toma o nome popular de Arroio do Felício até a ponte. Continua, dentro do munícipio, com o nome de Arroio Santo Antônio. Seus principais afluentes são, pela margem esquerda, a **Sanga do Mel** (que nasce próxima ao Capão da Convenção) e o **Lajeado do Salso**.

Rio Melo

Também chamado de Arroio dos Mellos. Nasce depois da antiga Parada Taquarembó e corre para leste, indo formar os cânions da Piruva. (Esse rio corre sobre campos e serra, sendo o menos poluído da região, suas águas são puras e cristalinas).

Sanga da Divisa

Nasce na antiga sede da Fazenda do Pinhal (Val de Serra) e faz a divisa com o Município de Itaara. Ela é a formadora do Arroio Grande que vai banhar pequena parte do Município, próximo a Três Mártires.

BACIA DO URUGUAI

Para a formação da Bacia do Uruguai, o Município contribui com o Rio Toropi, Rio Guaçupi e seus afluentes.

RIO TOROPI

Nasce junto a Rua Oswaldo Aranha, dentro do Vila Rica Piscina Clube. Serve como divisa com o Município de Tupanciretã e de Quevedos, depois da confluência com o Arroio Caneleira.

São afluentes do Rio Toropi, dentro do Município, pela margem esquerda:

Arroio João Rodrigues, com sua foz a dois quilômetros acima da Ponte Vasco Bañolas.

Lajeado do Mathias que nasce próximo a Fazenda da Estrela e recebe o Lajeado dos Rosas.

Lajeado Caneleira que nasce ao sul do perímetro urbano de Tupanciretã e faz a divisa com esse município e Júlio de Castilhos nos últimos 14 km.

E o **Arroio Pessegueiro** que nasce nas proximidades da Fazenda do Banheiro, junto à estrada para Quevedos, e passa pela Fazenda Toropi, indo desaguar no Rio Toropi.

RIO GUAÇUPI

Tem duas nascentes principais: a rural e a urbana. A rural nasce a leste da Subestação Elétrica da RGE bem próximo à estrada para o Portão e de uma estrada que vai sair na BR158. Ela forma, logo abaixo da linha férrea, o Lajeado Lagoão. Logo abaixo, recebe a nascente urbana do Guaçupi que nasce na metade, oeste da Av. Salgado Fº. O Rio Guaçupi vai desaguar no Toropi. Os inúmeros afluentes do Guaçupi, pela margem direita, são pequenos e sem maior expressão. Pela margem esquerda, destacam-se o **Lajeado Divisa**, que nasce na antiga caixa-d´água da ferrovia e o Arroio Taquarembó. O Rio Guaçupi, faz a divisa com o Município de São Martinho da Serra, mais abaixo, depois de receber o **Arroio Taquarembó**.

A 7 km, a montante da foz do Guaçupi, existe um salto com 10 m de altura. (foto)

Fig. 355: Cascata do Guaçupi.

CAPÍTULO XXV

A LENDA DO COQUEIRO DA PRAÇA

LENDA DO COQUEIRO DA PRAÇA

(Firmino Costa)

Fig. 356: Coqueiro da Praça.

Houve um tempo em que Vila Rica era um povoado com poucas casas e gente simples. A praça era um campo aberto com árvores e caminhos por onde, ao lado de animais mansos pastando, passavam as pessoas. Todos viviam em paz. Os meninos brincavam, corriam e atiravam-se na grama, enchendo o ar de risos e gritarias. Nos dias quentes, eles passavam ao lado de uma mangueira de pedra, a oeste da vila, e desciam para uma sanguinha. A algazarra infantil movimentava o lodo do pequeno poço, tornando a água pardacenta e marcando o buço dos meninos com a sombra de um bigode. Ir tomar banho no Bigode, era uma festa. Outra festa era subir nos coqueiros e apanhar coquinhos.

Eram poucos os coqueiros. Os donos não se importavam com a gurizada. Exceto um, o velho João, solteirão rabugento, mau e mal-humorado, que morava perto do Bigode. Num final de temporada, os cachos de frutos estavam secos. Apenas os do coqueiro do João Bundudo, como os meninos o chamavam, estavam redondos de coquinhos amarelos, brilhando ao sol. Quando o velho saía, enquanto uns cuidavam, alguém subia para roubá-los. Era a festa da meninada.

Um dia, no entanto, o velhote, escondido, viu um negrinho de uns 13 anos descer apressado do coqueiro e correr para a praça. O velho nunca mais dormiu direito, imaginando uma vingança exemplar.

Outra noite, clara de lua, o negrinho foi roubar coquinhos pensando que o velho dormia. Chegando de volta à praça, o negrinho apanhou uma rosa para levar à namoradinha. Ao ver o velho, malvado ameaçador, atirou fora os coquinhos e, apenas com um só na boca, disfarçadamente, ia passando a seu lado, quando recebeu o primeiro golpe na cabeça, caindo desacordado. O velho tentou reanimá-lo, mas viu que estava morto ao lado da rosa. No silêncio da noite, buscou uma pá e enterrou-o debaixo do matagal de unhas-de-gato.

Horas depois, um violento temporal caiu sobre a vila, com relâmpagos e trovões assustadores. Os pais imaginaram que o filho tivesse se abrigado em algum vizinho. Na manhã seguinte, como o menino não chegasse, foram procurá-lo nas casas dos amigos do Baixo da Aldeia, o lado oposto da vila. Nada. Ninguém dava notícia do negrinho. O desespero aumentou e, em pouco tempo, adultos e crianças procuravam em vão por toda a vila.

Nisso, um guri veio correndo, com a notícia de que o temporal derrubara o coqueiro do João Bundudo, caindo sobre a casa e que o velho estava morto. A natureza havia se vingado do cruel e desalmado criminoso.

Todos começaram a procurar sob os galhos das árvores derrubadas e não encontraram o menino. Ninguém entendia o misterioso desaparecimento. E, depois de vários dias, as buscas cessaram.

Passaram-se os anos. O tempo lavou a memória do povo e, no meio das unhas-de-gato da praça, começou a aparecer a copa de um jovem coqueiro que cresceu com o tempo. O Intendente mandou limpar a praça e cercá-la para evitar a entrada de animais. O coqueiro ficou bem

ao lado da cerca. Outro prefeito, da já florescente vila, mandou fazer os passeios. Como era amigo das árvores, deixou o coqueiro mesmo sobre a calçada. Era o Coqueiro da Praça, amado por todos, onde as crianças, nas noites de verão, contavam o "31, lá vou eu", nos jogos de pegador.

Dona Plácida contava que Nico, o menino criado por ela, sonhara que lhe apareceu o negrinho do Coqueiro, "numa fumaça", saindo da sepultura e pediu-lhe que levasse aquela rosa pra sua namorada. "A menina está morta — respondeu no sonho". Então, tu entregas a rosa para qualquer pessoa na praça. A menina estará vivendo em alguma delas.

Durante tempo, Nico procurou uma moça negra para entregar-lhe a rosa. Confuso, não dormia quase. Alimentava-se mal. Acabou perdendo o juízo e, entregando-se à ordem que o negro do sonho lhe dera, apanhava uma rosa da praça e, sorridente, entregava a qualquer moça. A delicadeza do gesto tornou-o estimado por todas. Não sei se essa história é lenda ou verdadeira, mas em homenagem aos dois negrinhos de minha terra, vou deixá-la escrita para a posteridade.

CAPÍTULO XXVI

BENS TOMBADOS PELO MUNICÍPIO

O Decreto nº 4.028 de 5 de janeiro de 2012, determinou o **tombamento definitivo da sede da Fazenda da Reserva**, no Município de Júlio de Castilhos RS.

O tombamento inclui: prédio histórico onde nasceu Júlio Prates de Castilhos (atual casa do Capataz da Fazenda e de hospedagem de trabalhadores rurais); o prédio remanescente onde se hospedam os atuais proprietários; uma caixa d´água (alta, de material) e as antigas mangueiras.

O Decreto n° 5.558 de 11 de junho de 2014, determinou o **tombamento definitivo do prédio sede do Clube Félix da Cunha** situado à Rua João Pessoa nº 225.

O Decreto 5.721 de 4 de dezembro de 2014, determinou o **tombamento definitivo do prédio sede da Escola de Ensino Fundamental Senador Alberto Pasqualini,** situado à Rua João Carlos Machado nº 110.

O prédio foi construído em 1934 e inaugurado em 1935. Foi sede do Colégio Elementar, a escola mais antiga do município. É um patrimônio cultural da cidade.

O Decreto n° 6.1722 de 27 de outubro de 2016, determinou o **tombamento definitivo da fachada do prédio situado à Avenida Pinheiro Machado nº 601**, no Município de Júlio de Castilhos RS.

O prédio tombado pertencia a Victor Waihrich Fº e foi construído em 1910 por Michel Weihrich. Era um prédio artístico.

O Decreto nº 6.537 de 18 de julho de 2018, determinou o **tombamento definitivo da fachada sul e leste do imóvel situado à Rua Antônio Carbone nº 242.**

Nesse prédio histórico foi instalada a Primeira Intendência (prefeitura) do Município de Vila Rica, em 7 de setembro de 1891.

O Decreto nº 6.711 de 30 de maio de 2019, determinou o **tombamento definitivo da Praça João Alvarenga.**

A Praça João Alvarenga é formada por terreno urbano de forma retangular localizado no quarteirão formado pela Rua Antônio Carbone, Rua Barão do Rio Branco, Rua XV de Novembro e Av. Pinheiro Machado.

"Os efeitos do tombamento deverão levar em consideração o dinamismo da Praça João Alvarenga, ou seja, obedecendo a ampliação de elementos tanto na vegetação como eventuais acréscimos de novos bens (mobiliário, bancos, estátuas, bebedouros e outros), ou ainda a substituição de espécies vegetais no momento de fim de ciclo ou realização de manejo com podas."

A Lei nº 3.660 de 9 de dezembro de 2019, criou o **Centro Histórico de Júlio de Castilhos** delimitado pelo perímetro formado pelas Ruas Barão do Rio Branco, Rua Antônio Carbone e Av. Pinheiro Machado. Ela inclui também, embora não conste na lei, as esquinas que olham para a Praça João Alvarenga.

Foi nesse Centro que se desenrolou a história da cidade. Onde se estabeleceu a primeira família com seus escravos. Onde foi estabelecida a primeira estância do município. Onde acamparam os sobreviventes da Guerra do Paraguai. Onde foi demarcada a primeira praça e as primeiras ruas da atual cidade. Onde se estabeleceu a primeira casa de comércio. Onde foi instalada a primeira Intendência e onde está hoje a Prefeitura da Cidade.

C A P Í T U L O XXVII

ASPECTO GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS

Os dados deste capítulo foram reproduzidos de um trabalho da castilhense Geografa Profª Maria da Graça Barros Sartori, sobre o clima de Júlio de Castilhos. Numa pesquisa relativa aos anos de 1968 a 1974.

Situação e Características Topográficas

Levando em consideração as semelhanças e diferenças entre os aspectos físicos, humanos e econômicos, o IBGE dividiu os municípios em 24 grupos chamados **microrregiões homogêneas**, redistribuídas em 7 zonas.

Júlio de Castilhos está situado na **Zona do Planalto Rio-Grandense** e faz parte da **Microrregião Triticultora de Cruz Alta,** juntamente com os municípios de Cruz Alta, Ibirubá, Santa Bárbara do Sul, Santiago, São Francisco de Assis e Tupanciretã.

A cidade de Júlio de Castilhos está **localizada** a 29º 13'26" (Latitude Sul) e 53º 40'45"(Longitude Oeste de Greenwich). Longitude Oeste de Greenwich em tempo: 3 horas, 34 minutos e 43 segundos.

O **rumo** Júlio de Castilhos – Porto Alegre é oeste--noroeste (ONW) e a distância em linha reta é de 256 km.

Assenta-se a cidade sobre o divisor de águas de uma coxilha (Coxilha do Durasnal) cuja **altitude** é de 527m (Praça João Alvarenga). Essa coxilha faz parte da **Serra de Vila Rica**, que une as extremidades este da Serra de São Martinho e Serra de São Xavier. No entanto, o aspecto topográfico do município não apresenta em sua maior área, propriamente, as características de serra.

São campos geralmente ondulados (amplo horizonte de gramíneas), cortados por grande número de vertentes e restingas, sendo abundantes os cursos d'água em plena rocha. Apresenta, também, nas tênues depressões, manchas de capões de árvores nativas.

O **ponto culminante do Município** é a cota de 545 m, próxima ao entroncamento da estrada Júlio de Castilhos – Quevedos e Passo do Cerro – Corredor dos Pachecos.

O Clima

Temperado e saudável, o clima de Júlio de Castilhos enquadra-se no tipo **subtropical**.

A **temperatura do Município** está em função de sua altitude (519 em média) e da morfologia do planalto, um sítio aberto e amplo, sem obstáculos naturais.

A **média anual** é de 18ºC (1968 a 1964) a 18,4ºC (l957 a 1972), conforme dados fornecidos pela Estação Agro meteorológica da Estação Experimental Fitotécnica de Júlio de Castilhos. Pode ser assim distribuída: 22,5ºC de novembro a março, 17,3ºC de abril a maio, 14,4ºC de junho a setembro e 18,5ºC em outubro.

Pluviosidade – As chuvas são, em geral, bem distribuídas, com a média anual de 1405 mm. O mês mais seco é o de novembro e o mais chuvoso é o de janeiro. Chove mais em fevereiro e março, em maio e junho e em dezembro.

Total de precipitação em mm: 1318,6 em 1969, 1428 em 70, 1254,2 em 71, 1619,8 em 73.

Médias mensais: Nov. a Jan.- 108,9 mm. Jun. a Out.- 134,1 , Nov. e Dez. – 117,4 mm.

Evaporação média: Nov. Dez. e Jan. – 146,9. Mai. Jun. e Jul. – 74,1 e Jul. – 66,3 mm.

Dias de nevoeiro: (base 1957 a 72): Nov. a Mai. – 9. Jun. a Out. – 13 dias.

Dias de granizo: (mesma base) Ago. – 5 dias, Set.- 3, Out. a Jan. – 2, Fev. a Jul. – praticamente não ocorre.

Ventilação

Campos abertos, sem obstáculos à ventilação. Predominam ventos de sudeste quase todo o ano, embora, esporadicamente, sejam sobrepujados pelos do Quadrante Norte (Norte e Nordeste). O vento sul geralmente aumenta a sua participação de agosto a novembro.

A intensidade dos ventos é maior na primavera (outubro a novembro), quando se registram mais frequentemente as maiores velocidades.

Como valores médios, Júlio de Castilhos registra ventos fracos e moderados, praticamente inexistindo calmarias.

O período do ano em que se registram as médias mais elevadas é o final do inverno e durante a primavera. Tem-se em setembro o mês mais ventoso (média de 4,85 m/seg).

A média anual da direção dos ventos de 1968 a 73 foram as seguintes: Norte – 4,6 m/seg , Nordeste – 4,4, Este 4,4 Sudeste – 4,8."

CAPÍTULO XXVIII

GENEALOGIA CASTILHENSE

Na internet, clique em: Genealogia Castilhense - Google Sites e encontre a genealogia de 38 das seguintes principais FAMÍLIAS CASTILHENSES:

ALBERT – ALVARENGA – BASTOS – BASTOS COSTA– BONIFÁCIO DE CASTILHOS - BROMBILLA – CASTILHOS – CAVEDON – CORREA DE BARROS – CULAU – EDLER – ELEUTÉRIO MOREIRA MACHADO - ELIAS PASCHOAL – FRUET – FUMAGALLI - GARCEZ - HORTÊNCIO JOSÉ MACHADO – LUIZ DOS SANTOS – MABONI – MARCELINO PEREIRA DA SILVA - MELLO – MESSERSCHMIDT - MOREIRA FAGUNDES - MOREIRA MACHADO – PEREIRA DA SILVA - PEREIRA DOS SANTOS – PINTO DE OLIVEIRA RIBAS - PORTELLA – PROPHETA DE MELLO – QUEVEDO – RAZIA – RIBEIRO – ROSA – SALLES – SATTES – SCHORN – SOARES DA SILVA – WAIHRICH.

Leia o início quando abrir e veja como procurar outras famílias nesses títulos acima. E, tenha uma ideia de seus ascendentes e descendentes que se estudou.

O Caminho da Felicidade. Foto de Firmino Costa. Foto premiada com Medalha de Prata no Concurso Internacional da Nikon/1978.

A partir das páginas anteriores, brindamos nossos leitores com um caderno a cores em nosso livro, num esforço para valorizar as imagens que simbolizam a história, os costumes e a gente castilhense. É com imenso orgulho que confiamos esta obra as mãos do leitor e ao registro da memória de Júlio de Castilhos, em seus 130 anos de emancipação política!

O Gaúcho. Foto de Firmino Costa.

1877
JÚLIO DE CASTILHOS
1894

Brasão de Armas do Município.

Municípios limítrofes de Júlio de Castilhos

Mural do Centenário de Júlio de Castilhos.

Bandeira e cores do Município de Júlio de Castilhos

Prefeitura Municipal. Foto de Vinicius Ferreira.

Estâncias Jesuíticas.

Estâncias antigas.

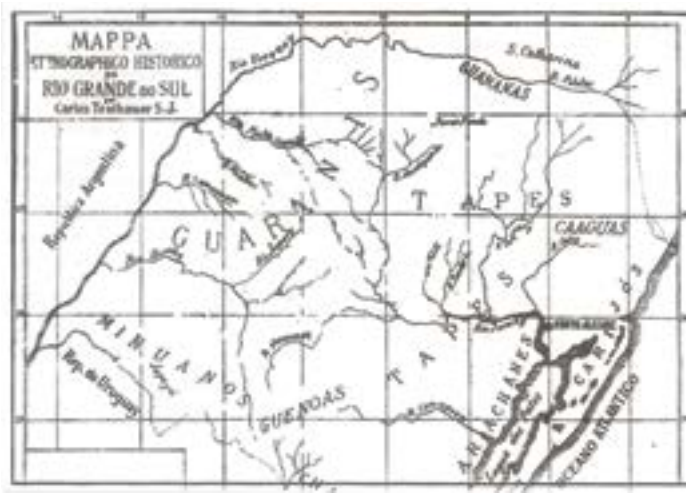
Mapa do Município de Vila Rica em 1891.

Limítrofes.

Mapa de 1927.

Localização da área de Valério Vieira de Alvarenga

Desenhos de Norton Costa.



Mapa Etnográfico Histórico do R.G. do Sul de Carlos Teschauer S.J.

Vista dos campos arbustivos de Vila Rica (planalto do Rio Grande). Gravura de C. A. M. Lindman (Março de 1893).

Documentos históricos do Município:

Sede da Fazenda de Antônio Moreira Machado.

Balança de pesar metais. Pertenceu a Maneco Biriva (acervo do autor).

João Vieira de Alvarenga - mapa, foto e assinatura

Júlio de Castilhos em 14 de julho de 1891.

Monumento à Convenção.

Fazenda da Reserva.

Algumas mulheres que fizeram a diferença...

Carolina C.B. Azevedo.

Dona Pequena.

Francisca C.B. de Azevedo,

Esther Onófrio.

Madre Aleixa.

Bibiana Schorne.

Maria Kozerski.

Profª Maria Rita.

Walesca Agostini.

Honorina Mello.

Suely Fonseca.

Jehovalina Ribas.

Sônia Abreu.

Instalação do Município de Vila Rica.

Intendência Municipal de Vila Rica - 1891.

Rua Barão do Rio Branco - 1922.

Maria Leonor Banco e bomba de combustível.

Transportes, serviços, comércio, indústria e saúde...

Carruagem táxi.

Diligência.

Transporte público.

Primeiro ônibus escolar.

Caixa d´água da ferrovia.

Integrantes do Fórum de Júlio de Castilhos em 1905.

Personalidades de 1922.

Loja de ferragem dos Bay.

Gasogênio.

Cruz Vermelha Brasileira em Júlio de Castilhos.

Turma do Grupo Escolar Protásio Alves.

Ginásio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Ginasial - Corpo Docente.

SC Brasil.

Polo - Equipe da Sociedade Hípica de Júlio de Castilhos - 1940.

Maestro Maurilio Lyra - Instituto Municipal de Música

Clube Musical Bethoven.

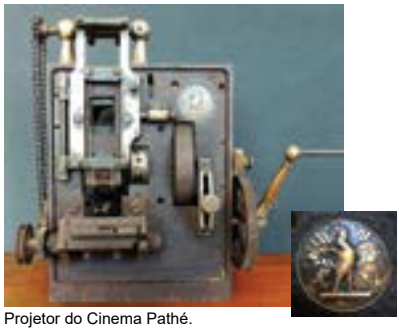
Banda Santa Cecília.

Tupy Jazz Band.

Teatro Ribeiro Cancella.

Comunicações, rádio, cinema e jornais...

Receptor doméstico de rádio.



Projetor do Cinema Pathé.

Dagromom Flores.

Tirso Oliveira.

Equipe de vendedores, editores e apoiadores d'O Planalto.

Capas e cabeçalhos de jornais e publicações da cidade editados no decorres da história do município de Júlio de Castilhos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - OS ÍNDIOS TAPES NO MUNICÍPIO 17

A chegada dos jesuítas. O ano de 1636. A fuga dos jesuítas para além do Uruguai. A volta dos jesuítas e suas estâncias. A Estância de São Pedro. A Estância de Santo Antônio. As guerras guaraníticas. A Comissão dos Demarcadores. A expulsão dos jesuítas e a queda das Missões.

CAPÍTULO II – A CONQUISTA DAS MISSÕES 35

CAPÍTULO III – O POVOAMENTO DE JÚLIO DE CASTILHOS 39

Os paulistas. O Tropeirismo e o Caminho das Missões. A Feira de Sorocaba. Os descendentes de açorianos. Alguns pioneiros e as sesmarias. Manoel Moreira Pais. André Pereira Garcia. Jerônimo Dornelles de Souza. Carlos dos Santos Barreto. Roberto Moreira Lopes. José Joaquim Cezar. Matheus Soares da Silva. Agostinho Soares da Silva. João Vieira de Alvarenga. Valério Vieira de Alvarenga. Francisca Vieira de Alvarenga. Ana Cândida Vieira. Maria Inácia de Ávila. Antônio Rodrigues de Andrade. Antônio Teixeira Coelho. Antônio Caetano de Souza. Antônio Rodrigues Padilha. José da Costa Portella.

CAPÍTULO IV – DE BOA VISTA A VILA RICA 87

Boa Vista. João Vieira. Povo Novo. O Distrito de Povo Novo. Fundação da Cidade de Júlio de Castilhos. Vila Rica.

CAPÍTULO V – CONVENÇÃO DA RESERVA 103
Vila Rica em 1890.

CAPÍTULO VI – EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO..... 107

Emancipação Política. Emancipação Administrativa. Genealogia do Município.

CAPÍTULO VII – AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS ... 113

CAPÍTULO VIII — DIVISÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO 223

1º Distrito de Júlio de Castilhos. Portão. São João do Barro Preto. Val de Serra. Distrito de São João dos Mellos. Santa Terezinha. Santo Antão. Distrito de Três Mártires.

CAPÍTULO IX - EDUCAÇÃO 243

Profª Maria Rita da Fonseca Paim. 2ª Escola Pública. Prof. Affonso Pedro de Barcellos. Prof. Bento Cunha. Profª Elisa Graciana de Miranda Soares. Prof. Belo de Oliveira Mello. Escola Pública de 1898 a 1908. Exames finais nas antigas Escolas Públicas. Sociedade de Animação à Instrução. Colégio São José. Grupo Escolar. Colégio Elementar. Escola Maria Rainha. Escolas Particulares. Ginásio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Sociedade de Educação e Ensino. Ginásio Castilhense. Escola Normal Júlio Prates de Castilhos. Escola Vicente Dutra. Escola Profissional da Fundação Leão XIII. Escola Técnica de Contabilidade. Mobral. Escolas Municipais de 1974.

CAPÍTULO X - MEIOS DE COMUNICAÇÃO 269

Telefone. Telégrafo. Correio. Transporte Público. Estrada de Ferro.

CAPÍTULO XI – RUAS E PALÁCIO MUNICIPAL 283

Primeiras denominações oficiais. Denominações antigas. Denominações menos antigas. Palácio Municipal.

CAPÍTULO XII – SERVIÇOS PÚBLICOS..... 295

Iluminação Pública. Abastecimento de Água. Cemitérios da Cidade. Cemitério do Durasnal. Cemitério da Freguesia. Cemitério Santa Maria. Antigas Pontes.

CAPÍTULO XIII – PODER JUDICIÁRIO 311

Juízes Distritais de Júlio de Castilhos. Comarca de Júlio de Castilhos. Antigos Cartórios.

CAPÍTULO XIV – SEGURANÇA PÚBLICA 317

Delegacia de Polícia de Vila Rica. Guarda Municipal. Cadeia Civil e Presídio Municipal.

CAPÍTULO XV – ASPECTOS SOCIOCULTURAIS 321

Bandas de Música. Instituto Municipal de Música. Clube Musical Bethoven. Grupo Corais. Grêmio Castilhense de Letras.

Conjunto Melódico Tipiaia. Teatro Municipal. Antigos Grupos Teatrais de Amadores. Grupos Teatrais Modernos. Cinema. Jornais de Júlio de Castilhos. Rádio Difusão. Rádio Recepção. Biblioteca Pública. Museu Vila Rica. Casa de Cultura.

CAPÍTULO XVI – CLUBES SOCIAIS E CARNAVAL DO PASSADO 359

Clube Félix da Cunha. Sociedade Recreativa José do Patrocínio. Clube União Esportivo e Recreativo. CTG Júlio de Castilhos. Carnaval do Passado.

CAPÍTULO XVII – ESPORTE 367

Futebol. Tênis. Basquete. Voleibol. Turfe. Polo. Rinha. Patinação. Atletismo. Aero clubismo. Bolão. Bocha.

CAPÍTULO XVIII – INDÚSTRIA E COMÉRCIO 381

Indústria. Comércio. Associações Comerciais. Estabelecimentos Bancários.

CAPÍTULO XIX – PROFISSIONAIS 405

Médicos. Hospitais. Odontólogos. Advogados. Engenheiros. Agrônomos e Técnicos Rurais. Veterinários. Farmácias e Farmacêuticos. Hotéis e Hoteleiros. Alfaiates. Padeiros. Barbeiros. Ourives. Marceneiros e Carpinteiros. Ferreiros. Açougueiros. Fotógrafos. Pedreiros e Construtores. Parteiras. Contadores e Guarda Livros. Oficinas Mecânicas e Automóveis. Funerárias. Salões de Beleza. Outros Profissionais.

CAPÍTULO XX – SÍMBOLOS MUNICIPAIS 429

Brasão de Armas do Município. Bandeira do Município. Hino Municipal.

CAPÍTULO XXI – MONUMENTOS 435

CAPÍTULO XXII – VULTOS ILUSTRES CASTILHENSES ... 443

Júlio Prates de Castilhos. Ministro Tarso Dutra. Firmino Paula e Silva. Cap. Nicolau Antônio dos Santos. Nadin Marréis.

CAPÍTULO XXIII – VILA DE JÚLIO DE CASTILHOS EM 1929 461

CAPÍTULO XXIV – HIDROGRAFIA 475

CAPÍTULO XXV – A lenda do Coqueiro da Praça 479

CAPÍTULO XXVI – BENS TOMBADOS PELO MUNICÍPIO 483

CAPÍTULO XXVII – ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS 485

CAPÍTULO XXVIII - GENEALOGIA CASTILHENSE 489

BIBLIOGRAFIA E FONTES DOCUMENTAIS 509

Monumento a Júlio de Castilhos - Foto de Firmino Costa.

Peças de teatro locais - Panfletos de divulgação. Acervo do autor.

BIBLIOGRAFIA E FONTES DOCUMENTAIS

23 DE AGOSTO – Jornal de Tupanciretã, Ano I nº 22 – MCSHJC – Porto Alegre.
A CONVENÇÃO – Ano I n° 17 – 1901 – Coleção do Autor.
A CONVENÇÃO – Ano I nº 9 e 10.
A CONVENÇÃO – Jornal Ano I n° 13 – Acervo do autor.
A CONVENÇÃO – Jornal Ano III n° 28 – Acervo do autor.
A FEDERAÇÃO – Jornal de 16.8.1894 – Biblioteca do Centro Cultural de Santa Maria.
A RAZÃO – Jornal de Santa Maria de 28.12.1976.
A RESERVA – Jornal de Vila Rica – N° 16 – Acervo do autor.
A RESERVA – Jornal n° 10.22.23 – Acervo do autor.
ALBUM DO PARTIDO CASTILHISTA – 1937 – Livraria Selbach.
ALMANAQUE D´O POPULAR – 1921 – Acervo do autor.
ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA – 1° Vol.
ANDRÉ AUGUSTO CELLA – Pesquisa genealógica.
ANTÔNIO CORRÊA, Mons. – "O Município de Júlio de Castilhos (Anotações a sua história) – Editora Rainha de Santa Maria – 1975.
ARCEBISPADO DE SANTA MARIA – Livro n° 1 de Óbitos.
ARCEBISPADO DE SANTA MARIA RS – Secretaria do – Livro de Batismos, Casamento e Óbitos da Capela de São Martinho.
ARISTIDES DE MORAES GOMES – "Fundação e Evolução das Estâncias Serranas" – Cruz Alta – 1966.
ARISTIDES DE MORAES GOMES – "Relatório de 1929 e 30" – Oficina Gráfica Impressora de Júlio de Castilhos – 1931.
ARQUIVO HISTÓRICO DO RGS – Autos de Medição n° 737.
ARQUIVO HISTÓRICO DO RGS – Processo de Sesmarias – Ano 1803 – Caixa 303 S 5.
ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – "Sinopse das Concessões de Sesmarias".
ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Ação Ordinária – Ano 1856 – A 552 M 18 E 132 – Cartório Civil de Júlio de Castilhos.
ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Ano 1851 N° 5511 E 26 – Ação Ordinária.
ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Inventário de Antônio Carbone – 2.2.1892.
ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Inventário de João Vieira de Alvarenga e sua mulher- Cruz Alta, 1857 – n° 26 M 1 E 132.
ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Livro de Registro de Sesmarias da Paróquia de São Martinho, fls. 40, em 4.6.1856.

ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE – Processos Cíveis e Crimes – Maço 9, n° 315 a 317
ARTHUR FERREIRA FILHO – "História Geral do Rio Grande do Sul" – Editora Globo.
ARTHUR FERREIRA FILHO – "Revolução e Caudilhos" – Editora Querência.
AUGUST DE SAINT HILAIRE – "Viagem à Comarca de Curitiba em 1820".
AURÉLIO PORTO – "História das Missões Orientais do Uruguai" – Vol. III – 1ª Parte – Livraria Selbach – Porto Alegre
AURÉLIO PORTO – "História das Missões Orientais do Uruguai" – Vol. IV – 2ª Parte – Liv. Selbach
CARLOS CORREA DA SILVA – "Relatório do Exercício de 1939".
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE JÚLIO DE CASTILHOS – Livro I de Registro de Sociedade Civil de Júlio de Castilhos.
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE JÚLIO DE CASTILHOS – Livro B de Títulos e Documentos.
CINQUENTENÁRIO DELLA COLONIZZACIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUL – Liv. do Globo – 1925.
COLEÇÃO DE Angelis – "Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611 -1758) – IV Vol. – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - 1970
CORREIO DO ESTADO – Jornal de Júlio de Castilhos - Ano I nº l.
CORREIO DO ESTADO – Jornal de Júlio de Castilhos – N° 148 (Acervo do autor).
CORREIO DO POVO – Do dia 13.1.1916.
CORSAN E VOCÊ – Informativo n ° 56 – maio de 1980 – Acervo do autor.
DEMOCRACIA – Jornal n° 272 – Artigo do Dr. José Luiz Wetterlé "O véu da noiva".
DEMOCRACIA – nº 123.
DOCUMENTO ORIGINAL — 1807 - Acervo do autor.
DOCUMENTO ORIGINAL – 1831- Acervo do autor.
DOCUMENTO ORIGINAL DE DOAÇÃO – 1854 – Acervo do autor.
EDUARDO OLIVEIRA – Revista Comunidade – Editora Rainha 1974.
FRANCISCO DE SOUZA MASCARENHAS – Arquivo Particular doado ao autor.
FRANCISCO NEGRÃO – "Genealogia Paranaense" – Vol. III.
FRANCISCO SALLES – "Fazendas e Sítios" – Inédito
FRANCISCO SALLES – "Notas sobre a Instrução Pública em Vila Rica" - Inédito.
FRANCISCO SALLES – Arquivo de.
FRANCISCO SALLES – Dados genealógicos de.

HARVEY DE AZAMBUJA – “Relatório” – Imp. Cruz Alta - 1933.
HEMETÉRIO JOSÉ VELLOSO DA SILVEIRA, Dr. - “As Missões Orientais e Seus Antigos Domínios” – Tip. da Liv. Universal de Carlos Echenique – 1909 – pg.10 e outras.
HUGO CANFIELD – Jubileu de Prata do Clube União Esportivo.
IGNÁCIO SCHMITZ, Pe. – “O índio no Rio Grande do Sul” – Perspectivas – Governo do Estado
INETE DE ANDRADE PAIM – “ São Martinho – Ascenção e queda de um município” – USFM – 1980.
IPHAE – “Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul – Inventário das Estações 1874 – 1959.
IZALTINA VIDAL DO PILAR ROSA – “Cruz Alta” 1983
JOÃO BELÉM – “A História de Santa Maria” – Liv. Selbach – 1933.
JOÃO MANUEL ATHAYDE – “Episódios e Atualidades”.
JOSÉ DE SALDANHA – “Diário Resumido e Histórico – Campanha 4ª - 1786 a 1787” e “Diário Geral das Operações Astronômicas – 5ª Campanha de 1787 a 1788” – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Secção de Manuscritos. Microfilmes cedidos ao autor pelo Dr. Sérgio da Costa Franco.
JOSÉ DE SALDANHA, Dr. – “Diário Geral das Operações Astronônicas – 5ª Campanha de 1787 a 1788 – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – “Diário Resumido” (cópia – arquivo do autor).
JOSÉ LUIS DA SILVEIRA – “100 Anos do Regimento Cel. Pillar”.
JOSÉ PROENÇA BROCHADO – “O Conquistador Vencido”, artigo em “ o índio no Rio Grande do Sul – Governo do Estado.
JOSINO SANTOS LIMA – “Cruz Alta” in Revista do IHGRGS Tri. IV Ano XII -1932.
JÚLIO DE CASTILHOS – Othelo Rosa.
LIVRO DE ATAS DA INTENDÊNCIA DE VILA RICA – Arquivo do autor.
LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO – Acervo de Rubens Augusto Pedrazzi, de São Martinho da Serra.
LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO – Sessão de 12.6.1877 pg. 24. – Acervo de Rubens Augusto Pedrazzi em São Martinho da Serra.
LIVRO DE ATAS DO MUNICÍPIO DE VILA RICA – Acervo do Autor.
LIVRO DE ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL – Ato n° 33.
LIVRO DE ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL em 6.4.1938.
Livro de Matrícula do Sport Club Brazil – Acervo do Autor.
LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS – Arquivo Municipal.
LIVRO DE REGISTRO DE PORTARIAS, LEIS E DECRETOS – Prefeitura Municipal – N° 6.
LIVRO DE TÍULOS DE TERRENOS CONCEDIDOS PELA CÂMARA DE

SÃO MARTINHO – Acervo de Rubens Augusto Pedrazzi.
LIVRO N° 1 DE ATAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE VILA RICA – Acervo do Autor.
LUIZ GONZAGA CORREA DE BARROS SALLES – " Estâncias Castilhenses — Identidades e origens das primeiras famílias" – Editora Experimental.
Mj. MIGUEL JOSÉ PEREIRA – "Esboço Histórico" – Brigada Militar do RGS.
MOACYR DOMINGUES, Cel. – "A Conquista das Missões um Enigma Histórico – Caderno de Sábado do Correio do Povo de 6, 20 e 27 de julho de 1974.
MOACYR DOMINGUES, Cel. – Em carta ao autor.
MONS. ANTÔNIO CORREA – "A Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Júlio de Castilhos-RS" – 1980.
MONS. ANTÔNIO CORREA – "O Município de Júlio de Castilhos (anotações a sua história) – 1975 – Editora Rainha – Santa Maria, RS.
MOZART PEREIRA SOARES, Prof. – "Santo Antônio da Palmeira" – Bels – 1974
MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA DE PORTO ALEGRE.
MUSEU MUNICIPAL DE CRUZ ALTA – Documentos da Prefeitura Municipal.
O LUCTADOR – Jornal de Tupanciretã – Ano I n° 22 – MCSHJCPA.
O MARTINHENSE - Nº 4 de 4.4.1998. Acervo do autor.
O MARTINHENSE – Ano II n° 5 – Acervo do autor
O MARTINHENSE – Jornal de São Martinho n° 32 de 13.12.1898 – Acervo do autor.
O MARTINHESE – Jornal Ano I n° 33 - 1889 – Acervo do autor.
O POPULAR – Ano XI nº 341.
O POPULAR – Ano XIII nº 121.
O POPULAR – Jornal de Júlio de Castilhos – Ano XI – n° 341 – Coleção do autor.
O POPULAR – Jornal de Júlio de Castilhos – N° 204 – Hemeroteca do autor.
O POPULAR – Jornal n° 128, 188, 199 e 282 – Acervo do autor
O POPULAR – Jornal n° 24 e 82 – Acervo do autor.
O POPULAR – Nº 289.
O POPULAR - Nº 47 – Ata na íntegra.
O REBATE – jornal Ano I n° 3 – Acervo do autor.
OS 80 ANOS DO CLUBE FÉLIX DA CUNHA – Firmino Costa – 1981.
PEDRO DA Silva E SOUZA "Relatório de 1944" – Imprensa Oficial.
PROF. DR. C. A. M. LINDMAN – "A Vegetação no Rio Grande do Sul –

Livraria Universal de Echenique Irmaõs & Cia. – Porto Alegre – 1906.
PRUDÊNCIO ROCHA – "História do Município(?) de Cruz Alta" – Ed. Tip. Liderança, 1964.
PTOLOMEU DE ASSIS BRASIL – "Batalha de Caiboaté" – Edição Senado Federal Vol. 63.
REGISTRO DE ACTOS – 1910 a 1930 – Arquivo Municipal.
RELATÓRIO – do Cel. Álvaro Hippolyto Pinto – Oficina Tipográfica d´O Popular- 1912.
RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR – Ano 1896 – Biblioteca Pública de Porto Alegre.
RELATÓRIO DE JUVENAL MENDISCO – Oficina Tipográfica da Livraria Americana de Porto Alegre – 1906 – Coleção do autor.
Revista do IHGRGS -1994 - Biblioteca do Prof. Luis Prates Carrion em São Gabriel.
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL – 1931 – Artigo Cruz Alta colaboração de Josino dos Santos Lima.
RIBAS SILVEIRA – In Revista Tapejara de Ponta Grossa PR. Cópia de "Manuscritos de Osório Salles" – Biblioteca Francisco Salles.
ROBERT SOUTH – "História do Brasil" – Vol. VI.
ROMEU BELTRÃO – "Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho" – Ed. Pallotti.
ROSSANO VIEIRA CAVALARI - "Cruz Alta na Revolução de 1893" – Martim Editor.
ROSSANO VIERO CAVALARI – "A Gênese da Cruz Alta" – Ed. Unicruz – Universidade de Cruz Alta.
ROSSANO VIERO CAVALARI – "O Ninho dos Pica-paus – Cruz Alta na Revolução de 1893" – Ed. Martins Livreiro.
SEVERINO BELINASO – "Ivorá 100 Anos de História" – Editora Pallotti - 1985.
VILA RICA N° 1 – Caderno inédito de Francisco Salles – Acervo do autor.
VIRIATO DUTRA, Dr. – "Na Estrada da Vida" – 1973 – Júlio de Castilhos RS.

Firmino Chagas Costa nasceu em Erechim RS, em 1930. Como filho de Agente ferroviário morou pouco tempo em vários lugares do Rio Grande do Sul. Quatro anos em Passo Fundo, quatro e Santa Maria e oito em Porto Alegre.

Formou-se em Odontologia pela URGS, em 1953. Clinicou dois anos em Porto Alegre, onde foi Instrutor de Prótese na Faculdade de Odontologia da PUCRS. Em 1956, passou a exercer a profissão, por 51 anos, na cidade de Júlio de Castilhos, onde recebeu o título honorífico de Cidadão Castilhense. Aposentou-se em 2007.

Publicou: TERRA DE VILA RICA — Contribuição ao Estudo da História do Município de Júlio de Castilhos, SÃO MARTINHO DA SERRA — Terra e Gente, PINHAL GRANDE — Contribuição ao Estudo de Seu Município, OS 80 ANOS DO CLUBE FÉLIX DA CUNHA, OS 350 ANOS DA REDUÇÃO DE NATIVIDADE, HISTÓRIA DE JÚLIO DE CASTILHOS PARA CRIANÇAS e AS ÁGUAS DE SANTO ANTÔNIO DE JÚLIO DE CASTILHOS.

JÚLIO DE CASTILHOS

Criação de Lívia Ribas Costa

TERRA DO PATRIARCA

ISBN 978-856517278-3
9 788565 172783